

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

V.23 - Nº 2



Rev. Estudos da Linguagem

Belo Horizonte

v. 23

n. 2

p. 304-580

jul./dez. 2015

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITOR: Jaime Arturo Ramírez

VICE-REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Letras: DIRETORA: Graciela Inés Ravetti de Gómez
VICE-DIRETOR: Rui Rothe-Neves

Organizadores: Aderlande Ferraz
Heliana Mello

Secretária: Úrsula Francine Massula

Editoração eletrônica: Úrsula Francine Massula

Revisão: Alan Castellano Valente

Projeto gráfico atualizado
Marco Antônio Durães e Alda Lopes

Capa e projeto gráfico original
Elsou Rezende de Melo

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v.1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)

1993 ano 2, n.2 (jan/jun)

1994 Publicação interrompida

1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)

1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.

1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)

1998 v.7, n.1 (jan/jun)

1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

V. 23 - Nº 2- JUL./DEZ. 2015

Indexadores

CSA - Linguistics and Language Behavior Abstract

Directory of Open Access Journals

EBSCO

JournalSeek

Latindex

Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes

Modern Language Association Bibliography

Portal Capes

WorldCat/Online Computer Library Center



REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Comissão Editorial: Heliana Mello
Aderlande Ferraz
Gláucia Muniz Proença Lara
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Conselho Editorial

Aderlande Ferraz (UFMG)
Alessandro Panunzi (Università Degli Studi Firenze)
Alina Maria S. M. Villalva (Univ.de Lisboa)
Angel Corbera Mori (UNICAMP)
Augusto Soares da Silva (UCP-Braga)
Beth Brait (PUCSP-USP)
Carmen L. B. Matzenauer (UCPEL)
César Nardelli (UFMG)
Charlotte C. Galves (UNICAMP)
Cristina Name (UFJF)
Deise Prina Dutra (UFMG)
Diana Luz Pessoa de Barros (Univ. Mackenzie/USP)
Edwiges Morato (UNICAMP)
Emília Mendes Lopes (UFMG)
Esmeralda V. Negrão (USP)
Gabriel de Ávila Othero (UFRGS)
Gerardo Augusto Lorenzino (Temple University)
Gláucia Muniz Proença Lara (UFMG)
Hanna Batoréo (Universidade Aberta)
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)
Heronides Moura (UFSC)
Hilário I. Bohn (UCPEL)
Hildo Honório do Couto (UNB)
Hugo Mari (PUC Minas)
Ida Lúcia Machado (UFMG)
Ieda Maria Alves (USP)
Ivã Carlos Lopes (USP)
Jairo Nunes (USP)
João Antônio de Moraes (UFRJ)
João Queiroz (UFJF)
João Miguel Marques da Costa (Univ. de Lisboa)
João Saramago (Univ. de Lisboa)
John Robert Schmitz (UNICAMP)
José Borges Neto (UFPR)
Leo Wetzels (Free Univ. of Amsterdam)
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC)
Lodenir Becker Karnop (UFRGS)
Lorenzo Vitral (UFMG)

Luiz Carlos Cagliari (UNESP-Araraquara)
Luiz Carlos Travaglia (UFU)
Marcelo Barra Ferreira (USP)
Márcia Maria Cançado Lima (UFMG)
Márcio Leitão (UFPB)
Marco Antônio de Oliveira (PUC-Minas)
Marco Antônio Rodrigues Vieira (UESC-Ilhéus)
Marcus Maia (UFRJ)
Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)
Maria Cecília Magalhães Mollica (UFRJ)
Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)
Maria do Carmo Viegas (UFMG)
Maria Marta P. Scherre (UNB)
Marina Vigário (Universidade do Minho)
Milton do Nascimento (PUC Minas)
Mônica Melo (UFV)
Paulo Cortes Gago (UFRJ)
Philippe Martin (Université Paris 7)
Plínio Almeida Barbosa (UNICAMP)
Rafael Nonato (UFRJ)
Raquel Meister Ko. Freitag (UFS)
Roberto G. de Almeida (Concordia University)
Ronald Beline (USP)
Ronice Müller de Quadros (UFSC)
Rove Chisman (Unisinos)
Sanderléia Longhin-Thomazi (UNESP)
Sergio de Moura Menuzzi (UFRGS)
Seung-Hwa Lee (UFMG)
Sônia Marise de Campos Frota (Univ.de Lisboa)
Tânia Maria Alkimim (UNICAMP)
Thaís Cristófaros Silva (UFMG)
Tony Berber Sardinha (PUC-SP)
Ubiratã Kickhöfel Alves (UFRGS)
Vander Viana (University of Stirling)
Vanise Medeiros (UFF)
Vera Lúcia Cristovão (UEL)
Vera Lúcia Menezes de O. e Paiva (UFMG)
Wilson J. Leffa (UCPEL)

Pareceristas ad hoc:

Adriana Marusso (UFMG)
Adriana Pagano (UFMG)
Bethania Mariani (UFF)
Fernando Gonçalves Ferreira Junior (IFMG)
Guilherme Fromm (UFU)
Janina Ramos (UFMG)

Julie Borges (IFB)
Leila Barbara (PUC-SP)
Liliana Hübner (PUCRS)
Marcos Pereira Feitosa (UFSJ)
Ulisdete Rodrigues (UnB)

Sumário / Contents

The role of L1 knowledge on L2 speech perception: investigating how native speakers and Brazilian learners categorize different VOT patterns in English

O papel do conhecimento da L1 na percepção da fala em L2: investigando como falantes nativos e aprendizes brasileiros categorizam diferentes padrões de VOT em inglês

Bruno Schwartzhaupt

Ubiratã Kickhöfel Alves

Ana Beatriz Arêas da Luz Fontes 311

Does the mental lexicon exist?

O léxico mental existe?

Lucilene Bender de Sousa

Rosângela Gabriel 335

Subtitling words or omitting worlds? A metafunctionally oriented analysis

Legendando palavras ou omitindo mundos? Uma análise orientada

Rafael Matielo

Maria Lúcia Barbosa de Vasconcellos

Elaine Espindola Baldissera 362

Dois pastel e um chopes: a concordância nominal e identidade(s) paulistana(s)

Two pastel and a draught ‘beers’: nominal agreement and Paulistano identities

Livia Oushiro 389

Kel e a expressão de definitude em caboverdiano

Kel and definiteness on Cape Verdean

Wânia Miranda 425

Linguística e Poética: o “saussurianismo russo” e a invenção da literariedade

Linguistics and Poetics: the “Russian Saussureanism” and the invention of literacy

Nabil Araújo 451

Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico-metodológica

Ecological discourse analysis: theoretical and methodological foundations

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Davi Borges de Albuquerque 485

Problemas do consórcio Realismo Crítico / Análise do Discurso Crítica para a análise social do discurso: sociopolitizando a postura crítica

Some problems from consortium Critical Realism / Critical Discourse Analysis for the social analysis of discourse: socialpoliticizing the critical posture

Claudiana Nogueira de Alencar

Emanoel Pedro Martins Gomes 511

Sentidos da voz em discursos da imprensa brasileira: uma análise de textos midiáticos sobre o câncer de laringe de Lula

Meanings of voice in the discourses of the Brazilian press: an analysis of the texts of media on Lula’s throat cancer

Carlos Piovezani 535

Mapeamentos metafóricos em artigo esportivo

Metaphorical mappings in sports article

Languisner Gomes 559

**The role of L1 knowledge on L2 speech perception:
investigating how native speakers and Brazilian learners
categorize different VOT patterns in English**

***O papel do conhecimento da L1 na percepção da fala em L2:
investigando como falantes nativos e aprendizes brasileiros
categorizam diferentes padrões de VOT em inglês***

Bruno Schwartzhaupt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

schwartzhaupt.b@gmail.com

Ubiratã Kickhöfel Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

ukalves@gmail.com

Ana Beatriz Arêas da Luz Fontes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

ana.fontes@ufrgs.br

Abstract: The present study aimed to investigate how different *Voice Onset Time* (VOT) patterns are categorized by native speakers of American English and Brazilian Learners of English. American English and Brazilian Portuguese diverge as to the voicing patterns of plosive

consonants, for the VOT cue plays different roles in the distinction between voiced and voiceless consonant categories in each system. This study contrasted four VOT patterns (*Negative VOT*, *Zero VOT*, *Positive VOT* and a manipulated pattern, named *Artificial Zero VOT*) in two perceptual tasks (AxB discrimination and identification tests), and verified how the two groups of participants categorized these patterns. Results reinforce the idea that speech perception is multimodal and, therefore, the action of multiple cues must be taken into account when we consider phonetic-phonological processes.

Keywords: Voice Onset Time; Speech Perception; Discrimination; Identification.

Resumo: O presente estudo buscou investigar como diferentes padrões de *Voice Onset Time* (VOT) são categorizados por falantes nativos de Inglês Americano e aprendizes brasileiros de Inglês. O Inglês Americano e o Português Brasileiro divergem quanto ao padrão de vozeamento das consoantes plosivas, uma vez que a pista VOT desempenha diferentes papéis na formação de categorias de consoantes vozeadas e desvozeadas em cada sistema. Este estudo contrastou quatro padrões de VOT (*VOT Negativo*, *VOT Zero*, *VOT Positivo* e um padrão manipulado, nomeado *VOT Zero Artificial*) em duas tarefas perceptuais (testes de discriminação AxB e identificação), e verificou como os dois grupos de participantes categorizaram esses padrões. Os resultados corroboram a ideia de que a percepção da fala é multimodal e, portanto, a ação de múltiplas pistas acústicas deve ser levada em consideração quando abordamos processos fonético-fonológicos.

Palavras-chave: *Voice Onset Time*; Percepção da Fala; Discriminação; Identificação.

Recebido em 26 de agosto de 2014.

Aprovado em 27 de janeiro de 2015.

1 Introduction

The present study aimed to contribute to the understanding of how acoustic cues influence L2¹ speech perception in accordance with

¹We consider it irrelevant to make a distinction between the terms Second Language

learners' L1 knowledge. In order to pursue this goal, we looked into the perception of different VOT patterns, in word-initial position in English, by both native speakers of American English and Brazilian L2 learners of English, as represented in the data from two different perceptual tasks.

Many studies have directed their attention to the acquisition of English aspirated consonants by Brazilians over the past few years (COHEN, 2004; ALVES, 2007; REIS E NOBRE-OLIVEIRA, 2008; FRANÇA, 2011; SCHWARTZHAUPT, 2012; PRESTES, 2013). The investigation of this phenomenon is justified by the fact that, in word-initial position, aspiration corresponds to a perceptually distinctive aspect in the production of stop consonants in English, accounting for the distinction between voiceless and voiced segments. In Brazilian Portuguese, however, stop consonants are not aspirated and aspiration does not play this distinctive role; thus, Brazilian learners face difficulties in producing this L2 aspect.

Since this phonetic-phonological aspect is perceptually distinctive in English but not in Brazilian Portuguese (BP), it can be hypothesized that there are different statuses given to aspiration as an acoustic cue in the two language systems. Even so, studies investigating perception of English stop consonants by Brazilians have suggested that discrimination between voiceless aspirated and voiced segments with *Zero VOT* or *Negative VOT* may be categorical (ALVES *et al.*, 2011). Nonetheless, as we intend to demonstrate from the tests conducted in this study, which include both natural and manipulated stimuli, speech perception is a process in which there is an interaction of multiple cues. Therefore, aspiration alone should not be regarded as the only cue in the distinction between voiced and voiceless plosives, and this phonetic-phonological aspect is expected to interact differently, and plays a different role with other cues across linguistic systems.

We begin this paper with a background on the theoretical assumptions underlying the present study, in which, among others, the concepts of Voice Onset Time and L1-L2 Transfer are presented. Next, we describe the methodology of this study, with information on

and Foreign Language, in order to pursue the aim of the present study. We also find it impossible to restrict the context in which this study was conducted to any of the terms alone. Therefore, in the reading of this paper, Second Language can be interpreted as a synonym of Foreign Language.

participants, target words selection, stimuli manipulation and recording, the two perceptual tasks used in the study, and the hypotheses established beforehand. The following section describes the results and the statistical analyses conducted with the data obtained from the perceptual tasks. Finally, in the last section, the results are discussed.

2 Background

2.1 Voicing Patterns in English and Brazilian Portuguese Plosive Consonants: The Voice Onset Time Distinction

The acoustic cue of *Voice Onset Time* (VOT) refers to the period of time between the stop consonant release and the vibration of the vocal folds of the vowel following this consonant. Three main VOT patterns can be found in the languages of the world (LISKER; ABRAMSON, 1964; COHEN, 2004; REIS; NOBRE-OLIVEIRA, 2008):

- **Negative VOT** (*pre-voicing*): in which vocal folds start vibrating before the stop consonant release, in an interval ranging from -125 ms to -75ms;
- **Zero VOT**: in which the vibration of the vocal folds starts almost simultaneously to the plosive release, in an interval ranging from 0 ms to +35 ms;
- **Positive VOT** (*aspiration*): in which a delay follows the plosive release, and vocal folds start vibrating after a 35 ms to 100 ms interval.

In accordance with the literature cited above, BP voiced stop consonants /b/, /d/ and /g/ are produced with *Negative VOT*, whereas voiceless plosives are produced with *Zero VOT*, with mean values of approximately 12 ms for /p/, 18 ms for /t/ and 38 ms for /k/. Nevertheless, recent studies investigating the production of stop segments in the Southern region of Brazil have shown higher VOT values, especially for the velar stop /k/ - with values ranging from 46.55 ms to 63.90 ms (REIS; NOBRE-OLIVEIRA, 2008; GEWEHR-BORELLA, 2010; FRANÇA, 2011; SCHWARTZHAUPT, 2012). As suggested by Schwartzhaupt (2012), such findings might indicate the existence of partial aspiration

of voiceless /k/ in Southern Brazilian Portuguese – in that case, native-like VOT production of /k/ would be facilitated for Southern Brazilian Portuguese speakers learning English as an L2.

In regard to the production of word-initial stop consonants in English, voiced plosives tend to be produced with *Zero VOT* (although productions with *Negative VOT* may also be found). Voiceless stops, on the other hand, are produced with *Positive VOT*: [p^h] with mean 55 ms, [t^h] with mean 70ms, and [k^h] with average 80 ms VOT. Considering the existing divergences between BP and English voicing patterns in word-initial plosive segments, the two languages belong to distinct groups concerning VOT patterns.

It is essential to notice, however, that VOT values are not absolute. VOT cannot be considered to be an isolated entity within a linguistic system. Several factors, which deserve consideration, might influence this phonetic-phonological aspect. Some studies show evidence of variation in VOT values as to the quality of the subsequent vowel (YAVAS, 2008; FRANÇA, 2011; SCHWARTZHAUPT, 2012; PRESTES, 2013) – essentially, it has been argued that a higher subsequent vowel causes VOT to be longer. The number of syllables of the target word has been said to affect VOT as well (YAVAS, 2008; FRANÇA, 2011). Other authors have argued that factors such as syllable stress, prosody, and speech rate should also be taken into account (COHEN, 2004; REIS; NOBRE-OLIVEIRA, 2008; ALVES, 2010).

2.2 L2 Phonetic-Phonological Acquisition as a Dynamic and Multimodal process

According to the emergentist view of language acquisition, both language and learner are regarded as *dynamic systems* (DE BOT *et al.*, 2007; ELLIS, 2011). Among other important characteristics, a dynamic system is composed of multiple agents – which interact and change one another –, it is also adaptive, and it is always evolving. In order to conceive this view, we first need to look at language as an ever-changing system, and bear in mind that such a constant change is a natural consequence of its use: individuals have their own language variety, and once they are inserted in a community, they interact, and thus change (and are changed by) the language of this community.

Under these circumstances, the system of an L2 learner is one that is bound to be changed with use – therefore, linguistic *input* is rich, and it plays a fundamental role in language acquisition. The input presents constraints and regularities; factors such as its frequency and saliency help shape the learner’s developing language system. By interacting with and using language, learners extract patterns of that system, these patterns *emerge* from communication, and so does the learner’s awareness about them (ZIMMER; SILVEIRA; ALVES, 2009). However, it is important to notice that, in this perspective, cognitive functions are *domain-general* (BECKNER *et al.*, 2009): the same cognitive functions used to acquire any other type of knowledge (such as knowing how to drive or how to operate a computer) are also activated in first and second language acquisition.

More importantly than considering all these points, one should be aware that several different factors, linguistic and non-linguistic ones, have effects on the language acquisition process, and these factors cannot be considered in an isolated manner (DE BOT *et al.*, 2007). It would be naïve, in this sense, for researchers to attribute problems in second language acquisition to factors such as learner’s age, or L1 entrenched knowledge solely. Factors like these have an influence on language acquisition, but it is only through the interaction of these with a multitude of other factors that one may fully conceive the language acquisition process.

When we turn to one specific part of the second language acquisition process, L2 speech perception, we must consider that it occurs in a *multimodal* manner: multiple cues determine perception of segments, and these cues are not perceived by the learner in an isolated way (ZIMMER; SILVEIRA; ALVES, 2009; ZIMMER; ALVES, 2012; PEROZZO; ALVES, 2013). Moreover, certain cues – not only acoustic, but also visual, or of any other source in the environment – may not play the same relevant role in different L1 systems. In some cases, in order to acquire an L2 phonetic-phonological aspect, learners must perceive a cue which is not relevant in their L1 system, which makes this process even more difficult.

Furthermore, as explained by Zimmer and Alves (2008, 2010), oral L2 production also deals with the orchestration of multiple cues, which act together as a whole. The way cues interact in both production and perception of speech may, therefore, be distinct when we compare different linguistic systems. This process encompasses the physical and abstract levels, which go far beyond binary perspectives.

2.3 L1-L2 Phonetic-Phonological Transfer

The *Speech Learning Model* (FLEGE, 1995) and the *Perceptual Assimilation Model – L2* (BEST; TYLER, 2007) attempt to explain the segmental phonetic-phonological acquisition phenomenon of transfer between L1 and L2 knowledge. This investigation is fundamentally based on the model proposed by Best and Tyler (*Op. cit.*), for this is more compatible with the conception of phonetic-phonological acquisition underlying the present study (discussed in the previous subsection).

According to Best and Tyler (2007), the phonic elements of the learner's L1 and L2 systems interact in a common phonological space, and therefore the L2 learner tends not to perceive which articulatory features belong to their L1 and which belong to the L2 in question. This is to say that, once learners are faced with a “new” L2 sound, they might not extract information of their “new” articulatory gestures. The assumption is that, instead, learners assimilate the new sound to the L1 pattern, by following their L1 articulatory knowledge, thus considering it as an already existing sound from their L1 phonological space.

This premise allows us to explain the difficulties found in the acquisition of *Positive VOT* (aspiration) by Brazilian learners in the following manner: without formal instruction, these L2 learners tend not to perceive the differences between the BP and English voicing patterns in stop consonant production. Consequently, as *Positive VOT* (aspiration) is not a relevant acoustic cue in their L1 system, learners assimilate this pattern to the one from BP (with unaspirated plosive segments) and, therefore, do not produce the target aspiration. By conducting the present study, we expect to contribute with empirical evidence to support or refute this premise.

2.4 L1 – L2 Grapho-Phonic-Phonological Transfer

Another problem faced by L2 learners in the acquisition of the phonetic-phonological aspect in question is pointed out by Zimmer, Silveira and Alves (2009). This difficulty lies in the fact that BP and English, in spite of making use of the same alphabetical system, follow considerably different patterns concerning the relationship between orthography and sound. More specifically, the *grapho-phonetic*

*phonological*² relation in BP is rather transparent (orthography tends to represent pronunciation more straightforwardly), whereas this relationship in English is much more opaque. As a consequence of their entrenched L1 knowledge, learners tend to transfer the grapho-phonico-phonological patterns to their oral production in the L2 (ZIMMER; ALVES, 2006).

With regard to the acquisition of *positive VOT* by Brazilians, grapho-phonico-phonological transfer is a factor which reinforces the lack of assimilation of the target pattern. Considering that the graphemes ‘p’, ‘t’ and ‘k’ correspond to *Zero VOT* stop consonants in the learner’s L1 sound system, in his/her L2 oral production, this learner tends to associate the sounds represented by these graphemes in the target language (aspirated) to the ones they would represent in his/her mother tongue (unaspirated).

This is consistent with the multimodal conception of phonetic-phonological acquisition presented earlier in this paper: both the acoustic-articulatory and the orthographic stimuli (different sources of L2 input) can either work to oppose or to reinforce one another. Once learners assimilate L2 voicing patterns in accordance with their L1 knowledge, the orthographic stimulus may then be considered a source of reinforcement of the L1 pattern. If no assimilation occurred, it could be possible that both sources of input would be in competition, as the former would instantiate the L2 target forms, whereas the latter could be reinforcing the L1 pattern.

Therefore, when we consider the acquisition of English *Positive VOT* by Brazilian learners, we must observe that it might be impossible to consider the phonetic-phonological or the grapho-phonico-phonological transfer processes separately on theoretical grounds. Within a multimodal phonetic-phonological acquisition perspective, these factors (along with several others) make it more difficult for Brazilian learners to acquire the L2 voicing patterns.

²Zimmer and Alves (2006) describe this relation as *grapho-phonico-phonological* as an indication of the existence of a relationship between the orthographic form and the phones of the linguistic system in question. In this perspective, the traditional concepts of *phone* and *phoneme* correspond to a single reality. The authors (*Op. cit.*) believe that the use of this term is successful in expressing this relationship, for such a term, in this conception, does not refer to unities of a purely symbolic nature.

3 Method

3.1 Participants

Two groups of participants took part in this study. The first consisted of 20 adult native speakers of American English, all of whom were born in the state of Pennsylvania. The 20 subjects had acquired only English before reaching 6 years of age.

The second group was composed of 17 Brazilian speakers of English as an L2. All of them were born in the Brazilian state of Rio Grande do Sul, in the city of Porto Alegre and had only acquired Brazilian Portuguese before reaching 6 years of age. The learners were classified in the Oxford Online Placement Test³ in the C1 and C2 levels of the Common European Framework of Reference for Languages (the two highest proficiency levels for this test), which are labeled “advanced” in the present study.

3.2 Selection of target words

Monosyllabic words initiated by the plosive consonants /p/, /b/, /t/, /d/, /k/ and /g/ were selected as targets. We also only included words whose initial plosive was followed by a high-front vowel /i/ - as pointed out by Yavas (2008), França (2011), Schwartzaupt (2012) and Prestes (2013), aspiration is made clearer in this phonetic-phonological context, since high front vowels make VOT longer. Examples of those words included *peer*, *dip* and *kill*.

The number of words (*types*) was 12, which stands for 6 minimal pairs distinguished by the voicing of the initial plosive. Words were equally distributed in terms of place of articulation, as illustrated in *Box 1*, which follows:

³The Oxford Online Placement Test is a validated test taken online at www.oxfordenglishtesting.com. For more information, see Pollitt (2007) and Purpura (2007).

Box 1 – The 12 target words selected for this study

Place of Articulation	Voiceless	Voiced
<i>bilabial</i>	peer	beer
	pit	bit
<i>alveolar</i>	tick	dick
	tip	dip
<i>velar</i>	kill	gill
	kit	git

3.3 Stimuli Recording, Analysis and Manipulation

The target words were presented to 6 native speakers of American English (3 adult men and 3 adult women), all of whom were living in Brazil at the time of the experiment⁴, and had acquired only American English before reaching six years of age. The recordings were conducted in a professional studio with complete isolation from background noise. It is important to mention that the words were read in isolation (out of context) from a list, and that the speakers were instructed to maintain a regular pause time between words and to read them with the same intonation pattern.

The subsequent analysis of the stimuli recordings was conducted in software *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2013). Each word had the VOT of its initial plosive measured, and those productions which were considered to be the best instances of each plosive were selected for the perceptual tasks – by “best”, we mean those whose VOT had the closest values to those predicted in the literature (*see subsection 2.1*).

⁴It is worth mentioning that the native speakers who had recorded the stimuli, therefore, are not the same American informants who took part in the perceptual task, since the former participants had been living in Brazil and the latter lived in the US at the time of data collection. The amount of time the participants of the former group had been living in Brazil varied widely, as well as the region of the country (United States) in which they were born. Although we acknowledge this fact as a limitation to the methodology employed in this study, since, according to a dynamic view of language acquisition, these American participants might have had their L1 system affected somehow by Brazilian Portuguese (L2), it is relevant to reinforce that all stimuli used in the perceptual task had their VOT measured, allowing us to select those tokens that best represented the VOT patterns of English (cf. LISKER; ABRAMSON, 1964; CHO; LADEFOGED, 1999).

The last stage consisted of the manipulation of some stimuli, which would belong to a fourth voicing pattern in this study – the *Artificial Zero VOT*. Productions of voiceless plosives – with *Positive VOT* – had their VOT cut out in software *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2013). Hypothetically, these stimuli should then sound like productions of voiced plosives, for they presented the same VOT pattern – *Zero VOT*⁵ – which is typical of voiced segments in the target language. Nonetheless, these stimuli still maintained other acoustic cues from voiceless aspirated segments and, for that reason, a contrast with the other three “natural” voicing patterns (*Zero*, *Positive* and *Negative VOT*) was regarded as interesting for the observation of how multiple acoustic cues acted on the perception of these segments.

3.4 AxB Discrimination Task

The first of the two perceptual tasks was a discrimination test conducted on software *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2013). In this task, participants were exposed to a sequence of three productions, and were asked to determine whether the initial consonant was equal in the first two words of the sequence (AAB), in the last two words of the sequence (ABB), or if the initial consonant was equal in the three words of the sequence (AAA). Participants were first trained with a rehearsal task of identical procedures but different stimuli (contrasting other initial consonants than those investigated in the present study).

This test did not contain stimuli produced with *Zero VOT* due to a limitation in the number of stimuli produced with that pattern in the recordings⁶ - the *Artificial Zero VOT* pattern was used instead, and therefore this test contrasted three VOT patterns. Specifically, the contrasts made in this test were *Negative VOT* versus *Artificial Zero*

⁵The pattern addressed as Zero VOT is not exactly 0 ms long, but a value below 35ms, as explained in subsection 2.1. More specifically, the manipulation aimed to obtain values of approximately 10ms for /p/, 15ms for /t/, and 25ms for /k/ productions.

⁶Most tokens of the target voiced segment were produced with *Negative VOT*. In spite of that, we do not consider this to be a methodological fault, since previous studies (such as Alves *et al.*, 2011) showed no discrimination between *Negative VOT* and *Zero VOT* as perceived by Brazilian learners.

VOT, *Negative VOT* versus *Positive VOT*, and *Artificial Zero VOT* versus *Positive VOT*. There were 36 trials in which there was a different initial consonant in the sequence, and 9 trials in which all the consonants were produced with the same VOT pattern⁷. The test had the same number of trials for each place of articulation (i.e., 15 trials per each of the three places of articulation). Each trial was heard only once, as participants were not allowed to repeat the trial. Data from 900 tokens (45 trials x 20 participants) were gathered from the test with native speakers of American English, whereas the test with Brazilian speakers provided 765 tokens (45 trials x 17 participants).

3.5 Identification Task

The second perceptual task, an identification test – also conducted on software *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2013) –, was composed of trials in which participants were exposed to only one production at a time. In this task, the participants' objective was to label the initial consonant of each production, within six possible answers: (/p/, /b/, /t/, /d/, /k/ or /g/). Participants were first trained with a rehearsal task of identical procedures but different stimuli (contrasting other initial consonants than those investigated in the present study).

This test had productions of all four VOT patterns – the three “natural” ones and the manipulated one. There were 24 tokens (6 per VOT pattern, equally distributed with the same number of trials for each place of articulation). Learners were not allowed to repeat any of the stimuli. Tests with native speakers provided a total of 480 tokens (24 trials x 20 participants), while those with Brazilian speakers provided 408 tokens (17 trials x 20 participants).

3.6 Hypotheses

As discussed previously in this paper,⁸ since speech perception is a dynamic and multimodal process, the interaction of multiple cues

⁷In this paper, we do not report the results concerning the “catch trials”, since our informants reached ceiling effects in their answers for these questions. This proves that participants really paid attention to the AXB task.

⁸See the introduction and *section 2*.

determines how segments are perceived. In the case of aspiration, we expected that it should be regarded as a primordial cue for native speakers of American English to categorize a stop consonant as voiceless; for Brazilian learners, however, other cues may account for this categorization. Thus, we established the following hypotheses:

H1: In the AxB discrimination task, there will be significant differences between native speakers and learners in the accuracy levels contrasting ‘*Negative VOT* versus *Artificial Zero VOT*’ and ‘*Artificial Zero VOT* versus *Positive VOT*’ only. Native speakers will not discriminate between the patterns of the former contrast, but they will discriminate between those of the latter one successfully. The exact opposite is expected to happen in the Brazilian learners’ performance.

H2: In the identification task, there will be significant differences between native speakers and Brazilian learners only in the identification of the manipulated segments, presenting the *Artificial Zero VOT*. Considering the four VOT patterns altogether, native speakers will identify only segments with *Positive VOT* as voiceless, whereas Brazilian learners will identify plosives with both *Positive VOT* and *Artificial Zero VOT* as voiceless.

4 Results

4.1 Discrimination Results

Table 1 shows the descriptive analysis of the data obtained from the AxB discrimination task. The three possible answers to be assigned by the participants in this task are divided into three columns. The *accuracy* column provides the percentage of times in which the group of participants was able to successfully discriminate between the VOT patterns of the initial consonant in question. The *equality* column displays the percentage of times in which the given group of participants determined that the three productions in the AxB sequence were initiated by the same consonant – that is, there was no discrimination between VOT patterns in that amount of tokens. The *error* column provides the percentage of times in which subjects made a wrong discrimination of

stimuli, by giving an (ABB) response to an (AAB) sequence, for example (see *subsection 3.4* for a more comprehensive explanation).

Table 1 – AxB Discrimination Task Results

Contrast	Native Speakers			Brazilian Learners		
	accuracy	equality	error	accuracy	equality	error
<i>Negative VOT</i> vs <i>Artificial Zero VOT</i>	10.41% (25/240)	82.91% (199/240)	6.66% (16/240)	65.68% (134/204)	23.52% (48/204)	20.78% (22/204)
<i>Negative VOT</i> vs <i>Positive VOT</i>	92.08% (221/240)	2.05% (6/240)	5.41% (13/240)	91.66% (187/204)	1.96% (4/204)	6.37% (13/204)
<i>Artificial Zero VOT</i> vs <i>Positive VOT</i>	77.50% (186/240)	12.08% (29/240)	10.41% (25/240)	39.21% (80/204)	51.96% (106/204)	8.82% (18/204)

Aiming to test *Hypothesis 1* (H1 in *subsection 3.6*), a series of statistical tests were conducted, in which we tested whether Brazilians and Americans differed in their performance on the AXB discrimination task (see *Table 1*). We conducted a *Mixed Repeated Measures Analysis of Variance*⁹ (hereafter *rANOVA*), with the three discrimination possibilities (accuracy, equality, error) as the within-participants variable and the two groups of participants (Brazilians and Americans) as the between-subjects variable. Follow-up *Paired Samples T-Tests* and *Independent Samples T-Tests* were conducted when necessary.

In regards to the *Negative VOT x Artificial Zero VOT* contrast, the *rANOVA* results indicated that there was a main effect of discrimination (*accuracy, equality, and error*), [$F(2,70) = 64.560$; $p < .01$]. Follow-up Paired T-Tests indicated that, when we consider the performance of all participants together, *equality* ratings ($M = 6.68$; $SD = 4.05$) were not

⁹The Repeated Measures Analysis of Variance is a parametric statistical test used for within-subjects designs with more than two independent variables, in which all participants are measured on every condition of the design.

significantly higher than *accuracy* ratings ($M = 4.3$; $SD = 3.78$), [$t(36) = -1.869$; $p = .07$]. *Accuracy* ratings ($M = 4.3$; $SD = 3.78$) were, on the other hand, significantly higher than *error* responses ($M = 1.03$; $SD = 1.28$), [$t(36) = 5.056$; $p < .01$]; *equality* levels ($M = 6.68$; $SD = 4.05$) were also significantly higher than *error* ($M = 1.03$; $SD = 1.28$), [$t(36) = 7.351$; $p < .01$]. The interaction between type of discrimination patterns and the two groups of speakers was also significant, [$F(2,70) = 104.065$; $p < .01$]. Follow-up Independent Samples T-Tests were conducted to verify the nature of the interaction. Results indicated that learners ($M = 7.88$; $SD = 2.13$) were significantly more accurate than native speakers ($M = 1.25$; $SD = 1.16$) in establishing the contrast [*accuracy*: $t(35) = -11.264$; $p < .01$]. Levels of *equality* attributed to the contrast by the participants were significantly higher for native speakers ($M = 9.95$; $SD = 1.76$), compared to learners ($M = 2.82$; $SD = 2.03$), [$t(35) = -11.264$; $p < .01$]. The two groups of participants did not differ as to the error rate in this contrast.

As to the *Negative VOT x Positive VOT* contrast, the rANOVA results showed that there was a main effect of discrimination (*accuracy*, *equality*, and *error*), [$F(2,70) = 596.666$; $p < .01$]. Follow-up Paired T-Tests indicated that, averaging across all participants, *accuracy* levels ($M = 11.03$; $SD = 1.60$) were significantly higher than *equality* levels ($M = .27$; $SD = .65$) [$t(36) = 30.580$; $p < .01$]. *Accuracy* ($M = 11.03$; $SD = 1.60$) was significantly higher than *error* responses ($M = .70$; $SD = 1.19$) as well [$t(36) = 22.759$; $p < .01$]; *equality* ($M = .27$; $SD = .65$) levels were also higher than *error* responses ($M = .70$; $SD = 1.19$), [$t(36) = -2.462$; $p < .05$]. The interaction between discrimination and the two groups of speakers was not significant [$F(2,70) = .040$; $p = .961$], showing that both groups of speakers had similar performance on the discrimination test. Because the interaction is not significant, follow-up Independent Samples T-Test were not conducted.

In regards to the *Artificial Zero VOT x Positive VOT* contrast, the rANOVA results indicated that there was a main effect of discrimination (*accuracy*, *equality*, and *error*), [$F(2,70) = 50.932$; $p < .01$]. Follow-up Paired T-Tests indicated that, taking all participants together, *accuracy* ratings ($M = 7.19$; $SD = 3.29$) were significantly higher than *equality* ratings ($M = 3.65$; $SD = 3.34$), [$t(36) = 3.291$; $p < .01$]. *Accuracy* ($M = 7.19$; $SD = 3.29$) was significantly higher than *error* ($M = 1.14$; $SD = 1.15$) as well [$t(36) = 10.215$; $p < .01$]; the same being found for *equality* levels ($M = 3.65$; $SD = 3.34$) and *error* responses ($M = 1.14$;

SD = 1.15), [$t(36) = 4.034$; $p < .01$]. The rANOVA also showed that the interaction between discrimination and the two groups of speakers was significant [$F(2,70) = 32.419$; $p < .01$]. Follow-up Independent Samples T-Tests were conducted to verify the nature of the interaction. Results indicated that native speakers ($M = 9.30$; $SD = 2.08$) were significantly more accurate than learners ($M = 4.71$; $SD = 2.68$) in establishing the contrast [*accuracy*: $t(35) = 5.859$; $p < .01$]. Levels of *equality* attributed to the contrast by the participants were significantly higher for learners ($M = 6.24$; $SD = 3.09$), compared to native speakers ($M = 1.45$; $SD = 1.43$), [$t(35) = -6.193$; $p < .01$]. The two groups of participants did not differ as to the error rate in this contrast.

As a summary, the statistical analysis of the data obtained from the AxB discrimination task suggests that a) native speakers and Brazilian learners of English did not differ as to their capability of discriminating *Negative VOT* from *Positive VOT* – both groups were rather accurate in making the distinction; b) the two groups of participants were significantly different in their discrimination of *Negative VOT* from *Artificial Zero VOT* – learners were more accurate than native speakers; c) the groups differed significantly as to their capability of contrasting *Artificial Zero VOT* and *Positive VOT* – native speakers were more accurate than learners. This is what we had predicted in *Hypothesis 1* (see *subsection 3.6*), and therefore we state that the hypothesis was corroborated.

4.2 Identification Results

The descriptive analysis for the data extracted from the identification test is displayed in Table 2. The *voiceless* column provides the percentage of times in which the voicing pattern in question was labeled as a voiceless segment (/p/, /t/ or /k/); the *voiced* column, on the other hand, shows the percentage of times in which that voicing pattern was labeled as a voiced segment (/b/, /d/ or /g/). The *error* column displays information on the percentage of times in which subjects could not identify the correct place of articulation of the stimulus, regardless of its voiceless or voiced feature – an instance of that case would be the one in which a participant assigned a /p/ response to an aspirated [t] production.

Table 2 – Identification Task Results

Voicing Pattern	Native Speakers			Brazilian Learners		
	voiceless	voiced	error	voiceless	voiced	error
<i>Negative VOT</i>	0.83% (1/120)	99.16% (119/120)	0% (0/120)	0% (0/102)	100% (102/102)	0% (0/102)
<i>Zero VOT</i>	0.83% (1/120)	95.83% (115/120)	3.33% (4/120)	22.54% (23/102)	75.49% (77/102)	1.96% (2/102)
<i>Artificial Zero VOT</i>	19.16% (23/120)	76.66% (92/120)	4.16% (5/120)	76.47% (78/102)	17.64% (18/102)	5.88% (6/102)
<i>Positive VOT</i>	99.16% (119/120)	0% (0/120)	0.83% (1/120)	99.01% (101/102)	0% (0/102)	0.98% (1/102)

Aiming to test *Hypothesis 2* (H2 in *subsection 3.6*), the same statistical tests from the analysis with the discrimination task were conducted in order to determine whether Brazilians and Americans differed in their performance on the identification task (see *Table 2*). Specifically, we conducted a *Mixed Repeated Measures Analysis of Variance* (hereafter *rANOVA*), with the three identification outcomes as the within-participants variable (voiceless, voiced and error) and the two groups of participants (Brazilians and Americans) as the between-subjects variable. Follow-up *Paired Samples T-Test* and *Independent Samples T-Test* were conducted when necessary.

With respect to the identification of segments produced with *Negative VOT*, the *rANOVA* results indicated that there was a main effect of identification (*voiceless*, *voiced*, and *error*), [F(2,70) = 16048.073; p < .01]. Follow-up Paired T-Tests indicated that, averaging across all participants, identification as *voiced* (M = 5.97; SD = .16) was significantly higher than identification as *voiceless* (M = .03; SD = .16) [t(36) = -110.000; p < .01]; identification as *voiced* (M = 5.97; SD = .16) was significantly higher than *error* responses (M = .00; SD = .00), [t(36) = -221.000; p < .01]. Identification as *voiceless* (M = .03; SD = .16) and *error* responses (M = .00; SD = .00) were not, on the other hand, significantly different [t(36) = -1.000; p = .324]. The interaction between identification outcomes and the two groups of speakers was not significant, [F(2,70) = .846; p = .433], indicating that groups did not differ in their responses to this VOT pattern and that there was no need for the conduction of follow-up Independent Samples T-Tests.

As to the identification of segments produced with *Positive VOT*, the rANOVA results indicated that there was a main effect of identification (*voiceless*, *voiced*, and *error*), [F(2,70) = 7943.017; $p < .01$]. Follow-up Paired T-Tests indicated that, when we consider the performance of all participants together, identification as *voiceless* (M = 5.95; SD = .22) was significantly higher than identification as *voiced* (M = .00; SD = .00) [t(36) = 157.770; $p < .01$]; identification as *voiceless* (M = 5.95; SD = .22) was significantly higher than *error* responses (M = .05; SD = .22) as well [t(36) = -78.168; $p < .01$]. Identification as *voiced* (M = .00; SD = .00) and *error* responses (M = .05; SD = .22), on the other hand, were not significantly different [t(36) = 1.434; $p = .160$]. The interaction between identification outcomes and the two groups of speakers was not significant here either, [F(2,70) = .013; $p = .987$], indicating that groups did not differ in their responses to this VOT pattern and that there was no need for the conduction of follow-up Independent Samples T-Tests.

As to the identification of segments produced with *Zero VOT*, the rANOVA results indicated that there was a main effect of identification outcomes (*voiceless*, *voiced*, and *error*), [F(2,70) = 283.440; $p < .01$]. Follow-up Paired T-Tests indicated that, considering performance of all participants, identification as *voiced* (M = 5.19; SD = 1.19) was significantly higher than identification as *voiceless* (M = .65; SD = 1.03), [t(36) = -12.592; $p < .01$]; identification as *voiceless* (M = .65; SD = 1.03) was significantly higher than *error* responses (M = .16; SD = .44), [t(36) = -2.834; $p < .01$]. Identification as *voiced* (M = 5.19; SD = 1.19) was significantly higher than *error* (M = .16; SD = .44) as well [t(36) = -20.645; $p < .01$]. There was a significant interaction between the identification outcomes and the two groups of speakers [F(2,70) = 15.157; $p < .01$]; therefore, follow-up Independent Samples T-Tests were conducted to verify the source of this interaction. Results indicated that learners (M = 1.35; SD = 1.16) identified *Zero VOT* as *voiceless* significantly more times than native speakers (M = .05; SD = .22), [t(35) = -4.890; $p < .01$]. The level of identification of the VOT pattern as *voiced* was significantly higher for native speakers (M = 5.75; SD = .55), compared to learners (M = 4.53; SD = 1.41), [t(35) = 3.552; $p < .01$]. The two groups of participants did not differ as to the error rate in the identification of this VOT pattern.

Finally, concerning the identification of segments produced with the *Artificial Zero VOT*, the rANOVA results indicated that there was

a main effect of identification outcomes (*voiceless*, *voiced*, and *error*), [F(2,70) = 44.178; $p < .01$]. Follow-up Paired T-Tests indicated that, when we consider the performance of all participants together, identification as *voiceless* (M = 2.73; SD = 2.09) and *voiced* (M = 2.97; SD = 2.21) were not significantly different from one another [t(36) = -.347; $p = .73$]. Identification as *voiceless* (M = 2.73; SD = 2.09) was, however, significantly higher than *error* (M = .30; SD = .66), [t(36) = -6.827; $p < .01$]; identification as *voiced* (M = 2.97; SD = 2.21) was also significantly higher than *error* (M = .30; SD = .66), [t(36) = -6.466; $p < .01$]. There was a significant interaction between the identification outcomes and the two groups of speakers [F(2,70) = 62.190; $p < .01$]; therefore, follow-up Independent Samples T-Tests were conducted to verify the source of this interaction. Results indicated that learners (M = 4.59; SD = 1.17) identified *Artificial Zero VOT* as *voiceless* significantly more times than native speakers (M = 1.15; SD = 1.18) [t(35) = -8.839; $p < .01$]. The level of identification of the VOT pattern as *voiced* was significantly higher for native speakers (M = 4.60; SD = 1.46), compared to learners (M = 1.06; SD = 1.14), [t(35) = 8.082; $p < .01$]. The two groups of participants did not differ as to the error rate in the identification of this VOT pattern.

Summarizing the analysis of our second perceptual task, we may suggest that participants do not differ as to their categorical identification of *Negative VOT* and *Positive VOT* as *voiced* and *voiceless* plosives, respectively. With respect to *Zero VOT*, groups differ significantly: although both groups tend to associate the VOT pattern with the production of a *voiced* plosive, the native speakers' association is more categorical, since a significant amount of learners identify the stimuli as a *voiceless* segment. In regards to the manipulated *Artificial Zero VOT*, we can state that groups diverge considerably, since learners tend to identify the stimuli with that VOT pattern as *voiceless*, but native speakers identify it as *voiced* – a difference which was statistically significant. *Hypothesis 2* (see *subsection 3.6*) was, therefore, partially corroborated: although there were significant differences between the groups in the identification of segments produced with the *Artificial Zero VOT* as predicted, there were also significant differences in the identification of plosives produced with *Zero VOT*. Additionally, we can confirm a tendency which was hypothesized, that native speakers would identify only segments with *Positive VOT* as *voiceless*, whereas the Brazilian learners would also do so as to segments with *Artificial Zero VOT*.

5 Discussion

The results presented in the previous section seem compatible with the dynamic and multimodal phonetic-phonological acquisition perspective underlying the present study. Firstly, native speakers of American English and Brazilian learners did not differ as to their perception of *Negative VOT* and *Positive VOT* as standard cues of voiced and voiceless plosives, respectively.

With respect to the perception of *Zero VOT*, the two groups also behave similarly in their perception of *Zero VOT* as associated with voiced plosives, although we see that the tendency for native speakers to make this association is stronger. If we were to suggest an explanation as to why native speakers' identification is more categorical, we might think of the fact that *Zero VOT* is actually the standard pattern for voiceless plosives in BP. It is perfectly possible that some instances of voiced segments produced with this VOT pattern may be perceptually associated with voiceless consonants by Brazilians, since at least one relevant cue – VOT – is typical of their L1 voiceless stops in those productions. That being the case, it is also possible that this association takes place in productions of one place of articulation more than the others – something which further verification of our data may reveal.

Above all, the difference which allows us to have interesting insights into the action of multiple acoustic cues lies in how the two groups of participants perceive the manipulated *Artificial Zero VOT*: for speakers whose L1 system is American English, the absence of the long lag of *Positive VOT* as an acoustic cue affects the discrimination between voiced and voiceless plosives (*voiceless* becomes *voiced*). On the other hand, this shift from *voiceless* to *voiced* does not happen for speakers whose L1 system is Brazilian Portuguese.

The answer for this equality between *Positive VOT* and the *Artificial Zero VOT* as patterns that stand for voiceless plosives in Brazilian learners' perception may lie in the action of other cues (such as burst intensity or the verified F0 value in the following vowel)¹⁰. It is quite reasonable to assume that these other cues – which presumably were not altered with the stimuli manipulation (see *subsection 3.3*) – are more relevant than *Positive VOT* to the Brazilian learners' perception of

¹⁰Such factors have been suggested by Sundara (2005), Oh (2011) e Kong *et al.* (2012).

these segments, in the sense that they are the ones that determine if the segment is to be perceived as voiceless. Furthermore, the fact that those manipulated segments seem to “confuse” learners’ perception, leading to a higher error rate in their performance in these tasks, may deserve attention. Thus, we are addressing different statuses of acoustic cues across linguistic systems.

In addition, it is interesting to notice that recent studies (REIS; NOBRE-OLIVEIRA, 2008; ALVES *et al.*, 2011; FRANÇA, 2011; SCHWARTZHAUPT, 2012; PRESTES, 2013) suggest that Brazilian learners in high proficiency levels produce what may be called “partial” aspiration of voiceless plosive consonants. However, as suggested in this paper, they still do not attribute a significant status to *Positive VOT* as determinant for the *voiceless* versus *voiced* distinction. Therefore, it may be necessary for learners to receive formal instruction, in order to draw their attention to this cue (ALVES, 2010; ALVES; MAGRO, 2011).

The results discussed above may serve as evidence for us to reinforce the idea that speech perception is guided by the action of multiple cues, and that these cues interact differently in separate linguistic systems, assuming a different status in each system. Therefore, this should be regarded as a fundamental assumption that should underlie any and all investigations in L2 phonetic-phonological acquisition we conduct, as well as the teaching of a foreign language.

References

ALVES, Ubiratã Kickhöfel. Uma discussão conexionista sobre a explicitação de aspectos fonético-fonológicos da L2: dados de percepção e produção da plosiva labial aspirada do inglês. In: POERSCH, José Marcelino; ROSSA, Adriana Angelim (Org.). *Processamento da Linguagem e Conexionismo*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2007, p. 155-185.

_____. *Efeitos da Instrução Formal na Aquisição de Aspectos Fonético Fonológicos do Inglês (L2) por Brasileiros*. 2010. 37f. Projeto de pesquisa. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010.

_____; SCHWARTZHAUPT, B. M.; BARATZ, A. H. Percepção e produção dos padrões de VOT do inglês (L2) por aprendizes brasileiros. In: FERREIRA GONÇALVES, G.; BRUM-DE-PAULA, M. R.; KESKE-SOARES, M. *Estudos em Aquisição Fonológica – Vol. 4*. Pelotas, RS: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2011. p. 3-4.

_____; MAGRO, Vivian. Raising awareness of L2 phonology: explicit instruction and the acquisition of aspirated /p/ by Brazilian Portuguese speakers. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 6, 2011.

BECKNER, C; ELLIS, N; BLYTHE, R; HOLLAND, J; BYBEE, J; KE, J; CHRISTIANSEN, M; LARSSSEN-FREEMAN, D; CROFT, W; SCHOENEMANN, T. Language is a Complex Adaptive System: Positional Paper. *Language Learning*, v. 59, s. 1, p. 1-26, 2009.

BEST, C. T.; TYLER, M. D. Nonnative and second-language speech perception: Commonalities and complementarities. In: BOHN, Ocke-Schwen; MUNRO, Murray J. *Language Experience in Second Language Speech Learning: Studies in honor of James Emil Flege*. Amsterdam: John Benjamins, 2007, p. 13-34.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: Doing Phonetics by Computer*. Version 5.3.48.

2013. Disponível em: <www.praat.org>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CHO, T.; LADEFOGED, P. Variation and universals in VOT: evidence from 18 languages, *Journal of Phonetics*, v. 27, p. 207-229, 1999.

COHEN, G. V. *The VOT Dimension: a bi-directional experiment with English Brazilian Portuguese stops*. 2004. 70f. Dissertação (Mestrado em Língua Inglesa) - Programa de Pós-Graduação em Língua Inglesa, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

DE BOT, K; LOWIE, W; VERSPOOR, M. A Dynamic Systems Theory approach to second language acquisition. *Bilingualism: Language & Cognition*, v. 10, n.1, p. 7-21, 2007.

ELLIS, N. The emergence of language as a complex adaptive system. In: SIMPSON, J. (ed.). *Handbook of Applied Linguistics*. London: Routledge, 2011, p. 666-679.

FLEGE, J. E; MUNRO, M. J.; MacKAY, I. R. A. Factors affecting strength of perceived foreign accent in a second language. *Journal of the Acoustical Society of America*, v. 97, n.5, p. 3125-3134, 1995.

FRANÇA, K. *A aquisição da aspiração das plosivas surdas do inglês por falantes do português brasileiro: implicações teóricas decorrentes de duas diferentes formas de descrição dos dados*. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, 2011.

GEWEHR-BORELLA, S. *A influência da fala bilíngue Hunsrückisch-Português Brasileiro na escrita de crianças brasileiras em séries iniciais*. 2010. 205f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, 2010.

KONG, E. J.; BECKMAN, M. E; EDWARDS, J. Voice onset time is necessary but not always sufficient to describe acquisition of voiced stops: The cases of Greek and Japanese. *Journal of Phonetics*, v. 40, p. 725-744, 2012.

LISKER, L; ABRAMSON, A. A Cross-language study of voicing in initial stops: Acoustical measurements. *Word*, New York, United States, v.3, n.20, p. 384-422, 1964.

OH, E. Effects of speaker gender on voice onset time in Korean stops. *Journal of Phonetics*, 39, p. 59-67, 2011.

PEROZZO, R. V.; ALVES, U. K. Implicações Dinâmicas para a Formação da Fonologia em L2. *Revista Signo*, vol. 38, n. 65, p. 247-260. UNISC, 2013.

POLLITT, A. *The meaning of OOPT Scores*. 2007. Retrieved: August 5th, 2014, from: <www.oxfordenglishtesting.com>.

PRESTES, S. P. C. Produção de consoantes oclusivas iniciais do Inglês por falantes nativos de PB. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, 2013.

PURPURA, J. *The Oxford Online Placement Test: What does it measure and how?* 2007. Retrieved: August 5th, 2014, from: <www.oxfordenglishtesting.com>.

REIS, M.; NOBRE-OLIVEIRA, D. Effects of perceptual training on the identification and production of English voiceless plosives aspiration by Brazilian EFL learners. INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE ACQUISITION OF SECOND LANGUAGE SPEECH, 5, Florianopolis, SC, 2008. *Anais...* Florianopolis, UFSC, 2008. p. 372-381.

SCHWARTZHAUPT, B. M. *Factors influencing voice onset time: analyzing Brazilian Portuguese, English and Interlanguage data*. 2012. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SUNDARA, M. Acoustic phonetics of coronal stops: A cross-language study of Canadian English and Canadian French. *Journal of the Acoustical Society of America*, 118, p. 1026-1037, 2005.

YAVAS, M. Factors influencing the VOT of English long lag stops and interlanguage phonology. In: RAUBER, Andrea S.; WATKINS, Michael A.; BAPTISTA, Barbara O. (Ed.). *New Sounds 2007. INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE ACQUISITION OF SECOND LANGUAGE SPEECH*, 5, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis, SC, UFSC, 2008, p. 492-498.

ZIMMER, M. C.; SILVEIRA, R.; ALVES, U. K. *Pronunciation instruction for Brazilians: bringing theory and practice together*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2009.

ZIMMER, M. C.; ALVES, U. K. A produção de aspectos fonético-fonológicos da segunda língua: instrução explícita e conexãoismo. *Revista Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 9, n.2, p. 101-143, jul. / dez. 2006.

_____; _____. *On the Status of Terminal Devoicing as an Interlanguage Process among Brazilian learners of English*. *Ilha do Desterro*, v. 55, p. 41-62, 2008.

_____; _____. *Learning to orchestrate time: Voicing patterns and gestural drift in L2 speech production. Resumos...* São Paulo School of Advanced Studies in Speech Dynamics. São Paulo, 2010, p. 47-48.

_____; _____. Uma visão dinâmica da produção da fala em L2: o caso da dessonorização terminal. *Revista da Abralín*, número especial 2, 2012.

Does the mental lexicon exist?

O léxico mental existe?

Lucilene Bender de Sousa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

lenebender10@gmail.com

Rosangela Gabriel

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

rgabriel@unisc.br

Abstract: One of the central and most intriguing components of language processing to researchers is the mental lexicon. The term was used for the first time by Ann Triesman in 1961 and we still do not have clear answers on how it is structured and how much information it contains, or even if there is something to be called a mental lexicon. For some time, the mental lexicon has been compared to a mental dictionary both storing and organizing word knowledge; however, they are surely different in structure and quantity / quality of information. Neuroimaging studies have also tried to bring contributions to these questions. Some researchers believe that there are many lexicons, one for each level of stored information (ULLMAN, 2007): orthographic, phonological, semantic and syntactic lexicons. Another group of researchers (MCCLELLAND; ROGERS, 2003; SEIDENBERG, 1997, etc.) postulates the existence of only one lexicon where all information levels are integrated. Recently, a new

audacious proposal has been done by Elman (2009), the inexistence of a mental lexicon. In this paper, we discuss the different views of the mental lexicon structure and content, in order to question the architecture of the lexical knowledge in the brain as opposed to what can be consciously thought as the speaker's lexical knowledge. We try to proceed on the discussion of Elman's new proposal and confront it to data obtained by behavioral, neuroimaging and computational studies. This theoretical review briefly explains the evolution of the mental lexicon conceptions from the dictionary-like to the no-lexicon proposal.

Keywords: linguistic knowledge; mental lexicon; network architecture; language processing; language description.

Resumo: Um dos componentes mais centrais e intrigantes do processamento da linguagem para os pesquisadores é o léxico mental. O termo foi usado pela primeira vez por Ann Triesman em 1961 e até o momento não temos respostas claras sobre como ele é estruturado e quanta informação contém, ou mesmo se existe algo a ser chamado de léxico mental. Durante algum tempo, o léxico mental foi comparado a um dicionário mental, responsável por armazenar e organizar o conhecimento de palavras; entretanto, certamente há distinções em termos de estrutura e quantidade / qualidade de informação armazenada. Alguns pesquisadores acreditam que existem vários léxicos, um para cada nível de informação (ULLMAN, 2007): léxico ortográfico, fonológico, semântico e sintático. Outro grupo de pesquisadores (MCCLELLAND; ROGERS, 2003; SEIDENBERG, 1997, etc.) defende a existência de apenas um léxico no qual todos os níveis de informação estão integrados. Recentemente, Elman (2009) apresentou uma nova e audaciosa proposta: a inexistência do léxico mental. Neste artigo, discutimos as diferentes perspectivas de estrutura e conteúdo do léxico mental com o propósito de questionar a arquitetura do conhecimento lexical no cérebro em contrapartida ao que pode ser conscientemente concebido como conhecimento lexical do falante. Procuramos dar continuidade à discussão proposta por Elman e confrontá-la com dados obtidos por estudos comportamentais, computacionais e de neuroimagem. Esta revisão teórica explica brevemente a evolução das concepções sobre o léxico mental desde a proposta da analogia ao dicionário até a proposta de sua inexistência.

Palavras-chave: conhecimento linguístico; léxico mental; arquitetura em rede; processamento da linguagem; descrição da linguagem.

Recebido em 24 de março de 2014.
Aprovado em 18 de novembro de 2014.

Introduction

This paper starts with a question “Does the mental lexicon exist?” To be able to address this question, it is necessary to establish what is meant by the word “lexicon”. The *Oxford Advanced Learner’s Dictionary* defines “lexicon” as (a) a list of words; b) a dictionary. There is no doubt that words exist and that they can be organized in lists, as can be seen in countless dictionaries available. To understand the nature of the mental lexicon it is also necessary to understand the cognitive nature of words. Saussure (1986) postulated the double dissociation of the sign: a signifier (the form) plus a signified (the meaning). The dual side coin metaphor, however, does not explain the complexity of meaning, therefore it is more plausible to associate a word with an irregular form like a diamond which has many faces representing many meanings. According to Vygotsky (2001), the meaning of a word represents a close amalgam of thought and language. Words probably do not have static definitions in the brain; most of them are polysemic and have literal and non-literal meanings that vary according to the context. Then, it seems more plausible to think as Elman (2004): words are clues to meanings.

Therefore, the lexicon is a core structure for language description and learning. When people start learning a language, one of the first steps is to learn a basic list of words. A similar step is taken by researchers; lexicon is a start point for language description. So, the existence of a lexicon that participates in all language processes, production and comprehension is a consensus. However, some disturbing questions come out when one tries to imagine how the knowledge of words that every language user has is stored and organized in the brain. Is the mental lexicon just a theory apparatus? Does it really exist in the brain? How is lexical information stored? Is it a dictionary-like structure? These may be mere speculations, but they constitute important issues for psycholinguistics research.

The beginning of Cognitive Sciences dates from the 1950s (TEIXEIRA, 1998) with the emergence of Artificial Intelligence and

Computational Sciences that enabled new methods for understanding language processing. From the association of cognitive processes and computer processes, two paradigms were developed: symbolism and connectionism. The former tries to simulate the mind and the latter tries to simulate the brain. These two paradigms have produced many computational models of language processing. Presently, despite their limits, they strongly influence more advanced methods such as neuroimaging studies, which have been progressing especially from the 1990s.

The existence of a lexicon has been postulated by prominent researchers of language and cognition. According to Coltheart (2001), Ann Triesman in 1961 was the first to name a word store as a ‘mental dictionary’. However, “the human word-store” (AITCHISON, 1987) is much larger and complex than a dictionary and it has no fixed content. In face of these differences, Forster (1997) advises “whatever the limits of our understanding, we now know not to trust whatever intuitions we may have had on the basis of the dictionaries on our bookshelves”, highlighting that a dictionary-like structure is too intuitive to be followed by researchers.

For some researchers the lexicon is a less important structure. Chomsky (1995, p. 235) claims it is “a list of ‘exceptions’, whatever does not follow from general principles”, it is the source of languages variation. Fodor (1983, p. 80) suggests that “the mental lexicon is a sort of connected graph, with lexical items at the nodes and with paths from each item to several others”; it is a specialized computational mechanism inside the language module that contains only definitional information. More recently, in opposition to the new lexicalism, he argues that the lexicon is a label where people put things they do not know what to do with and they do not want to think about (FODOR, 2002, p. 75). Pinker (1998, p. 222) posits that “there is a lexicon of words for common or idiosyncratic entities; the psychological mechanism designed to handle it is simply a kind of memory”; working in association with the mental grammar (rules) to combine words. The same view is shared by Ullman *et al.* (2005, p. 185): “the lexicon contains memorized pairings of sound and meaning [...] non-compositional words and idioms, and it is governed by mental grammar rules”. Jackendoff (2002, p. 130) assigns a more relevant role to the lexicon if compared to grammar, considering the mental lexicon as “the store of words in long-term memory from which the grammar constructs phrases and sentences”, and where grammar information is stored. Therefore, in Jackendoff’s view, grammatical information is embedded in lexical knowledge and do not constitute a hierarchical structure with grammar ruling over lexical items.

For other researchers, the mental lexicon is a central structure. Formalists like Mel'cuk (2000, p. 1) asserts that “an ECD-type¹ lexicon must, and I think in the nearest future will, be one of the main components of any linguistic description”. The lexicon is the core component of language and contains enriched linguistic knowledge. For connectionist such as Seidenberg and McClelland (1989, p. 560), “knowledge of words is embedded in a set of weights on connections between processing units encoding orthographic, phonological, and semantic properties of words, and the correlations between these properties.”; it is embedded in a distributed network. Therefore, the mental lexicon is embedded in a distributed integrated network.

Despite arguing in favor of different views, researchers assume the existence of a kind of mental lexicon knowledge. In this paper, we explore different mental lexicon architectures, covering three approaches: the multiple lexicons view, the single lexicon view and the no-lexicon view. We start with an overview of the dissociation between multiple and single architectures and then we focus on the discussion of a new intriguing proposal, the existence of lexical knowledge without a mental lexicon. Would it be possible to propose language knowledge and processing without a lexicon? Would it be possible to explain language knowledge by an integrated language network able to store lexical (semantic and pragmatic) and grammatical knowledge in its nodes?

Multiple lexicons view

According to Coltheart (2001), one of the first models to pose a distinct store of words was Lichtheim (1885), whose model of spoken word processing was organized in three structures: a center for motor word representation, a center for auditory word representation and a concept structure. Presently, Coltheart (2001) identified similarities between Lichtheim's model and many other models, such as the ones proposed by Morton and Patterson (1980), Harris and Coltheart (1986),

¹ECD - Explanatory Combinatorial Dictionary. Despite the Meaning-Text Model be uniquely a linguistic description attempt, without an explicit association with cognition and the mental structure of lexical knowledge, we mention it because of the importance that the lexicon has in Mel'cuk (2000) model.

Ellis and Young (1988), and Kay, Lesser and Coltheart (1992). They postulate distinct cognitive modules for language processing: a) a store of concepts; b) a store of sound pictures - or auditory input - representation; c) a store of spoken words - output- representation; d) a store of object representations. Separate stores for distinct information levels.

The multiple lexicons view also has its origins in a more general theory of domain specific faculties in the brain (Franz Joseph Gall 1758-1828). More recently, the modularity theory has been modified by Fodor (1983). He postulates the existence of two systems in the mind: input system and central system. The former constitutes a family of six functionally distinct modules: hearing, sight, touch, taste, smell and language; within them there are highly specialized computational mechanisms. The input systems are domain specific, mandatory, informational encapsulated, neurologically hardwired and innately specified; their main function is input analysis. Central systems are less known and explored by science. They have the function of fixation of beliefs. They are not domain specific neither encapsulated; they concern more general mental processes that are not local as analogical reasoning. Fodor (1983) is concerned about psychological faculties, among them language, which is one of the input systems and shares all the listed characteristics with them.

The idea of distinct modules that perform local processes composed by specialized computation mechanism is surely present in the multiple lexicons view. Beyond this view, researcher's detachment criteria vary on: semantic *vs.* lexical, orthographic *vs.* phonological, lexical *vs.* grammatical, L1 *vs.* L2.

Aphasic research provides evidence for the existence of "different lexicons, according to the kind of information they store: semantic information would be stored in a set of brain regions, syntactic information in another place and phonological in a third set" (LENT, 2001, p.627). The same author lists, from Wernicke's model updated, the following locations:

- Semantic lexicon: middle and inferior temporal gyrus, where the anterior pole is responsible for identifying people's names, and the posterior pole for animals and objects.
- Syntactic lexicon: frontal cortex anterior to Broca's area.
- Phonological lexicon – Wernicke's area.

Hillis (2001) postulates the existence of distinct lexicons for auditory and written information. She presents a schematic representation

of the organization of the lexical system based on evidence from aphasic patients. This representation has two lexicons: one phonological and one orthographic; they are subdivided into input and output according to their functions. As a result of this proposal, literacy involves the creation of a new store of lexical information, a visual store named orthographic lexicon.

Following the same path, Teichmann and colleagues (2012) present evidence for lexical and semantic distinction. They present a case report about a patient with semantic dementia: the patient could not define very common words but she could resolve anagrams with the same performance of healthy people even without knowing their meanings. According to the authors, “lexicon and word semantics are 2 distinct functional and presumably anatomic entities” (*Ibid.*, p. 2); the orthographic lexicon is stored in inferior temporal cortices in an area named the visual word form area, while semantic information is stored in the anterior temporal cortices. This case study corroborates the multiple view underpinning an autonomous mental lexicon and a dissociated semantic store.

Ullman (2007, p. 268) situates the mental lexicon “on temporal lobes, mainly but not exclusively in the left hemisphere”, where phonological processing occurs in mid-to-posterior superior temporal cortex and conceptual information in front and below phonological region. Ullman and colleagues (1997) advocate that language processing is dependent on more general cognitive networks, so that there is a correspondence between the mental grammar and the procedural memory (frontal / basal ganglia), and between the mental lexicon and the declarative memory (temporal-parietal / medial-temporal). Data from studies on Alzheimer, Parkinson and Huntington’s disease patients point to dissociation between grammar and lexical-semantic functions in the brain. The two systems interact in many ways (ULLMAN, 2004): damage in one system can lead to improvement on learning and processing of the other; some types of knowledge can be acquired by both systems; a knowledge that firstly was declarative can become automatized on procedural memory. This proposal contributes to unify research on mind and brain because it tries to correlate structures postulated in mental models with brain functions and areas.

Lexical and grammatical dissociation is also present in Sahin and colleagues’s work (2009). They investigated linguistic processing in Broca’s area using intracranial electrophysiology (ICE). Their aim was to find out whether there is distinct time and space in lexical, grammatical and phonological processes. The experiment design has three different conditions:

a) Read: only read and repeat sentences followed by a word (verb or noun), no change required; b) Null-Inflect: read a sentence (e.g. every day they) and then read a verb or noun (e.g. to walk), requires inflection; c) Overt-Inflect: read a sentence (e.g. yesterday they) followed by an infinitive verb (e.g. to walk), require inflection and change in phonology.

The results showed a three step serial process: a) ~200ms lexical information (word identity) sensitive to word frequency and subsequent to primary lexical access in the temporal lobe; b) ~320 inflectional processing (grammatical endings) channel A3-4 of area 45; c) ~450 phonological processing (word sounds) channel A4-5 of area 45. The authors conclude that there is a “spatiotemporally distinct process” of lexical, grammatical and phonological information.

Hagoort and Levelt (2009) found in Sahin and colleagues’ investigation, mentioned above, confirmation for their theory of lexical access (LEVELT, 2001) represented in the following picture.

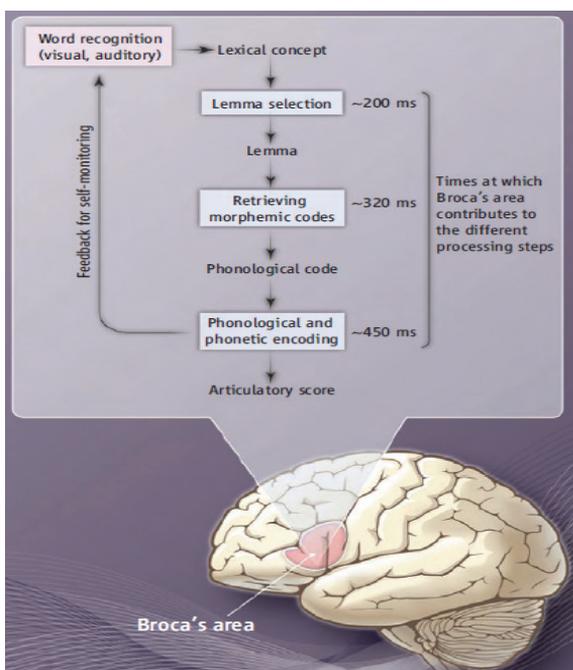


Figure 1 – Adapted version of the lexical encoding model for speech production specifying stepwise neuronal processing of language and speech.

Source: Hagoort and Levelt (2009, p. 372).

The theory postulates a serial two-system architecture for language production. The first system is responsible for lexical selection, which occurs in two steps: conceptual focusing / perspective taking that accesses lexical concept, and lemma selection that accesses syntactic information. The second system receives information from lemma selection and proceeds form encoding. It occurs in three steps: retrieving morphemic phonological codes, prosodification syllabification, and phonetic encoding. The model posits the existence of a “mental syllabary” and has been implemented in a computational model *WEAVER++*. Levelt’s model is a classical example of a multiple and serial view of lexical processing.

The multiple lexicon view is also found in bilingualism studies. They address the question of how multiple languages are stored, either in a unique lexicon or in many lexicons, one for each language. Singleton (2007, p. 13) agrees that there is a strong cross-lexical connectivity between the lexicons; however, he argues that there is no evidence to support the “notion of a complete absence of differentiation”. He mentions four main arguments in favor of a separation: a) modularity hypothesis; b) language different formal terms; c) selective recovery of languages lost in brain damage episodes; d) contrastive analysis hypothesis; e) other circumstances of language lost. Singleton makes a brief review of seven studies that support the view of partial but not total integration.

On a review of bilingual models, Heredia (2008) also confirms the predominance of the multiple view. Hierarchical models propose one conceptual level and two lexicons, and on the revised version the two lexicons are interconnected bi-directionally via lexical links. The distributed conceptual feature model also distinguishes the lexicons and postulates that the words in the two lexicons can share more or less semantic features - the more they share, the more similar their concepts will be. The bilingual interactive model, a connectionist model, assumes two lexicons too. All bilingual models referred in her work, despite their differences, postulate the view of multiple lexicons for different languages.

In this brief review, it is evident that the multiple lexicons view is strong and supported by a tradition of theoretical models and by different sources of investigation. Postulating different lexicons for different linguistic information might be a simple solution for language models.

However, it is questioned by researchers that argue in favor of a more integrated architecture, more consonant with the brain connectivity. The next section will present new elements to the discussion.

The single lexicon view

The single lexicon view is influenced by connectionists' models that postulate unified processes. Connectionist models try to simulate the activity of the smallest processing units of the brain, the neurons, and the weight of the connections among them, the synapses. They are "computational models often used to model aspects of human perception, cognition, and behavior, the learning processes underlying such behavior, and the storage and retrieval of information from memory" (MCCLELLAND; CLEEREMANS, 2009, p.177). The main characteristics of these models are network connectivity and parallel processing. Knowledge is not stored in modules, but it is distributed in the neural networks. Neuron-like units are distributed in hierarchical layers: input, hidden and output layers. There are no fixed previous rules, but a learning algorithm capable of adjusting the strength of connectivity ('synapses') between the units ('neurons') through learning experience. According to Söhngen (2004, p. 224), distinct brain regions are not responsible for complex mental faculties, as proposed by modularists, but they make complementary operations.

Concerning the mental lexicon, some connectionist models postulate the existence of only one lexicon and some other postulate the inexistence of a lexicon, this is the "no-lexicon view" to be presented in the next section. This difference comes from the network architecture. When simulating a process as speaking and reading one needs to have a previous theory to guide the design of layers and their function. So you can build complex models with many unit layers or simple models with just three layers and a single route process.

One of the most influential connectionist models was proposed by McClelland and Rumelhart (1981). The Interactive Activation Model of context effects in letter perception is organized into six interactive levels: a higher level (top-down input – conceptually driven), a word level, a letter level and a feature level, a phoneme level and an acoustic feature level (see FIGURE 2). The word level is the lexicon of the system; it has 1.179 four-letter words. The process is parallel, then it occurs

simultaneously in several levels; it is also interactive, so that top-down processing occurs in conjunction with bottom-up ones. “Communication proceeds through a spreading activation mechanism in which activation at one level spreads to neighboring levels.” (*Ibid.*, p. 378). Input is processed through excitatory and inhibitory messages sent by the levels. In the word level, the units are mutually inhibitory, so that they compete with each other. Although not considering the higher level, phonological processing and reciprocal activity for simulations, the model shows robustness and accounts for the results on letter perception in words and nonwords (pseudowords) reported in the literature.

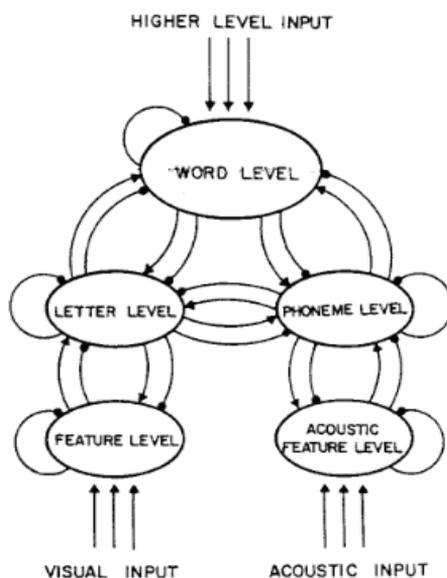


Figure 2 – The Interactive Activation Model.

Source: McClelland and Rumelhart (1981, p. 378).

A similar model was created to speech perception: TRACE (MCCLELLAND, ELMAN, 1986) is also an interactive activation model, meaning that “information processing takes place through the excitatory and inhibitory interactions among a large number of processing elements called units” (*Ibid.*, p. 2). Activation spreads through three unit levels: features (ex: voiced, nasal), phonemes and lexical entries, that mutually

influence each other. Each level has its own detectors. Regarding the lexicon “there is a unit for every word in every time slice. Each of these units represents a different hypothesis about a word identity and starting location.” (*Ibid.*, p.18). TRACE II² has 211 words stored. Their representation is phonological, there is no semantic representation, as the model’s aim is to simulate perception. Norris (1994) reformulated TRACE and created the Shortlist Model, whose main difference is a bottom-up architecture and two-stage processing (lexical search and constraint satisfaction). It also has a lexicon where lexical search occurs. Despite its larger vocabulary word recognition, Shortlist Model just accounts for word recognition, not for phoneme recognition as TRACE, and fits more into modular models.

Caramazza (1996), based on neuroimaging studies of Damasio *et al.* (1996), proposes the existence of a lexical representation, abstract and modality independent, that mediates phonological and conceptual representation. The lexical level is organized into semantic categories in the left temporal lobe. Figure 3 illustrates the model.

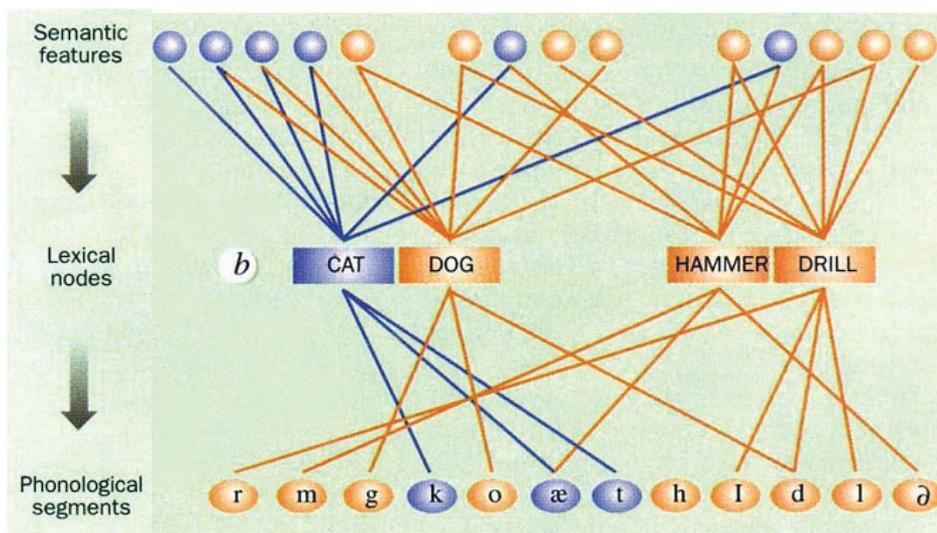


Figure 3 – Speech production model.

Source: Caramazza (1996, p. 485).

²TRACE I is for computation and TRACE II is for psychological modeling.

In this proposal, the mental lexicon seems not to hold phonological nor semantic knowledge, but it mediates and integrates the two levels. It is not clear if the word level is similar to the lemma level, where syntactic information would be represented. He claims that “the part of word knowledge that is organized categorically in the left temporal lobe is the lexical level and not the conceptual or phonological levels” (*Ibid.*, 1996, p. 485). Lexicon here seems to be an interface level that connects semantic and phonological segments. On the contrary, in the model’s reformulation, Caramazza (1997) clearly excludes the lemma level and denies the existence of any interface, so that semantic nodes are directly linked to orthographic lexemes, syntactic features and phonological lexemes.

An interesting model developed by Dell, Chang and Griffin (1999) is the Aphasia Model which tries to explain error patterns aphasic and nonaphasic speakers make in picture naming experiments. Its architecture is made of three layers: semantic features, words and phonemes. The layers are linked by bidirectional excitatory connections that interactively activate each other. It is different from the previous model because it has two steps of retrieval: lemma selection and phonological encoding. To simulate aphasic errors, the system is lesioned by reducing activation transmission and maintenance between layers. Despite its limits, the model has excellent results. It accounts for normal and aphasic performance on picture naming tasks confirming the authors’ hypothesis that “brain damage entails disruption in the ability to transmit and maintain activation.” (*Ibid.*, p. 524). Aphasia research usually points to separate stores of knowledge, since patients exhibit different kinds of errors; this model, however, explains errors in a very simple way, challenging the multiple lexicons view.

Other relevant single view model was designed by Burke and Shafto (2004) to explain the tip-of-the-tongue (TOT) phenomenon especially in older adults. The Transition Deficit Model has three wide systems organized into interactive information nodes: a) semantic – propositional nodes and lexical nodes; b) phonological – syllable nodes and phonological nodes; c) orthographic – irregular nodes and orthographic nodes. According to the authors, “TOTs occur when semantic and lexical representations corresponding to a word are activated, causing a strong feeling of knowing the word, but activation of phonological information about the word is incomplete.” (2004, p. 22). They explain that the failure

occurs because phonological representations become weak particularly in elderly speakers. Other cause of weakened connectivity is recency and frequency of word's activation. The model also explains spelling errors associated with phonology, this was the reason to include an orthographic system. Older adults tend to maintain and improve semantic knowledge; however, they have increasing problems with form retrieval. The model explains a phonological activation deficit. The main point in this model is the position of lexical representation; it is not an independent system as in other models; it is inside the semantic system. This seems to be an intermediate position between the single lexicon view and the no-lexicon view exposed in the next section.

The single lexicon view has a variety of models that can explain and some actually simulate the human linguistic behavior challenging modular theories. However, besides its gain in interactivity and parsimony, it also faces problems like the uncertainty about words representation. Assuming the existence of a word level raises questions like: what information is represented in the lexicon and how? The single view models were the precursors of the no-lexicon view, as can be seen in the next section.

The no-lexicon view

Some connectionists go further and propose linguistic models without a mental lexicon, where all information levels (semantic, syntactic, phonological, orthographic, sensorial, pragmatic, etc.) are integrated and interconnected in the same network. The no-lexicon view is not actually new, it has been discussed by connectionists for many years, but it seems to be reinforced since Elman's proposal (2004). One may say it is just a matter of architecture, but simple recurrent networks (SRN) produce impressive results. They do not draw a distinction between semantic and lexical memory and can perform linguistic tasks as reading (SEIDENBERG; MCCLELLAND, 1989), lexical decision (BULLINARIA, 1995) and prediction (ELMAN, 1990). These results raise questions like: if a simple network can have human like performance on language tasks without a lexicon, does the mental lexicon really exist? The interdependence of semantic memory and lexical memory (phonological and orthographic labels) is a challenging question to psycholinguists.

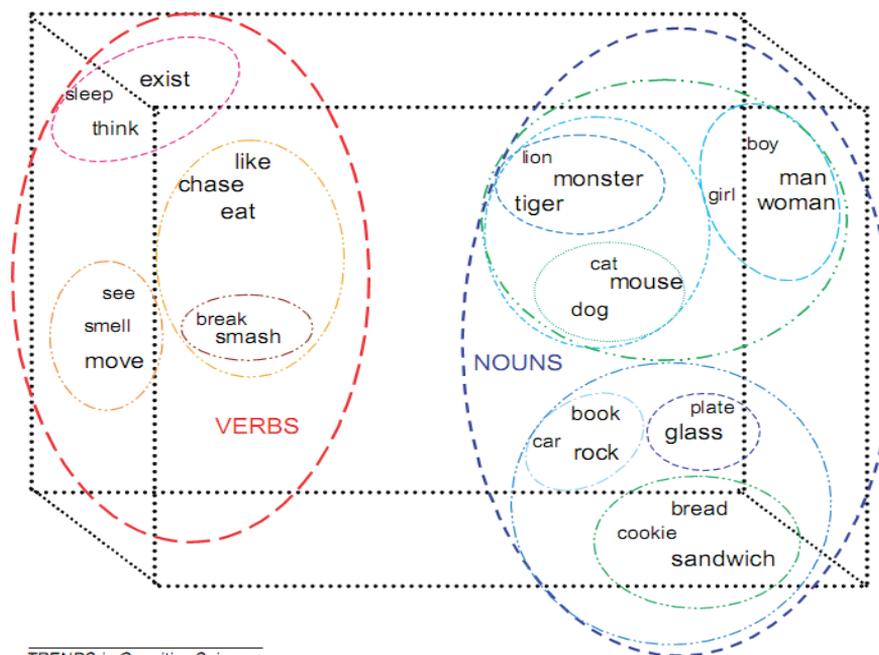
A very influential model that drives this view is the Distributed Developmental Model of Word Recognition and Naming (SEIDENBERG; MCCLELLAND, 1989). It is a very robust model with four main representational units: orthography, phonology, meaning and context, plus three hidden units that mediate the others. Its main precursor is the Interactive Activation Model of Word Perception (MCCLELLAND; RUMELHART, 1981), briefly described in the previous section. Its primary difference is the exclusion of feature levels and word level (lexicon). The model assumes reading as the computation of three types of codes: orthographic, phonological and semantic codes. These codes have distributed representation and their representation building is interactive since the three levels influence each other. The model was implemented in a simplified version (just three units: orthographic, hidden and phonological) and focused on learning processes. Beyond the important results of its simulations is the model's effectiveness on lexical decision without lexical access. The authors explain that "lexical memory does not consist of entries for individual words" and "knowledge of words is embedded in a set of weights on connections between processing units encoding orthographic, phonological, and semantic properties of words, and the correlations between these properties." (MCCLELLAND; ST. JOHN; TARABAN, 1989, p. 560). Lexical representation is not stored in one or multiple lexicons. It is distributed in a network; therefore there is no lexical access, no lexical retrieval and no lexical integration. There is the activation of different levels of information in a network.

An important characteristic of the no-lexicon view is the inseparability of lexicon and grammar. Bates and Goodman (1997) make an extensive review of investigations into language acquisition of normal and atypical population, neurological disorders among older children and adults, and also online processing studies. They claim that there is no consistent evidence for a modular independent process of grammar and lexicon. Based on Elman (1990, 1993) and many other reviewed researches, they suggest that "grammar knowledge may take a much less explicit form, emerging from the process by which words and morphemes are activated in time." (BATES; GOODMAN, 1997, p. 565). According to this view, all linguistic information is contained in a complex and integrated network and it is distributed in a high-dimensional space with different linguistic levels, but that are not stratified nor encapsulated in nature.

The no-lexicon view has its origins at Seidenberg and McClelland (1989), McClelland and colleagues (1989), followed by Elman (1990, 1993) and it clearly grows in Elman's papers published in 2004 and 2009 when he finally proposes the inexistence of a mental lexicon. As Bates and Goodman (1997) explain, changes in generative theory (CHOMSKY, 1995) weakened grammar emphasis, while the appearance of publications as Lexical Functional Grammar (BRESNAN, 2001) and Usage-based theory (TOMASELLO, 1992) makes the trend through lexicalism to return to linguistics. So that not just connectionist models, but other psycholinguistic theories start admitting lexicon as an integration structure of all linguistic information levels. This theoretical change collaborates to Elman's proposal acceptance and growth.

Elman (2004) proposes "an alternative view of mental lexicon" based on Hebb's (1949) assumptions and on simple recurrent networks. He suggests to "[...] treat words as stimuli, whose 'meaning' lies in the causal effects they have on mental states." (*Ibid.*, p. 306). Words work as clues (stimuli) to activate a pool of nodes and connections that can be described as a word meaning in a discourse context, words' categories are emergent from the location in a high-dimensional state space. They work "as 'operator' rather than as 'operand'" (*Ibid.*, p. 301). Therefore the mental lexicon is not a passive word store as a long list of information. It is in fact a great dynamic network where senses are distributed and sensitive to context. The meaning of a word group depends a lot on the meanings of the constituent words, therefore sense and meaning are context depended.

Elman (2004) illustrates his ideas exemplifying how a simple recurrent network can learn to predict words. In this simulation experiment implemented by Elman (1990), words receive a code of 0s and a single 1 and have no linguistic information. The network's architecture is formed by four units: input, hidden, output and context. After training sentences, the network is able to predict the next word. The hidden unit evokes patterns that reflect the word's category membership in response to each word. As shown in Figure 4, the network is capable of organizing words in groups of nouns (animate – animals, humans; inanimate – food, breakables) and verbs (intransitive, transitive – always and sometimes).



TRENDS in Cognitive Sciences

Figure 4 - Schematic visualization, in 3D, of the high-dimensional state space described by the SRN's hidden-unit layer.

Source: Elman (2004, p. 304).

What is impressive is that each occurrence of the same word produces a similar but not an identical space. “The actual words that one processes in any given utterance are ‘tokens’ of that type” (ELMAN, 2004, p. 303). For example, ‘boy’ is a token of human type, ‘bread’ is a token of food type. The state is produced in the same bounded region, but it is different because it is loaded of information from prior context experience. In sum, the network, without any previous linguistic information or rule, is capable of producing syntactic distinction, nouns and verbs, semantic distinction and combination, word categories and word groups, and learns how to make word predictions in a sentence. Therefore lexicon and grammar emerge as a result of learning.

In 2009, Elman finally proposes “to do away with one of the objects most cherished by language researchers: the mental lexicon. I

do not call into question the existence of words, nor the many things language users know about them. Rather, I suggest the possibility of lexical knowledge without a lexicon” (2009, p. 2). This view is supported by a considerable amount of research that suggests increasingly richer and more detailed lexical representations, in which lexical, syntactic and event knowledge are strongly integrated and context driven.³ As limits between information levels and linguistic and non-linguistic aspects become unclear, the quantity of information supposedly retained in the mental lexicon is amplified. It takes us to an impasse: after all, how could the lexicon contain representation of all levels of information being it linguistic or non-linguistic?

Elman’s solution is the exclusion of the mental lexicon as the traditional structure usually postulated by theories. Lexical representation in his view is integrated to the other linguistic levels (syntactic, semantic, phonologic, pragmatic, etc.). Language is a dynamic system which does not follow previously established rules; on the other hand, rules can be useful to describe a language system. According to Elman (2009, p. 2), words should be treated “not simply as flesh that gives life to grammatical structures, but as bones that are themselves grammatical rich entities”. Words work as external stimuli that affect the system’s internal state as a function of the network’s prior state (memory) and the network’s dynamical structure (grammar) encoded in its weights. In brief, grammar is determined by use and word meanings too, supporting an account of context dependent meaning. What is behind this view is a very basic principle of connectionism: statistic generation – frequency and stimuli sensitivity. The author argues that his alternative view, where all information is unified and interacts, is more suitable to account for language dynamism, especially because it can explain words’ meaning ambiguity and context dependency.

Hebb’s postulates⁴ are also revisited by Pulvermüller (1999). In his perspective, knowledge is not represented in small areas in the

³Verbs are a good example; a verb entry should contain subentries for each sense, subcategories frames and their probabilities for each sense, and argument / thematic role for each sense.

⁴“The entire cortex is an associative memory” (PULLVERMÜLLER, 1999, p. 254) and association occurs between coactivated neurons that can be adjacent or distant; these associated neurons develop a functional unit (cell assembly).

brain nor it is entirely distributed. Knowledge is represented by cell assemblies that have a specific function and topography, but are not necessarily closely situated. Pullvermüller (1999) proposes a prominent improvement: “connection strength is not only modified by coincident activity, it also changes if only one of two connected neurons is active while the other one is inactive.” (*Ibid.*, p. 255) He calls this new principle ‘correlational learning’; its main advantages are frequency information store and strength of correlated activations, important characteristics of connectionist models.

Regarding words, Pullvermüller (1999) explains that their representation is bilaterally distributed in an interconnected network of cell groups with a well defined cortical topography. He claims that a brain representation is a picture of cell groups whose activity is simultaneously activated the moment it was acquired. Figure 5 shows two interconnected networks, one for form, left lateralized, and one for meaning, bilaterally distributed. Motor (articulatory) and acoustic representation of words occurs in the perisylvian cortices where Broca and Wernicke are localized. This is a strongly connected network that works as a distributed functional unit of phonological and grammatical features. This network also connects bilaterally to others where different sense features (meaning) are represented. For example: the motor cortex is activated to process verbs that involve body movement; the visual cortex participates in concrete nouns representation as animals and colors; the limbic system is activated when processing features of words that express feelings and emotions.

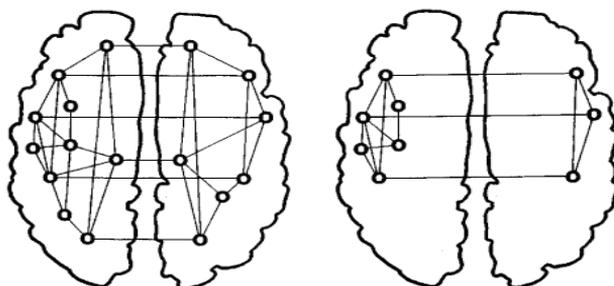


Figure 5 – Cell assemblies relevant for cognitive processing may be distributed over both hemispheres and may be lateralized to different degrees.

Source: Pullvermüller (1999, p. 261).

In Pullvermüller, we find a biological explanation to Elman's view. If "neurons related to a word form become active together with neurons related to perceptions and actions reflecting aspects of its meaning." (1999, p. 260), so there is no space for a fixed structure as a mental lexicon. It also corroborates the understanding of usage-based knowledge, as word learning is a matter of correlational activation between neuron networks that store form and meaning. Cell assemblies are compared to dynamical systems as Fuster (1999) explains: "cortical distribution of a word is tied to the idiosyncratic distribution of associated memories", therefore word meanings vary according to the learner's experience.

Evidence in favor of the no-lexicon view also comes from research with people who suffer from semantic dementia (DILKINA *et al.*, 2008), due to an atrophy in the anterior temporal cortex. They show conceptual knowledge deficits associated to lexical deficits. Variability on this correlation was explained in a simulation made by Dilkina, McClelland and Plaut in 2010. They built a connectionist model with an integrative layer (semantic - functionally analogous to the anterior temporal cortex) and a hidden layer (phonology and orthography representation - functionally analogous to the left posterior superior temporal / angular region). The model was trained and had 100% of accuracy on lexical decision tasks. After damaged at semantics, the model's performance was similar to semantic dementia patients. Lexical decision on less consistent spelling words diminished and was strongly correlated with the accuracy on semantic tasks. The correlation observed between lexical and semantic tasks was overall, not item-by-item. This happens because in a connectionist network each level is sensitive to the activity on other levels as they are connected by an integrative layer. They conclude that "lexicons are not necessary for lexical decision." (DILKINA *et al.*, 2008, p. 75) what corroborates the no-lexicon view. Therefore, lexical and semantic processes are dependent on a single integrated network governed by two orthogonal dimensions: spelling consistency (phonology-orthography mapping) and concept consistency (visual and action / encyclopedic mapping).

The no-lexicon view is consistent with language distribution in the brain. There is possibly not a place for lexicon and another for grammar, words are not represented individually with their definitions. Brain's anatomy seems to be more consistent with a wide distributed

network where all linguistic levels are integrated. In addition to that, these connectionist models are coherent to Saussure's idea about words, their two dimensions meaning and form are represented in the models as phonology layer and semantic layer. Mapping between them is a process, since there is not a structure to store the list of mappings. In a lexical decision task, for example, instead of accessing the mapping, the mapping is being done *ad hoc*. It is not ready, it has to be done, improved, reinforced and automatized by experience.

Conclusion

Researchers still do not know the brain enough to unfold the mysteries of the mental lexicon. The existence of a mental lexicon, its structure and functioning is still very dependent on theories about language and cognition. Most neuroimaging studies seem to adopt a multiple lexicons view and keep on trying to find a place for the mental lexicon(s).

However, if we assume the lexicon to contain all linguistic information, then it is necessary to account for a wide distributed network in the brain: the classic Broca and Wernick areas, visual form area (DEHAENE, 2012) for written language, right hemisphere regions for coarse semantic coding (BEEMAN; CHIARELLO, 1998), discourse processing (SCHERER, 2009; MASON; JUST 2006) and pragmatics (SCHMIDT; SEGER, 2009; SAXE, 2006; BAMBINI, 2010), etc. Looking from this point of view, the mental lexicon seems to be more a theory apparatus created to explain language processing, rather than a real structure.

The mental lexicon has joined so much information that like a star of extreme density it seems to implode and tumble down itself (ELMAN, 2009). Its structure could not support its weight and would implode. If the mental lexicon gathers so many levels of distinct information, it might be the integration itself and not the storage. Words are units; they contain phonological, orthographical, semantic, syntactic and pragmatic information. Words seem to be the language's processing units and the mental lexicon, in turn, the integrator of all these information levels.

A similar view is presented by Gow (2012) based on the dual pathway organization of Wernicke's model (HICKOK; POEPPPEL, 2007). He claims that all lexicon models share an essential property: "word is a

kind of interface that links representations of word form or sound with other types of knowledge” (GOW, 2012, p. 277). Therefore, the mental lexicon would be responsible for integrative operations, like hidden nodes in connectionist models. Based on this view, Gow suggests the existence of two integrative parallel structures in the brain: the ventral lexicon (posterior temporal lobe) for sound-meaning mapping - it integrates acoustic phonological representation in bilateral superior temporal gyrus to bilaterally distributed semantic representations; and the dorsal lexicon (inferior parietal lobe) for sound-articulation mapping - it links acoustic-phonetic structure to left frontal regions responsible for articulation.

Gow (2012) reviews BOLD imaging studies and pathologies that confirm the existence of two integrative structures; however, there is no consensus about the relation between the lexicon and the inferior parietal lobe. Hickok and Poeppel (2007)’s study, for example, attributes different denominations: ‘sensorimotor interface’ (dorsal lexicon) and ‘lexical interface’ (ventral lexicon), being the ‘lexical interface’ more similar to a mental lexicon as a phonological and semantic integrator. The different denominations emerge from theoretical conceptualizations, since Gow defines lexicon as an interface structure, linking comprehension and production. The existence of separate input and output lexicons is an issue that has been discussed within computational models for a long time and it certainly needs more research.

Along this brief review, the mental lexicon has shown different meanings for different research groups. It has not been localized probably because there is no consensus about its function (GOW, 2012). In face of these considerations, an important step for future research is certainly defining the lexicon’s function, if it is a storage structure or an interface structure. For the moment, a plausible solution to Elman’s impasse would be to accept the lexicon as an interface structure that does not store all linguistic and non-linguistic information, but integrates information widely distributed in the brain. Although we can consciously think about our lexical knowledge – and it is a powerful strategy in improving it (SOUSA; GABRIEL, 2011) this knowledge might be distributed in a complex network where pieces of linguistic and nonlinguistic information are stored and patterns of activation make some routes easier than others due to different variables, among them frequency of use, for example.

References

- AITCHISON, J. *Words in the mind: an introduction to mental lexicon*. Oxford, Basil Blackwell, 1987. 326 p.
- BAMBINI, V. Neuropragmatics: a foreword. *Italian Journal of Linguistics*, v. 22, n. 1, p. 1-20, 2010.
- BATES, E.; GOODMAN, J. C. On the inseparability of grammar and the lexicon: evidence from acquisition, aphasia and real-time processing. *Language and cognitive processes*, v. 12, p. 507-584, 1997.
- BEEMAN, M.; CHIARELLO, C. (Ed.). *Right hemisphere language comprehension: perspective from cognitive science*. New Jersey: LEA, 1998. 424 p.
- BRESNAN, J. *Lexical-Functional Syntax*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. 446 p.
- BULLINARIA, J. A. Modelling Lexical Decision: who needs a lexicon? In: KEATING, J. G. (Ed.). *Neural Computing Research and Applications III*. Maynooth, Ireland: St. Patrick's College, 1995, p. 62-69.
- BURKE, D. M; SHAFTO, M. A. Aging and Language Production. *Current Directions in Psychological Science*, v. 13, n. 1, p. 21-24, 2004.
- CARAMAZZA, A. How Many levels of processing are there in lexical access? *Cognitive Neuropsychology*, v. 14 (1), p. 177-208, 1997.
- CARAMAZZA, A. The brain's dictionary. *Nature*, v. 380, p. 485-486, 1996.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995. 420 p.
- COLTHEART, M. R. K.; PERRY, C.; LANGDON, R.; ZIEGLER, J. DRC: a dual route cascaded model of visual word recognition and reading aloud. *Psychological Review*, v. 108, n. 1, p. 204-256, 2001.
- DAMASIO, H.; GRABOWSKI, T. J.; TRANEL, D.; FRANK, R. J.; HICHA, R. D.; DAMASIO, A. R. A neural basis for lexical retrieval. *Nature*, v. 380, p. 499-505, 1996.
- DEHAENE, S. *Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler*. Porto Alegre: Penso, 2012. 374 p.
- DELL, G. S.; CHANG, F.; GRIFFIN, Z. M. Connectionist models of language production: lexical access and grammatical encoding. *Cognitive Science*, v. 23, n. 4, p. 517-542, 1999.

DILKINA, K.; MCCLELLAND, J. L.; PLAUT, D. C. Are there mental lexicons? The role of semantics in lexical decision. *Brain Research*, v. 1365, p. 66-81, 2010.

DILKINA, K.; MCCLELLAND, J. L.; PLAUT, D. C. A single-system account of semantic and lexical deficits in five semantic dementia patients. *Cognitive Neuropsychology*, v. 25, p. 136-164, 2008.

ELLIS, A. W.; YOUNG, A. *Human cognitive neuropsychology: a textbook with readings*. London: Erlbaum, 1988. 695 p.

ELMAN, J. L. On the meaning of words and dinosaur bones: lexical knowledge without a lexicon. *Cognitive Science*, v. 33, p. 1-36, 2009.

ELMAN, J. L. An alternative view of the mental lexicon. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 8, n. 7, p. 301-306, 2004.

ELMAN, J. L. Learning and development in neural networks: the importance of starting small. *Cognition*, v. 48, p. 71-99, 1993.

ELMAN, J. L. Finding Structure in Time. *Cognitive Science*, v. 14, p. 179-211, 1990.

FODOR, J. A. The lexicon and the laundromat. In: MERLO, P.; STEVENSON, S. (Ed.). *The lexical basis of sentence processing*. Amsterdam: John Benjamins, 2002, p. 75-94.

FODOR, J. A. *The modularity of mind: an essay on faculty psychology*. MIT Press, Cambridge, MA, 1983. 145 p.

FORSTER, K. I.: Words, and how we (eventually) find them Accessing the mental representation of words. In: ALTMANN, G. *The ascent of Babel: an exploration of language, mind, and understanding*. Oxford University Press, 1997, p. 65-83.

FUSTER, J. M. Hebb's other postulate at work on words. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 22, p. 288-289, 1999.

GOW, D. W. J. The cortical organization of lexical knowledge: a dual lexicon model of spoken language processing. *Brain & Language*, v. 121, p. 273-288, 2012.

HAGOORT, P.; LEVELT, W. J. M. The Speaking Brain. *Science*, v. 326, p. 372-373, 2009.

HARRIS, M.; COLTHEART, M. *Language processing in children and adults: an introduction*. London: Routledge and Kegan Paul, 1986. 274 p.

HEBB, D. O. *The organization of behavior*. New York: Wiley: 1949. 335 p.

HEREDIA, R. R. Mental models of bilingual memory. In: ALTARRIBA, J. A.; HEREDIA, R. R. *An introduction to bilingualism: principles and processes*. New York: Erlbaum, 2008, p. 39-67.

HICKOK, G.; POEPPPEL, D. The cortical organization of speech processing. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 8, n. 5, p. 393-402, 2007.

HILLIS, A. E. *The organization of the lexical system*. In: RAPP, B. (Ed.). *The Handbook of Cognitive Neuropsychology: what deficits reveal about the human mind*. Philadelphia: Psychology Press, 2001. p. 185-210.

JACKENDOFF, R. *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. New York, Oxford University Press, 2002. 477 p.

KAY, J.; LESSER, R.; COLTHEART, M. *PALPA: Psycholinguistic assessments of language processing in aphasia*. Hove, England: Erlbaum, 1992. 650 p.

LENT, R. *Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência*. São Paulo: Atheneu, 2001. 698 p.

LEVELT, W. J. M. Spoken word production: a theory of lexical access. *PNAS*, v. 98, n. 23, p. 13464-13471, 2001.

MASON, R. A.; JUST, M. A. Neuroimaging contributions to the understanding of discourse processes. In: TRAXLER, M.; GERNSBACHER, M. A. (Ed.). *Handbook of Psycholinguistics*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 765-799.

MCCLELLAND, J. L.; CLEEREMANS, A. Connectionist Models. In: BYRNE, T.; CLEEREMANS, A.; WILKEN, P. (Ed.). *Oxford Companion to Consciousness*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 177-181.

MCCLELLAND, J. L.; ROGERS, T. T. The parallel distributed processing approach to semantic cognition. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 4, p. 310-322, 2003.

MCCLELLAND, J. L.; ST. JOHN. M.; TARABAN, R. Sentence comprehension: a parallel distributed processing approach. *Language and Cognitive Processes*, v. 4, p. 287-335, 1989.

MCCLELLAND, J. L.; ELMAN, J. L. The TRACE Model of Speech Perception. *Cognitive Psychology*, v. 18, p. 1-86, 1986.

MCCLELLAND, J. L.; RUMELHART, D. E. An interactive activation model of context effects in letter perception: Part 1. An account of basic findings. *Psychological Review*, v. 88, p. 375-407, 1981.

MEL'CUK, I. Semantics and the lexicon in modern linguistics. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTELLIGENT TEXT PROCESSING AND COMPUTATIONAL LINGUISTICS (CICLING), 1, 2000, Mexico City. *Proceedings...* Mexico: IPN Publishing House, 2000. p. 6-18.

MORTON, J.; PATTERSON, K. E. A new attempt at interpretation, or, an attempt at a new interpretation. In: COLTHEART, M.; PATTERSON, K. E.; MARSHALL, J. C. (Eds.). *Deep dyslexia*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980. p. 91-118.

NORRIS, D. Shortlist: a connectionist model of continuous speech recognition. *Cognition*, v. 52, n. 3, p. 189-234, 1994.

PINKER, S. Words and Rules. *Lingua*, v. 106, p. 219-242, 1998.

PULVERMÜLLER, F. Words in the brain's language. *Behavioral and Brain Sciences*. v. 22, p. 253-279, 1999.

SAHIN, N. T.; PINKER, S.; CASH, S. S.; SCHOMER, D.; HALGREN, E. Sequential Processing of Lexical, Grammatical, and Phonological Information Within Broca's Area. *Science*, v. 326, p. 445-449, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix, 1986. 278 p.

SAXE, R. Why and how to study Theory of Mind with fMRI. *Brain Research*, v. 1079, p. 57-65, 2006.

SCHERER, L. C. Como os hemisférios cerebrais processam o discurso: evidências de estudos comportamentais e de neuroimagem. In: CAMPOS, J. C.; PEREIRA, V. W. (Org.). *Linguagem e cognição: relações interdisciplinares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 77-102.

SCHMIDT, G. L.; SEGER, C. A. Neural correlates of metaphor processing: the roles of figurativeness, familiarity and difficulty. *Brain and Cognition*, v. 71, p. 375-386, 2009.

SEIDENBERG, M. S. Language acquisition and use: learning and applying probabilistic constraints. *Science*, v. 275, p. 1599-1603, 1997.

SEIDENBERG, M. S.; MCCLELLAND, J. L. A distributed, developmental model of visual word recognition and naming. *Psychological Review*, v. 96, p. 523-568, 1989.

SINGLETON, D. How integrated is the integrated mental lexicon? In: LENGYEL, Z., NAVRACSICS, J. (Ed.). *Second language lexical processes: Applied Linguistic and Psycholinguistic perspectives*. Multilingual Matters Ltd., 2007. p. 10-29.

SÖHNGEN, C. C. Conexões linguísticas. In: ROSSA, A; ROSSA, C. (Org.). *Rumo à psicolinguística conexionista*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 213-231.

SOUSA, L. B.; GABRIEL, S. *Aprendendo palavras através da leitura*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. 136 p.

TEICHMANN, M.; TURC, G.; NOGUES, M.; FERRIEUX, S.; DUBOIS, B. A mental lexicon without semantics. *Neurology*, v. 79, n. 6, p. 1-2, 2012.

TEIXEIRA, J. F. *Mentes e máquinas: uma introdução à ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 182 p.

TOMASELLO, M. *First verbs: a case study of early grammatical development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 373 p.

ULLMAN, M. T. The biocognition of the mental lexicon. In: GASKELL, M. G. (Ed.). *The Oxford Handbook of Psycholinguistics*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007. p. 267-286.

ULLMAN, M. T.; PANCHEVA, R.; LOVE, T.; YEE, E.; SWINNEY, E.; HICKOCK, G. Neural correlates of lexicon and grammar: Evidence from the production, reading, and judgment of inflection in aphasia. *Brain and Language*, v. 93, p. 185-238, 2005.

ULLMAN, M. T. Contributions of memory circuits to language: the declarative / procedural model. *Cognition*, v. 92, n. 23, p. 1-70, 2004.

ULLMAN, M. T.; CORKIN, S.; COPPOLA, M.; HICKOK, G.; GROWDON, J. H.; KOROSHETZ, W. J.; PINKER, S. A neural dissociation within language: evidence that the mental dictionary is part of declarative memory, and that grammatical rules are processed by the procedural system. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v. 9, p. 266-276, 1997.

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 520 p.

Subtitling words or omitting worlds? A metafunctionally-oriented analysis

Legendando palavras ou omitindo mundos? Uma análise orientada

Rafael Matielo

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
rafaelmatielo@yahoo.com.br

Maria Lúcia Barbosa de Vasconcellos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
marialuciabv@gmail.com

Elaine Espindola Baldissera

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
The Hong Kong Polytechnic University, Hong Kong.
elaespindola@gmail.com

Abstract: This article looks at the phenomenon of omission of metafunctional meanings in the subtitles of the TV series *Heroes* drawing on the theoretical framework of Systemic Functional Linguistics, particularly regarding the metafunctional dimension and the methodological framework put forward by Kovačič (1998). On these bases, it aims to investigate the meanings translated out of the subtitles in terms of experiential, interpersonal, and textual realizations. The

analysis reveals a different representation in the Brazilian Portuguese subtitles, which end up preventing the spectator from having access to certain meanings realized in the dialogues between the characters in the series, which also impacts directly upon the representation of the flux of events of the episode under study.

Keywords: subtitling; omission; systemic functional linguistics; metafunctional meanings.

Resumo: Este artigo aborda o fenômeno da omissão de significados metafuncionais nas legendas do seriado de TV *Heroes*, apoiando-se no arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, especialmente na dimensão metafuncional, e no arcabouço metodológico proposto por Kovačič (1998). Com base nisso, o artigo tem por objetivo investigar os significados ideacionais, interpessoais e textuais omitidos nas legendas em português brasileiro, o que impede que o espectador brasileiro tenha acesso a significados realizados nos diálogos entre os personagens da série, impactando também diretamente na representação do fluxo de eventos presentes no episódio em estudo.

Palavras-chave: legendagem; omissão; linguística sistêmico-funcional; significados metafuncionais.

Recebido em 04 de junho de 2014.

Aprovado em 11 de setembro de 2014.

1 Introduction

In the context of text analysis and translation (see WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, 2002), Systemic functional Linguistics (SFL) has been used by Brazilian and international researchers to investigate ‘texts standing in a translational relationship’ (HALLIDAY, 1964, p. 124). In the international context, scholars such as Blum-Kulka (1986), Hatim and Mason (1990, 1997), Bell (1991), Baker (1992), just to mention a few, have explored the potentials of SFL for the analysis of translations,

from different perspectives. In the Brazilian context, Vasconcellos (2009) presents a mapping of the Systemic Functional Translation Studies (SFTS) tradition in the Brazilian environment, from its genesis up to developments in the 2000's. Halliday himself has explored the interface between SFL and Translation Studies (TS) in at least five occasions: 1962, 1964, 1985, 1994, and 2001.

Research in Audiovisual Translation (AVT) has also drawn upon the SFL framework to study subtitles. Mubenga (2009, 2010) uses it to analyze film discourse in AVT and to propose what he calls Multimodal Pragmatic Analysis (MPA), arguing that from a translational point of view, the use of the metafunctional categories enables the construction of profiles of linguistic features in the Source Text (ST) and in the Target Text (TT). Espindola (2010) explores the SFL/TS interface for the integration of the different factors affecting meaning production as realized in subtitles, taking into account the environment in which the text comes into life by giving *direct* attention to the linguistic manifestations of subtitles (ESPINDOLA, 2010). Kovačič (1998) explores the interface SFL/AVT to propose a methodology for the investigation of the phenomenon of omission in subtitling on the basis of the metafunctional categories.

The present study draws upon Kovačič's methodology to investigate how ideational, interpersonal, and textual components are translated out of the subtitles of the TV series *Heroes*. Inspired by Kovačič's investigation, and revisiting our own previous study on subtitles (MATIELO; ESPINDOLA, 2011), we revisit the data previously investigated submitting them to a different theoretical framework. Taking into consideration that what does not get translated also bears significance, we look at ideational, interpersonal and textual meanings omitted in the subtitles.

For the purposes of this study, the working definition of omission is 'dropping a word or words from the ST (oral dialogues) in the production of the TT (subtitles)'. This procedure can be the outcome of the cultural or linguistic clashes that exist between the SL and the TL. In the case of subtitling omission may be also due to technical constraints such as:

- (i) spotting (the segmentation of the translated dialogues in a subtitle to fit screen spaces and / or to optimize their display);
- (ii) timing (the duration of the subtitles on the screen, including their in and out time);

- (iii) change of mode;
- (iv) (inter)cultural effects;
- (iv) demands from subtitling laboratories, clients and film distributors (CARVALHO, 2005; CATRYSSSE, 1998; DE LINDE; KAY, 1999; GAMBIER, 2002; GOTTLIEB, 1992, 1994).

In this context, the research questions put forward to frame the present study are:

- Where do omissions occur in the subtitles of the TV series *Heroes*?
- Regarding the three metafunctions, what kind of linguistic items were omitted in the subtitles of the TV Series *Heroes*?
- What meanings do the omitted linguistic items translate out of the subtitles?

This paper is structured as follows. After this introductory section, subsection 2 discusses omission in subtitles; then, subsection 3 presents in more detail the SFL / AVT Interface; subsection 4 presents the research design and analytical procedures for the present study; subsection 5 analyzes and discusses the cases of omission in the data under study; finally, subsection 6 presents some concluding remarks as regards the study.

2 Omission in Subtitling

One of the most frequent criticisms leveled at subtitles refers to omission or reduction of information which frequently happens, given the constraints to which subtitling is submitted. Subtitling involves the rewriting of a discourse: the written to be spoken original dialogues get rewritten in the form of subtitles appearing on the screen for a different audience. Due to such ‘transfer of mode of meaning’, subtitles are seldom an absolute verbatim of what was spoken in a given dialogue. One of the motivations *for* text reduction in the subtitles regards the fact that viewers

/ listeners can absorb speech more quickly than they can actually read.¹ This means that subtitles are rendered in a way that the target audience is able to register, process, and understand what is written at the bottom of the screen (DIAZ-CINTAS; REMAEL, 2007) in synchronicity to image.

In the production of subtitles, many aspects account for reductions, one of them being the semiosis of subtitles regarding the mode of meaning. While spoken language tends to be filled with false starts, unfinished sentences, redundant speech and interruptions, written language may present grammatically complex structure with intricate interrelationship between clauses, higher number of nominalization, with higher content words that pack up the information that consequently require economy of language when rendered into subtitles (TVEIT, 2009). Another aspect regards viewers' reading capability. Viewers are expected to have reasonable time to combine reading, watching, and listening to the film so that they can understand the story that unfolds. Finally, the size of subtitles, that is, subtitles are usually no longer than two lines, which constrains the amount of information that the text may contain, depending on the speed that the dialogues were uttered on the spoken version.

According to Diaz-Cintas and Remael (2007), reduction can be partial or total. In practice, what may occur is a combination of both forms, which is usually the typical type of subtitling known today. The typical criterion is to exclude what does not hinder comprehension of the message and to reformulate the remaining message in a concise form. This is not, however, the only force – direct or indirect – behind subtitling production: clients, reviewers, and laboratories may, and typically do have a word on the final decision.

The analysis concerning deletion or compression of information is to be viewed as context-dependent, since text reduction will not only vary from film to film, but also from scene to scene (DIAZ-CINTAS;

¹In fact, the amount of information that goes into a subtitle is calculated based on an average reading speed of 150 to 180 words per minute (LUYKEN *et al.*, 1991), which is the alleged speed that a person requires to read. Nonetheless, Fawcett (2002) argues that none of the literature in the area actually tells us how and by whom this calculation was arrived at. The number, which may have been determined by film importers as a *norm* (IVARSSON, 1992), has increased with time since “cinema goers today tend to absorb information faster” (IVARSSON; CAROLL, 1998, p. 67). This is not, however, the reality in the Brazilian scenario.

REMAEL, 2007) as most films or programs are produced having a pre-established target audience. Sometimes, losses in lexicogrammatical items can be compensated by other semiotic means, such as pictures, images, and soundtrack. Such a semiotic environment, however, is out of the scope of the present investigation, though it is acknowledged as a necessary background in the study of subtitles and will be referred to when needed in the analysis.

3 SFL / AVT Interface

According to Vasconcellos (1997, p. 21), the Dictionary of Translation Studies (SHUTTLEWORTH; COWIE, 1997) equates linguistics approaches to translation studies to a monolithic conceptualization of descriptors of translation as a substitutive operation. To her, and we tend to agree, translation is not a mere transfer or replacement of linguistic units as put forward by formal linguistics. Translation studies adopting linguistics parameters to investigate the translated product are bound to the very definition of what linguistics is being talked about. In this sense, the linguistic approach taken to shed light in the investigation of the translated text of the present study – namely Systemic Functional Linguistics – does not see language as a formal system, but as a system of social semiotics that establishes a ‘close connection between the linguistic system and other semiotic systems’ (BUTLER, 1988, p. 96). This perspective and the connection of semiotic modes is of utmost importance for the study of subtitles as it allows the researcher to look at the integration existent and the different factors affecting the meaning production construed (at times left out) of subtitles.

The dialogue between SFL and TS has contributed to Systemic Functional Translation Studies (SFTS), as documented by Vasconcellos (2009). SFL has shed light on the study of textual dimension of TS, especially in the 2000’s: the author offers a chronicle of SFTS in Brazil and abroad and carries out “a mapping of research (...) in a historically embedded scenario” (p. 588). As her chronicle shows, a text-oriented TS in Brazil in the late 90’s point to a metafunctionally-oriented research based: the studies focused on the experiential and logical dimensions of language, the interpersonal evaluations of language in translated texts, and the thematic structure and cohesive devices found in texts.

SFL as a conceptual tool has influenced research in TS in a number of ways, providing researchers with a linguistic device to analyze both

ST and TT and their linguistic construals. Despite being in an infancy stage in Brazil, Matthiessen (2007, cited in VASCONCELLOS, 2009) considers it a “feverish phase”, to which the present research hopes to contribute.

3.1 Kovačič’s Experimental Study

Six subtitlers translated a passage from a television drama (*Long Day’s Journey into Night* by Eugene O’Neill) and their translations were analyzed based on four categories related to textual parameters. These categories are: (1) Number and organization of subtitles; (2) Text reduction in terms of linguistic functions; (3) Language registers; (4) Dramatic and conversational structure.

Regarding (1), Kovačič (1998) observed that five subtitlers used a similar number of subtitles to render the dialogues of a selected passage, resulting in 120 to 134 subtitles each. It is important to point out that only one subtitler deviated considerably from the average number of subtitles, producing 157 subtitles for the same passage. In the experiment, there were only 4% of one-liners, corresponding to 32 subtitles out of 802 (the total amount of subtitles produced) and the one-liners were more frequent in the subtitles produced by subtitlers D and E (8.9% and 6.7%, respectively).

As to (2), the focus was given to linguistic reductions and condensations in the subtitles. The results suggest that the function performed by a linguistic item may determine whether it will be preserved, reduced or discarded. Kovačič states that ideational elements tend to be preserved. The author claims that attributes, circumstances, coordinated and appositional constructions, and information expansions are favorite candidates for omission. As for interpersonal elements, she found they tend to be translated out of the subtitles since they are redundant when combined with the multisemiotic nature of subtitles.

As regards (3), there are, at least, two modes involved in the production of subtitles. Written subtitles play the role of the original spoken dialogue. The dialogues of a film, however, are not merely spoken discourse due to being written – elaborated – to be ‘read’ / performed as spoken language. In this sense, the two modes encountered in a subtitled film carry, sometimes, distinctive language features. Based on such features, Kovačič raises a theoretical question regarding the nature of

subtitles: “are they an independent stratum of language, intermediate between speech and writing, or are they rather a sub-category of either of the two”? (p. 80).

In what regards (4), features related to dramatic and conversational structure are explored. The author’s findings point to the characters’ utterances serving to create the atmosphere in the scenes due to the use of repeated expressions and reuse of adjectives. She adds that a subtitler who is sensitive to the dramatic pattern of the text will try to be consistent in preserving the details that contribute to the overall atmosphere instead of immediately focusing on linguistic expressions and sentence meaning. Subtitlers who are aware of the value of interruptions caused by reductions might choose to sacrifice some ideational content and maintain the interruptions, helping viewers construct the understanding of the characters’ personal features. Finally, hesitations, false starts, incomplete sentences, and other similar features of the spoken mode tend to help viewers build the understanding of the characters’ personal traits.

4 Research Design and Analytical Procedures

4.1 The data source

Heroes is a North American science fiction television drama series created by Tim Kring. *Heroes* premiered on NBC on September 25th, 2006. The plot tells the stories of disparate and ordinary individuals from around the globe who inexplicably develop superhuman abilities, and it also displays their roles in preventing catastrophes so as to try and save humanity. These disasters are usually foreseen in painted images from precognition painters (<<http://www.nbc.com/Heroes>>). The series was produced by Universal Media Studios in association with Tailwind Productions, and it was shot primarily in Los Angeles, California. The executive producers for the show are Allan Arkush, Dennis Hammer, Greg Beeman, and Tim Kring. Four complete seasons aired, ending on February 8th, 2010. (<[http://en.wikipedia.org/wiki/Heroes_\(TV_series\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Heroes_(TV_series))>). The series had a total of 88 episodes, distributed in five volumes / four seasons.

Two main reasons account for the selection of *Heroes* as the object of study in the present research: (a) the fact that it was analyzed

within a different theoretical framework in a previous study (MATIELO; ESPINDOLA, 2011), and was originally looked at from a set of three texts: the ST, containing the original English speeches uttered in the dialogues, and the TT – the subtitles – subdivided into Official Subtitles (OS), rendered by Leonardo Neves (Drei Marc Company) and Non-official Subtitles (NS), rendered by the internet group 9th Wonders. Episode Four (*Collision*) – Season One – was the first episode subtitled by the non-commercial subtitlers, and therefore was used in that analysis; (b) the fact that the same data was then submitted to theoretical constructs from belonging to the interface of AVT and SFL. This paper then focuses on the original spoken discourse and exclusively the official subtitles of *Collision*.

When dealing with the study of subtitles, defining the source text is not an easy task. As Toury (1995) states, “the identity of the source text(s) will have to be established each case anew” (p. 76), since many candidates may be considered as ST. As Carvalho (2005) points out, in order to translate for cable TV, the subtitler may receive a VHS, CD, or DVD of the film to be subtitled. According to her, scripts are not always made available for the subtitlers, suggesting that the film will play “the role of the original” (p. 106) in this task. In the case under investigation, Leonardo Neves, *Heroes*’ official subtitler, used the film and the script (containing the speeches) as the ST to translate for the subtitles. This study then takes the English original speeches as the ST and the BP subtitles of the DVD as the TT.

4.3 Analytical procedures for data collection and data analysis

From data collection to data analysis, analytical steps were taken to qualitatively interpret the data:

1. Manual transcription of the English spoken dialogues from the DVD Box commercialized in the Brazilian market;
2. Manual transcription of the BP subtitles;
3. Crosschecking of the subtitles with their original counterparts;
4. Identification of occurrences of omissions in the subtitles at clausal level;
5. Segmentation of the clauses;
6. Analysis of segments that presented omissions concerning the metafunctional element translated out of the subtitles; and

7. Metafunctional classification of the analyzed segments according to the type of linguistic element that tended to be omitted.

4.4 Metafunctional classification

The occurrences of omission identified in the selected episode are analyzed in the light of the three SFL metafunctions: experiential, interpersonal, and textual, since each of them refers to “distinctive kinds of meaning that are embodied in the structure of a clause” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 59). Also, having a tridimensional view of the occurrences allows for a more holistic view of the meanings left out of the subtitles, for “it is the structure as a whole, the total configuration of functions that construes or realizes the meaning” (p. 60). Adapted from Halliday and Matthiessen, Table 1 shows the three metafunctions, definitions, and corresponding status in the clause:

Table 1 – Categories for analysis

Metafunction	Definition	Corresponding Status in Clause
Experiential	Construing a model of experience	Clause as representation
Interpersonal	Enacting social relationship	Clause as exchange
Textual	Creating relevance to context	Clause as message

Source: the authors; adapted from Halliday and Matthiessen (2004).

Omissions were considered to be the lexical items originally present in the ST, but which had no translated equivalent in the TT; an example is presented in tabular form below:²

Table 2 – Example of omission found in the data

ST	There	's	a man	arriving	this afternoon	from New York.
TT			Um homem	chegará	hoje	de Nova York.
OM³		Proc.				

Source: the authors.

²All of the examples shown are taken from the data of the present investigation.

³OM hereby refers to omissions found.

Omission is *not* investigated here in four distinct situations, namely: (i) when occurring below clausal level; (ii) when deriving from differences between the two linguistic systems of the language pair at stake; (iii) when the elements of the visual mode⁴ could fill in ‘the gaps’ of the omitted elements or could provide the spectator with complementary information allowing them to overcome the missing written information in the form of subtitles; (iv) when the Subject is retrieved from verbal inflection, which is possible in the linguistic system of the TT, as Table 3 shows.

Table 3 - Example of omission with elliptical Participant

ST	[Do]	You	Think	I	called	him?
TT	* ⁵		Acha Que	eu	o	mandei?
OM	Part.					

Source: the authors

5 Analysis and Discussion of Findings

A total of 48 omissions were found to exist in the data set of this study. For the analysis, the omissions were subdivided into three categories, namely: (i) experiential; (ii) interpersonal; and (iii) textual elements, which were subclassified according to their function in the clause.

5.1 Omission of experiential elements

Lexical items realizing the experiential metafunction was the most recurrent type of element omitted in the subtitles here investigated. Considering the 48 occurrences of omission found, 26 occurrences of them refer to the experiential metafunction, which means more than half of the occurrences deleted the experiential element from the clause. Table 4 provides an example of such a kind of omission:

⁴The study of the interaction between image and subtitles is considered very important for the further understanding of AVT, but is out of the scope of this research.

⁵ The notation * will be used to refer to ellipsis of Subject in the clause.

Table 4 – Process

ST	There	's	a man	arriving	this afternoon	from New York.
TT			Um homem	chegará	Hoje	de Nova York.
OM		Proc.				

Source: the authors

The above occurrence is a case of an omitted process: in the ST, the realization of two processes, while in the TT the realization of only one process in the clause. The existential process from the ST was rendered into a material process in the TT. According to Halliday and Matthiessen (2004), “while existential clauses are not, overall, very common in discourse” (p. 256), they have a central role when “they serve to introduce central Participants” (p. 257), which is the case of the source text realization as shown above. Moreover, it is possible to notice that there has been a rankshift from a nominalization into a clause to simplify the reading of the subtitle.

Another case of omission of process is the case presented in Table 5:

Table 5 – Process and Participant

ST	Which part	was	an accident,	the rape or the murder?
TT	Qual parte?			O estupro ou o homicídio?
OM		Proc.	Part.	

Source: the authors.

Two occurrences of experiential elements are presented above: (i) omission of process and (ii) omission of Participant. The relational clause assigns the identification to the accidental nature of either the ‘rape’ or the ‘murder’. The accident – the value – realized in the ST can be retrieved by contextual information in the multisemiotic nature of the scene, and also via cohesive ties of reference, therefore saving space in the subtitles. The support of the multimodal environment of subtitling accounts for the omission in this particular case. What is significant, however, is the shift of a single interrogative into two clauses demanding information from

the listener / interlocutor. In what regards omitting both participant and process, the example below, shows the extreme case of the necessity of omitting an entire dependent hypotactic clause.

Table 6 – Process and Participants

ST	With Linderman's \$2 million,	we	can	turn	eight points into three	and	make	it	a horse race.
TT	Com os US\$ 2 milhões dele,	os 8 pontos	podem	virar	3.				
OM							Proc.	Part.	Part.

Source: the authors.

Two Participants (Carrier and Attribute) and one process (relational) deleted from the subtitles. In fact, it was the entire clause from the ST – *and make it a horse race* – that was left out in the TT. The omitted clause refers to the competition that Mr. Linderman's money would enable the congressman to engage in. In this case, with Linderman's \$2 million, the difference between the candidates would drop from 8 to 3 points, and hopefully a horserace would then be possible, increasing the chances of his winning the elections. Taking this context into account, it is possible to argue that the spectator does not get this particular information from the subtitle. The information stops where the 8 points become 3, and therefore the omission prevents the audience from knowing the entire Participant's thought on the unfolding that the money may cause. However, if translated into BP in its totality, the entire omitted clause would have taken up an extra 20 characters of the screen space and this would have required another subtitle since the information "*Com os US\$2 milhões dele, os 8 pontos podem virar 3*" had already used up a two-liner, not allowing for synchronicity of written and spoken discourses. Not only would space have been a constraint, but also time for the utterance following this one comes immediately after. In turn, this would not allow time for another subtitle to be inserted and properly digested.

The occurrence below presents a case of omission of participant with different functional status:

Table 7 – Participant

ST		You	want	answers?	Go	find	them.
TT	Se	*	quer	respostas,	vá	procurar.	
OM							Part.

Source: the authors.

In the occurrence above, the ST comprised two clauses, which were rendered into a clause complex. The subtitled clause presents some features that merit closer attention: (i) A relationship of expansion, which, according to Halliday and Matthiessen (2004), occurs when “the secondary clause expands the primary clause, by (a) elaborating it, (b) extending it or (c) enhancing it” (p. 377); (ii) The interdependency of the clause is that of hypotaxis because there is a “relation between a dependent element and its dominant, the element on which it is dependent” (p. 374); (iii) the characteristic tone is of conjunction, since the subtitled clause makes use of a new element that was not present in the ST – “*Se*” (Back Translation (BT): *If*). This conjunction is in fact an addition made in the subtitles so as to guarantee the combination of the two clauses into a clause complex in the TT. There are two participants in this pair of occurrence: One that is elided in the dependent clause – *Você* (BT: *You*) – and the other one that belongs to the main clause – the Goal. While in the ST the Goal – *answers* – is represented in the second clause by a personal pronoun – *them* –, the same is not true in the TT since such item is retrievable by an anaphoric relation to its lexical element *respostas* realized in the dependent clause.

It was not only Processes and Participants that were omitted from the subtitles. On the occurrence below, Circumstance is found to be omitted.

Table 8 – Circumstance

ST	Your buddy, Suresh,	he	came by	my campaign office	this morning.
TT	O seu amigo Suresh	me	procurou		hoje de manhã.
OM				Circ.	

Source: the authors.

The Circumstance of location translated out of the subtitles realizes in the ST the place being referred to. Circumstances of location tend to “construe the unfolding of the process in space and time” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 263). This circumstantial information of space omitted may be implicit in the chain of events of the episode: minutes before this utterance, the character is leaving his campaign office when Dr. Suresh tries to approach him, but the congressman’s bodyguards will not let the scientist come closer. Later on, when the character is telling his brother about this situation, he mentions that Dr. Suresh came by his campaign office that morning.

Most commonly omitted, experiential elements were not the only deletions observed in the TT. Interpersonal elements were also left out and portray a different kind of implication. This is discussed next.

5.2 Omission of interpersonal elements

Elements belonging to the interpersonal metafunction were omitted as: mood adjuncts - 07 occurrences; interpersonal metaphor - 04 occurrences; modal operators – 03 occurrences; and comment adjunct - 01 occurrence. The pair of clauses displayed on the table below regards an omission of a lexical item which realized an interpersonal metaphor of modality in the ST:

Table 9 – Interpersonal metaphor

ST	I think	We		've established	what	you	are.
TT		Nós	já	sabemos	o que	você	é.
OM	Metaphor						

Source: the authors.

As Martin *et al.* (1997) highlight, interpersonal metaphors of modality “can be regarded as comparable with Adjuncts like *probably*” (p. 25) and they “expand the speech functional options, for example in the area of politeness” (p. 58). The subtitle presents a new construal which stands out as much more direct and less modalized discourse – *Nós já sabemos o que você é* (BT: *We already know what you are*), instead of what could have been rendered – *Eu acho que nós (já) sabemos o que*

you é (BT: *I think we already know what you are*). Furthermore, the character’s utterance was significantly altered from an interpersonal standpoint, considering the fact that the interpersonal metaphor of modality was entirely translated out of the subtitle. The assertiveness of the character in the TT is reinforced by the use of the BP adverb “*já*” (BT: “*already*”).

Continuing with interpersonal metaphors, the tables below present an omission of interpersonal metaphor as well as some other peculiarities worth of discussion.

Table 10 – Finite

ST	You	have to,
TT		
OM		Finite

Source: the authors

Table 11- Interpersonal metaphor

ST	I mean,	you	believed	it	this morning.
TT		*	Acreditava		hoje de manhã.
OM	Metaphor				

Source: the authors

In the first occurrence – Table 10 – there is not only omission of Finite, but also an omission of Subject, that is, the Mood is inexistent as a visual written realization for the target audience, but a realization possible to be retrieved from context, the co-text and also the visual cues available in the scene. The implication of omitting the entire first clause (the one from TABLE 10) implies that the modal operator assigning high obligation – *have to* – to the interlocutor of the discourse is not available for the Brazilian audience, thus lowering the obligation value on part of the doer of the action as read from the subtitles. By omitting the interpersonal metaphor - *I mean* - the subtitle ends up by eliminating traces of elaboration that the character makes upon the message that is being exchanged in the ST.

Another case of omission of Finite may be seen in the pair of instances next:

Table 12 – Finite

ST	He	may	have	Owned	my father,	but	he	doesn't own	me.
TT	Ele		Mandava		no meu pai,		*	não	em mim.
OM		Finite							

Source: the authors

An omission of the Finite verbal operator *may* is observed in the TT as given above. The finite element “has the function of making the proposition finite” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 115). Finites make something arguable by means of primary tense or modality. In this particular case, the low modal operator “*may*” has the role of modalizing the discourse. This modalizer was translated out of the subtitle, which led the TT to bring a new construal with a new “assessment of validity of what is being said” (p. 116). The new assessment of the validity contributes to the absence of the expression of indeterminacy in the TT, which means that the new construal erases any trace of doubt or modality in the ST.

Not only modalizers were translated out of the subtitles, but also mood Adjuncts functioning as implicit personal judgments, such case is discussed next:

Table 13 – Mood Adjunct

ST	12% of the electorate	strongly	opposes	me.
TT	12% do eleitorado		me	odeia.
OM		Mood Adjunct		

Source: the authors

The omission, above, of the mood adjunct “*strongly*” is compensated by the different choice of process. The strength of the mood adjunct is, to a great extent, expressed or construed in the process used in the TT: *odeia* (BT: *hates*). The option of using another process, however, denotes the same process type: mental, which conveys a similar meaning to both audiences. In this sense, such a compensation has not caused ‘strangeness’ for the audience of the TT who were able to experience the same kind of construal as the one of the ST.

Another case of mood adjunct omission is observed in combination with an omission of a comment adjunct which was realized within two clauses, however, distinctively realized in the TT:

Table 14 – Modal comment adjunct and mood adjunct

ST	You know what?	I	do	have	an excellent vocabulary.
TT		Eu	tenho		um ótimo vocabulário.
OM	Modal Comment Adjunct		Mood Adjunct		

Source: the authors

Martin *et al.* (1997) define comment adjuncts as adjuncts that “provide an attitude towards, or comment upon, the exchange itself or the information being exchanged” (p. 63). Additionally, Halliday and Matthiessen (2004) explain that these adjuncts are more related to the speaker’s judgment or attitude towards the message and its content. The mood adjunct is “associated with the meanings construed by the mood system: modality and temporality, and also intensity” (p. 126). What may be read from the above realization is that the character’s comment or attitude towards the exchange or the information in the message is left out of the meaning realized in the translated text, leaving the target audience with no referent of such construal. Also, the emphasis foreground in the mood adjunct “do”⁶ is excluded from the subtitles. Consequently, the meaning that these two interpersonal elements realize as the character’s comment or assessment of the message is not made available for the Brazilian spectator.

5.3 Omission of textual elements

Omissions of lexical items realizing the textual metafunction in the subtitles of *Heroes* were the least common type of omission found in the data. Considering the 34 clauses that presented omission of lexical items, only seven occurrences of elements of the textual metafunction were found. The occurrences brought to discussion below are the ones

⁶This lexical element is not interpreted here as a finite, such as in the clause “They do not know about this”, given the fact that it realizes a relatively similar function of the lexical item “really” in the clause, emphasizing the speaker’s attitude toward the exchange.

that are seen to have a higher implication for the comprehension of the subtitles alones.

Conjunctions were the least frequent cases of omission in the data source of the present investigation; however, they bear implications when not realized in the clause:

Table 15 – Textual component – conjunction

ST	He	may	have	owned	my father,	But	he	doesn't own	me.
TT	Ele		Mandava		no meu pai,		*	não	em mim
OM						Conjunction			

Source: the authors

As Halliday and Matthiessen (2004) state that “(...) a conjunction is a word or group of words that either links (paratactic) or binds (hypotactic) the clause in which it occurs structurally to another clause” (p. 81). On top of linking and / or binding, conjunctions also establish a relationship of expansion or projection in the clause. In the case presented in table 17, the conjunction translated out of the subtitle had a paratactic function, that is, it belonged to a complex in which the clauses could stand out independently. Analysis of the ST shows that the adversative conjunction establishes a relationship of expansion with the main clause, typical of conjunctions (MARTIN *et al.*, 1997) and it also realizes a relationship of extension, adding meanings to the main clause. However, the adversative meaning realized by the conjunction in the ST is construed in the TT by means of polarity where the opposition is created with the positive on the first clause and the negative on the second clause. Such choice gives the target reader the two extremes of the polarity cline for the two participants involved as Goals in the realization of the material process.

And as the other type of textual element omitted from the TT lines, a continuative is given as an illustration:

Table 16 – Continuative

ST	So	here	we	are,	Not	knowing	how we feel about each other.
TT					Não	sabemos	o que sentimos um pelo outro.
OM	Continuative						

Source: the authors

Textual continuatives typically signal a move in the discourse. The omission presented above occurs along with the omission of an entire clause, probably motivated by the change of process, from relational – *are* – to mental – *sabemos* – (BT: *(we)know*). The fact that the ‘*knowing*’ is realized through a nominalization in ST cannot be disregarded. However, what is picked up on the TT is a continuation of the dialogues, but one which does not signal the character’s development of the idea or the wrapping up of the topic being discussed, since the use of *So* is non-realized in the translated text.

5.4. Summary of the Findings

Throughout episode four – Collision / Season One, the subtitles of the TV series *Heroes* presented a total of 48 omissions of lexical items, distributed over 34 clauses. A panoramic view over the findings is provided in Figure 1, which shows the metafunctional components and the number of omission of each component:

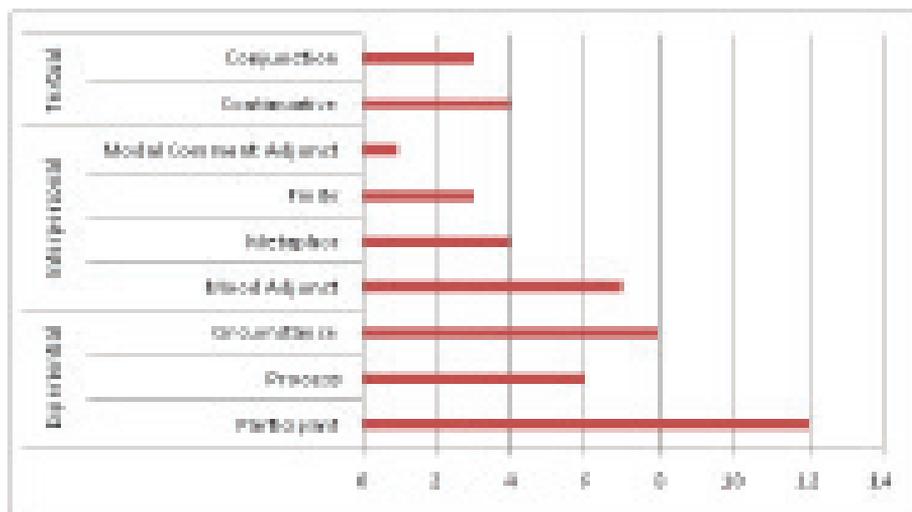


Figure 1 – Overview of the Metafunctional Omissions

As Figure 1 shows, the highest number of omissions occurs with lexical items realizing the experiential metafunction, with a total of 12 omissions of Participants, 8 omissions of circumstances and 6 omissions

of processes. The second highest number of omissions occurs with lexical items that realize the interpersonal metafunction, with a total of 7 omissions of mood adjuncts, 4 metaphors, 3 finites, and 1 modal comment adjunct. The lowest number of omissions was found in terms of lexical items realizing the textual metafunction, with a sum of 4 omissions of continuatives and 3 omissions of conjunctions.

The kinds of linguistic items translated out of the subtitles of the TV Series *Heroes* that were most commonly found in the subtitles were those realizing the *experiential* metafunction. The omission profile figures a total of 12 omissions of participants – most of them being Goal or Phenomenon; 8 omissions of Circumstances – most of them being Circumstances of time and place; and 6 omissions of processes – most of them being relational processes. The second most frequent type of omitted element was that of the *interpersonal* metafunction, which consisted of 7 omissions of mood adjuncts, 4 interpersonal metaphors, 3 finites, and 1 modal comment adjunct, totalizing 15 omissions. The least frequent type of omission found refers to the *textual* metafunction: a total of 7 occurrences consisting of 4 continuatives and 3 conjunctions.

These findings suggest that new meanings are construed by force of these omitted linguistic elements, revealing that the TT meanings construed sometimes differ when compared to those of the ST. Considering the omissions of experiential components – Participants, processes, and Circumstances – the goings-on represented in the film are construed by means of an economic language in the subtitles (TVEIT, 2009). Moreover, the flux of events is represented in a somewhat different fashion in the sense that the subtitle does not advance what is about to happen in the scene as the spoken language in the dialogues does, so the information load is left to the next scene, which complements what was subtitled in the previous one. Hence, the spectator who relies on the subtitle alone to follow the unfolding of the scenes in the series is not necessarily provided with the same amount of information at the same time that the dialogues do.

Omission of Participants represents 25% of the total number of omissions found in the data (12 out of 48) or around 46% of the experiential omissions (12 out of 26). This may suggest that the TT construal does not place focus on the Participant realizing the process, but on the processes *per se*. This is an important finding for meaning construal in the subtitles, since processes are the core of any meaning-making configuration. The new construal of the TT with frequent

omissions of Circumstances might be suggestive of the influence of the visual element on the audio and written materials. In the case of *Heroes*, the multisemiotic elements play an important role in filling in the gaps where omissions were observed. Time and place are typical lexical elements to be inferred by the target spectator through the visual cues of the film, and therefore, when subtitles do not realize them, they do not tend to be an obstacle of meaning processing. However, we are not in a position of making stronger claims, given the fact that the analysis of the multisemiotic environment inherent in this audiovisual subtitled material was out of the scope of the present research.

As for the new meanings construed from the omission of elements from the textual metafunction, the TT construal, at times, does not present links, adversative information, or clear indication of new moves made by the speaker as realized in the ST. Hence, considering the clause as message, these changes in the configuration of the message can affect the way the characters' utterances are structured, as shown in the discussion above. In other words, the linguistic construal of subtitles may achieve coherence through the continuity of the visual material (KOVAČIĆ, 1998), for instance, and not by the text (subtitles) alone. This suggests that subtitles stand out as having a language configuration of their own, binding features of spoken and written discourses in one single text.

6 Final Remarks

This study set out to investigate where omissions occur in the subtitles of the TV series *Heroes*, what kind of linguistic items are omitted in the subtitles of the TV Series *Heroes*, regarding the three metafunctions, and what meanings the omitted linguistic items translate out of the subtitles.

When ST and TT are compared, the subtitles show a much more direct and assertive configuration. The TT construal is, frequently, less modalized and less modulated, observed from the omissions of mood adjuncts and finites. This suggests that the character's utterances present a new construal from an interpersonal standpoint, thus presenting a mismatch in terms of directness and modulation, affecting the way a character is perceived in the story being told. The omission of evaluative expressions, which expand on the speech functional options in terms of politeness, impacted on the interpersonal negotiation among the participants, thus generating a new interpersonal configuration on the translated text.

The omissions found in this study confirm Kovačič's findings partially, but refute some of her claims. Concerning the omission of lexical elements in terms of their function, Kovačič (1998) argued that the function performed by a linguistic item determines to a great extent whether it will be preserved, reduced or discarded. The author claims that experiential elements tend to be preserved most, which was not found in the present investigation. In fact, results obtained here suggest the very opposite, since experiential items were omitted the most in translated text here concerned. Therefore, differences in terms of the results found may be accounted for by language specificities inherent to the different language systems at stake, which at this point remains only as a speculation.

Finally, without the intent of disregarding all of the restricting aspects inherent to subtitling, unveiling what *could have been construed but was not* is also important and should be taken into account in the realm of AVT. As Martin *et al.* (1997) suggest, a functional view of language, with an emphasis on linguistic choices, gives speakers the right to make their choices among the options they hold. After all, *what is* derives its meaning from *what might have been* but *was not* chosen. In this sense, an additional layer of analysis is brought to the fore: understanding what gets translated and what *does not* can be useful when it comes to analyzing what translators do and to identifying possible translational patterns across texts types.

7 References

BAKER, Mona. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. London and New York: Routledge, 1992.

BELL, Roger. *Translation and Translating: Theory and Practice*. London and New York: Longman, 1991.

BLUM-KULKA, Shoshana. *Shifts of cohesion and coherence in translation*. In: HOUSE, Juliane; BLUM-KULKA, Shoshana. (Ed.). *Interlingual and Intercultural Communication: Discourse and Cognition in Translation and Second Language Acquisition Studies*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1996.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory, *Theatre Journal*, v. 40, n. 4, p. 519–531, 1988.

CARVALHO, Carolina Alfaro. *A tradução para legendas: dos polissistemas à singularidade do tradutor*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

CATTRYSSE, Patrick. "Translation in the new media age". In: GAMBIER, Yves. *Translating for the media*. Painosalama Ou, Turku: Centre for Translation and Interpreting, 1998.

DIAZ-CINTAS, Jorge; REMAEL, Aline. *Audiovisual Translation: Subtitling*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2007.

DE LINDE, Zoe; KAY, Neil. *The Semiotics of Subtitling*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.

ESPINDOLA, Elaine. *The use and abuse of subtitling as a practice of cultural representation: Cidade de Deus and Boyz 'N the Hood*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

ESPINDOLA, Elaine. *Illuminated the Analysis of the Translation Is: Systemic Functional Linguistics Strikes Yoda Back*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

FAWCETT, Peter. The Manipulation of Language and Culture in Film Translation. In: CALZADA PÉREZ, Maria (Ed.). *Apropos of Ideology: Translation Studies on Ideology – Ideologies in Translation Studies*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

GAMBIER, Yves. *Screen Translation: An Overview*. Tradução e Comunicação, *Revista Brasileira de Tradutores*, São Paulo, p. 93-103, 2002.

GOTTLIEB, Henrik. Subtitling – A New University Discipline. In: LODDEGAARD, Anne; DOLLERUP, Cay. (Ed.) *Teaching Translation and Interpreting*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, p. 161-170, 1992.

GOTTLIEB, Henrik. Subtitling: people translating people. In: DOLLEMP, Cay; LINDEGAARD, Annette. (Eds.). *Teaching translation and interpreting, vol. 2*. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p. 261-274.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Linguistics and machine translation. *Zeitschrift Für Phonetik Sprachwissenschaft Und Kommunikationsforschung*, 15.1/2, pp. 145–158, 1962.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Descriptive Linguistics in Literary Studies. In: DITHIE, Alan. (ed.) *English Studies Today*: third series. 1964. pp.26-39.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Introduction to Functional Grammar*, London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. The Construction of Knowledge and Value in the Grammar of Scientific Discourse, with Reference to Charles Darwin's *The Origin of Species*. In: COULTHARD, Malcolm. (ed.) *Advances in Written Text Analysis*. London/ New York: Routledge. pp.136-156, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Towards a theory of good translation. In: STEINER, Erich.; YALLOP, Clin. (eds.) *Exploring Translation and Multilingual Text Production: Beyond Content*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter. pp.13-18, 2001.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood.; MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. London: Arnold, 2004.

HATIM, Basil; MASON, Ian. *Discourse and the Translator*. London: Longman, 1990.

HATIM, Basil; MASON, Ian. *The Translator as Communicator*. London and New York: Routledge, 1997.

IVARSSON, Jerome. *Subtitling for the Media: A Handbook of an Art*. Stockholm: TransEdit, 1992.

IVARSSON, Jerome; CARROLL, Mary. *Subtitling*. TransEdit, 1998.

KOVAČIĆ, Irene. Six Subtitlers – Six Subtitling Texts. In: BAKER, Mona. *et al. Unity in Diversity*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1998. p. 75-82.

LUYKEN, Georg-Michael *et al. Overcoming language Barriers in Television*. Dubbing and Subtitling for the European Audience. Manchester: The European Institute for the Media, 1991.

MARTIN, James *et al. Working with Functional Grammar*. New York: Arnold, 1997.

MATIELO, R. ESPINDOLA, E. B. Domestication and Foreignization: An Analysis of Culture-Specific Items in Official and Non-Official Subtitles of the TV Series Heroes. *Cadernos de Tradução*, v. 1, pp. 71-93, 2011.

MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. The “architecture” of language according to systemic functional theory: developments since the 1970s. In: HASAN, Raqaiya. MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin & WEBSTER, Jonathan. (eds.), *Continuing discourse on language*. Volume 2. London: Equinox. Pp. 505-561, 2007.

MUBENGA, Kajingulu Somwe. Towards a multimodal pragmatic analysis of film discourse in audiovisual translation. *Meta*, v. 54 (3), p. 466-484, 2009.

MUBENGA, Kajingulu Somwe. Towards an integrated approach to cohesion and coherence in interlingual subtitling. *Stellenbosck Papers in Linguistics PLUS*, vol. 40, 2010.

SHUTTLEWORTH, Mark; COWIE, Moira. *Dictionary of Translation Studies*. London: Routledge, 1997.

TOURY, Gideon. *Descriptive Translation studies and beyond*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995.

TVEIT, Jan-Emil. Dubbing vs. Subtitling. In: DIAZ-CINTAS, Jorge.; ANDERMAN, Gunilla. *Audiovisual Translation: Language Transfer on Screen*. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2009.

VASCONCELLOS, Maria Lucia Barbosa. Can the Translator Play with the System too? *Cadernos de Tradução*, v. 2, 1997.

VASCONCELLOS, Maria Lucia Barbosa. Systemic Functional Translation Studies (SFTS): The theory travelling in Brazilian environments. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (PUCSP. Impresso), v. 25, p. 585-607, 2009.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. *The Map. A Beginner's Guide to Doing Research in Translation Studies*. Manchester, UK: St. Jerome Publishing, 2002.

Film

KRING, Tim. *Heroes*. [DVD]. Universal Media Studios in association with Tailwind Productions, 2006.

Dois pastel e um chopes: a concordância nominal e identidade(s) paulistana(s)

Two pastel and a draught 'beers': nominal agreement and Paulistano identities

Livia Oushiro

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

livia.oushiro@usp.br

Resumo: Este artigo analisa a realização variável da concordância nominal em uma amostra contemporânea e representativa do português paulistano, composta de 118 entrevistas sociolinguísticas, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972). Além de contribuir para seu mapeamento em uma comunidade ainda pouco investigada de um ponto de vista sociolinguístico, este estudo tem como objetivo discutir as identidades sociais associadas à variante marca zero na comunidade paulistana, a fim de melhor compreender os mecanismos que regulam a manutenção de usos linguísticos considerados “não padrão”. Com base na análise qualitativa e quantitativa dos dados, sugere-se que a marca zero funciona como índice de masculinidades na fala de homens paulistanos e de identidade local com certos bairros e com a cidade.

Palavras-chave: Concordância nominal de número, português paulistano, identidades sociais.

Abstract: Based on Variationist Sociolinguistics theory and methods (LABOV, 1972), this paper analyzes variable nominal agreement in a

contemporary and representative sample of “Paulistano” Portuguese, consisting of 118 sociolinguistic interviews. In addition to contributing to the variable’s description in an understudied community, this paper aims at discussing the social identities associated to the zero morpheme variant, in order to shed light on the mechanisms regulating the continued use of the so-called “nonstandard variants”. The qualitative and quantitative analyses suggest that the zero morpheme variant indexes masculinity in male Paulistanos’ speech, as well as local identities.

Keywords: Nominal number agreement, Paulistano Portuguese, social identities.

Recebido em 12 de setembro de 2014.

Aprovado em 13 de novembro de 2014.

Introdução¹

A variação na concordância nominal de número (CN) dentro de sintagmas nominais (SNs) e entre o SN e o predicado – como em *a-s casa-s* vs. *as casa-Ø* e *as casa(s) são bonita-s* vs. *as casa(s) são bonita-Ø* – tem sido objeto de numerosos estudos sociolinguísticos no português brasileiro (ver, p. ex., SCHERRE, 1978, 1988; GUY, 1981, 2000; NARO; SCHERRE, 1991; LOPES, 2001; ANTONINO, 2007; SALOMÃO, 2010; BRANDÃO; VIEIRA 2012; YACOVENCO *et al.*, 2012; MENDES, no prelo, *inter alia*).

Certos resultados têm sido recorrentes nas mais variadas comunidades em que o fenômeno foi investigado. A Posição Linear do vocábulo dentro do SN, sua Posição Relativa ao núcleo ou o cruzamento entre essas duas variáveis sempre se mostram correlacionados com a variável: a primeira posição e as posições pré-nucleares tendem a favorecer a ocorrência da marca de plural (ver, p. ex., SCHERRE, 1988; BRANDÃO; VIEIRA, 2012). A saliência fônica (SCHERRE, 1988),

¹Esta pesquisa foi desenvolvida com auxílio financeiro da FAPESP (Proc. no. 2011/09122-6). Agradeço a Ronald Beline Mendes e ao parecerista anônimo, cujos comentários contribuíram para o enriquecimento do trabalho e para o esclarecimento de certos trechos. Ambos, naturalmente, eximem-se de qualquer falha remanescente.

analisada por meio dos Processos de Formação do Plural (-s, -is, -ões etc.), frequentemente se apresenta relevante; embora a hierarquia de fatores possa diferir de comunidade para comunidade, ou mesmo entre subgrupos da mesma comunidade (SCHERRE, 1988), o plural regular (com simples acréscimo de /-s/) sempre favorece a marca zero; a saliência fônica quanto à Tonicidade da Palavra nem sempre é analisada, mas tende a ser relevante quando considerada, com desfavorecimento das marcas de plural em monossílabos átonos, paroxítonas e proparoxítonas (ver, p. ex., SALOMÃO, 2010). O efeito serial do Paralelismo (SCHERRE; NARO, 1992; SCHERRE, 1998, 2001), seja entre as palavras dentro de um sintagma, seja entre sintagmas de uma sequência discursiva, costuma revelar a forte tendência ao emprego de formas semelhantes (marcas levam a mais marcas e zeros levam a mais zeros). O Contexto Fonológico Seguinte, quando se mostra relevante, indica o favorecimento da marca zero quando a palavra é seguida por consoantes (ver, p. ex., GUY, 1981). Para Animacidade do Núcleo, sintagmas com o traço [-humano] (*os gato-s, as coisa-s*) tendem a desfavorecer a marcação de plural (ver, p. ex., BRANDÃO; VIEIRA, 2012).

Quanto a variáveis sociais, o Nível de Escolaridade dos falantes apresenta-se como uma das mais fortemente correlacionadas com a marcação de plural: quanto maior o nível de escolaridade, maiores as taxas de emprego da variante prescrita pela norma culta, que normalmente se toma como “variante padrão”. A análise em tempo aparente tende a quadros de variação estável, com o desfavorecimento da marca zero por parte dos falantes da faixa etária intermediária, embora subgrupos dentro de uma mesma comunidade possam apresentar movimentos divergentes entre si (NARO; SCHERRE, 1991; SCHERRE; NARO, 2006); o Sexo / Gênero, por fim, tende a revelar o favorecimento da marca zero pelos homens, embora a variável nem sempre seja selecionada como relevante pelo programa Varbrul (ver, p. ex., SALOMÃO, 2010 para a região de São José do Rio Preto e BRANDÃO; VIEIRA 2012 para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

Na cidade de São Paulo, a alternância tem sido analisada da perspectiva de sua correlação com identidades de gênero (MENDES, no prelo) e do contraste entre diferentes subcomunidades da cidade, como paulistanos e alagoanos (GOMES DA SILVA, 2014). No entanto, um levantamento abrangente a respeito dos padrões de variação entre paulistanos ainda não havia sido realizado. O presente trabalho tem como

objetivo mais geral descrever padrões de variação quanto a variáveis sociais e linguísticas tradicionalmente analisadas, a fim de contribuir para o mapeamento da concordância nominal no português brasileiro. Além disso, o artigo discute as identidades sociais (de gênero, bairro, classe social etc.) que se associam à marca zero de plural na cidade de São Paulo: em uma comunidade altamente urbanizada, em que é cada vez mais raro encontrar pessoas que não tenham concluído pelo menos o nível médio de escolaridade, quais fatores se correlacionam com a marca zero de plural e quais grupos se associam ao emprego da variante?

Neste estudo, o termo “identidade” é sempre empregado para discutir identidades *sociais*, nunca pessoais ou individuais, e refere-se a categorias discursivamente elaboradas que sejam relevantes para diferenciações socioletais dentro da comunidade. Interessa, portanto, examinar quais grupos sociais são mencionados pelos informantes em associação às variantes de (CN), em contraste com padrões de produção linguística.

Para atender às questões acima, um *corpus* de 118 entrevistas sociolinguísticas foi analisado qualitativa e quantitativamente. Seu roteiro inclui tópicos de conversação sobre o bairro do informante, sua infância, seu trabalho, suas atividades de lazer e a cidade de São Paulo.² Na parte final das entrevistas, o documentador busca avaliações sociolinguísticas sobre certas variantes, entre as quais se inclui a marca zero de concordância nominal. A análise qualitativa examina as respostas dos informantes à pergunta “O que você acha desse modo de falar: ‘me vê dois pastel e um chopes?’”. O discurso metalinguístico dos falantes sugere uma associação estereotípica da marca zero com a cidade de São Paulo e, mais especificamente, com o tradicional bairro da Mooca, embora os falantes mais jovens pareçam não mais associar a variante com o português paulistano. A análise quantitativa, por sua vez, mostra que variáveis linguísticas tradicionalmente investigadas em estudos sobre concordância nominal, como Saliência Fônica e Paralelismo, também se apresentam como relevantes para (CN) no português paulistano; no entanto, um resultado que aqui difere em relação a outras comunidades é aquele para a variável Animacidade, que revela tendência à marca zero

²As entrevistas fazem parte do corpus do Projeto SP2010 (MENDES; OUSHIRO, 2013), que disponibiliza parte das gravações gratuitamente no portal <<http://projetosp2010.fflch.usp.br/>>. Último acesso em 12 set. 2014.

em SNs com o traço [+humano]. Quanto às variáveis sociais, discute-se o papel da Classe Social (muitas vezes não analisada na sociolinguística brasileira), a forte correlação com Sexo / Gênero (diferentemente de outros centros urbanos), e a hipótese de que os moradores do bairro da Mooca tendem à marca zero. Argumenta-se que a variante funciona como índice de masculinidades e de uma identidade local, para além de rótulos como forma “padrão” ou “não padrão”.

Os 118 informantes são nascidos na cidade de São Paulo e estão estratificados de acordo com quatro variáveis sociais: (i) Sexo / Gênero; (ii) Faixa Etária (20-34 anos; 35-59 anos; 60 anos ou mais); (iii) Nível de Escolaridade (até Ensino Médio; Ensino Superior); e (iv) Região de Residência na cidade (bairro mais central; bairro mais periférico). O cruzamento entre esses parâmetros resulta em 24 perfis sociolinguísticos (p. ex., homem, de 20 a 34 anos, com Ensino Médio e residente de bairro mais periférico – M1MP), para cada um dos quais a amostra conta com 5 informantes, exceto o perfil F1MC (mulher, 20-34 anos, Ensino Médio, bairro mais central), que conta com 3. As análises estatísticas de correlações foram realizadas no programa R (R CORE TEAM, 2013), em modelos de efeitos mistos, com auxílio do pacote Rbrul (JOHNSON, 2009). Tais modelos permitem a inclusão de variáveis aleatórias, específicas da amostra analisada – por exemplo, o Falante e o Item Lexical –, juntamente a efeitos fixos como Sexo/Gênero, Faixa Etária ou Saliência Fônica, mais tradicionalmente analisadas em programas como o GoldVarb X. A inclusão de variáveis aleatórias gera modelos estatísticos mais confiáveis ao levar em conta a influência idiossincrática de falantes ou itens lexicais que possivelmente se comportem diferentemente dos demais (para uma discussão mais detalhada, ver BAAYEN, 2008; JOHNSON, 2009; OUSHIRO, 2015: cap.3).

A marca zero de concordância nominal e identidade(s) paulistana(s)

Nacionalmente, os paulistanos são estereotipados por frases como “dois pastel e um chopes”, com marca zero de plural em “pastel” e um “s” adicional em “chopes”. Essa associação pode ser vista na mídia, na cultura pop e no discurso popular sobre o português paulistano. A Figura 1 apresenta o título de uma matéria da seção de turismo do jornal carioca *O Globo*, na qual os jornalistas fazem uso dessa expressão popular: “Um chopes, dois pastel: aproveite nossa seleção dos melhores bares de

São Paulo”. O exemplo (1) é excerto de uma letra de música da banda paulistana Velhas Virgens, que faz múltiplas referências a localidades e personagens da capital paulista: esquina da Ipiranga com a São João, o bar Brahma, a Catedral da Sé, Adoniran Barbosa.



Figura 1 – Notícia do jornal *O Globo online* (28 abr./2010).

Fonte: <<http://oglobo.globo.com/boa-viagem/um-chopes-dois-pastel-aproveite-nossa-selecao-dos-melhores-bares-de-sao-paulo-3017181>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

(1) Um chopps e dois pastel (Velhas Virgens)
(Paulão de Carvalho e Alexandre Cavallo Dias)

*Encontrei Caetano
Na esquina da Ipiranga com a São João
Sabe o que ele tinha na mão
Um chopps do Bar Brahma e um disco do Adoniran (2x)*

*Encontrei o professor Pasquale
Atrás da Catedral da Sé
Ele estava a pé
Trazia dois pastel e um disco do Noel (2x)*

*Pasquale, vejam vocês
Deu pastel pro Caetano e acertou o português
Caetano, que é baiano
Pôs “s” no chopps e virou um paulistano
(...)*

O excerto em (2) é de uma notícia do jornal Folha de São Paulo *on-line* (05/06/2011) sobre um projeto de lei para preservar o “mooquês”, suposto sotaque do bairro da Mooca, na Zona Leste da cidade. Dessa notícia, destaca-se o comentário da presidente da associação dos moradores do bairro, Crescenza Giannoccaro de Souza, que faz questão de ressaltar que os moradores “sabem fazer o plural corretamente”. Embora negue a associação da marca zero de concordância com os mooquenses, seu comentário reforça a existência de um discurso corrente que afirma justamente o contrário.

(2) Sotaque da Mooca pode virar patrimônio imaterial de SP

O “cantado” modo de falar da Mooca, bairro da zona leste de São Paulo, que inclui também expressões nacionalmente famosas como “orra meu” e “belo”, pode se tornar o primeiro bem imaterial protegido da cidade.

Está no Conpresp (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico) um pedido para transformar o “mooquês” em patrimônio de São Paulo. A ideia é registrar e preservar esse jeito peculiar de falar de parte dos paulistanos.

“Fico maravilhada com a ideia”, afirma Crescenza Giannoccaro de Souza Neves, presidente da Associação Amo a Mooca. Ela faz, porém, uma ressalva sobre uma característica atribuída ao modo de falar dos moradores do bairro: a falta de “s” nos plurais. “Os imigrantes, quando chegaram, tinham dificuldade de dizer os plurais, pois era diferente da língua deles. Nós, descendentes, também falamos cantado, mas usamos bem os plurais.” (...)

Fonte: Folha de São Paulo *online*. 05/06/2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925287-sotaque-da-mooca-pode- virar-patrimonio-imaterial-de-sp.shtml>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

Visto que se trata de uma variável difundida por todo o território brasileiro, é curioso notar sua associação estereotípica especificamente com a cidade de São Paulo. No roteiro das entrevistas sociolinguísticas aqui utilizadas, buscaram-se avaliações sobre a marca zero de concordância nominal por meio da pergunta: “O que você acha desse modo de falar: ‘me vê dois pastel e um chopes’?”. É importante salientar que a sentença-alvo é deliberadamente indireta quanto ao fenômeno linguístico em foco, uma vez que comentários sobre outros aspectos linguísticos seriam indicativos da saliência social dessa e outras variáveis.³ Contudo, foram pouquíssimos os informantes que não apresentaram algum tipo de comentário metalinguístico especificamente sobre a concordância nominal. A marca zero de (CN) se apresenta como sinônimo de “não saber falar português”.

A fim de avaliar quais noções são mais recorrentemente associadas à sentença-alvo, elaborou-se a Figura 2 no portal Wordle (www.wordle.net), uma ferramenta gratuita para criação de nuvens de palavras. O programa calcula a frequência relativa de cada vocábulo e dá maior proeminência àqueles que são mais frequentes; nas reações dos informantes à sentença-alvo, o termo “errado” ocorreu mais frequentemente do que o termo “Mooca”, que por sua vez ocorreu mais do que “classe baixa”. Desse modo, a figura representa visualmente quais noções são mais recorrentemente associadas com a expressão “dois pastel e um chopes”.

³Outras questões do roteiro de entrevista sociolinguística buscavam avaliações a respeito de outras duas variáveis: a pronúncia de /e/ nasal, por meio da sentença “O que você acha desse modo de falar: ‘você tá entendendo o que eu tô dizendo’”, em que /~e/ era realizado de modo exageradamente ditongado; e a realização de /r/ em coda silábica, pela sentença “a porta tá aberta”, em que /r/ era realizado com retroflexo. Comparativamente à concordância nominal, um número menor de informantes apontou essas variantes como dignas de comentários metalinguísticos. Ver Oushiro (2015) para uma discussão mais detalhada.



Figura 2 – Nuvem de palavras associadas à sentença-alvo “me vê dois pastel e um chopes”.
Fonte: a autora.

Nota-se na Figura 2 a alta frequência de associação com o falar paulistano e, em frequência relativamente menor, com a imigração italiana e o bairro da Mooca. O discurso popular atribui a presença da variante na cidade à vinda maciça de imigrantes italianos, em cuja língua nativa o plural nominal não se realiza com o morfema *–s*.

(3) D1: [risos] *e o que o senhor acha de por-exemplo eh... “me vê dois pastel e um chopes”*

S1: *bem paulista⁴ isso aí... isso é bem paulista e tradicional daqui do Tatuapé do/ da Mooca dessa região* (Lucio A., M2MP).⁵

⁴A distinção entre os termos “paulista” e “paulistano”, como pessoas nascidas no estado e na cidade de São Paulo respectivamente, é raramente feita pelos informantes da amostra. Note-se que, em (3), Lucio A. emprega o termo “paulista” para se referir aos habitantes dos bairros do Tatuapé e da Mooca, presumivelmente nascidos na cidade de São Paulo.

⁵Nos exemplos extraídos das entrevistas, o documentador é identificado por “D1” e o informante por “S1”; o perfil social do informante é indicado entre parênteses ao final de cada excerto: pseudônimo, sexo (M = masculino; F = feminino), faixa etária (1 = 20 a 34 anos; 2 = 35 a 59 anos; 3 = 60 anos ou mais), nível de escolaridade (M = até

(4) *então assim a gente tem inclusive essa coisa do... de comer o esse né no no do dos plural... né do ter tomado 'duas cerveja'... eh [...] 'um chopos e dois pastel'... essa coisa de comer o esse é vem/ acho acredito eu que venha também do italiano porque no italiano o plural não é feito com esse é feito com i né... e então a gente acabou herdando isso da convivência com os italianos aqui então* (Romulo S., M3MC).

(5) D1: *e o que que você acha de... "me vê dois pastel e um chopos"?*
S1: [risos] *ah sei lá... ah pessoal menos instruído que fala assim né... "dois pastel e um chopos"... é mais o povo né?*
D1: *(vo)cê conhece pessoas que falam assim?*
S1: *olha... na Mooca eu conheci muita gente assim... inclusive... eu tenho um irmão... ele não/ quer dizer ele até (es)tá morando na Mooca eu tinha me esquecido disso... fazem uns três meses que ele voltou pra Mooca... mas ele corta muitos esses finais das palavras... apesar de ser médico... mas ficou assim 'os carro' não sei por que que fala assim... acho esquisito não sei é um pouquinho da origem italiana ou se é influência do bairro né* (Iara S., F2SC).

A informante Iara S. (5) associa a marca zero de plural primeiramente com pessoas menos escolarizadas e de classes mais baixas; em seguida, no entanto, ela lembra de muitas pessoas do bairro da Mooca, onde a informante vivera até a adolescência e onde ainda vivem parentes dela. Lá, mesmo os falantes mais escolarizados, como seu irmão médico, tendem a “cortar os esses finais das palavras”, algo que é atribuído, pela informante, à influência italiana ou do bairro.

Outros informantes, no entanto, afirmam se tratar mais de um estereótipo criado pelos cariocas, ainda que admitam a possibilidade de haver algum fundamento empírico para a gozação (6).

(6) D1: *é... e quanto a/ a esse modo de falar "me vê dois pastel e um chopos"?*
[...] *(vo)cê acha que é característico de algum/ de algum grupo*
S1: *carioca tirando sarro de paulista*
D1: [risos] *(vo)cê acha que... que é mais uma caricatura então?*
S1: *n...*
D1: *assim... um estereótipo... não é... não reflete tanto a realidade*
S1: *"dois pastel e um"... pode refletir...*
D1: *uhum*
S1: *é que eu nunca prestei atenção nisso [...] não vou dizer que não aconteça*

não (xxx)

D1: *mas aí você acha que... que é algo que caracteriza o paulistano ou...*

S1: *sim caracteriza*

D1: *como um todo assim?*

S1: *(todo) alguns você escuta isso de (ir em feira)*

D1: *aham*

S1: *se (vo)cê ficar prestando atenção você vai acabar escutando (Pietro C., M2SC).*

Certos falantes, por outro lado, não só assumem o estereótipo como defendem o emprego da variante como marca de identidade paulistana:

- (7) D1: *e o “me vê dois pastel e um chopes”?*
S1: *é... é coisa nossa e não deve mudar (es)tá bom?*
D1: *é*
S1: *se (es)tá errado (xxx) falando se é errado em português (es)tá errado isso aqui mas não tem que deixar/ isso é uma coisa que tem que manter e deixar os carioca porque o carioca pra começo os cariocas não sabe vestir... (Plínio C., M3MP).*

Além da associação estereotípica com o falar paulistano, o segundo tipo de comentário mais recorrente acusa explicitamente o “erro” gramatical, associado a falantes menos escolarizados ou de classes mais baixas, e seguido geralmente de avaliações negativas como “feio, horrível, brega, ignorante” (FIGURA 2). Andrea C. (8), professora de Geografia do Ensino Fundamental e Médio, não disfarça seu desgosto de ver seus alunos “falando errado”. Claudomiro S. acredita que a associação com paulistanos e imigrantes se refere a um fenômeno do passado, mas que o emprego da variante com marca zero, hoje em dia, se deve à “falta de conhecimento”, não mais à imigração (9).

- (8) D1: *e o que (vo)cê acha dessa daqui... “me vê dois dois pastel e um chopes”?*
S1: *isso aí mostra uma ignorância (atroz) uma coisa que nunca/ “dois pastel”... quando os alunos falam tenho vontade de descer um livro na cara deles... é é forma de falar e e passa como sendo uma coisa que todo paulista fala... e de novo todo brasileiro gosta de futebol... todo paulista fala errado “me dá dez pãozinho”... (Andrea C., F2SP).*
- (9) D1: *tá... e por exemplo essa daqui o que (vo)cê acha dessa?... “me vê dois pastel e um chopes”... “me vê dois pastel e um chopes”*

S1: *essa daí é a clássica do falar errado né*

D1: [risos] *por quê?*

S1: *essa daí era... pelo menos nas ane/ anedotas que corriam... era o carioca tirando sarro de paulista*

D1: *é né sei*

S1: *essa daí... eu/ como eu procuro falar corretamente e fazer tudo corretamente isso daí... dói no ouvido quando eu escuto... eu acho feio*

D1: *então como que seria o jeito correto?*

S1: *é “um pastel”... não/ “dois pastéis... dois pastéis e um chope” [...] isso daí antigamente era... na época que (vo)cê tinha aquela coisa de... ter os grupos de migrantes ou de imigrantes... que praticamente não saía do bairro... ahn eles tiravam muito sarro dos italianos que os italianos que falavam desse jeito então a região ali Bexiga Brás Mooca... se falava desse jeito... e aí com o passar do tempo foi mudando um pouco mas... virou anedota... hoje em dia é possível que se fale desse jeito mas... aí não é porque é um imigrante... que que não sabe falar direito... a língua do lugar pra onde ele imigrou... mas hoje em dia é por causa realmente da... falta de conhecimento... que (es)tá que (es)tá se popularizando... (Claudomiro S., M2SP).*

Com efeito, as avaliações que associam a expressão “dois pastel e um chopes” com o falar paulistano, com a imigração italiana e com certos bairros da cidade parecem se restringir aos falantes mais velhos, a partir da segunda faixa etária (falantes acima de 35 anos). Entre os mais jovens, sobretudo os de classes mais altas e residentes de bairros mais centrais, são mais recorrentes avaliações negativas e a associação com baixa escolaridade (ex. 10-11). Alguns jovens chegam a reverter o estereótipo e atribuir a expressão aos cariocas (ex. 12).

(10) D1: *da pessoa que fala assim “me vê dois pastel e um chopes”?*

S1: *horrível*

D1: [risos]

S1: *coisa mais ridícula do mundo... e é tão comum né a gente escuta não só isso mas outros erros... que é uma coisa assim surreal (Carolina A., F1MC).*

(11) D1: [...] *e (vo)cê acha que tem bairros da cidade em que as pessoas falam mais desse jeito “dois pastel” e outros que falam menos?*

S1: *acho acho*

D1: *por bairro?*

S1: *acho que sim acho que principalmente os da periferia né porque*

D1: *ahn*

S1: *infelizmente o nível de instrução né de escolaridade é menor então acho que isso é uma tendência (Tatiana M., F1SP).*

- (12) D1: e o... “dois pastel e um chopes?”
S1: *nossa aí é... meio caiçara meio carioca né... eu já ouvi muito isso de os cara falando de zoeira né... por causa do lance do plural... coisa de feira né... meu vô zoava isso não sei da onde que é*
D1: *mas por que que ele zoava você sabe?*
S1: *não... não sei essas... não sei esse tipo de zoeira que você faz meio por fazer sabe... frase do tipo meio dito popular assim... (Fernando B., M1MC).*

Os excertos (10)-(12) dos falantes mais jovens parecem indicar que a associação estereotípica da expressão “dois pastel e um chopes” com paulistanos pode estar em vias de desaparecimento da comunidade. Na análise quantitativa a seguir, a associação com paulistanos e com falantes de certos bairros é investigada por meio do mapeamento das tendências de emprego de acordo com a região de residência do falante. Além disso, investiga-se se haveria tendência de mudança em direção à marca explícita de número, devido ao aumento geral dos níveis de escolarização na comunidade e à forte avaliação negativa demonstrada pelos falantes mais jovens.

Análises Quantitativas

Das 118 entrevistas, extraíram-se todas as ocorrências de sintagmas nominais plurais com duas ou mais palavras em que pelo menos uma foi flexionada quanto ao número (ou seja, não se consideram dados invariáveis como *mais ônibus*, *dois olhos*, tampouco aqueles em que a noção de pluralidade é apenas semântica, como *muita criança* ou *uma série de coisa*). Os mais de 17 mil SNs foram analisados a partir de duas perspectivas: a atomística, em que cada palavra é considerada uma unidade de análise (p. ex., *o-s* vs. *o-Ø*; *menino-s* vs. *menino-Ø*), e a não-atomística, em que se analisa o SN como um todo (p. ex., *os meninos* vs. *os menino-Ø*/ *o-Ø menino-s*) (SCHERRE, 1988). Em ambas as análises, excluíram-se dados seguidos de [s, z, ʃ, ʒ] (p. ex., *os meninos são...*, *os meninos já...*, *as – suas – chamadas...*), que constituem um contexto de neutralização em que não é possível determinar se o morfema de plural foi de fato realizado. Em sintagmas com três ou mais palavras, em que há múltiplas combinações possíveis quanto à presença ou ausência de morfema de plural, a análise de SNs contrapôs a concordância plena (p. ex., *os meus meninos* - SSS) à concordância parcial – ou seja, a marca

zero em pelo menos uma das palavras flexionáveis (p. ex., *os meus menino* (SSØ), *os meu menino* (SØØ), *o meus meninos* (ØSS), *o meus menino* (ØSØ), *o meu meninos* (ØØS)). Ressalta-se que as análises são complementares entre si e objetivam iluminar diferentes processos que ocorrem seja no nível da palavra (como a posição do vocábulo em relação ao núcleo), seja no nível do sintagma (como a animacidade do SN). Trata-se, com efeito, de um mesmo conjunto de dados.

Os termos “marca zero” e “CN-Ø” são aqui empregados como sinônimos para fazer referência à variante sem concordância plena, tanto na análise atomística quanto na de SNs (ainda que, a rigor, só possa haver “concordância” entre palavras, ou seja, em SNs). Para ambas as perspectivas, as variáveis sociais incluídas nas análises foram as mesmas.

A distribuição geral dos dados se encontra na Tabela 1, que apresenta o número de ocorrências de CN-Ø de ambas as perspectivas, o número total de dados e a proporção de CN-Ø em toda a amostra. Percebe-se que a marca zero de plural é relativamente infrequente na comunidade, com taxa de 8,3% quando se consideram os itens lexicais separadamente e 15,2% do total de SNs.

Tabela 1 – Distribuição de ocorrências de CN-Ø das perspectivas atomística e de SNs.

	CN-Ø	N Total	% CN-Ø
Atomística	2.829	34.130	8,3
Sintagmas Nominais	2.709	17.866	15,2

Fonte: a autora.

Quanto à Posição Linear do vocábulo dentro do SN, verifica-se uma distribuição extrema quando a palavra ocupa a primeira posição: a taxa de marca zero nesse contexto é de apenas 0,3% (TABELA 2), o que reforça a constatação de estudos prévios de que essa é a posição privilegiada para a marcação de número em SNs no português brasileiro (GUY, 1981; SCHERRE, 1988; BRANDÃO; VIEIRA, 2012). Em análise multivariada de regressão logística, a disparidade entre a primeira posição e as demais fica clara nos pesos relativos (de .08 a .86) e no amplo *range* (diferença entre maior e menor pesos relativos) de 78, o que torna essa variável a mais relevante para a variação em (CN).

Tabela 2 – Tendências de emprego de CN-Ø quanto à Posição Linear (análise atomística)

(N CN-Ø = 2.829 (8,3%); N Total = 34.130).

	P.R.	% CN-Ø	N Total
Posição Linear			
1ª posição	.08	0,3	14.246
2ª posição	.85	14,1	16.934
3ª posição	.85	13,5	2.725
4ª posição	.86	14,3	210
5ª posição	.85	13,3	15
<i>Range</i>		78	

Input = 0.022.

Fonte: a autora.

As demais posições lineares (2ª a 5ª) apresentam taxas de marca zero em torno de 14% no português paulistano e pesos relativos bastante próximos entre si. De fato, uma análise que exclui os dados de primeira posição deixa de selecionar Posição Linear como uma variável relevante (TABELA 3).

Tabela 3 – Tendências de emprego de CN-Ø quanto à Posição Linear sem dados de 1ª posição (análise atomística) – (N CN-Ø = 2.786 (14,0%); N Total = 19.884).

	P.R.	% CN-Ø	N Total
Posição Linear (sem 1ª posição)			
2ª posição	[.50]	14,1	16.934
3ª posição	[.49]	13,5	2.725
4ª posição	[.51]	14,3	210
5ª posição	[.49]	13,3	15

Input = 0.140. [] indicam a não seleção da variável. Pesos relativos provenientes de análise *one-level*.

Fonte: a autora.

Feitas essas considerações sobre a distribuição dos dados quanto à Posição Linear da palavra, as análises que seguem consideram somente as ocorrências a partir da segunda posição do SN (para a análise atomística), visto que a marcação do plural é praticamente categórica na primeira posição. Discutem-se inicialmente os resultados para as variáveis linguísticas nas análises atomística e de SNs; aqueles para as variáveis sociais, que também foram incluídas nos dois conjuntos de análises, vêm descritos na seção seguinte.

Análise atomística

As variáveis linguísticas da análise atomística são discriminadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis linguísticas da análise atomística.

(continua)

Análise atomística	
Processos morfofonológicos de formação do plural (terminação da palavra e morfema)	Vogal oral /s/: “casa, casas” Vogal nasal /s/: “homem, homens”, “mão, mãos” -r /is/: “professor, professores” -l /is/: “azul, azuis”, “pastel, pastéis” -S /is/: “mês, meses” -ão /õjs/: “profissão, profissões” -ão /ãjs/: “pão, pães” Metafônicos: “ovo, [ó]vos”
Tonicidade do item singular	Monossílabo tônico: “vez, vezes” Monossílabo átono: “o, os” Polissílabo oxítono: “morador, moradores” Paroxítono: “ano, anos” Proparoxítono: “quilômetro, quilômetros”
Posição relativa	Pré-nuclear: “todas <i>as</i> pessoas mais velhas” Nuclear: “todas <i>as</i> <i>pe</i> soas mais velhas” Pós-nuclear: “todas <i>as</i> <i>pe</i> soas mais <i>vel</i> has”
Classe morfológica	Substantivo: “meus <i>amigos</i> , os <i>parques</i> ” Adjetivo: “placas <i>informativas</i> , países <i>europ</i> eus” Quantificador indefinido: “essas <i>várias</i> pessoas” Demonstrativo: “todas <i>essas</i> coisas” Possessivo: “ <i>amigos meus</i> , os <i>seus</i> direitos” Artigo definido: “ <i>todos os</i> dias” Pronome: “ <i>todos eles</i> ”

(conclusão)

Análise atomística	
Contexto fônico seguinte	Consoante: “as <i>meninas</i> foram” Vogal: “as <i>meninas</i> então” Pausa: “as <i>meninas</i> ... então”
Paralelismo intrasintagmático (somente para 3 ^a , 4 ^a e 5 ^a posições)	Precedida por palavra com marca zero: “nos <u>último-Ø</u> anos” Precedida por palavra com marca de plural ou invariável: “nos <u>últimos</u> anos, uns <u>dezesete</u> anos”
Item lexical (efeito aleatório)	

Fonte: a autora.

Embora a codificação tenha sido bastante detalhada inicialmente, foram realizadas certas amalgamações no desenvolvimento das análises estatísticas, que serão destacadas oportunamente. Em todos os casos, a redução no número de fatores de uma variável levou em conta semelhanças estruturais cujas distribuições não se diferenciavam significativamente, de acordo com o valor de qui-quadrado, os graus de liberdade e valor de p (GUY; ZILLES, 2007, p. 188-197). Ao mesmo tempo, certos pares de variáveis linguísticas não são verdadeiramente independentes entre si – por exemplo, Posição Relativa e Classe Morfológica –, de modo que foi necessário realizar análises separadas, ora com uma, ora com outra.

Entre essas variáveis, Processos Morfofonológicos de Formação de Plural e Tonicidade do Item Singular investigam, ambas, o papel da saliência fônica (SCHERRE, 1988). A segunda variável, no entanto, não é selecionada como significativa para a marcação variável de plural em um modelo de efeitos mistos, com a inclusão do item lexical como efeito aleatório. Embora já tenha se mostrado relevante em outros estudos (SCHERRE, 1988; DIAS; FERNANDES, 2000; SALOMÃO, 2010), é possível que o efeito de tonicidade se deva a alguns itens lexicais frequentes, como “os”, “coisas” ou “vezes”.

Processos Morfofonológicos, por sua vez, é uma das variáveis mais relevantes entre as selecionadas como significativas para (CN) (TABELA 4). Nessa variável, foram amalgamados, por um lado, os plurais em *-ães* (*pães*), *-ões* (*profissões*), *-r /is/* (*professores*) e metafônicos (*ovos*), e os plurais em *-l /is/* (*azuis*) e *-S /is/* (*meses*), por

outro ($\chi^2 = 5,74(4)$, $p > 0,20$).⁶ Palavras terminadas em vogal oral (*casa*) ou nasal (*homem, mão*) favorecem a marca zero de plural (P.R. .80 e .71). Os plurais irregulares, por outro lado, têm pesos relativos menores para a marca zero; os fatores que mais desfavorecem a ausência da marca de número são as palavras terminadas em -l e -S (P.R. .43).

Tabela 4 – Tendências de emprego de CN-Ø quanto a variáveis linguísticas (análise atomística)

(N CN-Ø = 2.786 (14,0%); N Total = 19.884).

	P.R.	% CN-Ø	N Total
Processos Morfofonológicos de Formação de Plural			
vogal oral /-s/	.80	16,0	16.066
vogal nasal /-s/	.71	10,7	394
-ães, -ões, -r /-is/, metafônicos	.66	8,1	1.386
-l /is/, -S /-is/	.43	2,9	2.038
<i>Range</i>		37	
Posição Relativa			
Pré-nuclear	.47	1,7	1.215
Nuclear ou pós-nuclear	.87	14,8	18.669
<i>Range</i>		40	
Contexto Fônico Seguinte			
Consoante ou pausa	.54	14,9	14.824
Vogal	.49	11,3	5.060
<i>Range</i>		5	

Input = 0.044.

Fonte: a autora.

A Posição Relativa da palavra separou inicialmente os itens lexicais pré-nucleares, nucleares ou pós-nucleares, mas a diferença entre os dois últimos não se mostrou relevante ($\chi^2 = 1,21(1)$, $p > 0,20$). Essa variável também se apresenta como uma das mais importantes para a marcação de plural, com leve desfavorecimento da marca zero em posição pré-nuclear (P.R. .47), em contraste com a nuclear/pós-nuclear (P.R. .87).

⁶Lê-se “qui-quadrado igual a 5,74, com quatro graus de liberdade e valor de p (ou significância) maior do que 0,20”. A notação indica que a diferença entre os resultados para a análise com oito fatores ou quatro ($8-4 = 4$ graus de liberdade) tem uma alta probabilidade (maior do que 20%) de ser aleatória e que, portanto, a diferença não é significativa (um valor abaixo de 0,05 indicaria diferença significativa); seguindo a Navalha de Occam, a análise mais sintética (com quatro fatores a menos) deve ser preferida (ver GUY; ZILLES, 2007, p. 188-197).

O Contexto Fônico Seguinte, por sua vez, mostra uma diferença pequena – mas significativa – entre palavras seguidas por consoante ou pausa (P.R. .54, $\chi^2 = 0,02(1)$, $p > 0,80$), que favorecem a marca zero de plural, e aquelas seguidas de vogal (P.R. .49). Tal resultado, já verificado em outros estudos (GUY, 1981), deve-se à tendência de formação da sílaba canônica CV: quando seguido de vogal, o morfema –s de plural pode ser ressilabificado [ka.za.za.ma.re.las], enquanto sua manutenção em palavras seguidas de consoante ou pausa gera sílabas CVC [ka.za.zaz.ver.dIs.].

As demais variáveis da análise atomística foram examinadas em rodadas que não incluem aquelas da Tabela 4, a fim de evitar interações. Paralelismo Intrassintagmático analisa a tendência de marcação de plural de acordo com a palavra imediatamente precedente dentro do sintagma. Considerando-se que a marcação de plural é semicatórica na 1ª posição, excluíram-se dessa análise os dados de 2ª posição. A Tabela 5 mostra que, quando a 3ª, 4ª ou 5ª palavra do SN é precedida por uma palavra com marca de plural ou invariável, a tendência de marca zero é desfavorecida (P.R. .45); por outro lado, quando precedidas por uma palavra sem marca de plural, a tendência a CN-Ø é bastante alta: ocorre em 81,8% desses dados, equivalente a um peso relativo de .98. Em outras palavras, uma vez que se emprega uma palavra com marca zero, a probabilidade de que a(s) palavra(s) seguinte(s) no mesmo sintagma apresente(m) o morfema de plural, embora possível, é muito pequena.

Tabela 5 – Tendências de emprego de CN-Ø quanto ao Paralelismo Intrassintagmático (análise atomística) - (N CN-Ø = 400 (13,6%); N Total = 2.950)

	P.R.	% CN-Ø	N Total
Paralelismo intrassintagmático			
Precedida por palavra sem marca de plural	.98	81,8	143
Precedida por palavra com marca de plural	.45	10,1	2.807
<i>Range</i>		53	

Input = 0.057.

Fonte: a autora.

A variável Classe Morfológica interage com Posição Relativa ao Núcleo (p. ex., substantivos sempre ocupam a posição nuclear), de modo que foram analisadas separadamente. Os resultados na Tabela 6 indicam que substantivos e adjetivos favorecem a marca zero de plural

(P.R. .58 e .56); quantificadores indefinidos (*vários, muitos*) estão próximos do ponto neutro (P.R. .49); demonstrativos (*esses, aquelas*) e possessivos (*meus, suas*) desfavorecem a variante (P.R. .16); e não houve ocorrências de marca zero em artigos definidos (*os, as*) ou pronomes (*eles*) nessa amostra. Tal hierarquia se assemelha àquela observada para a Posição Relativa, já que artigos definidos, demonstrativos, possessivos e quantificadores indefinidos tendem a ocupar posições pré-nucleares (desfavorecedoras da marca zero), e adjetivos e substantivos tendem a ocupar posições nucleares e pós-nucleares (favorecedoras da marca zero).

Tabela 6 – Tendências de emprego de CN-Ø quanto à Classe Morfológica (análise atomística)

(N CN-Ø = 2.786 (14,0%); N Total = 19.884).

	P.R.	% CN-Ø	N Total
Classe Morfológica (sem Posição Relativa)			
Substantivo	.58	14,8	16.950
Adjetivo	.56	13,2	1.953
Quantificador indefinido	.49	11,5	61
Demonstrativo + possessivo	.16	2,2	554
Artigo definido + pronome	--	0,0	366
	<i>Range</i>	42	

Input = 0.057.

Fonte: a autora.

A fim de separar o efeito de Classe Morfológica e Posição Relativa, realizou-se uma análise alternativa com o cruzamento dessas variáveis. Excluíram-se substantivos (pelo fato de sempre ocuparem a posição nuclear) e artigos definidos e pronomes (por não apresentarem variação na presente amostra de dados); adjetivos e quantificadores definidos, por sua vez, foram amalgamados tanto em posição pré- quanto pós-nuclear ($\chi^2 = 0,05(2)$, $p > 0,95$). A Tabela 7 mostra que permanece a diferença entre as posições pré-nuclear, por um lado, e nuclear/pós-nuclear, por outro, já que as primeiras têm pesos relativos menores do que as segundas; além disso, há uma diferença significativa entre demonstrativos / possessivos e adjetivos / quantificadores indefinidos. Os primeiros relativamente desfavorecem a marca zero em relação aos

segundos (Cf. .13 vs. .29; .35 vs. .69). Desse modo, o efeito de Classe Morfológica independe daquele de Posição Relativa: ambas as variáveis têm influência no uso da marca zero de (CN).

Tabela 7 – Tendências de emprego de CN-Ø em cruzamento entre Classe Morfológica e Posição Relativa (análise atomística) - (N CN-Ø = 276 (10,7%); N Total = 2.568).

	P.R.	% CN-Ø	N Total
Classe Morfológica + Posição Relativa			
Adjetivo + quant. indefinido – nuclear e pós-nuclear	.69	15,3	1.640
Demonstrativo + possessivo – nuclear e pós-nuclear	.35	6,1	66
Adjetivo + quant. indefinido – pré-nuclear	.29	3,5	374
Demonstrativo + possessivo – pré-nuclear	.13	1,6	488
	<i>Range</i>	<i>56</i>	

Input = 0.036.

Fonte: a autora.

Análise de SNs

A análise da perspectiva não-atomística (SNs) incluiu as seguintes variáveis linguísticas:

Quadro 2 – Variáveis linguísticas da análise de SNs.

(continua)

Análise de SNs	
Classe Morfológica do Primeiro Elemento do SN	Artigo indefinido: “ <i>uns</i> meninos” Artigo definido: “ <i>os</i> meninos” Demonstrativo: “ <i>essas</i> coisas todas” Numeral: “ <i>duas</i> pessoas” Possessivo: “ <i>meus</i> irmãos” Adjetivo: “ <i>melhores</i> condições” Quantificador indefinido: “ <i>alguns</i> erros” “ <i>todos/todas</i> ”: “ <i>todas</i> essas pessoas” Substantivo: “ <i>peessoas</i> bonitas”
Configuração Sintagmática Pós-Nuclear	Com posições pós-nucleares: “ <i>as</i> pessoas <i>mais velhas</i> ” Sem posições pós-nucleares: “ <i>as</i> pessoas”

(conclusão)

Análise de SNs	
Animacidade do SN	[+humano]: “os professores” [-humano]: “as coisas”
Paralelismo Sintático (5 orações precedentes)	Primeiro de uma série Precedido por SN com marca zero Precedido por SN com marca explícita de número
Sintagma Nominal (efeito aleatório)	

Fonte: a autora.

Quanto à Configuração Sintagmática, separaram-se os contextos pré- e pós-nuclear; o primeiro foi analisado de acordo com a Classe Morfológica da primeira palavra do SN; o segundo considerou a existência ou não de palavras após o núcleo. Animacidade levou em conta o traço [\pm humano], e Paralelismo Sintático atentou para a presença de outros SNs, com ou sem marca explícita, nas cinco orações precedentes à ocorrência. O modelo também analisou o próprio SN como um efeito aleatório, a fim de avaliar se SNs frequentes como “os cara-s” e “as coisa-s” distorcem os resultados para os efeitos fixos. A correlação com essas variáveis é apresentada na Tabela 8.

Tabela 8 – Tendências de emprego de CN- \emptyset quanto a variáveis linguísticas (análise de SNs)
(N CN- \emptyset = 2.709 (15,2%); N Total = 17.866).

	P.R.	% CN-\emptyset	N Total
(continua)			
Classe Morfológica do Primeiro Elemento do SN			
Artigo indefinido / demonstrativo	.72	28,4	2.424
Artigo definido / numeral / possessivo	.52	14,5	12.375
Adjetivo	.33	8,9	1.060
Quantificador indefinido / “todos”	.28	6,6	1.407
Substantivo	.15	6,3	600
<i>Range</i>		57	
Paralelismo Sintático			
Precedido por SN com marca zero	.70	48,4	1.393
Primeiro de uma série	.52	16,1	7.806
Precedido por SN com marca explícita	.45	9,0	8.667
<i>Range</i>		25	

	P.R.	% CN-Ø	N Total
(conclusão)			
Configuração Sintagmática Pós-nuclear			
Com posições pós-nucleares	.69	16,6	1.456
Sem posições pós-nucleares	.48	15,0	16.410
	<i>Range</i>	21	
Animacidade			
[+humano]	.54	16,2	5.581
[-humano]	.48	14,7	12.285
	<i>Range</i>	6	

Classe Morfológica do Primeiro Elemento, inicialmente com nove fatores, foi simplificada para uma variável com cinco ($\chi^2 = 5,52(4)$, $p > 0,20$). SNs encabeçados por artigos indefinidos e demonstrativos são aqueles que mais favorecem a marca zero (P.R. .72); artigos definidos, possessivos e numerais revelam tendência neutra (P.R. .52); e adjetivos (P.R. .33), quantificadores indefinidos (P.R. .28) e substantivos (P.R. .15) desfavorecem a variante. É possível que o favorecimento de CN-Ø em SNs iniciados por artigos indefinidos e demonstrativos deva-se a um traço semântico [-definido]; não apenas os artigos indefinidos, mas também muitas das ocorrências de demonstrativos não possuem uma referência específica, referindo-se a categorias gerais de pessoas ou coisas:

- (7) *aquele pessoal que vai no funk tem aquelas calcinhas coladinha-Ø... tem uma roupa de funk baile funk* (Clara C., F2SC).
 (8) *dá vontade de rir né? porque elas parece aquelas velha-Ø que reclama né?* (Mariana B., F2MP).

Quanto à Configuração Sintagmática Pós-nuclear, em consonância com o resultado verificado para Posição Relativa na análise atomística, a presença de palavras em posições pós-nucleares favorece a marca zero (P.R. .69), enquanto sua ausência a desfavorece (P.R. .48).

O Paralelismo Sintático (SCHERRE; NARO, 1992; SCHERRE, 1998, 2001), investigado em diversos estudos prévios, manifesta resultados similares em São Paulo: SNs precedidos por outros SNs com marca zero favorecem CN-Ø (P.R. .70), e SNs precedidos por SNs com marca explícita a desfavorecem (P.R. .45); quando se trata do primeiro SN de uma série, a tendência é próxima do ponto neutro (P.R. .52), semelhante à probabilidade geral da amostra.

Animacidade, por sua vez, revela tendência oposta àquela normalmente verificada em outros estudos (ver, p. ex., BRANDÃO; VIEIRA, 2012): são os SNs com o traço [+humano] que favorecem CN-Ø (P.R. .54) em relação aos SNs com o traço [-humano] (P.R. .48). De fato, alguns SNs recorrentes que tendem a favorecer a marca zero são “os cara” e “os moleque”. Esses resultados indicam que a correlação com Animacidade nem sempre segue a mesma direção, e que o favorecimento de CN-Ø por SNs [-humano] ou [-animado] não é generalizado no português brasileiro.

Variáveis sociais

As análises atomística e não-atomística (SNs) incluíram ambas as mesmas sete variáveis, discriminadas no Quadro 3, além do Falante como efeito aleatório. Junto às variáveis estratificadoras da amostra (Sexo/Gênero, Faixa Etária, Nível de Escolaridade e Região de Residência), analisaram-se a Classe Social,⁷ a Origem dos Pais e a Mobilidade Geográfica⁸ dos falantes. As últimas três variáveis não estratificam a amostra, mas exibem variabilidade suficiente e ortogonalidade (GUY; ZILLES, 2007, p. 52-57), tanto entre si quanto entre as variáveis estratificadoras, para permitir o teste estatístico de hipóteses: elas co-ocorrem livremente, ou seja, não se referem a sub- ou supercategorias uma das outras. As únicas variáveis não ortogonais entre si são Classe Social e Nível de Escolaridade, já que todos os falantes da classe alta têm nível superior de escolaridade e nenhum falante da classe média baixa atingiu esse grau de escolarização; essas duas variáveis foram, portanto, analisadas em duas rodadas distintas, cada qual com inclusão de apenas uma delas (além das demais independentes). No desenvolvimento das análises, também se amalgamaram certas variantes cujo comportamento

⁷Os critérios de definição de classe social dos falantes se baseiam em um índice composto pelo nível de escolaridade do informante, sua ocupação, escolaridade e ocupação dos pais, e renda média do bairro de residência. Ver Oushiro (2015: cap.3) para uma descrição mais detalhada.

⁸A ficha social de cada informante do Projeto SP2010 contém uma lista de todos os bairros em que já viveu e os respectivos períodos (p. ex., dos 6 a 12 anos de idade). Tais informações foram reorganizadas de acordo com as variantes da variável Mobilidade: sempre morou no mesmo bairro; mudou-se, mas sempre morou na mesma zona; ou já viveu em diferentes zonas da cidade.

não se revelou significativamente distinto em testes de qui-quadrado (a saber, classes “A” e “B1”, classes “C2” e “D”, mobilidade “média” e “alta”), o que contribui para um modelo estatístico mais sintético.

De modo semelhante à inclusão de Item Lexical e Sintagma Nominal como efeitos aleatórios para as variáveis linguísticas, a consideração do Falante no modelo estatístico tem o objetivo de se certificar de que a seleção de variáveis sociais deve-se a um efeito real das variáveis Sexo / Gênero, Faixa Etária etc. Nas palavras de Johnson (2009, p. 365), as variáveis são selecionadas como estatisticamente significativas apenas quando as correlações “são fortes o suficiente para superar a variação inter-falantes”.

Quadro 3 – Variáveis sociais.

Variáveis sociais (análises atomística e de SNs)	
Sexo/Gênero	Feminino Masculino
Faixa etária	1ª faixa etária: 20 a 34 anos 2ª faixa etária: 35 a 59 anos 3ª faixa etária: 60 anos ou mais
Nível de escolaridade	Até Ensino Médio Ensino Superior
Região de residência	Bairro mais central Bairro mais periférico
Classe social	Classe alta – A Classe média alta – B1 Classe média média – B2 Classe média baixa – C1 Classe baixa alta – C2 Classe baixa média – D
Origem dos pais	São Paulo-capital Norte/Nordeste Interior de SP/MG Estrangeiros Mista
Mobilidade geográfica	Baixa: sempre morou no mesmo bairro Média: mudou-se, mas sempre morou na mesma zona Alta: morou em diferentes zonas
Falante (efeito aleatório)	

Fonte: a autora.

Ainda que as análises atomística e de SNs tenham sido realizadas separadamente, os resultados são apresentados nas mesmas tabelas

apenas para que possam ser mais diretamente comparados: ambas exibem resultados similares, quando não idênticos: coincidem o conjunto de variáveis selecionadas, sua hierarquia de seleção e os valores de *range*.

Não são selecionadas como significativas para (CN) a Região de Residência, a Origem dos Pais e a Faixa Etária. Este último indica que a concordância nominal parece ser um caso de variação estável em São Paulo. A despeito da avaliação de Tatiana M., que associa a marca zero com os moradores de periferia (ex. 11), não há correlação com a Região de Residência do falante. De modo semelhante, não obstante a constante associação da variante com um falar “italianado”, não se pode afirmar, por essa amostra – não estratificada de acordo com a origem dos pais –, que o emprego de CN-Ø tenha alguma influência da imigração italiana na cidade.

A frequente associação da variante com o bairro da Mooca, entretanto, foi investigada por meio do cruzamento entre região e zona de residência, que permite um mapeamento mais detalhado da cidade. A nova variável, com nove fatores (as zonas norte, sul, leste e oeste subdivididas entre parte central e periférica, mais a zona central), passou por amalgamações até se chegar ao modelo mais sintético da Tabela 9 ($\chi^2 = 2,95(5)$, $p > 0,70$ para análise atomística e $\chi^2 = 3,29(5)$, $p > 0,50$ para análise de SNs).

Tabela 9 – Tendências de emprego de CN-Ø em cruzamento entre Região e Zona de Residência (análise atomística e de SNs).

	Atomística ^a			SNs ^b		
	P.R.	% CN-Ø	N Total	P.R.	% CN-Ø	N Total
	N CN-Ø = 2.786 (14,0%); N Total = 19.884			N CN-Ø = 2.709 (15,2%); N Total = 17.866		
Região + Zona de Residência						
Leste Central	.85	35,1	934	.85	37,7	851
Leste Periférica	.65	18,9	2.612	.66	19,7	2.374
Norte Periférica + Sul + Oeste	.46	12,7	13.681	.46	13,8	12.275
Central + Norte Central	.41	8,7	2.657	.40	9,6	2.366
<i>Range</i>		44			45	

^aInput = 0.064. ^bInput = 0.053.

Fonte: a autora.

Os moradores da Zona Leste Central são aqueles que mais favorecem a marca zero (P.R. .85), seguidos dos moradores da Zona Leste Periférica (P.R. .65 e .66); os residentes das zonas Central e Norte Central

são aqueles que mais desfavorecem essa variante (P.R. .41 e .40), e os das demais regiões exibem tendência mais próxima ao ponto neutro (P.R. .46). Ora, a Zona Leste Central é justamente onde se localiza o bairro da Mooca, frequentemente associado à expressão “dois pastel e um chopes” pelos falantes paulistanos. Neste caso, a avaliação da comunidade sobre um subgrupo que tende a empregar a variante coincide com aquilo que se observa empiricamente. Essa correlação será examinada mais detalhadamente na próxima seção.

Em estudos prévios sobre (CN), o Nível de Escolaridade, quando considerado, frequentemente se mostra relevante para a variação. A presente amostra foi estratificada entre falantes que atingiram o Ensino Médio e aqueles que prosseguiram para o Ensino Superior; no entanto, a análise apresentada na Tabela 10 separa do primeiro grupo os falantes com nível de Ensino Fundamental. A categorização em três níveis permite entrever que a correlação é gradual e sistemática: falantes que estudaram até o Ensino Fundamental favorecem fortemente a marca zero (P.R. .85 e .81); aqueles que estudaram até o Ensino Médio também a favorecem, em menor grau (P.R. .67 e .64); e aqueles com nível superior tendem a desfavorecê-la (P.R. .32 e .35). Em outras palavras, quanto menor o nível de escolaridade, maior a tendência de emprego das variantes proscritas pela norma culta.

Tabela 10 – Tendências de emprego de CN-Ø quanto ao Nível de Escolaridade (análise atomística e de SNs).

	Atomística ^a			SNs ^b		
	P.R.	% CN-Ø	N Total	P.R.	% CN-Ø	N Total
Nível de Escolaridade						
Até Ensino Fundamental	.85	29,7	2.415	.81	31,8	2.192
Até Ensino Médio	.67	18,4	6.358	.64	19,8	5.775
Ensino Superior	.32	8,1	11.111	.35	8,8	9.899
<i>Range</i>		<i>53</i>			<i>46</i>	

^aInput = 0.068. ^bInput = 0.074.

Fonte: a autora.

Pode-se questionar, no entanto, se esse resultado se deve à interferência direta da escolarização ou trata-se de um efeito colateral da classe socioeconômica dos falantes, uma vez que diferentes níveis de escolaridade restringem as oportunidades de posicionamento no mercado de trabalho, de ascensão social e de estabelecimento de redes sociais dos falantes. O contraste com os resultados para a variável Classe Social pode iluminar essa questão.

A Classe Socioeconômica dos falantes se apresenta como a variável social que se correlaciona mais fortemente com CN-Ø, com *range* de 64-65. Da Tabela 11, depreende-se que, quanto mais baixo o nível socioeconômico, mais alta é a tendência ao emprego da marca zero, desde as classes mais altas A/B1 (P.R. .13 e .23) até as classes mais baixas C2/D (P.R. .77 e .88). A comparação dos valores de logaritmo de verossimilhança (GUY; ZILLES, 2007, p. 191) das análises com nível de escolaridade e classe social, com grau de liberdade igual a um, indica que a segunda tem maior poder de previsão do que a primeira para a ocorrência da marca zero ($\chi^2 = 93,3(1), p < 0,001$ para a análise atomística, $\chi^2 = 19,64(1), p < 0,001$ para a análise de SNs). Desse modo, parece mais razoável interpretar que as tendências de emprego observadas em diferentes níveis de escolaridade são decorrência do *status* social dos falantes e das redes sociais que eles estabelecem com falantes da mesma classe social.

Tabela 11 – Tendências de emprego de CN-Ø quanto a variáveis sociais (análise atomística e de SNs).

(continua)

	Atomística ^a			SNs ^b		
	P.R.	% CN-Ø	N Total	P.R.	% CN-Ø	N Total
	N CN-Ø = 2.786 (14,0%); N Total = 19.884			N CN-Ø = 2.709 (15,2%); N Total = 17.866		
Classe Social						
A-B1	.13	5,4	5.119	.23	5,9	4.528
B2	.38	8,9	5.981	.35	9,7	5.343
C1	.64	18,0	5.127	.63	19,0	4.656
C2-D	.77	28,9	3.657	.88	31,1	3.339
<i>Range</i>		64			65	

(conclusão)

	Atomística ^a			SNs ^b		
Sexo / Gênero						
Feminino	.38	9,8	9.327	.36	10,4	8.434
Masculino	.64	17,8	10.557	.63	19,4	9.432
<i>Range</i>	26			27		
Mobilidade						
Baixa	.54	21,9	4.122	.65	23,8	3.727
Média e alta	.36	12,0	15.762	.46	12,9	14.139
<i>Range</i>	18			19		

^aInput = 0.044. ^bInput = 0.051.

Fonte: a autora.

O Sexo / Gênero dos falantes (TABELA 11) também se correlaciona com o emprego de CN-Ø, com seu favorecimento por parte dos homens (P.R. .64 e .63) e desfavorecimento pelas mulheres (P.R. .36 e .46). Tendo em vista as correlações que geralmente se observam para variáveis cujas variantes se diferenciam em graus de estigma ou prestígio, os presentes resultados estão de acordo com a expectativa de que a variante não padrão fosse favorecida pelos falantes de sexo masculino. No entanto, os estudos sobre a concordância nominal, sobretudo em comunidades urbanas, nem sempre verificam a correlação com a variável Sexo / Gênero (ver, p. ex., SALOMÃO, 2010; BRANDÃO; VIEIRA, 2012) ou correlações tão fortes quanto a que se observa em São Paulo, com *range* de 26-27. Mendes (no prelo), em seu estudo sobre a concordância nominal e identidades de gênero no português paulistano, constatou correlação semelhante em sua amostra de 36 entrevistas sociolinguísticas: homens heterossexuais tendem a favorecer a marca zero em relação a mulheres, e homens gays efeminados tendem a desfavorecê-la ainda mais. Com base nesse resultado, o autor sugere que, na comunidade paulistana, os homens tendem a empregar CN-Ø de modo a evidenciar sua masculinidade. Ainda que o presente estudo diferencie os falantes mais propriamente quanto ao *sexo*, e não quanto ao *gênero* ou quanto à marcação, no discurso, de um modo mais ou menos masculino de ser, uma explicação semelhante parece plausível para dar conta não apenas da direção observada para a

correlação, mas para a grande diferença nas tendências entre homens e mulheres. Na cidade de São Paulo, a marca zero parece funcionar não só como forte estratificador de classes sociais e de níveis de escolaridade mas também como um índice de masculinidades.

Quanto à Mobilidade Geográfica, os falantes com menor mobilidade (aqueles que sempre viveram no mesmo bairro) tendem a empregar a marca zero (P.R. .54 e .65), ao passo que os falantes com maior mobilidade tendem a evitá-la (P.R. .36 e .46). De acordo com Milroy (1987 [1980]), pessoas com maior mobilidade tendem a adotar valores de um grupo de referência externo, enquanto aquelas com menor mobilidade tendem a se orientar pelas práticas locais. Esse resultado sinaliza a importância de uma identidade local para o emprego da variante.

A próxima seção se volta para a questão das identidades locais, seja com o bairro, seja com a cidade: como se dá o encaixamento social de CN-Ø em diferentes partes da cidade? Em especial, a forte associação no discurso popular entre a marca zero e o bairro da Mooca ocorreria apenas pelo seu uso mais frequente, ou também por padrões divergentes de variação linguística em relação à comunidade? Lembre-se do comentário de Iara S. (ex. 5), que afirma que na Mooca a variante é comumente empregada mesmo na fala de pessoas mais escolarizadas, como seu irmão médico. Poderia a associação da marca zero com o bairro advir de uma maior semelhança nos usos linguísticos por parte de pessoas com diferentes graus de escolaridade ou pertencentes a classes sociais distintas?

Identidade local

As análises acima mostraram que, embora não haja correlação significativa entre (CN) e a divisão da cidade entre bairros mais centrais e mais periféricos, há uma região específica da cidade em que a marca zero é fortemente favorecida – a Zona Leste Central, onde se localiza o bairro da Mooca. Realizaram-se então cruzamentos, utilizando-se as porcentagens, entre o mapeamento mais detalhado da cidade de acordo com Região e Zona de residência, e a Escolaridade e Classe Social dos falantes.

As Figuras 3 e 4 mostram os resultados desses cruzamentos. Em todas as áreas, as taxas de emprego de CN-Ø são maiores entre os falantes com menor nível de escolaridade (representados pela coluna mais escura) em relação aos de Ensino Superior (colunas mais claras),

exceto para as Zonas Central e Norte Central, para as quais as taxas foram idênticas; no entanto, entre os falantes menos escolarizados, os habitantes da Zona Leste Central empregam-na com frequência muito maior (aproximadamente 55%) do que os das demais regiões da cidade, cujas taxas variam entre 9,5 a 23,3%.

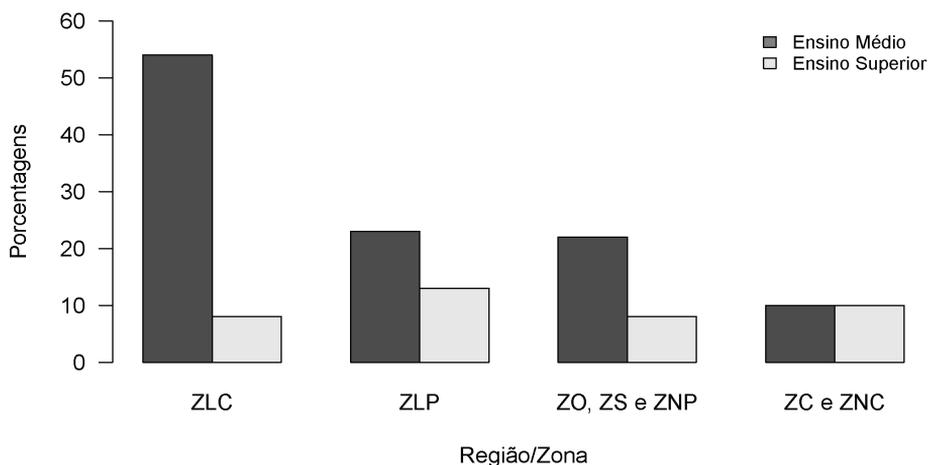


Figura 3 – Cruzamento entre Região/Zona e Nível de escolaridade

Algo semelhante se verifica no cruzamento com Classe Social. Na Figura 4, há taxas gradualmente maiores de emprego de CN-Ø em todas as regiões quanto mais baixa for a classe social (com exceção, novamente, das Zonas Central e Norte Central, cujas taxas se aproximam de 10%). Nas zonas Leste Central e Periférica, não há, nessa amostra, falantes das classes sociais mais altas A e B1, o que deve ter contribuído para as maiores tendências ao emprego da marca zero nessas regiões. Entretanto, entre os falantes das classes mais baixas C2 e D, a taxa de emprego de CN-Ø é muito superior na Zona Leste Central (73,1%), superior ao dobro daquelas das demais regiões para falantes da mesma classe social (29,4% para a Zona Leste Periférica; 32,8% para as zonas Oeste, Sul e Norte Periférica; e 10% nas zonas Central e Norte Central).

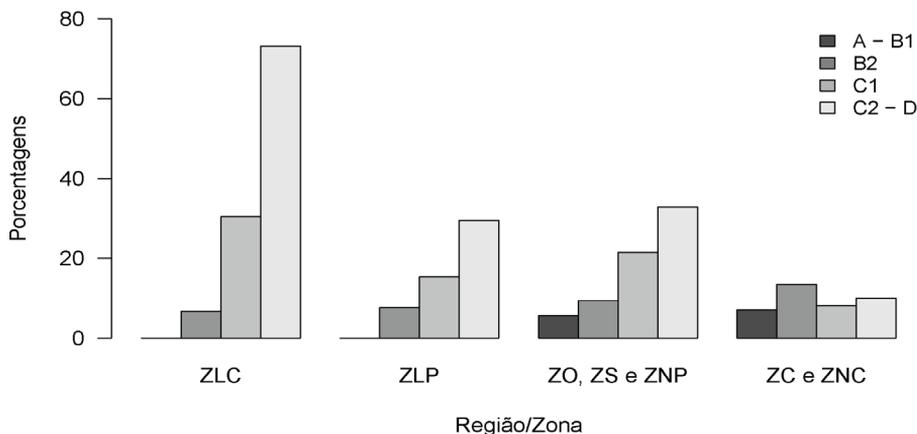


Figura 4 - Cruzamento entre Região/Zona e Classe Social

A associação da variante com os falantes que residem especificamente no bairro da Mooca parece ser decorrência tão somente de taxas exageradas de emprego da marca zero por parte de certos residentes dessa área da cidade, que evidentemente destoam das médias em outras regiões. O estereótipo acerca do português paulistano provavelmente advém daí: alguns dos falantes mais prototípicos da cidade, cuja variedade é identificada, nomeada e comentada no discurso popular – o “mooquês” – apresentam taxas bastante superiores de emprego da marca zero.

Nesse aspecto, a identidade local com o bairro ou com a cidade parece reforçá-las, uma vez que “dois pastel”, antes de ser “errado”, é considerado “paulistano” ou “mooquense” para muitos dos falantes da amostra. Entretanto, é interessante notar que não se verificam tendências verdadeiramente divergentes entre os residentes da Zona Leste Central; nessa parte da cidade, as regras variáveis quanto à hierarquia de restrições se mantêm: falantes mais escolarizados ou de classes mais altas empregam a marca zero relativamente menos do que os falantes menos escolarizados e de classes mais baixas, assim como em outras partes da cidade.

Tais resultados contribuem para a discussão sobre o *locus* das identidades sociais que se manifestam por meio de usos linguísticos: até que ponto os falantes são capazes de manipular o emprego de certas variantes, a fim de demonstrar filiação a determinados grupos sociais? Os

resultados acima sugerem que a associação de traços linguísticos a grupos de indivíduos reside em suas *frequências* de uso, e não em *tendências*: ainda que as taxas de emprego de uma variante possam diferir, as regras variáveis em todos os grupos de falantes são semelhantes.

Considerações finais

Os diversos estudos sobre a concordância nominal no português brasileiro já permitem diversas generalizações quanto ao encaixamento linguístico das variantes, cujo emprego se correlaciona à Posição Linear e Relativa do vocábulo, à Saliência Fônica, ao Contexto Fônico Seguinte, ao Paralelismo Intra e Intersintagmático, à Configuração Sintagmática Pré- e Pós-nuclear e à Animacidade do SN. No presente estudo, o único resultado divergente daquele observado em outras comunidades refere-se a esta última variável, em que se verificou o favorecimento de CN-Ø em sintagmas com o traço [+humano], o que indica que a direção da correlação não é a mesma para todas as variedades do português brasileiro. Quanto a fatores sociais, a presente análise reitera a forte correlação com o Nível de Escolaridade dos falantes, mas permite defender que tal resultado é mais propriamente interpretado como efeito indireto da Classe Social e das redes sociais que os falantes estabelecem. Além disso, observou-se a influência do grau de Mobilidade Geográfica e do Sexo / Gênero dos falantes – este último, em um grau mais forte do que já se verificou em outras comunidades urbanas.

Tendo em vista que muitos dos padrões sociais e linguísticos acerca da concordância nominal de número são recorrentes em diferentes comunidades, é necessário voltar-se a novas questões. O presente trabalho enfoca os possíveis mecanismos que operam na associação dos usos linguísticos com certas identidades sociais, por meio da análise do discurso metalinguístico dos informantes, bem como dos padrões de variação na comunidade. Em especial, investigaram-se as motivações para a associação da marca zero especificamente com os paulistanos quando a variável está presente em todo o território brasileiro. Sugere-se que tal associação se deve às altas taxas de emprego das variantes por parte de habitantes de bairros tradicionais de São Paulo, sobretudo a Mooca, mas sinaliza-se que as percepções da comunidade estão em vias de mudança, em direção a uma associação mais forte com o nível de escolaridade e condição socioeconômica dos falantes. Além disso, a

marca zero parece funcionar como índice de identidade de gênero, dada a ampla diferença entre as tendências de homens e mulheres (maior do que em outras comunidades urbanas em que tal variável se revelou significativa); CN-Ø parece funcionar como estratégia de indexação de masculinidades (MENDES, no prelo). O estudo do significado social da variação, para além dos amplos padrões observados, pode conduzir a novas interpretações da vitalidade de certas formas linguísticas em diferentes comunidades.

Referências

ANTONINO, V. A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia. 2007. 119f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia Salvador, 2007.

BAAYEN, R. H. *Analysing Linguistic Data: a Practical Introduction to Statistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa*, São Paulo, 56(3), p. 1035-1064, 2012.

DIAS, J. F. V.; FERNANDES, M. A inter-relação da concordância nominal e da concordância nos predicativos/particípios passivos, sob enfoque da teoria da variação e mudança linguística. *Organon* 14, p. 115-131, 2000.

GOMES DA SILVA, F. Alagoanos em São Paulo e a concordância nominal de número. 2014. 103f. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014.

GUY, G. R. Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history. 1981. 406f. Thesis (PhD) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

GUY, G. R. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. *Organon* 14, p. 17-32, 2000.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

JOHNSON, D. E. Getting off the GoldVarb standard: introducing Rbrul for mixed-effects variable rule analysis, *Language and Linguistic Compass*, 3(1), p. 359-383, 2009.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOPES, N. S. Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade. 2001. 408f. Tese (Doutorado), Salvador, UFBA, 2001.

MENDES, R. B. Nonstandard Noun Phrase Agreement as an Index of Masculinity. In: LEVON, E.; MENDES, R. B. *Language, sexuality and stance: studies in distributional sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. *Documentação do Projeto SP2010 – Construção de uma amostra da fala paulistana*. 2013. Disponível em <<http://projetosp2010.fflch.usp.br/producao-bibliografica>>. Último acesso em 21 mar. 2013.

MILROY, L. *Language and Social Networks*. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1987 [1980].

OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. 394f. Tese (Doutorado em Letras) – USP, FFLCH, São Paulo, 2015.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 20, p. 9-16, 1991.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2013. Disponível em <<http://www.R-project.org/>>. Último acesso em 21 mar. 2014.

SALOMÃO, M. H. A variação de pluralidade nas estruturas predicativas da variedade falada da Região de São José do Rio Preto. 2010. 162f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UNESP, IBILCE, São José do Rio Preto, 2010.

SCHERRE, M. M. P. A regra de concordância de número no sintagma nominal no português. 1978. 158f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

SCHERRE, M. M. P. Reanálise da concordância nominal em português. 1988. 555f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, M. M. P. Paralelismo linguístico. *Revista Estudos Linguísticos*, 7(2), p. 29-59, 1998.

SCHERRE, M. M. P. Phrase-level parallelism effect on noun phrase number agreement. *Language Variation and Change*, 13, p. 91-107, 2001.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. The serial effect on internal and external variables. *Language Variation and Change*, 4, p. 1-13, 1992.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *SCRIPTA*, vol. 9 (18), p. 107-129, 2006

YACOVENCO, L. *et al.* Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. *Alfa*, 56(3), São Paulo, p. 771-806, 2012.

Kel e a expressão de definitude em caboverdiano

Kel and definiteness on Cape Verdean

Wânia Miranda

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

miranda.wania@gmail.com

Resumo: O uso de *kel* em caboverdiano causa, por vezes, controvérsia entre os estudiosos da língua no que diz respeito à função que desempenha dentro do sintagma nominal. Alguns estudos sobre o sintagma nominal do caboverdiano apresentam *kel* e sua forma plural *kes* como possíveis artigos definidos ou afirmam que eles exercem, por vezes, o papel de artigos definidos na língua (BAPTISTA, 1997, 2002, 2007; ALEXANDRE & SOARES 2004; entre outros). Os autores que se debruçaram sobre o tema, contudo, parecem não precisar o que licencia tal uso. Neste artigo, realizaremos uma análise dessa partícula dentro de uma perspectiva semântica, a fim de tentar esclarecer o comportamento de *kel* no do sintagma nominal da língua.

Palavras-chave: caboverdiano, definitude, Semântica.

Abstract: There are controversies in studies about the noun phrase in Cape Verdean specially concerning the particle *kel*. Some analyses present the particle *kel* and its plural counterpart *kes* as a definite article others claim this particle can assume the role of a definite article (BAPTISTA, 1997, 2002, 2007; ALEXANDRE, 2004 & SOARES; and others). Scholars who assumed *kel* as a definite article,

however, did not explain what allows its use as definite article. In this paper, I will present an analysis of this particle adopting a semantic perspective in order to clarify how the particle *kel* functions within the noun phrase of the Cape Verdean.

Keywords: Cape Verdean, definiteness, Semantics.

Recebido em 03 de junho de 2014.

Aprovado em 04 de dezembro de 2014.

1 Introdução

Estudos sobre o sintagma nominal do caboverdiano¹ apontam *kel* e sua forma plural *kes* como possíveis artigos definidos, outros, por sua vez, afirmam que, embora não classificados como artigos, podem exercer esse papel na língua (ver BAPTISTA, 1997, 2002, 2007; ALEXANDRE & SOARES, 2004; entre outros). Não há, porém, entre os estudiosos do tema, consenso sobre o que licencia tal uso.

Importante observar que tanto a classe do artigo definido quanto a dos demonstrativos podem expressar definitude. Para C. Lyons (1999), nas línguas em que não há o artigo definido, a definitude seria expressa, em alguns casos, por um demonstrativo. Esse fato poderia levar, em nossa opinião, alguns autores a afirmar que *kel* exerce o papel de artigo definido em caboverdiano.

Igualmente, em alguns estudos sobre o sintagma nominal do caboverdiano, parece haver um equívoco quanto à distinção entre as noções de informação dada e familiaridade ou identificabilidade, o que acaba levando a análises e interpretações dúbias sobre o comportamento de *kel*.

No presente artigo, empreenderemos uma discussão teórica sobre definitude, dado que tanto o artigo definido quanto o demonstrativo expressam essa noção e apresentaremos o comportamento de *kel*

¹O caboverdiano é falado nas ilhas de Cabo Verde, localizadas na costa ocidental do continente africano. Embora a língua oficial do país seja a língua portuguesa, esta é restrita à sala de aula, cerimônias oficiais e alguns meios de comunicação, sendo a língua caboverdiana amplamente utilizada no país.

dentro do sintagma nominal do caboverdiano,² a fim de entender seu comportamento na língua.

2 A definitude segundo C. Lyons (1999)

Ao explorar a questão da definitude, C. Lyons (1999) observa o fato de existirem, em algumas línguas, elementos que parecem ter o papel exclusivo de indicar a definitude ou indefinitude do sintagma nominal.³

O autor explora a noção de familiaridade e identificabilidade. Segundo ele, no sintagma nominal indefinido, somente o falante parece estar ciente do que é referido, enquanto que, no definido, essa consciência é compartilhada pelos interlocutores. Nesse sentido, o artigo definido assinalaria que a entidade é “familiar”, enquanto o indefinido seria usado quando o falante não tivesse a intenção de compartilhar essa familiaridade.

C. Lyons argumenta, contudo, que a noção de familiaridade é um tanto problemática para a distinção definido-indefinido. Exemplos disso seriam os usos associativos, situacionais, entre outros.

O autor argumenta ainda que alguns linguistas preferem ver a definitude relacionada à *identificabilidade*.⁴ O artigo, ele mesmo, não identifica o referente, pois se trata de uma palavra gramatical, sem conteúdo lexical descritivo. O máximo que pode fazer é convidar o ouvinte a explorar pistas no contexto linguístico ou extralinguístico. O artigo pode estar relacionado à identificabilidade, mas não à identificação. Essa hipótese, porém, não exclui a familiaridade, pois é ela que habilita o ouvinte a identificar o referente.

²Nos estudos sobre o caboverdiano, as variedades linguísticas são divididas em Sotavento e Barlavento. As variedades de Sotavento são faladas nas ilhas mais ao sul do arquipélago, ao passo que as variedades de Barlavento são faladas mais ao norte. O presente trabalho concentra-se na variedade de Sotavento, mais especificamente a falada em Santiago, onde está localizada a capital do país, a cidade de Praia.

³Esses elementos podem possuir a forma de um item lexical, como os artigos definido e indefinido do inglês, ou de um afixo, por exemplo, em árabe, com o prefixo definido *al-* e o sufixo indefinido *-n*.

⁴A ideia seria que o uso do artigo definido direciona o ouvinte ao referente do NP, assinalando que o ouvinte estaria em condições de identificá-lo.

Para C. Lyons (1999), a identificabilidade parece dar conta, de modo mais adequado, da definitude do que a familiaridade. Todavia, há casos em que a primeira não seria possível. Os usos associativos, em geral, são problemáticos para a identificabilidade. Funcionam porque o ouvinte está apto a associar um NP definido a alguma entidade que ele espera encontrar ou associar àquela situação determinada.⁵

C. Lyons (1999) acrescenta que a distinção mais fundamental a ser feita é entre as línguas que possuem artigos e as que não possuem. Segundo o autor, todas as línguas possuem demonstrativos e pronomes pessoais que são, talvez, inerentemente definidos.

A marcação de definitude simples seria, na visão do autor, uma característica areal. Uma grande concentração de línguas que marcam definitude simples encontra-se na Europa ocidental e no Mediterrâneo e em partes do mundo onde línguas dessas regiões foram transplantadas pela colonização.

Haveria ainda, segundo o autor, línguas em que o artigo definido pode ser omitido quando as condições situacionais, ou do discurso, para a definitude são aplicadas, por exemplo, o *hausá*.

Em *hausá*, o sufixo definido é usado, em geral, anafórica e associativamente. Nessa língua, o aparecimento ou omissão do artigo não pode ser completamente previsto. Esse aparecimento ou omissão, contudo, é amplamente determinado pela acessibilidade do referente. Em outras palavras, um nome nu é usado quando se julga que o referente é de fácil acesso, enquanto a marca de definido é utilizada quando um esforço maior parece ser requerido. Caso a tarefa de identificar o referente seja ainda maior, um demonstrativo é usado (JAGGER, 1985).

C. Lyons (1999) salienta que, na maioria das línguas, é possível referir-se a algo previamente mencionado utilizando um demonstrativo.

Ainda sobre os demonstrativos, o sistema em que o falante é o ponto de referência primário seria, para o autor, básico e encontrado em quase todas as línguas. As línguas variam, todavia, quanto ao princípio organizacional pautado na pessoa ou na distância do falante. Os demonstrativos são quase invariavelmente acentuados, e para C. Lyons esse seria o maior ponto de contraste com os artigos definidos.

⁵A noção de *inclusividade* também é importante. A definitude com plurais e massivos não envolve unicidade, mas inclusividade: a referência é a totalidade dos objetos ou massas no contexto.

Por fim, há as oposições tópico-comentário, tema-rema, dado-novo e pressuposição-foco que figuram, proeminentemente, na organização da informação.⁶ Muitas dessas noções, aliás, podem ser intercambiáveis.

Uma informação dada é diferente de familiaridade ou identificabilidade. Um NP definido pode representar uma informação nova, em que o referente não tenha sido introduzido previamente, ou que não seja saliente na consciência dos participantes. Um NP indefinido, por sua vez, pode ser dado, ou seja, seu conteúdo descritivo pode ter ocorrido previamente no discurso ou ele ainda pode ser parte do conhecimento comum dos falantes. A identificabilidade que caracteriza muitos definidos geralmente é uma questão de ocorrência prévia no discurso e a familiaridade é, em geral, suficiente para prover a saliência mental necessária para algo que é dado.

C. Lyons (1999) assinala que a definitude parece, empiricamente, ser um fenômeno unificado. Duas características seriam proeminentes, mas não, nas palavras do autor, completamente adequadas: a identificabilidade, que favoreceria particularmente o uso referencial, sobretudo quando o referente é uma entidade física e localizável (visualmente) no contexto; e a inclusividade, que favoreceria os usos não referenciais.

3 Artigo definido *versus* demonstrativo

Alexiadou *et al.* (2007) apresentam, além da noção de artigo definido de C. Lyons (1999),⁷ as seguintes concepções do artigo definido:

- um subordinador que assinala o *status* argumental a um NP complemento (ABNEY, 1987; STOWELL, 1989, 1991; SZABOLCSI, 1994, p. 81);
- um carregador “natural” de referencialidade (LOEBEL, 1989; LONGOBARDI, 1994, 1996);

⁶Na teoria pragmática, definitude tem seu lugar na área denominada “estrutura do discurso” ou “estrutura da informação”, ou ainda “estrutura temática”. Essa área preocupa-se com os modos em que sentenças *agrupam* a mensagem transmitida, de forma a expressar o relacionamento entre a mensagem e o contexto, ou o *background*.

⁷C. Lyons (1999) concebe o artigo definido como uma categoria gramatical que, em algumas línguas, gramaticaliza a noção semântico-pragmática de definitude, apesar de a própria definitude ser considerada pelo autor como categoria gramatical.

- um morfema puramente gramatical cujo papel primário é assinalar caso ao NP complemento (GIUSTI, 1993, 1997, 2002).

Sobre os demonstrativos, Alexiadou *et al.* (2007, p. 95) argumentam que a diferença entre eles e o artigo definido é que os primeiros são uma categoria universal, isto é, diferentemente do artigo definido, os demonstrativos são encontrados em todas as línguas. As autoras destacam ainda que os demonstrativos admitem uso duplo: são usados ou intransitivamente, sem um NP complemento, por exemplo, no inglês “*this*” e no alemão “*diese*”, ou transitivamente, com um NP complemento, como o inglês “*this book*” e o alemão “*dieses Buch*”. Esse último, em geral, é referido como o uso adjetival dos demonstrativos.

As duas classes expressam definitude, porém, há algumas peculiaridades que as distinguem entre si. Alexiadou *et al.* (2007, p. 98) assinalam que, embora ambos sejam definidos, somente o artigo definido pode referir-se a termos de classe:

- (1a) O dodô está extinto.
(1b) # Este dodô está extinto.

Além disso, de acordo com as autoras, os demonstrativos não trazem leitura genérica, denotam entidades sem descrevê-las, além de serem diretamente referenciais. O uso do demonstrativo envolve um contraste entre referentes.

Se, por um lado, o artigo definido e os demonstrativos compartilham os componentes semânticos da identificabilidade e da referencialidade, por outro, o elemento dêitico os coloca em conjuntos diferentes.

O componente dêitico dos demonstrativos ajuda a localizar o referente em algum ponto no contexto não linguístico. A característica dêitica é, em geral, interpretada de dois modos: ou codificam a oposição [+ / -- proximal], com o falante como ponto direto de ancoragem; ou, alternativamente, a característica dêitica é feita contingentemente na categoria gramatical de pessoa e denota associação ou proximidade do falante, ou ainda um conjunto de indivíduos que inclui o falante (ALEXIADOU *et al.*, 2007, p. 100).

Na visão de Roberts (2002), a característica diferenciadora dos demonstrativos seria a pressuposição de uma demonstração que os

acompanha. A autora considera os demonstrativos um tipo de NP definido, assim como os pronomes e as descrições definidas.

A autora observa ainda que os demonstrativos podem ser utilizados para fazer referência a constituintes de um discurso; podem ainda ser acompanhados por demonstração, mas também podem ocorrer sem a indicação gestual do referente e, nesse caso, na maioria das vezes, possuem um antecedente. Alguns demonstrativos podem ter a interpretação de variável presa, além de poderem ter escopo restrito sobre modais ou outros operadores. Em síntese, para Roberts (2002), os NPs demonstrativos apresentam uma gama de comportamentos que são típicos de descrições definidas e pronomes.

4 Comportamento de *kel* no caboverdiano

Quanto às argumentações sobre a existência de determinante definido em caboverdiano, Alexandre e Soares (2004) afirmam que a língua possui um artigo definido em desenvolvimento, no caso, *kel*. Veiga (2002, p. 67) argumenta que o artigo definido, como classe gramatical, não existe em caboverdiano. Assinala também que o emprego de *kel* como artigo definido é muito raro. Quint (2000) declara que essa partícula possui amplitude semântica tão vasta que, por vezes, pode cobrir a função do artigo românico ou português. Para Brüser *et al.* (2001), contudo, em caboverdiano, não há artigo definido.

É importante, além disso, observar que a maioria dos autores afirma não poder o uso dessa partícula ser considerado sistemático, tampouco previsível, nem na função de artigo definido nem na de demonstrativo.

O WALs (*World Atlas of Language Structures Online*) aponta 69 línguas ao redor do mundo que se utilizam do demonstrativo para veicular definitude. Entre elas citamos o *ewe*, o *akan*, o *musgu* e o *xhosa* no continente africano; o *newar*, o *lahu*, o tibetano e o *tamang* no continente asiático; o indonésio, o *ma'anyan* e o *bajau* na Indonésia; e o *chashibo* e o *uraruna* no Peru.

Neste trabalho, conjecturamos que, em caboverdiano, assim como em um número de outras línguas do mundo, o emprego do demonstrativo – nesse caso, *kel* – tem por função também veicular definitude, embora esse uso não seja considerado frequente na língua.

Desde já, frisamos que não encontramos, pelo menos nos registros do WALs, qualquer língua que possua como único artigo o indefinido

e que, ao mesmo tempo, empregue o demonstrativo para veicular definitude.

4.1 Análises de *kel*

Baptista (2007, p. 69) advoga que *kel* é demonstrativo quando não há menção prévia do referente, mas um determinante anafórico quando há menção prévia. Ressaltamos, porém, que os demonstrativos também podem retomar um referente (conforme ROBERTS, 2002; LYONS, 1999). Por conseguinte, esse não poderia ser um argumento suficiente para conjecturar que *kel* desempenha o papel de artigo definido em caboverdiano.

Nomes modificados por *kel*, do mesmo modo que os nomes modificados por *un* (determinante indefinido da língua), podem ser interpretados como específicos ou não específicos e parecem ocorrer, segundo Baptista (2007, p. 69), em variação livre com a marca Ø.

A respeito das características de *kel*, observamos que:

- ele pode ocorrer tanto com nomes específicos quanto com não específicos;
- pode funcionar como anafórico correferencial, embora o referente possa também ser retomado na ausência de qualquer determinante;
- a menos que seja sucedido pelo pronome *ki* em orações relativas restritivas, não pode, sozinho, realizar anáfora por ligação;
- parece não poder ser utilizado para apresentar informações novas.

Note-se que o fato de *kel* poder ocorrer com nomes não específicos e não ter leitura genérica já poderia distanciá-lo da classe dos artigos definidos.

Apesar de *kel*, realmente, parecer expressar definitude no caboverdiano, sua presença, assim como a presença de qualquer outro determinante, não é necessária para que os nomes em caboverdiano sejam definidos (para mais detalhes sobre essa análise, ver MIRANDA (2013)). À semelhança do *kriyol* da Guiné-Bissau, em caboverdiano, especificadores vazios são frequentemente encontrados onde artigos definidos são previstos para o português.

Lucchesi (1994) advoga que, em caboverdiano, não há nenhum dispositivo especial para marcar a distinção entre específico e não específico. Afirmar também que o uso da partícula tida como artigo definido (*kel*) junto aos NPs específicos pressupostos é bastante irregular. Na visão do autor, o uso dessa partícula seria determinado, então, mais por fatores discursivos ou estilísticos do que por alguma necessidade de se marcar determinada referencialidade do nome. Ele destaca ainda que, além de o uso de *kel* ser irregular, a partícula também pode ocorrer com nomes não específicos, como se vê em (2):⁸

(2)	alves	un	pesoa	ta	labãta	denti	di
	às-vezes	DET	pessoa	HAB	levantar	dentro	PREP
	sink'ora	o	seys	ora	di	palmañã,	pa
	cinco'horas	ou	seis	horas	PREP	manhã	PREP
	Busca						Buscar
	kel	pala	o	kel	leña.		
	DEM	palha	ou	DEM	lenha		

Às vezes, uma pessoa levanta por volta das cinco ou seis horas da manhã para buscar palha ou lenha.

(LUCCHESI, 1994).

Em sua tese de doutorado, Baptista (1997, p. 15) aponta *kel* como demonstrativo usado para marcar definitude quando se refere a entidades já conhecidas. Observa, porém, que há situações em que serve puramente como marcador de definitude, explicitando, na visão da autora, uma perda da função demonstrativa.

Já em Baptista (2002, p. 24), a autora assinala que a função primária de *kel* seria a de um demonstrativo, embora, de acordo com

⁸Abreviaturas: 1SG/2SG/3SG: 1ª / 2ª / 3ª pessoa do singular; 1PL / 2PL / 3PL: 1ª / 2ª / 3ª pessoa do plural; ADV: advérbio; COMP: complementizador; CONJ: conjunção; DEM: demonstrativo; DET: determinante; F: feminino; GRAU: flexão de grau; HAB: aspecto habitual; IMPF: imperfeito; Int: intensificador; M: masculino; NEG: partícula de negação; OBJ: objeto; OBL: oblíquo; PFV: perfectivo; PON: aspecto pontual; POSS: possessivo; POT: aspecto potencial; PREP: preposição; PROG: aspecto progressivo; PST: passado; PRON: pronome; QP: sintagma quantificador; REFL: reflexivo; T: pronome tônico.

ela, possa desempenhar o papel de determinante definido na língua. Para defender a dupla função de *kel* em caboverdiano, Baptista argumenta que a língua tem seguido o caminho evolutivo comum aos determinantes em várias línguas no mundo, em que artigos definidos são desenvolvidos de demonstrativos.⁹

Segundo a autora, por regra, o caboverdiano não marca um NP como definido por meio de determinante aberto. O uso de *kel* como determinante definido seria para referir-se a uma entidade conhecida no discurso, mas não necessariamente que já tenha sido introduzida previamente.

Na seção 2, vimos que o demonstrativo, além de retomar um referente, pode ser utilizado para referir-se a uma entidade familiar no discurso, mesmo sem essa entidade ter sido introduzida anteriormente. Essa não seria uma função exclusiva do artigo definido.

Em algumas línguas em que o demonstrativo pode ser usado como artigo definido, quando cumpre a função de artigo definido, em geral, ocorre em posição diferente dentro do sintagma nominal. Em *swahili*, por exemplo, o demonstrativo segue o nome quando usado demonstrativamente, mas o precede quando usado como artigo definido. A situação inversa é atestada em *ute*, *shambala* e *pa'a* (LYONS, 1999).

Diferentemente do que apontamos em Miranda *et al.* (2010), *kel* pode introduzir um referente no discurso, mas isso não significa que seja uma entidade desconhecida dos interlocutores. É importante sublinhar aqui a distinção entre informação dada e nova *versus* familiaridade e identificabilidade, realizada por C. Lyons (1999) e apresentada aqui na seção 2.

Caso a entidade faça parte do conhecimento partilhado entre os interlocutores, ela pode ser introduzida no discurso por *kel*. Nesse caso, o que está em jogo é a familiaridade, que, de acordo com C. Lyons (1999), é suficiente para prover a saliência mental necessária a algo que é dado. Em suma, “informação dada” não significa obrigatoriamente que tenha sido previamente introduzida no discurso.

Nos dados (3) e (4), temos a presença de *kel* com um NP em sua primeira ocorrência no discurso.¹⁰

⁹Salientamos, porém, que explicações diacrônicas podem não ser as mais adequadas em análises que apresentam recorte sincrônico, como é o caso do estudo da autora em questão.

¹⁰Os dados da presente pesquisa foram coletados em trabalho de campo realizado no mês de julho do ano de 2012, na ilha de Santiago, em Cabo Verde.

- (3) Inton, ten kel fêsta, primeru Festa Ki
Então, ter DEM festa, primeiro Festa PRON.CONJ.PREP

nu ta ten li ...
1PL HAB ter ADV

Então, tem aquela festa, a primeira festa que nós temos aqui ...

(RODRIGUES, 2007).

- (4) Kel otu dia dimingu, Ta Ledu na kel otu kasa.
DEM outro dia domingo HAB ler.PST PREP DET outro Casa

Naquele domingo, [nós] liamos naquela outra casa.

(BAPTISTA, 2002, p. 28).

Em (5), o referente também é introduzido no discurso por *kel*. O referente, no entanto, torna-se familiar através da explicação que se segue: não é qualquer mulher, é a mulher que mora próximo, ao lado. Em outras palavras, o referente faz parte do *common ground*.¹¹

- (5) “N ta bai ku bo”, kel mudjer Ki
1SG HAB Ir PREP 2SG DEM mulher PRON.CONJ.PREP

mora pegadu Ø fla-m.
morar pegado PFV falar-PRON.OBL

“Eu vou com você”, disse aquela mulher que mora ao lado.

Outro argumento utilizado para defender o *status* de *kel* como artigo definido é a sua aparente impossibilidade de ocorrer juntamente com possessivos (ALEXANDRE; SOARES, 2004).

Alexandre e Soares (2004) afirmam que *kel* é um artigo definido que está em desenvolvimento no caboverdiano. Um dos testes em favor dessa hipótese seria a presença de possessivos. Segundo os autores, quando um possessivo está presente, *kel / kes* não poderiam ocorrer sem o clítico demonstrativo.

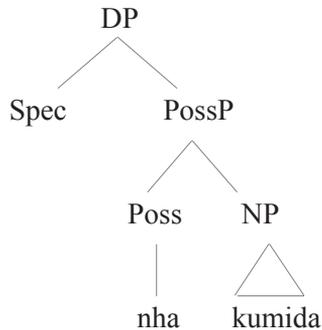
¹¹Conhecimento compartilhado entre os interlocutores.

A sentença (6) é utilizada pelos autores como controle, para exemplificar que o pronome possessivo pode ocorrer sem *kel / kes*.

- (6) N Ø atxa rabes pamodi e ka Ø kumi
 1SG PFV achar estranho porque 3SG NEG PFV comer
- nha kumida.
 1SG.POSS comida.

Achei estranho porque ele não comeu minha comida.

(ALEXANDRE; SOARES, 2004, p. 340).



A sentença (7), por sua vez, é considerada agramatical, pois *kel / kes* não poderiam, segundo a proposta dos autores, ocorrer com o pronome possessivo sem a presença do clítico (*la* ou *li*) posposto ao nome. Já a sentença (8), com *kel / kes* com o pronome possessivo e somado ao clítico, é considerada gramatical. Representamos o NP a seguir.

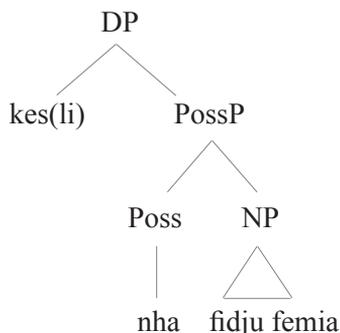
- (7) *Dja bu odja kes nha fidju femia?
 ADV 2SG.POSS olhar DEM 1SG.POSS Filho fêmea

(ALEXANDRE; SOARES, 2004, exemplo adaptado)

- (8) Dja bu odja kes nha fidju femia li?
 ADV 2SG.POSS olhar DEM 1SG.POSS filho fêmea ADV

Você já viu estas minhas filhas aqui?

(ALEXANDRE; SOARES, 2004, exemplo adaptado)



Como contra-argumento, no entanto, apresentamos os dados (9) e (10):

- (9) Kel bu amigo Ø tilifona.
 DEM 2SG.POSS amigo PFV telefonar.

Aquele teu amigo telefonou.

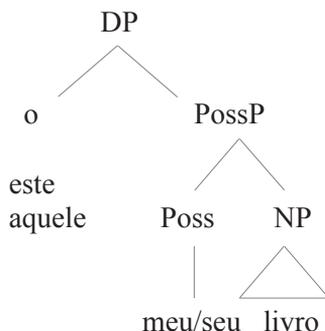
- (10) Bu nem Ka Ø dêxa-m kel bu livru.
 2SG.POSS NEG NEG PFV deixar-1SG.OBJ DEM 2SG.POSS livro.

Você nem deixou aquele seu livro para mim.

(QUINT, 2000, p. 183).

Em Miranda (2013a), observamos através dos dados (9) e (10) que a hipótese apresentada por Alexandre e Soares (2004) sobre a alternância entre *kel* e os pronomes possessivos na mesma posição sintática não poderia ser sustentada e indicamos a necessidade de maior aprofundamento na análise sobre o que causa a agramaticalidade de (7). Logo, esse argumento não poderia ser utilizado para a defesa de *kel* como um artigo definido, dado que, conforme apresentamos acima, a coocorrência com pronomes possessivos é possível.

Igualmente, mesmo em português, língua que, atestadamente, possui artigo definido, tanto este quanto o pronome demonstrativo podem coocorrer com o pronome possessivo, como pode ser observado na representação a seguir.



De volta às características de *kel* e de acordo com o que apresentamos em Miranda et al (2010), essa partícula não pode ser utilizada para expressar generalizações (ver dado em (11)). Aqui, chamamos a atenção para o argumento de Alexiadou *et al.* (2007) apresentado na discussão teórica sobre as classes artigo definido e demonstrativo, uma vez que as autoras apontam que o demonstrativo não admite leitura genérica.

Observamos que, mesmo com a presença da partícula aspectual de habitualidade, que poderia favorecer a leitura genérica, a presença de *kel* não permite tal leitura.

- (11) *Tudu kel brasileru ta gosta di futibol.
 Todo DEM brasileiro HAB gostar PREP futebol.

Para expressar leitura genérica, as formas adequadas seriam (12) e (13).

- (12) Tudu kenha é brasileru ta gosta Di futibol.
 Todo quem ser brasileiro HAB gostar PREP futebol.

Tudo que é brasileiro gosta de futebol.

- (13) Tudu brasileru Ta gosta di futibol.
 Todo brasileiro HAB gostar PREP futebol.

Todo brasileiro gosta de futebol.

Kel também não pode ser utilizado para introduzir entidades desconhecidas: em um contexto no qual Maria foi assassinada brutalmente, a sentença (14) só será aceita se a pessoa que a proferir conhecer a identidade do assassino. *Kel* não poderia ser usado para referir-se a um assassino incógnito de Maria.

- (14) Kel ómi Ki Ø máta Maria é dodu.
DEM homem PRON.CONJ.PREP PFV matar Maria ser doído

Aquele homem que matou (a) Maria é doído.

(Miranda *et al.*, 2010).

Em Miranda *et al.* (2010) apontamos que, caso o falante saiba que foi João quem matou Maria, ele pode usar a sentença (15).

- (15) Djon kel Ki Ø máta Maria.
João DEM PRON.CONJ.PREP PFV matar Maria

João, aquele que matou a Maria.

(Miranda *et. al.*, 2010)

Se João não estiver presente na situação, o falante pode valer-se das sentenças (16) e (17):

- (16) Kel dódu Ki Ø máta Maria é Djon.
DEM doído PRON.CONJ.PREP PFV matar Maria ser João

Aquele doído que matou Maria é o João.

(Miranda *et. al.*, 2010)

- (17) Djon kenha Ki Ø máta Maria.
João quem PRON.CONJ.PREP PFV matar Maria

O João (foi) quem matou a Maria.

(Miranda *et. al.*, 2010)

As características arroladas acima parecem corroborar a hipótese de que, em caboverdiano, não há artigo definido e que *kel(s)* se comportaria principalmente como demonstrativo.

4.2 *Kel li, Kel la*

Kel pode ainda ocorrer com os advérbios *li* e *la*, em geral, pospostos ao nome modificado pelo demonstrativo. De acordo com Brüser *et al.* (2001), *kel* nada diz sobre a proximidade ou distância do referente, se espacial ou temporal. O traço [+/- distal (ou proximal)] do demonstrativo *kel* é realizado por meio dos advérbios *li* (ver (18) e (19)) e *la* (ver (20) e (21)), que indicam proximidade e distância do falante, respectivamente.¹²

- (18) Ami Ø panha kel latona li xei d'agu.
 1SG.T PFV pegar DEM lata.GRAU ADV cheia PREP'agua

Eu peguei esta latona aqui cheia d'água.

- (19) Ten un punhal da'kel grandura li.
 ter DET punhal PREP'DEM grandeza ADV

Tem um punhal grandão assim.

- (20) N Ø ben Ku kónpra riba sacu simentu Pergunta
 1SG PFV vir PREP compra em.cima saco cimento pergunta

kel mudjer La ki é nha Kumadri
 DEM mulher ADV PRON.CONJ.PREP ser 1SG.POSS Comadre

tudu alguém Ki nasci li é sim
 todo alguém PRON.CONJ.PREP nascer ADV ser assim

Eu vim com compra em cima do saco de cimento, pergunta para aquela mulher lá, que é minha comadre, todo mundo que nasce aqui é assim.

¹²Para mais detalhes sobre essa argumentação, ver Miranda (2013a).

- (21) N ta Recebe dôs kontu, si encomendadu mais 400
1SG HAB Receber dois conto se encomendado mais 400
escudos, na lojinha ki ten lá Na
escudos, PREP loja.GRAU PRON.CONJ.PREP tem ADV PREP

kel buati la.
DEM boate ADV

Eu recebo dois contos, se é encomendado mais quatrocentos escudos, na lojinha que tem lá naquela boate lá.

Veiga (2002, p. 70) assinala que *kel li* indica a proximidade de quem fala (o espaço da primeira pessoa), ao passo que *kel la* pode ser usado tanto para indicar a proximidade da pessoa com quem se fala (o espaço da segunda pessoa) quanto o espaço da terceira pessoa.

4.3 Kriyol da Guiné-Bissau e o caboverdiano

O *kriyol* da Guiné-Bissau e o caboverdiano compartilham diversas características. Entre elas estaria o comportamento do pronome demonstrativo.

Kihm (1994) analisa *kil* do *kriyol* como demonstrativo distal. Para o autor, na gramática do *kriyol*, não há nenhuma marcação explícita quanto à eventual identificabilidade da entidade.

Na análise de Kihm (1994), o uso de *un* em *kriyol* pode ser associado à introdução de novos referentes, como em (22), e de nomes sem determinantes, associados a referentes pressupostos, conforme (23).

- (22) I yera ba un tarbaju garandi pa mi.
DET ser.PST PST DET trabalho grande PREP 1SG.OBL

Este foi um grande trabalho para mim.

(KIHM, 1994).

- (23) La ja tarbaju yera menus.
ADV já trabalho ser.PST menos.

Lá, o trabalho já foi menor.

(KIHM, 1994).

Em *kriyol*, a função anafórica pode ser realizada pelo especificador vazio, como caso especial de especificidade, mas também é possível por meio do uso do demonstrativo distal *kil*, embora frequentemente seja difícil decidir se esse uso é anafórico ou dêitico.

- (24) Kil asasinus bin di elikóteru.
DEM assassinos vir PREP Helicóptero

Os assassinos vieram de helicóptero.

(KIHM, 1994).

Em (24), notícia transmitida em um jornal, a função de *kil* não pode ser, segundo as análises de Kihm (1994), mais do que indicar que os assassinos referidos são os mesmos mencionados anteriormente. Quando usado anaforicamente, *kil* não pode ser reforçado com *la*, seguido do núcleo nominal. *Kil asasinus la* significa “aqueles assassinos”, com força dêitica. A partícula *kil* em *kriyol* é analisada como demonstrativo distal; a proximidade ou distância é medida relativamente pelo falante e pode ser material ou ideal, referir-se a espaço ou tempo, ou ainda a ambos.

Observamos que tanto a introdução de novos referentes associada a *un* quanto a retomada de referente por meio de nomes sem determinantes ocorrem nas duas línguas, o caboverdiano e o *kriyol*. Todavia, diferentemente de *kil* do *kriyol*, *kel* não poderia ser analisado como demonstrativo distal, sem a presença dos pronomes clíticos, uma vez que são estes que indicam a proximidade ou distância do falante.

4.4 Kel li versus Es (li)

No que concerne ao determinante *es*, Quint (2000) aponta que seria menos empregado que *kel* e essencialmente por contraste a ele, sendo utilizado apenas com nomes singulares. Quint (2009) argumenta que *es* seria equivalente ao demonstrativo *este* do português, e serviria para designar um ser ou coisa próximos no espaço ou no tempo.

Alexandre e Soares (2004) afirmam que não há dúvidas quanto ao estatuto de *es* como demonstrativo, mesmo quando ocorre sem o clítico *-li*.

Para Brüser *et al.* (2001), *es* “situa-se sempre espacialmente próximo do locutor ou temporalmente próximo do momento da enunciação”.

Observamos em nossas análises, porém, que *es*, apesar de ser aceito quando apresentado em alguns contextos – mas não em todos, como mostraremos a seguir –, é pouco empregado na fala corrente dos caboverdianos, embora aparente ter realmente uma função demonstrativa. Ao que parece, essa função estaria restrita mais a uma questão temporal do que à distância do falante.

Na sentença (25), *esses dias* têm de estar próximos.¹³ O falante não sabe ao certo em que dia irá a Assomada, mas o dia tem de ser próximo – digamos, na semana corrente ou na seguinte. A sentença (25) não será adequada caso a ida a Assomada se dê em mais de uma semana. Nesse caso, será mais adequado dizer a sentença (26) e, aqui, o mês tem de ser o presente. Se a ida a Assomada se der no mês seguinte ou em outro mês distante, deve-se realizar uma referência explícita, tal como (27) ou (28).

- (25) Es dia Li N ta bai pa Somada.
DEM dia ADV 1SG HAB ir PREP Assomada

Esses dias eu vou para Assomada.

- (26) Es mês li N ta bai pa Somada.
DEM mês ADV 1SG HAB ir PREP Assomada

Este mês (aqui) eu vou para Assomada.

- (27) Mês Ki ben N ta bai pa Somada.
Mês PRON.CONJ.PREP vem 1SG HAB ir PREP Assomada

No mês que vem eu vou para Assomada.

- (28) Setenbru N ta bai pa Somada.
setembro 1SG HAB Ir PREP Assomada

Em setembro eu vou para Assomada.

¹³Observamos o fato de a interpretação não estar no singular.

Em um contexto no qual algumas pessoas estão conversando próximas ao falante, a sentença (29) não se emprega. Nesta situação, o falante oferece a sentença (30), apontando gestualmente para as pessoas.¹⁴

(29) *Es pesoa li sta papia.
DEM pessoas ADV estar conversar

(30) Kes pesoa / (gentis) la, es Sta papia (manenti).
DEM pessoa / (pessoas) ADV 3PL Estar conversar (agora)

Aquelas pessoas lá, elas estão conversando.

No caboverdiano, *es* é aceito para falar de um evento que teve lugar no passado recente, como a noite anterior, por exemplo, em (31). Entretanto, de modo inesperado, o determinante *es* não é utilizado para referir-se a algo que ocorre no momento da fala nem para referir-se a algum objeto que esteja na posse do falante.

Em (32), o informante refere-se à música que está tocando naquele exato momento na rádio. Já em (33), a criança refere-se à caneta que está em suas mãos, pedindo-a a sua mãe. Em (34), o falante está com duas colheres, uma em cada mão, e pede para escolher entre uma das duas.

(31) Es noti txobi txuba.
DEM noite chover chuva

Esta noite choveu.

(32) Kel musica li, N Ka konxi.
DEM musica ADV 1SG NEG Conhecer

¹⁴Um fato interessante é que *es*, referindo-se a seres animados no singular, causará estranhamento aos falantes nativos. Nesse caso, ou seja, quando nós, pesquisadores, usamos *es* para referir-nos a seres animados no singular, na grande maioria das vezes o falante nos “corrigirá”, afirmando que *es* só pode ser utilizado quando houver mais de uma pessoa. Esse estranhamento pode ser causado, talvez, pelo fato de o pronome de terceira pessoa do plural ser homófono ao demonstrativo.

Essa música (ai) eu não conheço.

- (33) N kre kel li.
1SG querer DEM ADV

Eu quero esse aqui.

- (34) Bu kre kel Li O kel li?
2SG querer DEM ADV ou DEM ADV

Você quer essa ou essa (aqui)?

Embora *es* seja aceito pelos falantes – exceto no caso de seres animados –, quando lhes é apresentado o contexto, esse pronome não se mostra tão produtivo na língua.

Para Veiga (2002), tanto *es*, *es li* quanto *kel li* indicam proximidade da pessoa que fala. Observamos que *es* encontra-se em expressões cristalizadas, por exemplo, “*es anu*” (esse ano), ou “*es noti*” (essa noite) e ainda em expressões de saudação, como “*Es bida?*” ou “*Es korpu?*”. Contudo, ao que parece, a função de indicar proximidade do falante parece ser mais associada a *kel li*.

Para Baptista (1997), a diferença semântica entre *kel* e *es* é que, enquanto aquele pode indicar proximidade e distância, *es* estaria restrito apenas à indicação de proximidade.

É interessante observar ainda que Quint (2009) assinala -- por se tratar de uma obra de ensino da língua -- que, em caso de dúvida, deve-se utilizar sempre *kel*, exceto em expressões que se refiram ao momento da enunciação ou do futuro próximo.

5 Considerações

Neste artigo, apresentamos o comportamento de *kel*, *kel li*, *kel la* e *es (li)* dentro do sintagma nominal do caboverdiano. Apontamos que nessa língua não há artigo definido e que *kel / kes*, analisado com um demonstrativo, é utilizado para veicular definitude. Tal uso, todavia, não pode ser considerado frequente, uma vez que sintagmas anafóricos são retomados, em geral, sem a presença do demonstrativo.

Apontamos ainda que os usos dêiticos estão frequentemente associados ao uso de *kel li* e *kel la*, que indicam, respectivamente, proximidade e distância do falante. O uso de *es (li)* para indicar proximidade, por sua vez, parece estar restrito a indicações temporais e expressões cristalizadas.

No que diz respeito às controvérsias geradas sobre o estatuto de *kel*, observamos que os comportamentos tomados por alguns autores para defender seu estatuto como artigo definido são típicos dos demonstrativos, por exemplo, retomar um referente no discurso. Ademais, de acordo com C. Lyons (1999), os demonstrativos são sempre definidos.

Por fim, observamos que, conforme já mencionado, não há nos registros do *World Atlas of Language Structures Online* nenhuma língua que possua, ao mesmo tempo, a característica de possuir como único artigo o indefinido e ainda usar um demonstrativo como marcador de definido. No entanto, diferentemente do que consta no WALS, nossas análises apontam para, pelo menos, duas línguas que compartilham dessas duas características concomitantemente, a saber, o caboverdiano e o *kriyol* da Guiné-Bissau.

Referências

ABNEY, S. P. The English noun phrase in its sentential aspect. 1987. Thesis (PhD). Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 1987.

ALEXANDRE, N.; SOARES, N. V. O domínio nominal em crioulo de Cabo Verde: o puzzle dos bare nouns. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA APL, 20., 2004, Lisboa. *Anais...* Universidade de Lisboa, 2004, 2004. p. 337–350

ALEXIADOU, A.; Haegeman, L.; Stavrou, M. *Noun phrase in the generative perspective*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2007.

BAPTISTA, M. *The morpho-Syntax of nominal and verbal categories in capeverdean creole*. 1997. Thesis (PhD), Harvard University, Cambridge, MA, 1997.

_____. *The syntax of Cape Verdean creole – the sotavento varieties*, v. 54. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2002.

_____. On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean creole. In: BAPTISTA, M.; GUERÓN, J. (Ed.). *Noun phrases in creole language: a multi-faceted approach*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins

Publishing Company, 2007. p. 61–105.

BRÜSER, M.; SANTOS, A.; DENGLER, E.; BLUM, A. *Dicionário do Crioulo de Santiago* (Cabo Verde): com equivalentes de tradução em alemão e português. Tübingen: Günter Narr Verlag Tübingen, 2001.

GIUSTI, G. *La sintassi dei determinanti*. Padova: UniPress, 1993.

GIUSTI, G. The categorial status of determiners. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *The new comparative syntax*. London: Longman, 1997. p. 95-124.

GIUSTI, G. The functional structure of noun phrases. A bare phrase structure approach. In: CINQUE, G. (Ed.). *Functional structure in DP and IP: The cartography of syntactic structure*, vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 157-171.

JAGGER, P. J. *Factors governing the morphological coding of referents in Hausa narrative discourse*. 1985. Thesis (PhD) – UCLA, Los Angeles, CA, 1985.

KIHM, A. *Kriyol Syntax: The portuguese-based creole language of Guinea-Bissau*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

LÖEBEL, E. Q as functional category. In: BHATT, E.; LÖBEL, E.; SCHMIDT, C. (Ed.) *Syntactic phrase structure phenomena*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1989. p. 133-158.

LONGOBARDI, G. Reference and proper names: A theory of n-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, v. 25(4), p. 609–665, 1994.

LONGOBARDI, G. *The syntax of N-raising: a minimalist theory*. Utrecht: OTS Working Papers, 1996.

LUCCHESI, D. Os artigos nos crioulos de Cabo Verde e São Tomé: princípios gerais e fatores específicos. *Papia: Revista de Crioulos de Base Ibérica*, vol. 3(1), p. 61-83, 1994.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

MIRANDA, W., DUARTE DE OLIVEIRA M. S., QUADROS GOMES, A. P. Sobre a (In)existência de artigo em caboverdiano. *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas* 1, p. 1-20, 2010.

MIRANDA, W. O sintagma nominal do caboverdiano: uma investigação semântica. Dissertação de Mestrado. Departamento de Linguística.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

MIRANDA, W. O sintagma nominal no caboverdiano. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 15, p. 1-12. 2013a.

QUINT, N. *Grammaire de la langue Cap-Verdienne*. Paris: L'Harmattan, 2000.

QUINT, N. *O Caboverdiano de bolso*. France: Assimil, 2009.

ROBERTS, C. Demonstratives as definite. In: VAN DEEMTER, K.; KIBBLE, R. (Ed.). *Information sharing: reference and presupposition in language generation and interpretation*. Stanford: CSLI Press, 2002. p. 89-196.

RODRIGUES, U. R. Fonologia do caboverdiano: das variedades insulares à identidade nacional. 2007 – Tese de doutorado em Linguística – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

STOWELL, T. A. Subjects, specifiers, and X-bar theory. In: BALTIN, M. R.; KROCH, A. S. (Ed.). *Alternative conceptions of phrase structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. p. 232-262.

STOWELL, T. A. Determiners in NP and DP. In: LEFFEL, K.; BOUCHARD, D. (Ed.). *Views on phrase structure*. Kluwer: Dordrecht, 1991. p. 37-56.

SZABOLCSI, A. The noun phrase. The syntactic structure of Hungarian. In: KISS, K. É.; KIEFER, F. (Ed.). *Syntax and semantics 27*. New York: Academic Press, 1994. p. 179-275.

VEIGA, Manuel. *O caboverdiano em 45 lições*. Praia: INIC, 2002.

Linguística e Poética: o “saussurianismo russo” e a invenção da literariedade

Linguistics and Poetics: the “Russian Saussureanism” and the invention of literarity

Nabil Araújo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
nabil.araujo@gmail.com

Resumo: Este texto enfoca o desenvolvimento da noção de “literariedade” ao longo das três grandes fases da obra do maior nome da Poética Estrutural no século 20, Roman Jakobson (1896-1982), num percurso que vai da filiação estrita ao futurismo russo nas décadas de 1910-20 à conformação final ao estruturalismo saussuriano por volta de 1960.

Palavras-chave: Linguística; Poética; literariedade; estruturalismo saussuriano; Roman Jakobson.

Abstract: This text focuses on the development of the notion of “literarity” along the three major phases in the work of the major name in Structural Poetics in the 20th Century, Roman Jakobson (1896-1982), in a path that goes from the strict affiliation to the Russian Futurism in the 1910-20’s to the final conformation to the Saussurean structuralism around 1960.

Keywords: Linguistics; Poetics; literarity; Saussurean structuralism; Roman Jakobson.

Recebido em 25 de agosto de 2014.
Aprovado em 19 de fevereiro de 2015.

1 Preâmbulo: da Poética como “ciência da linguagem”

Em fins da década de 1980, Thomas Pavel, num hoje célebre balanço crítico da “miragem linguística” que se abatera sobre as ciências humanas na década de 1960, observava que a transformação dos conceitos da linguística em “um temível instrumento de modernização intelectual” acarretara um “deslocamento de sentido” em virtude do qual “a influência confessa da ciência da linguagem, durante esse período, foi acrescida de uma pressão secreta e proporcionalmente mais segura, como se, apesar de seus usuários, uma terminologia exótica tivesse se beneficiado de um poder diferente daquele que lhe era atribuído” (PAVEL, 1990, p. 7). A “aventura estruturalista”, em suma, “submetendo o pensamento especulativo à influência de uma ciência particular, a linguística”, teria “esperado da ciência das línguas uma salvação que ela não tinha os meios de proporcionar”, conclui Pavel (*Ibid.*, p. 7-8). Mas que “salvação” seria essa, afinal? No capítulo que dedica especificamente ao estudo da literatura – domínio a que aqui me restrinjo –, Pavel lembra a “nostalgia modernizadora [que] visita periodicamente os estudos literários”, movida pela “ambição de suprir o atraso presumido das letras, [pel] a tentativa de unificar as ciências e as disciplinas humanas” (*Ibid.*, p. 142), e reconstitui a forma assumida por esse desejo de cientificidade entre os literatos vanguardistas franceses em meados dos anos 1960: “E, visto que não há ciência senão do geral, virando as costas aos caprichos estéticos e humanistas, o estudo dos fenômenos literários só terá que se inserir no lugar que lhe é natural, a saber, em uma teoria dos mecanismos linguísticos e discursivos. Daí o viés linguístico do estruturalismo literário [...]” (*Ibid.*, p. 144). Entretanto (e eis por que a linguística não poderia proporcionar, nesse caso, a “salvação” pretendida):

[o]corre que em literatura, como em astrofísica, a singularidade, a importância de seus direitos, não se deixa facilmente recalcar. Mesmo que o conjunto de regras linguísticas e discursivas sejam conhecidas em seus mínimos detalhes (e me apresso em acrescentar que a forma desse conhecimento permanece, no momento, perfeitamente inimaginável), os leitores de *Fedra* teriam ainda o direito, diante da quinta cena do segundo ato, de dizer simplesmente: “Que bela tragédia!”, independentemente de toda análise dos mecanismos textuais, por mais correta que fosse. A estrutura não abole nunca a exclamação (*Ibid.*, p. 144).

Pavel menciona *Fedra*, pois tem aí em mente a obra-chave da *nouvelle critique* de feição estruturalista, *Sur Racine* [Sobre Racine] (1963), de Roland Barthes, na qual – ataca Pavel – “noções, lógicas ou evocativas, são arrancadas do teatro de Racine”, com vistas a “jogos de sentidos e de formas inacessíveis ao autor e a seu público”, num gesto representativo de toda uma gama de esquemas de leitura que “produzem efeitos cuja origem e fim escapam, simultaneamente, à vigilância do escritor e à perspicácia dos leitores” (*Ibid.*, p. 144). Em *Critique et vérité* [Crítica e verdade] (1966) – texto em que se encontra uma defesa da abordagem literária empreendida em *Sur Racine* –, Barthes postulava uma futura “ciência da literatura”, em vias de constituição, cuja objetividade “visará não mais à obra imediata (que pertence à história literária ou à filologia), mas à sua inteligibilidade”; e ainda: “O que interessará à ciência da literatura não é que a obra tenha existido, mas que ela tenha sido compreendida e o seja ainda: o inteligível será a fonte de sua ‘objetividade’.” (BARTHES, 2003, p. 220). Ora, mas em vista do problema levantado por Pavel – o da inacessibilidade, ao autor e a seu público, dos “jogos de sentidos e de formas” revelados pela abordagem estrutural –, a pergunta que pareceria se impor é: “inteligível” *para quem?*

Quanto ao modelo da futura “ciência da literatura”, não havia dúvidas:

Seu modelo será evidentemente linguístico. Colocado diante da impossibilidade de dominar todas as frases de uma língua, o linguista aceita estabelecer um *modelo hipotético de descrição*, a partir do qual ele possa explicar como são engendradas as frases infinitas de uma língua. Quaisquer que sejam as correções às quais sejamos levados, não há nenhuma razão para que não se tente aplicar tal método às obras de literatura: essas obras são elas mesmas semelhantes a imensas “frases” derivadas da língua geral dos símbolos, através de um certo número de transformações reguladas, ou, de um modo mais geral, através de uma certa lógica significante que é preciso descrever. Por outras palavras, a linguística pode dar à literatura esse modelo gerador que é o princípio de toda ciência, já que se trata sempre de dispor certas regras para explicar certos resultados (BARTHES, 2003, p. 217).

Seis anos mais tarde, a disciplina com que sonhava Barthes se verá arrolada, sob o rótulo de “Poética”, no sumário da grande síntese

do estruturalismo linguístico publicada por Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, o *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem* (1972), precedida de denominações de campos a princípio tão distantes como “Geolinguística”, “Sociolinguística” ou “Psicolinguística”, ao modo, pois, de uma “ciência da linguagem” já constituída. Segundo Todorov (1977, p. 87): “A POÉTICA assim entendida se propõe a elaborar categorias que permitem apreender ao mesmo tempo a unidade e a variedade de todas as obras literárias. A obra individual será a ilustração dessas categorias, ela terá um *status* de exemplo, não de termo último”. Ao definir a “ambição científica da Poética”, Todorov esclarece que “o objeto de uma ciência não é o fato particular mas as leis que permitem explicá-lo” (*Ibid.*, p. 88), e que, justamente por isso:

[c]ontrariamente a todas as tentativas conhecidas de fundar o que se chama então impropriamente “ciência da literatura”, a Poética não se propõe como tarefa a interpretação “correta” das obras do passado, mas a elaboração de instrumentos que permitam analisar tais obras. Seu objeto não é o conjunto das obras literárias existentes, mas o discurso literário enquanto *princípio de engendramento* de uma infinidade de textos. (*Ibid.*, p. 88).

Logo na sequência, Todorov determina que: “A primeira questão à qual a Poética deve fornecer uma resposta é: o que é a literatura?” (*Ibid.*, p. 88). Essa afirmação dá a falsa impressão de que, uma vez constituída em disciplina científica, à Poética caberia, então, responder o que é a literatura, quando, na verdade, é antes uma certa resposta a essa indagação justamente aquilo que possibilita vislumbrar a Poética como pretensa “ciência da linguagem” – a saber, e para retomar os termos do próprio Todorov: a concepção da literatura, ou do “discurso literário”, não como “conjunto das obras literárias existentes” (como crê o senso comum), mas como “*princípio de engendramento* de uma infinidade de textos”. Como se vê, é exatamente o que previa Barthes para sua “ciência da literatura”; isso posto, é de se estranhar que ele não tenha associado, no texto de 1966, o termo “Poética” a seu projeto de estudo linguístico da literatura, sobretudo por já haver se notabilizado, àquela altura, e com esse nome, um programa de investigação que encarnava plenamente, no plano teórico e no prático, sua concepção de uma “ciência da literatura” de base linguística, e que adquirira sua formulação definitiva seis anos

antes, no célebre artigo de Roman Jakobson, “Linguistics and Poetics” [Linguística e Poética] (1960).

Ora, o referido artigo, hoje clássico, não é mais do que o ponto de chegada de um longo processo, iniciado décadas antes, na Rússia, como lembra o próprio Todorov: “O FORMALISMO RUSSO reuniu uma dezena de pesquisadores de Leningrado e Moscou, entre 1915 e 1930. [...] os Formalistas se prendem ao que a obra tem de especificamente literário (a *‘literariedade’*). É Jakobson quem formula, já em 1919, o ponto de partida de toda Poética” (*Ibid.*, p. 90). Se, nesse momento inicial, a noção de *literariedade* é forjada em conformação prioritária ao ideário estético do futurismo russo, ao longo do tempo, num processo cujo melhor termômetro é a obra do próprio Jakobson em suas diversas fases, ela se verá progressivamente conformada ao estruturalismo linguístico saussuriano, cuja influência decisiva se fez sentir no Leste europeu muito antes do que na França. Tal processo confunde-se, bem entendido, com o nascimento da própria Poética como a concebe Todorov – como “Poética Estrutural” –, e pode-se dizer que os chamados estruturalistas franceses dos anos 1960 – Barthes, Genette, Bremond, entre outros – não farão mais do que estender, adaptar e desenvolver, com vistas à narrativa e suas especificidades, a perspectiva estrutural que Jakobson mantivera restrita à poesia.

Diferentemente de seus sucessores franceses, a Jakobson não caberia a crítica, feita por Pavel, de uma extrapolação leiga, com fins de “modernização intelectual” dos estudos literários, da linguística estrutural para além de seu escopo e possibilidade originais – isso porque Jakobson sempre se posicionou no cenário acadêmico como linguista, consagrando-se, aliás, como nome maior da “ciência da linguagem” no século 20. O que não quer dizer que sua abordagem estrutural da literatura esteja isenta daquela mesma contradição – evocada por Pavel em relação a Barthes – entre a “inteligibilidade” por ela revelada e o que se faz verdadeiramente inteligível para o autor e para os leitores de um dado texto literário. Na verdade, até quanto a isso (à sua limitação), a obra de Jakobson há de se revelar paradigmática da tutela exercida pela linguística em relação à “ciência da literatura” no século 20; razão que, por si só, bastaria para se empreender uma reconstituição, como a que se segue, do desenvolvimento da noção de *literariedade* em Jakobson sob a égide do estruturalismo saussuriano, sobretudo quando, na antevéspera dos cem anos do *Curso de Linguística Geral* (1916-2016), deixa-se reverberarem as palavras com que Thomas Pavel justificava sua análise da “miragem linguística” nas ciências humanas:

Se, com efeito, já não se está mais no tempo em que só as disciplinas do signo estavam no centro da atenção intelectual, não seria prematuro minimizar sua importância? Quer permaneçamos na sombra dos pensamentos estruturalistas e pós-estruturalistas, quer, ao contrário, denunciemos seus efeitos, avaliar a tentativa da modernização feita por esta corrente pode não somente contribuir para a compreensão de um paradigma do qual o presente se distancia insensivelmente mas também para identificar escolhas catastróficas, assinalar riscos sempre atuais e sugerir decisões (PAVEL, 1990, p. 8-9).

2 Entre futurismo e saussurianismo: a Poética segundo o Formalismo Russo

“O objeto da ciência da literatura não é a literatura mas a literariedade, quer dizer, o que faz de uma dada obra uma obra literária”, declarava Jakobson, em 1919, num texto frequentemente lembrado como a certidão de nascimento da Poética ocidental, apesar de escrito por um teórico russo, em seu próprio idioma, versando sobre a “nova poesia” de seu próprio país¹. O inimigo contra o qual então se voltava o jovem teórico russo seria de fácil reconhecimento para toda a vanguarda das “novas críticas” ocidentais, da Europa às Américas, a saber: o estudo histórico da literatura, de feição positivista, herdado do século 19.

Jakobson se manifestava na ocasião como se anunciasse o fim de toda uma era nos Estudos Literários, relegada, então, ao passado, por uma emergente ciência da literatura. “Até agora, os historiadores da literatura assemelhavam-se antes ao policial que, propondo-se prender alguém, tomasse o que quer que encontrasse na casa, o mesmo com as pessoas que passam na rua. [...] serviam-se de tudo: vida pessoal, psicologia, política, filosofia”, ironizava, a respeito, o autor (JAKOBSON, 1977b, p. 16). “Em lugar de uma ciência da literatura”, prosseguia Jakobson, “criava-se um conglomerado de pesquisas artesanais, como se se esquecesse

¹Trata-se de *Novejshaja russkaja poezija* (A nova poesia russa), publicado em Praga, em 1921. “Surge aqui, pela primeira vez, uma noção de extrema importância: a literariedade”, explica Prado Coelho (1982, p. 365) a respeito. Citamos os “Fragments de ‘La nouvelle poésie russe’”, selecionados e traduzidos do russo para o francês por Todorov (cf. JAKOBSON, 1977b, p. 11-29).

que esses objetos vinculam-se às ciências correspondentes: a história da filosofia, a história da cultura, a psicologia, etc., e que estas últimas podem perfeitamente utilizar os monumentos literários como documentos defeituosos, de segunda ordem”.

A nova disciplina a relegar a história literária positivista ao ostracismo se orientaria, portanto, não mais para o caráter *documental* da literatura, mas para seu caráter *monumental*. Não para uma monumentalidade atomizada, das obras literárias consideradas individualmente, em sua particularidade, mas para aquilo mesmo que, como dissera Jakobson, faria dessas obras particulares *literárias*. “Como a linguística constrói o seu objeto teórico, a *langue* de Saussure”, observa Prado Coelho (1982, p. 365) a respeito, “assim a ciência literária propõe agora o seu objeto específico: *a literariedade*”.

Mas esse novo objeto, a literariedade, como defini-lo? Se será, de fato, o caráter *de linguagem* da literatura, sua *verbalidade*, por assim dizer, a boa-nova anunciada, em uníssono, pelos integrantes do chamado formalismo russo em sua cruzada coletiva contra os métodos extrínsecos de estudo literário, não haveríamos, quanto a essa alegada “verbalidade literária”, de lembrar, com Saussure (1972, p. 15), *ser o ponto de vista que cria o objeto*, não havendo, nesse sentido, nenhum ponto de vista por si só e de antemão superior ou preferível aos demais? Para início de conversa, basta que se mencione, a esse respeito, que no próprio âmbito do formalismo russo a discordância se instalaria de forma decisiva, levando a dois modos básicos distintos de definição da *langue* literária a ser então investigada; como lembra Todorov:

Por um lado, eles encontram os mesmos elementos, os mesmos procedimentos ao longo de toda a história literária universal, e veem nessa recorrência uma confirmação de sua tese de que a literatura é uma “pura forma”, não tem nenhuma (ou quase nenhuma) relação com a realidade extraliterária, e pode, portanto, ser considerada uma “série” que vai buscar suas formas nela mesma. Por outro lado, os formalistas sabem que a significação de cada forma é funcional, que uma mesma forma pode ter funções diversas – a única coisa que importa para a compreensão das obras –, e que, portanto, discernir a semelhança entre as formas, longe de fazer progredir o conhecimento da obra literária, poderia até atrapalhar (TODOROV, 2003, p. 14-15).²

²Essa ambivalência, no âmbito do formalismo russo, da literariedade como “pura

Todorov (*Ibid.*, p. 15) relaciona essa ambiguidade de princípios a dois fatores básicos por ele identificados: a “ausência de uma terminologia única e precisa” e o “fato de eles não serem utilizados simultaneamente pelos mesmos autores: o primeiro princípio é desenvolvido e defendido sobretudo por Chklovski, ao passo que o segundo surgiu nos trabalhos de Tynianov e de Vinogradov”. No que pese esse segundo fator, Pomorska (1972, p. 19-58) se permitirá falar em dois *períodos* distintos da teoria formalista da linguagem poética: (i) um primeiro, propriamente *formalista*, capitaneado pelo pensamento de Chklovski, cobriria, aproximadamente, o período de 1916-1921; (ii) um segundo, que se poderia chamar *funcionalista*, capitaneado pelo pensamento de Tynianov, estender-se-ia pela década de 1920, até a extinção do Círculo Linguístico de Moscou e da *Opoiaz* (*Sociedade para o estudo da linguagem poética*), por volta de 1930.

A servirmo-nos dessa periodização, ainda que de forma heurística, no devido aprofundamento da referida cisão teórica no âmbito da teoria formalista da linguagem poética, e poderíamos refiná-la ainda mais, nesse sentido, lembrando que se o formalismo russo foi, de fato, como quer Wellek (1963, p. 239), “filiado ao futurismo russo e, em seus aspectos mais técnicos, à nova linguística estrutural”, a influência massiva do primeiro, em detrimento da segunda, se faria sentir no período chklovskiano, invertendo-se esse estado de coisas no período tynianoviano, o qual, sem negar certas heranças futuristas, caracterizar-se-ia, não obstante, pela apropriação cada vez mais extensiva de categorias-chave da moderna linguística estrutural.

“Se os estudos literários querem tornar-se ciência, devem reconhecer o *procedimento* como seu único ‘personagem’” – decretava

forma” – em oposição à alegada *transparência* da linguagem dita prosaica ou ordinária –, por um lado, e como “função poética” da linguagem, por outro, Stempel (2002, p. 419) identifica-a, enquanto tal, no referido trabalho do jovem Jakobson sobre a poesia russa de vanguarda: (i) “Jakobson fala, por um lado, da percepção de ‘todo fato da linguagem poética contemporânea’ em confronto com a linguagem prática do presente, e trata, além disso, das manifestações do ‘estranhamento’ (compreendido no sentido que lhe dava Chklovski de criar dificuldades à percepção)”; (ii) “Por outro lado, ele designa a poesia como ‘linguagem na sua função estética’, definição em que, neste contexto, não é o *definiendum* que interessa, mas a compreensão funcional da linguagem poeticamente valorizada”.

o jovem Jakobson (1977a, p. 16) no referido ensaio sobre a poesia russa moderna. A inspiração declarada para um tal posicionamento era, então, buscada do programa poético do futurismo russo, sobretudo o de Khliebnikov e Maiakovski.

“Na poesia dos futuristas italianos, são os novos fatos, os novos conceitos que provocam a renovação dos meios, a renovação da forma artística [...]. Trata-se de uma reforma no domínio da reportagem, não naquele da linguagem poética”, observava Jakobson (*Ibid.*, p. 14) na ocasião, retrucando que o futurismo russo teria feito avançar um princípio completamente diferente: o da autonomia da forma em relação ao conteúdo. “Aqui toma-se claramente consciência do escopo poético, e foram precisamente os futuristas russos que fundaram a poesia da ‘palavra autônoma, com valor autônomo’ (Khliebnikov) em relação a um material *canônico* desnudado”; e não se surpreenderá, prossegue Jakobson (*Ibid.*, p. 15), “de ver que os longos poemas de Khliebnikov concernem ora ao coração da idade da pedra, ora à guerra russo-japonesa, ora aos tempos do príncipe Vladimir, ou à campanha de Asparoukh, ora ao futuro universal”. Jakobson ressaltava, assim, a completa subordinação, na poesia de Khliebnikov, do *conteúdo*, do *tema* ou da *imagem* ao *procedimento formal*.

Dois anos antes, Chklovski já havia generalizado uma tal subordinação como traço mínimo definidor da arte em geral, e da arte literária em particular, instituindo, com isso, o “procedimento” [*priom*, em russo] como o único “personagem” a ser visado pela ciência da literatura. No célebre “A arte como procedimento” (1917), Chklovski dedica-se, com efeito, a dirimir de uma vez por todas a concepção de arte e literatura como um “pensar por imagens”, sustentada, na Rússia da época, sobretudo pela corrente simbolista liderada por Potebnia. A teoria literária de Potebnia, Chklovski (1971, p. 41) a reduz à seguinte equação: *poesia = imagem = símbolo*. De acordo com uma tal proposição, a história da arte e da literatura consistiria na história da mudança das imagens ao longo do tempo. “Mas, constatamos que as imagens são quase que imóveis”, retruca Chklovski (*Ibid.*, p. 40-41); “de século em século, de país em país, de poeta em poeta, elas se transmitem sem serem mudadas. As imagens não são de lugar algum, são de Deus”. Assim sendo: “[t]odo o trabalho das escolas poéticas não é mais que a acumulação e revelação de novos procedimentos para dispor e elaborar o material verbal, e este consiste antes na disposição das imagens que na sua criação” (*Ibid.*,

p. 41). De acordo com Chklovski, portanto: *poesia = procedimento = disposição do material verbal*. Pomorska (1972, p. 40) identifica, em síntese, “duas direções mestras” nesse esforço inicial dos formalistas de definição das leis da linguagem poética: (i) “afirmação da existência de limites precisos entre a linguagem prática e a linguagem poética”; (ii) “demonstração de que a linguagem poética é expressiva em virtude de sua própria estrutura sonora, especificamente organizada e percebida”. Delimita-se, assim, como objeto da Poética, um *sistema de procedimentos puramente formais esteticamente orientados*, em oposição ao sistema de signos automatizados, posto que utilitariamente orientados, pelo qual se definiria a chamada língua prática, prosaica, cotidiana. Eis aí o fim da clássica dicotomia entre conteúdo e forma: “a noção de forma obtinha um outro significado e não necessitava de nenhuma noção complementar, nenhuma correlação” (EIKHENBAUM, 1971, p. 13).

Para Wellek (1963, p. 66), contudo, os formalistas russos “[s]ubstituem a dicotomia tradicional por uma nova: por um contraste entre os materiais extra-artísticos, não-estéticos e a soma dos recursos artísticos”, o “procedimento” [*priom*], tornado para eles “o único tema legítimo do estudo da literatura, [não era] senão a ‘forma’ substituída por um conceito mecanicista da soma de técnicas ou processos que poderiam ser estudados separadamente ou em diversas combinações entrosadas”.

Gérard Genette, por sua vez, recapitula com maior condescendência a redução da literatura à pura forma pelos formalistas russos, provavelmente por encará-la como estágio provisório rumo ao método estruturalista propriamente dito. “Como outros ‘exageros’ do formalismo, este tinha um valor catártico”, explica Genette (1972, p. 148): “o esquecimento provisório do conteúdo e a redução provisória do ‘ser literário’ da literatura a seu ser linguístico deviam permitir a revisão de algumas velhas evidências referentes à ‘verdade’ do discurso literário, e o estudo mais minucioso de suas convenções”. Em suma: “[t]inha-se olhado a literatura como uma mensagem sem código durante um tempo suficientemente longo para que se impusesse a necessidade de olhá-la um instante como um código sem mensagem”. A visada estrutural não poderia, contudo, tardar muito, “pois a existência do signo, em todos os níveis, repousa sobre a ligação entre a forma e o sentido” (*Ibid.*, p.148). Para tanto, seria preciso passar da “forma” para a “estrutura” e a “função”.

Num célebre manifesto revisionista de 1928, Jakobson e Tynianov opõem-se ao “formalismo escolástico que substitui a análise pela enumeração da terminologia e que nada faz senão erguer um catálogo de fenômenos”, reduzindo, com isso, a ciência literária e linguística a “gêneros episódicos e anedóticos” (TYNIA NOV; JAKOBSON, 1971, p. 95). Seria preciso acabar, de fato, com o isolamento da série literária frente às séries extraliterárias, posto estarem elas mesmas interligadas, o que não poderia significar mero retorno à perspectiva conteudista, pré-formalista, de estudo literário. Nesse sentido, o caminho deveria ser um só: “[n]ão podemos introduzir no domínio da investigação científica o material utilizado em literatura, quer seja literário ou extraliterário, a não ser que ele seja considerado do ponto de vista funcional” (*Ibid.*, p. 96). Anos antes, o próprio Tynianov já havia exposto com clareza suficiente o que seria o “ponto de vista funcional” no estudo literário.

“A noção de ‘material’”, proclamava, com efeito, Tynianov, em 1923, “não extravasa os limites da forma, o material é igualmente formal; e é um erro confundi-lo com elementos exteriores à construção” (TYNIA NOV, 1971b, p. 100). A alegada poeticidade da poesia, a literariedade da literatura, não poderia mais, dessa forma, ser atribuída a uma pretensa “linguagem-poética-em-si-mesma”, nem a alegada praticidade do discurso cotidiano a uma pretensa “linguagem-prática-em-si-mesma”. A tomar a linguagem *lato sensu* como o material pelo qual se constroem tanto objetos tidos por poéticos quanto objetos tidos por prosaicos, seria preciso reconhecer “o caráter heterogêneo, *polissêmico* do material, caráter que depende da função e do destino desse último” (*Ibid.*, p. 99-100).

E o que dizer do problema da *construção* ou da *composição* literária, posto no centro da Poética pelos formalistas? “Ouso dizer que a palavra ‘composição’, em nove casos sobre dez, esconde no pesquisador uma ideia tal, que ele a aplicaria a uma forma estática”, advertia Tynianov (*Ibid.*, p. 102). Mas se o material de que se compõem os objetos de linguagem em geral, e as obras literárias em particular, não é homogêneo ou estático, por que o seria a própria obra enquanto composição a partir desse material? “A unidade da obra não é uma entidade simétrica e fechada, mas uma integridade dinâmica que tem seu próprio desenvolvimento”, explica Tynianov (*Ibid.*, p. 102); “seus elementos não são ligados por um sinal de igualdade e de adição, mas

por um sinal dinâmico de correlação e de integração”. Tratar-se-ia, em suma, de uma “forma dinâmica” – dir-se-ia mais tarde: uma *estrutura*.

Substitui-se, assim, a obra como *soma* pela obra como *integração*. Integração, bem entendido, não de elementos equivalentes mas *discrepantes* entre si no que concerne à economia geral do sistema em que se veem integrados. “Não há equivalência entre os diferentes componentes da palavra; a forma dinâmica não se manifesta nem por sua reunião nem por sua fusão”, ressalta Tynianov (*Ibid.*, p. 102), “mas por sua interação e, em consequência, pela promoção de um grupo de fatores em detrimento de um outro. O fator promovido deforma os que lhe são subordinados”. Assim: “percebemos sempre a forma através da evolução do vínculo entre o fator subordinante construtivo e os fatores subordinados”. É por aí, pelo viés da *dominância*, que a questão da literariedade deveria ser repensada, então, no âmbito da nova teoria poética: “o fato artístico não existe independentemente da sensação de submissão, de deformação de todos os fatores pelo fator construtivo” (*Ibid.*, p. 102). Ou ainda mais lapidarmente: “[c]onvindo-se que o sistema não é uma cooperação fundada sobre a igualdade de todos os elementos, mas que supõe a vanguarda de um grupo de elementos (‘dominante’) e a deformação dos outros, a obra entra na literatura e adquire sua função literária graças a essa dominante” (*Ibid.*, p. 113).

“O desejo inicial dos formalistas de revelar este ou aquele procedimento construtivo e estabelecer sua unidade sobre uma vasta matéria”, conclui Eikhensbaum (1971, p. 29) a respeito, “deu lugar ao desejo de diferenciar esta imagem geral, de compreender a função concreta do procedimento em cada caso particular”; e ainda: “[e]sta noção de significação funcional avançou pouco a pouco até o primeiro plano e recobriu a noção inicial de procedimento”. Por “significação funcional”, pode-se entender o estatuto de um dado elemento ou procedimento, não em termos de um suposto atributo intrínseco / imanente a esse elemento ou procedimento enquanto tal, individualmente, mas em termos da posição ocupada por ele no âmbito da economia geral do sistema que ele vem a integrar, o que levaria a se conceber, além do mais, uma *hierarquia* funcional, na qual eventualmente desponta a *função dominante* de que nos fala Tynianov.

Ora, os ecos saussurianos desse *funcionalismo* russo são mais do que evidentes – “o que os formalistas preferiam chamar de *função*”, lembra-nos Lopes (1997, p. 196), “Saussure e os genebrinos tinham já

batizado de *valor*” –, o que parece confirmar a tese de que a influência da moderna linguística estrutural sobre os formalistas russos foi diretamente proporcional a seu afastamento da ortodoxia estética futurista, tão cara ao primeiro período da *Opoiaz*, capitaneado por Chklovski.

São de fato célebres as passagens do *Curso de Linguística Geral* em que Saussure expõe o caráter diferencial ou opositivo do *valor* linguístico no interior do *sistema* linguístico, por meio da analogia com o jogo de xadrez. “O valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos”, dissera, com efeito, Saussure (1972, p. 104). Assim:

[t]omemos um cavalo; será por si só um elemento do jogo? Certamente que não, pois, na sua materialidade pura, fora de sua casa e das outras condições do jogo, não representa nada para o jogador e não se torna elemento real e concreto senão quando revestido de seu valor e fazendo corpo com ele. Suponhamos que, no decorrer de uma partida, essa peça venha a ser destruída ou extraviada: pode-se substituí-la por outra equivalente? Decerto: não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer aparência com ele será declarada idêntica, contanto que se lhe atribua o mesmo valor. Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente (*Ibid.*, p. 128).

Aceitando-se, em linhas gerais, a referida analogia língua / xadrez, dir-se-ia que “nas suas ligações múltiplas e escalonadas hierarquicamente com o código, a linguagem humana distingue-se, porém, consideravelmente do jogo de xadrez, que só possui uma estrutura de uma só dimensão” (HOLENSTEIN, 1978, p. 172). Isso posto, o estudo dos “sistemas semiológicos” em geral, nos quais “a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente”, como queria Saussure, deveria atentar para a referida *multidimensionalidade* sistêmica. Também quanto a isso, no que tange ao estudo literário, Tynianov revela-se um precursor.

“Devemos convir primeiramente que a obra literária constitui-se num sistema e que a literatura igualmente se constitui em outro”,

afirma, com efeito, Tynianov, em tom programático, em “Da evolução literária” (1927). “É unicamente na base dessa convenção”, prossegue, “que podemos construir uma ciência literária que, não se satisfazendo na imagem caótica dos fenômenos e das séries heterogêneas, se propõe a estudá-las”. E ainda: “Por essa conduta não abandonamos o problema da função das séries vizinhas na evolução literária; pelo contrário colocamo-lo verdadeiramente” (TYNIA NOV, 1971a, p. 107). Tynianov divisava, assim, no estudo literário, três níveis sistêmicos hierárquicos, do menor para o maior: (i) o sistema da *obra literária* individualmente considerada; (ii) o sistema da *literatura* em geral no qual se integram as obras literárias em sua multiplicidade e diversidade; (iii) um sistema *maior* no qual o sistema literário se integra com as chamadas “séries vizinhas”, sistemas não-literários. Com isso, Tynianov procurava dessubstancializar os elementos ou procedimentos literários a serem estudados, subordinando-os, enquanto tais, à função por eles desempenhada seja em (i), seja em (ii), seja em (iii). De acordo com o programa delineado por Tynianov, deve-se partir do menor para o maior, ou seja: (i) da função de um dado elemento no sistema da obra literária, para (ii) sua função no sistema literário como um todo, para (iii) sua função no sistema mais amplo em que se insere o sistema literário.

Ora, a proposição mesma de um tal percurso investigativo pressupõe a garantia de que a obra-sistema que se toma, então, como ponto de partida da análise seja de fato *literária*, isto é, que faça parte, de fato, do sistema literário, o que demandaria, por sua vez, uma ideia clara do que seja o próprio sistema *literário* de que se fala, daquilo que o distinguiria, afinal, de um ponto de vista funcional, dos sistemas ditos não-literários. Isso pareceria inverter, é certo, o percurso investigativo de Tynianov, posto que a pergunta essencial, aquela de cuja resposta dependeria o próprio desenvolvimento da análise, seria justamente a pergunta pelo que faria de um dado sistema, frente aos demais sistemas integrantes de um determinado “arqui-sistema” postulado pela teoria, um sistema especificamente *literário*. Trata-se, como se vê, da própria pergunta pela natureza da *literariedade*, a pergunta central da Poética, em termos não mais substancialistas, como no primeiro período do formalismo, mas em termos propriamente funcionalistas.

Tynianov alegava que longe de abandonar o problema da relação entre a série (ou o sistema) literário com as séries (ou sistemas) vizinhas, ele, agora, *verdadeiramente* o colocava. Mas qual seria, afinal, a *verdadeira* natureza de tal problema? Como perguntava o próprio autor

(*Ibid.*, p. 114): “[e]m que consiste a correlação da literatura com as séries vizinhas?”; ou, antes: “[q]uais são as séries vizinhas?” – “Temos todos uma resposta pronta: a vida social”. Na sequência, nova questão: “*como e através de que* a vida social se correlaciona com a literatura? A vida social tem muitos componentes com muitas faces”. Resposta: “[a] vida social *correlaciona-se com a literatura antes de tudo por seu aspecto verbal*. O mesmo ocorre com as séries literárias correlacionadas com a vida social. Essa correlação entre a série literária e a social se estabelece através da atividade *linguística*, a literatura tem uma função *verbal* em relação à vida social” (*Ibid.*, p. 114).

Mas dizer que a vida social correlaciona-se com a literatura por sua “função verbal”, e vice-versa, que a literatura correlaciona-se com a vida social por sua “função verbal”, não basta. Seria preciso explicar justamente *qual a especificidade* da função verbal literária frente à função verbal social. Falando da correlação entre os níveis sistêmicos hierárquicos, Tynianov (*Ibid.*, p. 108) oferece a respeito o seguinte exemplo: “o léxico de uma obra correlaciona-se, simultaneamente, de um lado com o léxico literário e o léxico tomado no seu todo, e de outro com os outros elementos dessa obra”. Ora, a menos que se esclareçam de antemão os termos da diferença, no âmbito do “léxico tomado no seu todo”, ou seja, do sistema lexical geral de uma língua, entre uma função lexical especificamente literária e a função ou as funções lexicais sociais, não faz sentido referir-se a um “léxico literário” como subsistema autônomo do sistema lexical geral.

Isso posto, não estranha ter sido justamente o problema da distinção entre a função verbal literária, por um lado, e as demais funções verbais, não-literárias, o cerne da teoria poética desenvolvida, nos anos subsequentes, no âmbito do chamado Círculo Linguístico de Praga, sobretudo por autores como Mukarovsky e o próprio Jakobson, egresso da frente formalista russa.

3 Consolidação do funcionalismo: a Poética no Círculo Linguístico de Praga

A terceira das célebres *Teses de 1929*³, intitulada “Problemas das

³“As *Teses de 1929* resultam de um trabalho coletivo cujas origens remontam, de fato, a 6 de outubro de 1926. Nesta data reuniam-se em Praga, sob a presidência do

pesquisas sobre as línguas de diversas funções”, iniciava-se justamente por determinar que “o estudo de uma língua exige que se leve em conta a variedade das funções linguísticas e de seus modos de realização no caso considerado”, sob o risco, caso não se venha a assim proceder, de uma caracterização “necessariamente deformada e, até certo ponto, fictícia” da língua tomada por objeto de estudo (JAKOBSON *et al.*, 1978, p. 31).

Distinguiam-se, então, na sequência, algumas classificações da língua sob pontos de vista funcionais específicos, como linguagem interna / linguagem manifesta, ou linguagem intelectual / linguagem emocional, ou ainda a língua “em seu papel social”. Nesta última categoria funcional, cumpriria “distinguir a linguagem de conformidade com a relação existente entre ela e a realidade extralinguística”: assim, a linguagem poderia se encontrar seja *em função de comunicação* – isto é: “dirigida para o significado” – seja *em função poética* – isto é: “dirigida para o próprio signo” (*Ibid.*, p. 32). Em vista do que se preconizava: “[é] desejável estudar as formas de linguagem nas quais predomina absolutamente uma só função, e as formas em que se entrecruzam funções múltiplas; neste estudo, o problema essencial versa sobre a hierarquia diversa das funções em cada caso dado” (*Ibid.*, p. 32).

Já com Tynianov, como vimos, a obra literária passaria a ser concebida como um sistema integrado por funções diversas, no qual uma delas exerce *dominância* sobre as demais. Pelo que é dito na terceira das teses de 1929, a função dominante em questão só pode ser a chamada “poética”, pela qual a linguagem se voltaria a seu caráter sgnico. Assim: “o índice organizador da arte, pelo qual esta se distingue das outras estruturas semiológicas, é a direção da intenção que vai não para o significado, mas para o próprio signo. O índice organizador da poesia é a intenção dirigida para a expressão verbal” (*Ibid.*, p. 42). E ainda: “[o] signo é uma dominante num sistema artístico e, quando o historiador da literatura toma como objeto de estudo principal não o signo, mas aquilo que é significado, quando estuda a ideologia de uma obra literária como uma entidade independente e autônoma, rompe a hierarquia dos valores

filólogo V. Mathesius, três linguistas tchecos – B. Havránek, J. Pypka e B. Trnka – e um russo: Roman Jakobson. Fundava-se, nesse dia, o Círculo Linguístico de Praga, de cujas atividades iriam participar, na qualidade de membros ou correspondentes, outros pesquisadores eminentes, como J. Mukarovskij, N. S. Trubetzkoy, B. Tomachevski, B. Bogatyrev, René Wellek e I. Tynianov” (CARONE, 1978, p. 11).

da estrutura por ele estudada” (*Ibid.*, p. 31). Ao longo da década de 1930, autores como Mukarovsky e o próprio Jakobson desenvolveriam exemplarmente essa teoria poética calcada na questão da dominância.

Passados dois anos da publicação da *Sprachtheorie* (1934) de Karl Bühler, obra pela qual se consagraria o então já conhecido esquema triádico das funções linguísticas tradicionalmente associado a esse autor – (i) *função de representação*: ênfase no *referente* (3ª pessoa); (ii) *função de expressão*: ênfase no *emissor* (1ª pessoa); (iii) *função de apelo*: ênfase no *receptor* (2ª pessoa) –, Mukarovsky (1978, p. 77) acusava a existência de “uma quarta função, que ficou sem menção no esquema pré-citado”, função essa oposta às três anteriores: “ao passo que estas são orientadas para instâncias exteriores à língua e para metas que ultrapassam o signo linguístico, a nova função coloca o signo no centro de atenção”. E ainda: “aquelas pertencem ao rol das funções práticas, esta última é estética”. Isso não significaria, ressaltava Mukarovsky (*Ibid.*, p. 76), que “a denominação poética esteja privada de todo contato com a realidade”: tratar-se-ia, antes, de “um deslocamento de ênfase” – deslocamento esse, diríamos, pelo qual se erige uma nova *dominante* estrutural.

A centralidade da questão da dominância para uma teoria poética de base funcionalista, Jakobson decisivamente a sedimentara em dois importantes textos, representativos de sua “fase tcheca” – “O que é a poesia?” (1933-1934) e “A dominante” (1935) –, por meio dos quais, num duplo gesto teórico, o autor completa a ruptura com o formalismo estrito de feição futurista e formata as linhas de força do programa de investigação que seria finalmente formalizado e posto em pleno funcionamento nos anos 1960.

Numa perspectiva substancialista, define-se a poesia opondo-a à não-poesia. “Mas dizer o que a poesia não é”, ponderava Jakobson naquele início dos anos 1930, “não é, hoje em dia, tão fácil” (JAKOBSON, 1977c, p. 31). O tradicional recurso à especificidade do *tema* poético, fora, com efeito, completamente impugnado pelo cânone estético modernista. “Não há natureza morta, ou ato, paisagem ou pensamento, que esteja, presentemente, fora do domínio da poesia. A questão do tema poético encontra-se, pois, hoje em dia, sem objeto” (*Ibid.*, p. 32). Os próprios formalistas russos haviam banido, como vimos, o estudo do tema em favor da análise do *procedimento*. “Mesmo se chegamos a determinar quais são os procedimentos poéticos típicos para os poetas de uma época dada”, retrucava, contudo, Jakobson (*Ibid.*, p. 33), “não teremos ainda

descoberto as fronteiras da poesia”, uma vez que “as mesmas aliterações e outros procedimentos eufônicos são utilizados pela retórica dessa mesma época, ainda mais, pela linguagem falada cotidiana”. Em suma: “[a] fronteira que separa a obra poética do que não é a obra poética é mais instável que a fronteira dos territórios administrativos da China” (*Ibid.*, p. 33).

“A atitude que consiste em colocar o sinal de igualdade entre uma obra poética e a função estética, ou, mais precisamente, a função poética, [...] caracteriza as épocas que enaltecem uma arte suscetível de bastar-se a si própria, uma arte pura, *a arte pela arte*”, declarava Jakobson (1977a, p. 79), acrescentando ser possível identificar traços típicos dessa atitude “no curso dos primeiros passos da escola formalista”. Uma tal postura se revelaria completamente equivocada, posto que “uma obra poética não pode ser reduzida à função estética”, pois contém “diversas outras funções”; e “se uma obra poética não se deixa inteiramente definir por sua função estética, a função estética não se limita à obra poética” (*Ibid.*, p. 80). Seja como for, dever-se-ia evitar tanto quanto a “atitude rigorosamente monística”, típica do primeiro formalismo, a atitude que lhe é diretamente oposta: o “ponto de vista mecanicista, que reconhece a multiplicidade de funções de uma obra poética e a considera, deliberadamente ou não, como um agregado mecânico de funções” (*Ibid.*, p. 80). Assim:

[o]pondo-se simultaneamente ao monismo e ao pluralismo integrais, há um ponto de vista que, atento às múltiplas funções da obra poética, leva em conta sua coesão, ou seja, aquilo que confere à obra poética sua unidade e sua própria existência. Desse ponto de vista, uma obra poética não poderia ser definida como uma obra que desempenha exclusivamente uma função estética, nem que desempenha uma função estética paralelamente a outras funções; deve-se definir, na verdade, a obra poética, como uma mensagem verbal na qual a função estética é a dominante (*Ibid.*, p. 80).

Jakobson admitiria, é certo, “que as marcas pelas quais se reconhece a função estética em sua encarnação na obra não são imutáveis nem sempre idênticas”, e que “cada cânone poético, cada conjunto de normas poéticas, numa dada época, comporta elementos indispensáveis e

específicos sem os quais a obra não pode ser identificada como poética” (*Ibid.*, p. 80-81). Por mais que reconhecesse, contudo, ser o conteúdo da noção de *poesia* variável no tempo, Jakobson (1977c, p. 45-46) ainda assim continuaria a sustentar que “a *poeticidade*, como sublinharam os formalistas, é um elemento *sui generis*, um elemento que não se pode reduzir mecanicamente a outros elementos”, devendo-se, antes, “desnudá-lo, fazendo aparecer sua independência”. Em outras palavras, manter-se-ia a poeticidade / literariedade *enquanto tal* como objeto da Poética.

Já a terceira tese de 1929 proclamava que “*cada linguagem funcional tem seu sistema de convenções*”, constituindo, pois, cada uma delas, uma *langue* autônoma no interior da *langue* geral, sendo “por conseguinte errado identificar uma linguagem funcional com a língua e outra com a ‘fala’ (*parole*)” (JAKOBSON *et al.*, 1978, p. 33). Onde: “[e] m lugar da mística das relações de causalidade entre sistemas heterogêneos, *é preciso estudar a língua poética em si mesma*” (*Ibid.*, p. 43). Mas o que seria, afinal, a língua-poética-em-si-mesma? “Mas como a poeticidade se manifesta?”, pergunta-se o próprio Jakobson (1977c, p. 46).

A resposta por ele, então, oferecida não parecia afastar-se, em essência, daquela formulada, cerca de vinte anos antes, pelos primeiros formalistas: em sua função poética, afirmava, com efeito, Jakobson (*Ibid.*, p. 46) – como se fadado a repetir-se indefinidamente –, “a palavra é experimentada como palavra, e não como simples substituto do objeto nomeado nem como explosão de emoção”; “as palavras e sua sintaxe, sua significação, sua forma externa e interna não são índices indiferentes da realidade, mas possuem seu próprio peso e seu próprio valor”.

Seria preciso esperar, com efeito, por mais quase três décadas para que uma tal proposição, ainda excessivamente intuitiva, pudesse finalmente ganhar, por obra do próprio Jakobson, uma formulação devidamente formalizada, em moldes *propriamente estruturalistas*.

4 Com Saussure, para além de Saussure: a Poética Estrutural

Em 1939 Jakobson deixa a Tchecoslováquia e, após um período de exílio na Escandinávia, estabelece-se, em 1941, nos Estados Unidos, onde permanece até sua morte, no início da década de 1980. “Simplificando um pouco as coisas”, afirma Holenstein (1978, p. 18) a respeito, “pode-se caracterizar a época de Moscou como a fase de fogo despertar, a época de Praga como a fase de constituição, de um lado pela elaboração

de um programa sistemático, de outro lado pelo teste desse programa em diferentes campos bem delimitados, e a época americana como a fase de consolidação e de alargamento interdisciplinares das descobertas”. Seguindo esse esquema cronológico, diríamos que o ano de 1960 é o ano da *consolidação* da teoria poética jakobsoniana por meio de sua máxima formulação em “Linguistics and Poetics” [Linguística e Poética].

Na própria gênese do artigo – originalmente uma conferência proferida num congresso sobre linguagem e estilo –, encontrava-se o problema da relação entre Poética e Linguística, sobre o qual foi pedido a Jakobson que tecesse seu ponto de vista. Logo no início do texto, a declaração que renderia ao autor não poucas críticas e objeções: “[a] Poética trata dos problemas da estrutura verbal, assim como a análise de pintura se ocupa da estrutura pictorial. Como a Linguística é a ciência global da estrutura verbal, a Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística” (JAKOBSON, 1975b, p. 118). Dir-se-ia tratar-se, à primeira vista, da defesa de uma assimilação colonizatória, por assim dizer, de uma disciplina por outra. O grosso da polêmica adviria, na verdade, de uma incongruência entre a acepção *sui generis* de que Jakobson imbuía e sempre imbuiu o termo *linguística* – em conformação, aliás, à sua formação intelectual diferenciada em relação à da esmagadora maioria dos linguistas ocidentais, formação na qual a “arte verbal” sempre ocupou, como vimos, um lugar de destaque – e a visão canônica e restrita que a maioria dos seus interlocutores europeus e norte-americanos tinha da natureza e do escopo da então autoproclamada “ciência da linguagem”.

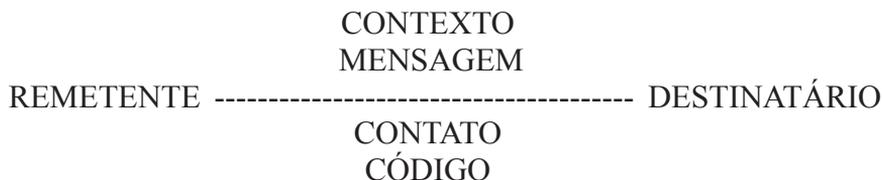
A moderna linguística sincrônica erigiu-se como disciplina autônoma por meio da restrição de seu objeto de estudo a uma *langue* abstrata que excluía, por definição, qualquer pretensa concessão do linguista à feição “estética” ou “literária” da linguagem. Mas para um linguista como Jakobson, cujo interesse pela linguagem em geral originara-se justamente com o interesse pela poesia em particular, pela linguagem poética, uma tal redução haveria de afigurar-se inequivocamente arbitrária: a *langue* da moderna linguística sincrônica não teria, enquanto tal, a generalidade que se gostaria de lhe atribuir, posto referir-se apenas à dimensão pragmática da linguagem, excluindo, assim, sua dimensão *poética* ou *literária*.

Jakobson seria, portanto, o primeiro, e isso no próprio artigo em questão, a impugnar a submissão do estudo literário a uma linguística

monoliticamente concebida como ciência da linguagem pragmática, declarando mesmo justificar-se a separação entre Poética e Linguística “quando o campo da Linguística pareça estar abusivamente restringido, [...] quando o escopo da Linguística se confina à gramática ou unicamente a questões não-semânticas de forma externa ou ainda ao inventário dos recursos denotativos sem referência às variações livres” (*Ibid.*, p. 121-122). À medida que uma tal descrição parecia concernir ao grosso dos estudos linguísticos da época, dir-se-ia que Jakobson conclamava uma Linguística ainda não plenamente existente, ainda por se fazer – mesmo que, para ele, a única concebível – e que seria mais bem referida, diríamos, por algo como “Estudos da Linguagem”.

Desfeita a confusão terminológica, esclarecida a medida em que o emprego do termo *linguística* por Jakobson discrepa do habitual, seria preciso dizer que em nenhum momento o autor contesta o postulado saussuriano do *código fixo*: ele apenas se recusa a aceitar a *langue* saussuriana como *único* código fixo. “Indubitavelmente, para toda comunidade linguística, para toda pessoa que fala, existe uma unidade de língua”, explica, com efeito, Jakobson (*Ibid.*, p. 122), “mas esse código global representa um sistema de subcódigos relacionados entre si; toda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um dos quais é caracterizado por uma função diferente”. Tratar-se-ia, portanto, de, mantendo o postulado da comunidade homogênea de fala, do código fixo, enriquecê-lo a fim de poder abarcar outras dimensões de linguagem como a poética / literária, o que levaria à bastante conhecida reformulação jakobsoniana do circuito de fala saussuriano:⁴

⁴“Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente *psíquico*, seguido, por sua vez, de um processo *fisiológico*: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de A até o ouvido de B: processo puramente *físico*. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente. Se B, por sua vez, fala, esse novo ato seguirá – de seu cérebro ao de A – exatamente o mesmo curso do primeiro e passará pelas mesmas fases sucessivas” (SAUSSURE, 1972, p. 19).



Cada um dos seis fatores determinaria, para Jakobson, uma diferente função da linguagem, à guisa de seis subcódigos autônomos no interior da *langue* global. Retomando o antigo esquema funcional bühleriano, Jakobson distingue as funções (i) *emotiva* (“expressiva”), (ii) *referencial* (“denotativa”) e (iii) *conativa* (“apelativa”), centradas, respectivamente: no contexto (ou *referente*), no remetente, no destinatário. Retomando uma designação de Malinowski, Jakobson distingue uma (iv) função *fática* da linguagem, centrada no contato; retomando o termo consagrado por Tarski em lógica, Jakobson distingue uma (v) função *metalinguística*, centrada no código. Por fim, Jakobson define a (vi) função *poética* da linguagem como implicando “o enfoque da mensagem por ela própria”.

Na sequência, a velha questão da *dominância* é retomada: “Qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar a poesia à função poética seria uma simplificação excessiva e enganadora”, adverte Jakobson (*Ibid.*, p. 128), fazendo eco a seus antigos discursos da fase tcheca. “A função poética não é a única função da arte verbal, mas tão somente a função dominante, determinante, ao passo que em todas as outras atividades verbais ela funciona como constituinte acessório, subsidiário”. À Poética caberia justamente estudar a função poética, a poeticidade / literariedade, como um código por direito distinto, não subordinado aos demais – uma verdadeira *langue* poética / literária.

“Qual é o critério linguístico empírico da função poética? Em particular, qual é o característico indispensável, inerente a toda obra poética?”, pergunta-se Jakobson (*Ibid.*, p. 129). Ora, conhecemos bem a resposta sustentada pelo autor, com poucas variações, ao longo de décadas de reflexão sobre o assunto: há poesia / literatura quando a palavra é experimentada como palavra, e não como mero índice de uma realidade externa. Agora, Jakobson finalmente acrescenta, como observa Holenstein (1978, p. 149), uma definição *propriamente estrutural* àquela

definição mais fenomenológica que vinha sustentando há tempo: “[a] função poética projeta o princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo de combinação” (*Ibid.*, p. 130). Mas o que significa isso, afinal?

A língua é tomada por Saussure, e pela linguística estrutural em sua esteira, como um sistema de relações, oposições. Segundo Saussure (1972, p. 142), “as relações e as diferenças entre termos linguísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, cada uma das quais é geradora de certa ordem de valores”: (i) as relações *sintagmáticas* e (ii) as relações *associativas* – mais tarde chamadas *paradigmáticas*. Sintagmáticas seriam as relações estabelecidas pelos termos do discurso entre si, em virtude de seu encadeamento: “[e]stes se alinham um após o outro na cadeia da fala. [...] Colocado num sintagma, um termo só adquire valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos” (*Ibid.*, p. 142). Associativas (paradigmáticas) seriam as relações estabelecidas entre as palavras que, por terem algo em comum, se associam na memória, formando grupos de termos coordenados – p. ex.: *ensino, ensinamento, ensinar, educação, aprendizagem*, etc. Enquanto as relações sintagmáticas (combinações) se dariam no ato efetivo da fala, associando-se, portanto, à *parole*, as relações paradigmáticas (associações) constituiriam, por sua vez, o que Saussure (*Ibid.*, p. 143) chama de “uma série mnemônica virtual”. Assim: “Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (*Ibid.*, p. 143) –, ou seja: associar-se-iam à *langue*, ao *código*.

Jakobson retomará essa problemática em sua teoria do *duplo caráter da linguagem*. “Falar implica a seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação em unidades linguísticas de mais alto grau de complexidade”, explica-nos o autor (JAKOBSON, 1975a, p. 37). “Isso se evidencia imediatamente ao nível lexical: quem fala seleciona palavras e as combina em frases, de acordo com o sistema sintático da língua que utiliza; as frases, por sua vez, são combinadas em enunciados”. *Seleção e combinação* seriam, pois, os dois modos básicos de arranjo utilizados no comportamento verbal, e, enquanto tais, *ambos diriam respeito ao código* (à *langue*), e não apenas a seleção, como queria Saussure, ao relegar a combinação à *parole*. Nesses termos, tanto a seleção quanto a combinação constituiriam “atividade mentais”, teriam “sede no cérebro”, para usar os termos de Saussure – o que levaria à inferência de *regras* de seleção / combinação previstas na *langue*, comuns a todos os falantes.

Para Jakobson, portanto, a *competência* linguística dos indivíduos – para usar um termo chomskyano – estaria diretamente relacionada à sua capacidade de selecionar / combinar fonemas, morfemas, palavras, frases, enunciados, etc., em conformidade com as regras gerais de seleção / combinação de uma língua ou das línguas em geral. Uma perturbação dessa capacidade inerente implicaria um distúrbio de fala como a afasia, tomada seja como “distúrbio da similaridade” (*Ibid.*, p. 41-50), isto é, como uma perturbação da capacidade de *selecionar*, seja como “distúrbio da contiguidade” (*Ibid.*, p. 50-55), isto é, como uma perturbação da capacidade de *combinar*.

No que se refere à seleção, Jakobson (*Ibid.*, p. 37) explica que “o que fala não é de modo algum um agente completamente livre na sua escolha de palavras: a seleção [...] deve ser feita a partir do repertório lexical que ele próprio e o destinatário da mensagem possuem em comum”; no que se refere à combinação de unidades linguísticas, Jakobson (*Ibid.*, p. 39) divisa “uma escala ascendente da liberdade”:

[n]a combinação de traços distintivos em fonemas, a liberdade individual do que fala é nula; o código já estabeleceu todas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. A liberdade de combinar fonemas em palavras está circunscrita; está limitada à situação marginal da criação de palavras. Ao formar frases com palavras, o que fala sofre menor coação. E, finalmente, na combinação de frases em enunciados, cessa a ação das regras coercitivas da sintaxe e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos [*sic*] contextos cresce substancialmente, embora não se deva subestimar o número de enunciados estereotipados (*Ibid.*, p. 39).

Uma formalização possível da “liberdade sintagmática” segundo Jakobson seria: fonologia < morfologia < sintaxe < discurso. “Existem combinações fixas e sobretudo regras de combinação gerais que só se podem atribuir ao código. A determinação das combinações obrigatórias, facultativas e excluídas, é assegurada pelo código”, explica Holenstein (1978, p. 145) a respeito; e ainda: “[é] sobretudo aos níveis inferiores dos traços distintivos, dos fonemas, dos morfemas e de certos gêneros literários e retóricos (contos, poemas, fórmulas de saudação e de felicitação, etc.) que a combinação é em grande parte ‘pré-fabricada’”.

Em havendo, de fato, “regras de combinação” gerais e obrigatórias concernentes à poesia – ou à literatura em geral –, elas deveriam ser, enquanto tais, não apenas compartilhadas por todos os indivíduos de uma dada comunidade de fala, como também específicas da função poética da linguagem, demarcando-se, portanto, das regras de combinação concernentes à atividade linguística em geral. Mas que regra de combinação seria específica, afinal, da função poética? Ora, é exatamente a essa pergunta que Jakobson responde quando afirma que a função poética *projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação*.

Vimos que, em geral, (i) as relações paradigmáticas são regidas pelo princípio de equivalência (ou de similaridade) dos termos coordenados entre si no *eixo de seleção* (paradigmático): “se ‘criança’ for o tema da mensagem”, exemplifica Jakobson (1975b, p. 129-130), “o que fala seleciona, entre os nomes existentes, mais ou menos semelhantes, palavras como criança, guri (a), garoto (a), menino (a), todos eles equivalentes entre si, sob certo aspecto, e então, para comentar o tema, ele pode escolher um dos verbos semanticamente cognatos – dorme, cochila, cabeceia, dormita” –, ao passo que (ii) as relações sintagmáticas – aquelas pelas quais se combinariam, por exemplo, numa cadeia verbal: (a) *A criança cochila*; ou (b) *O guri dorme*; ou (c) *O menino dorme*; ou (d) *O menino cochila* – são regidas pelo princípio de contiguidade dos termos que se sucedem no *eixo de combinação* (sintagmático), não havendo equivalência entre, por exemplo, “a”, “criança” e “cochila”, no enunciado (a), ou entre “o”, “menino” e “dorme”, no enunciado (c). A regra geral de seleção / combinação aí, então, divisada seria, em suma: “[a] seleção é feita em base de equivalência, semelhança e dessemelhança, sinonímia e antonímia, ao passo que a combinação, a construção da sequência, se baseia na contiguidade” (*Ibid.*, p. 130).

Paralelamente a essa regra geral, Jakobson distingue uma outra, que ele associa à função poética da linguagem. De acordo com esta última, e diferentemente da primeira – que se restringiria, ao que tudo indica, às funções “não poéticas” ou “pragmáticas” da linguagem –, a *equivalência* é promovida, em detrimento da contiguidade, “à condição de recurso constitutivo da sequência” (*Ibid.*, p. 130), como se *projetada* do eixo de seleção (paradigmático) para o eixo de combinação (sintagmático). Assim:

[e]m poesia, uma sílaba é igualada a todas as outras sílabas da mesma sequência; cada acento de palavra é considerado igual a qualquer outro acento de palavra, assim como ausência de acento iguala ausência de acento; longo (prosodicamente) iguala longo, breve iguala breve; fronteira de palavra iguala fronteira de palavra, ausência de fronteira iguala ausência de fronteira; pausa sintática iguala pausa sintática, ausência de pausa iguala ausência de pausa. As sílabas se convertem em unidades de medida, e o mesmo acontece com as moras e os acentos (*Ibid.*, p. 130).

A combinação de termos *equivalentes* numa dada sequência verbal implicaria necessariamente a sensação de *repetição*, de *reiteração* constante de tais elementos, que implicaria, por sua vez, segundo Jakobson, justamente a experimentação da palavra como palavra, da mensagem nela mesma e por ela mesma, característica da função poética da linguagem em distinção às demais funções: “[s]omente em poesia, com sua reiteração regular de unidades equivalentes, é que se tem experiência do fluxo verbal, como acontece – para citar outro padrão semiótico – com o tempo musical” (*Ibid.*, p. 131). Ou ainda:

A repetência produzida pela aplicação do princípio de equivalência à sequência torna reiteráveis não apenas as sequências da mensagem poética, mas a totalidade desta. A capacidade de reiteração, imediata ou retardada, a reificação de uma mensagem poética e de seus constituintes, a conversão de uma mensagem em algo duradouro – tudo isto representa, de fato, uma propriedade inerente e efetiva da poesia (*Ibid.*, p. 150).

Essa associação estrita entre *repetição* e *evidenciação* na linguagem poética, sobretudo sob a forma do que Jakobson chamava de *paralelismo*, seria, na verdade, um fenômeno multifacetado, e deveria ser estudado como tal:

[e]xiste um sistema de correspondências contínuas em vários níveis: na composição e na ordenação das construções sintáticas, nas formas e categorias gramaticais, nas dos sinônimos lexicais e identidades completas de

léxico e, finalmente, nas das combinações e esquemas prosódicos. Tal sistema confere aos versos, que são ligados por paralelismo, ao mesmo tempo uma homogeneidade nítida e uma grande diversidade. A matriz integral faz ressaltar as variações de formas e significações fônicas, gramaticais e lexicais (JAKOBSON, 1985, p. 102-103).

Eis aí, em suma, reintroduzida no âmbito da literariedade, a relação entre forma e significado poéticos, agora de um ponto de vista propriamente estrutural.⁵⁶

5 “A estrutura não abole nunca a exclamação”

O “modelo de verso” (*verse design*) de que fala Jakobson funcionaria como uma espécie de estrutura profunda da linguagem poética, da qual os versos existentes – e os ainda por existir – seriam concretizações; ele dominaria, em outras palavras, “a estrutura de qualquer verso particular – ou, em terminologia lógica, todo *exemplo de verso* (*verse instance*)” (JAKOBSON, 1975b, p. 139-140). Em suma: “O modelo de verso determina as características invariáveis dos exemplos de verso e estabelece o limite de variações” (*Ibid.*, p. 140).

⁵⁶“Mais próximo de Saussure do que pareceria à primeira vista, Jakobson reserva para a linguística apenas a semântica relacional, feita das diferenças e identidades dos termos no seio dos sintagmas e dos paradigmas, deixando à interpretação (à crítica) o cuidado de nomear o sentido de uma obra – para uma época, para um meio, para uma determinada sensibilidade” (TODOROV, 1979, p. 304).

⁶Sobre a exploração do princípio de paralelismo por Jakobson, Todorov (1979, p. 305) ressalta: “[d]esde 1960 que ele se consagra à ilustração desse princípio, com a ajuda de análises concretas de poemas que, voluntariamente, escolhe em línguas diferentes e de épocas muito afastadas umas das outras. Esse mostruário inclui textos de Dante e Shakespeare, Pushkin e Baudelaire, Mácha e Norwid, Fernando Pessoa e Brecht...” Entre essas análises, destaca-se aquela que se tornou a mais conhecida abordagem linguística de um texto literário, a saber: a análise de “*Les chats*”, de Baudelaire, escrita com Lévi-Strauss. Fazendo, mais tarde, o balanço dessa produção, Jakobson (1985, p. 112) declarará: “[p]ode divulgar na imprensa mundial as análises gramaticais que havia feito de versos ingleses, alemães, franceses, italianos, portugueses, romenos, gregos, russos, tchecos, eslovacos, poloneses, eslovenos, búlgaros, eslavônicos e japoneses. Isso recobria, no conjunto, os treze últimos séculos da poesia no mundo”.

As diversas análises de poemas específicos feitas por Jakobson a partir de 1960 responderiam, segundo Todorov (1979, p. 305), a um duplo objetivo: (i) “teórico, pois contribuem para ilustrar sua hipótese sobre o funcionamento da poesia”, e (ii) “histórico, pois tornam possível uma melhor compreensão de certos textos-chave da tradição literária européia”.⁶ No que tange ao primeiro objetivo, de cuja consolidação dependeria, aliás, a própria plausibilidade do segundo objetivo, dir-se-ia evidente – no que pese, apesar de tudo, seu inegável valor epistemológico, sendo esse esforço de “verificação” justamente o que separa a Poética das teorias literárias meramente especulativas – o risco de se recair, aí, numa circularidade autoconfirmadora. Em que medida, afinal, o modelo poético pretensamente universal (e atemporal) descrito por Jakobson poderia de fato ser universalmente imputado seja aos *autores* de poesia em geral, seja aos *leitores* de poesia em geral – respectivamente, aos *remetentes* e aos *destinatários* da poesia, na terminologia jakobsoniana?

Sobre o grau de consciência do poeta em relação aos procedimentos descritos, Jakobson (1985, p. 114) afirma tratar-se de uma *consciência parcial*, já que se, por um lado, “um certo número de elementos da arte poética permanecem no subconsciente do poeta quando do ato de criação”, por outro, “os testemunhos escritos e orais dos poetas, bem como seus rascunhos, mostram-nos com frequência que estes compreendem realmente os diferentes procedimentos ocultos, quando trabalham o material das palavras e, sobretudo, o material gramatical”. E quanto ao leitor de poesia? “Neste sentido”, lembra Jakobson (*Ibid.*, p. 114), “os meus contraditores frequentemente exprimem dúvidas quanto ao efeito das comparações e oposições gramaticais em quem ouve ou lê versos”.

Celebrizou-se, a esse respeito, a crítica de Michael Riffaterre à análise de “*Les chats*” (Baudelaire) por Jakobson e Lévi-Strauss, crítica segundo a qual a análise em questão lança mão de “componentes que não podem absolutamente ser percebidos pelo leitor: portanto, estes componentes não interessam à estrutura poética, cuja formação normal é pôr em destaque a forma da mensagem para torná-la mais visível, mais volumosa” (RIFFATERRE, 1973, p. 296). Os autores baseiam-se “no postulado segundo o qual todo sistema estrutural por eles destacado no poema é, por isso mesmo, uma estrutura poética”, explica Riffaterre (*Ibid.*, p. 291), indagando: “Não se poderá supor, pelo contrário, que o poema contém certas estruturas sem importância para sua função e efeito como obra literária, e que a linguística estrutural é talvez incapaz

de distinguir essas estruturas não marcadas das estruturas literariamente ativas?” E ainda: “[i]nversamente, utilizando um processo inadequado para a especificidade da linguagem poética, será que não se desprezam estruturas exclusivamente poéticas?”

Comentando, por sua vez, a análise que Jakobson faz de um outro poema de Baudelaire, *Spleen*, Jonathan Culler (1975, p. 56) será levado a concluir que quando quer que se empreenda uma análise distribucional de um texto, como aquela à qual procede Jakobson, “adentra-se um domínio de extraordinária liberdade, onde a gramática, embora explícita, não mais provê um método determinado”, podendo-se, assim, produzir categorias distribucionais ao infinito. “Pode-se, por exemplo, começar pelo estudo da distribuição dos substantivos, e distinguir entre aqueles que são objetos de verbos e aqueles que são sujeitos”, ilustra Culler (*Ibid.*, p. 57). “Indo um passo além”, prossegue o autor, “pode-se distinguir entre aqueles que são objetos de verbos no singular e aqueles que são objetos de verbos no plural, e pode-se, então, subdividir cada uma dessas classes de acordo com o tempo dos verbos”. Em suma: “[e]sse processo de diferenciação progressiva pode produzir um número quase ilimitado de classes distribucionais, e, então, se se deseja descobrir um padrão de simetria num texto, pode-se sempre produzir alguma classe cujos membros serão apropriadamente arranjados” (*Ibid.*, p. 57). Nesse sentido, contesta-se “que a análise linguística possibilite identificar, como um traço distintivo do uso poético da linguagem, os modos pelos quais estrofes ou acoplamentos são ligados pela distribuição de unidades gramaticais” (*Ibid.*, p. 58).

Assim sendo, a configuração estrutural descrita por Jakobson em relação ao “*Spleen*” de Baudelaire não teria o caráter de objetividade e invariância que ele gostaria de lhe atribuir, não podendo, pois, ser tomada como subjacente a toda leitura do poema em questão; o que tornaria temerária, além do mais, a própria afirmação do paralelismo gramatical à la Jakobson como traço distintivo da linguagem poética. Em resposta à Culler, Jakobson (1985, p. 118-119) retomará, resumidamente, sua própria análise das formas pronominais do poema, por meio da citação sucessiva de tudo aquilo que, a esse respeito, Culler “não observou”, “tampouco observou”, “não levou em consideração”, “nem mesmo discerniu”, “esqueceu”, “calou”. Jakobson só não explica em que medida tudo aquilo que Culler efetivamente *observou*, *levou em consideração* e *discerniu* quanto às relações gramaticais do poema seria despropositado

ou abertamente equivocado; em que medida, enfim, a leitura de Culler seria *falsa*, ao passo que a sua própria leitura seria a única verdadeira – com isso, permanece o problema da inespecificidade do que é ressaltado por Jakobson para a definição, seja da estrutura do poema de Baudelaire, em particular, seja da estrutura poética, em geral.

É claro que, como último recurso, poder-se-ia lançar mão da boa e velha menção à intenção do autor: “[n]ão se consegue explicar por que os críticos-divulgadores insistem em negligenciar as figuras gramaticais nos versos de Baudelaire”, declara Jakobson (*Ibid.*, p. 119), “quando o próprio poeta nunca deixou de recordar a ‘feitiçaria evocatória’ da estrutura gramatical, a força expressiva das categorias e a pertinência poética de fatores tão evidentes quanto a ‘regularidade e a simetria’”. O que não se consegue entender, na verdade – diríamos, por nossa vez –, é por que Jakobson, que define a literariedade em termos da experiência ensejada no receptor pela linguagem em função poética, prefere privilegiar, em caso de litígio, uma pretensa intenção unívoca do autor – a qual sintomaticamente coincide com sua própria leitura –, em detrimento da variedade efetiva das leituras desse ou daquele poema. Pensando bem, essa já era a postura explícita de Chklovski, em 1917, ao reconhecer que o caráter estético de um objeto é *o resultado de nossa maneira de perceber*, e, ainda assim, delimitar, para fins de investigação, como objeto estético, apenas aquele criado por meio de procedimentos particulares *cujo objetivo é assegurar uma percepção estética* – e, isso, mesmo que essa percepção não venha a ocorrer, ou, em geral, ocorra de formas variadas e imprevistas, permanecendo, enquanto projeto unívoco, restrita àquele que a postula como tal.

“O que constitui a poesia, ou melhor ainda, o que a torna possível não é a quantidade dos procedimentos, mas a sua sintonia com o texto, reveladora das figuras e estruturas latentes ou potenciais”, afirma Stempel (2002, p. 438) a respeito. “Mas ela só permite isso porque a recepção por parte do leitor ou do ouvinte está, em geral, orientada para esse tipo de percepção, i. e., para o estético. Em suma, é esse modo de percepção, e não a função poética, que determina que a mensagem, como Jakobson a apresentara em 1960, se torne ambivalente” (*Ibid.*, p. 439). Bem entendido, essa “orientação para o estético” de que fala Stempel não se encontra garantida de antemão, o mesmo se aplicando à leitura da poesia *como poesia*. Assim: “[t]oda arte pode também ser recebida ‘praticamente’, mas, neste caso, não como manifestação estética” (*Ibid.*,

p. 453). Ou ainda: “[u]ma leitura ‘prática’ cai no vazio, o que não significa que ela não seja permitida de modo geral” (*Ibid.*, p. 442). A postura de Stempel ao reconhecer uma variedade possível de leituras, ainda que se dê o direito de reclamar uma delas como superior (à qual chama, então, “estética”), tem o mérito, por explicitar sua opção pela *normatividade* – preconiza-se, aí, deliberadamente, uma dada leitura, entre outras, como superior e recomendável –, de tornar patente algo que permanecera tácito em autores como Chklovski e Jakobson.

No clássico artigo de 1960, Jakobson decretara uma superação definitiva da crítica literária (atividade incontornavelmente subjetiva e normativa) pela Poética (verdadeira ciência da literatura, extensão natural da ciência da linguagem), nos seguintes termos:

Infelizmente, a confusão terminológica de “estudos literários” com “crítica” induz o estudioso de literatura a substituir a descrição dos valores intrínsecos de uma obra literária por um veredito subjetivo, censório. A designação de “crítico literário” aplicada a um investigador de literatura é tão errônea quanto o seria a de “crítico gramatical (ou léxico)” aplicada a um linguista. A pesquisa morfológica e sintática não poder ser suplantada por uma gramática normativa, e de igual maneira, nenhum manifesto, impingindo os gostos e opiniões do próprio crítico à literatura criativa, pode substituir uma análise científica e objetiva da arte verbal (JAKOBSON, 1975b, p. 120-121).

As análises efetivas de poemas diversos por Jakobson, por mais “científicas e objetivas” que pretendessem ser, não deixaram de evidenciar, contudo, o quanto de subjetivo e de normativo residia em seu esforço de determinação da literariedade. De fato, como observa Pavel, “a estrutura não abole nunca a exclamação” – e, isso, a começar por aquela do próprio analista estrutural em face da obra que se põe a escrutinar: a crítica, expulsa, por decreto, pelo poeticista, do edifício dos estudos literários, retorna, sorrateiramente, pela porta dos fundos da “análise científica e objetiva da arte verbal”.

Mas não será esse o destino inconfesso de toda abordagem pretensamente linguística do fenômeno literário?

Referências

- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CARONE, Modesto. As perspectivas de um método. In: GUINSBURG, Jacob (Org.). *Círculo linguístico de Praga*. Trad. de Zênia de Faria, Reasylyvia Toledo e Dionísio Toledo. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-16.
- CHKLOVSKI, Victor. A arte como procedimento. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. de Ana M. R. Filipouski, Maria A. Pereira, Regina L. Zilberman, Antônio C. Hohlfeldt. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 39-56.
- CULLER, Jonathan. Jakobson's poetic analyses. In: _____. *Structuralist Poetics: structuralism, linguistics and the study of literature*. Ithaca: Cornell University Press, 1975. p. 55-74.
- EIKHENBAUM, Boris. A teoria do "método formal". In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. de Ana M. R. Filipouski, Maria A. Pereira, Regina L. Zilberman, Antônio C. Hohlfeldt. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 3-38.
- GENETTE, Gérard. Estruturalismo e crítica literária. In: _____. *Figuras*. Trad. de Ivonne F. Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 143-165.
- HOLENSTEIN, Elmar. *Introdução ao pensamento de Roman Jakobson*. Trad. de Roberto C. de Lacerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____. *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975a. p. 34-62.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: _____. *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975b. p. 118-162.
- JAKOBSON, Roman. La dominante. In: _____. *Huit questions de poétique*. Paris: Seuil, 1977a. p. 77-85.
- JAKOBSON, Roman. Fragments de 'La nouvelle poésie russe'. In: _____. *Huit questions de poétique*. Paris: Seuil, 1977b. p. 11-29.
- JAKOBSON, Roman. Qu'est-ce que la poésie? In: _____. *Huit questions de poétique*. Paris: Seuil, 1977c. p. 31-49.

JAKOBSON, Roman et al. Problemas das pesquisas sobre as línguas de diversas funções. In: GUINSBURG, Jacob (Org.). *Círculo linguístico de Praga*. Trad. de Zênia de Faria, Reasylyvia Toledo e Dionísio Toledo. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 31-43.

JAKOBSON, Roman. *Diálogos* (com Krystyna Pomorska). Trad. de Elisa A. Kossovitch. São Paulo: Cultrix, 1985.

LOPES, Edward. *A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: EdUsp, 1997.

MUKAROVSKY, Jan. A denominação poética e a função estética da língua. In: GUINSBURG, Jacob (Org.). *Círculo linguístico de Praga*. Trad. de Zênia de Faria, Reasylyvia Toledo e Dionísio Toledo. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 73-84.

PAVEL, Thomas. *A miragem linguística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Trad. de Eni Orlandi, Pedro de Souza e Selene S. Guimarães. Campinas (SP): Pontes, 1990.

POMORSKA, Krystyna. A teoria formalista da linguagem poética. In: _____. *Formalismo e futurismo: a teoria formalista russa e seu ambiente poético*. Trad. de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 19-58.

PRADO COELHO, Eduardo. *Os universos da crítica: paradigmas nos estudos literários*. Lisboa: Edições 70, 1982.

RIFFATERRE, Michael. A descrição das estruturas poéticas: duas abordagens do poema de Baudelaire, *Les chats*. In: _____. *Estilística estrutural*. Trad. de Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 288-338.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

STEMPEL, Wolf-Dieter. Sobre a teoria formalista da linguagem poética. Trad. de Luiza Ribeiro e Regina Sunko. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1. p. 411-458.

TODOROV, Tzvetan. Poética. In: DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Trad. de Alice K. Miyashiro, J. Guinsburg e Mary A. L. de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 87-91.

TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Trad. de Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1979.

TODOROV, Tzvetan. O legado metodológico do formalismo. In: _____. *Poética da prosa*. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-30.

TYNIANOV, Iuri. Da evolução literária. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. de Ana M. R. Filipouski, Maria A. Pereira, Regina L. Zilberman, Antônio C. Hohlfeldt. Porto Alegre: Globo, 1971a. p. 105-118.

TYNIANOV, Iuri. A noção de construção. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. de Ana M. R. Filipouski, Maria A. Pereira, Regina L. Zilberman, Antônio C. Hohlfeldt. Porto Alegre: Globo, 1971b. p. 99-103.

TYNIANOV, Iuri; JAKOBSON, Roman. Os problemas dos estudos literários e linguísticos. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). Trad. de Ana M. R. Filipouski, Maria A. Pereira, Regina L. Zilberman, Antônio C. Hohlfeldt. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 95-97.

WELLEK, René. *Conceitos de crítica*. Trad. de Oscar Mendes. São Paulo: Cultrix, 1963.

Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico- metodológica

Ecological discourse analysis: theoretical and methodological foundations

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

kiokoelza@gmail.com

Davi Borges de Albuquerque

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

albuquerque00@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem dois objetivos: apresentar os principais aspectos da teoria da Análise do Discurso Ecológica (ADE) e desenvolver alguns procedimentos metodológicos desta teoria. A ADE que é apresentada neste trabalho se encontra inserida na linguística ecossistêmica, que faz parte da corrente ecolinguística praticada no Brasil, e é distinta de outras abordagens ecológicas para os estudos linguísticos. Em relação aos aspectos teóricos da ADE, procuramos apresentar seus fundamentos linguísticos, filosóficos e ecológicos, bem como quais são as semelhanças e principais diferenças das demais teorias do discurso. Em relação aos procedimentos metodológicos da ADE, propomos um esquema com diferentes fases, com passo a passo, em que são apontadas características da coleta, análise e interpretação dos dados, baseados na metodologia da Ecolinguística, da Linguística Descritiva e da Análise do Discurso Crítica. Finalizamos este trabalho apontando as pesquisas atuais e as

perspectivas para a pesquisa futura, bem como as contribuições da ADE para estudos linguísticos, discursivos e ecolinguísticos.

Palavras-chave: ecolinguística; metodologia; análise do discurso.

Abstract: This article has two objectives. First, to present theoretical aspects of Ecological Discourse Analysis (EDA). Second, to develop methodological steps to this theory. The EDA which is presented here is part of the ecosystemic linguistic theory that is the main ecolinguistic approach practiced in Brazil that differs from other ecological approaches to linguistic studies. Regarding the EDA theoretical aspects, we present its linguistic, philosophical and ecological foundations, and also which are the similarities and divergences between EDA and other discourse theories. Regarding EDA methodological procedures, we propose an outline with distinct phases in which are pointed out some characteristics of data collection, analysis and interpretation, based on the methodology of Ecolinguistics, Descriptive Linguistics and Critical Discourse Analysis. Finally, we discuss the ongoing EDA researches and the perspectives to future investigations in this area, we also present the EDA contributions to Linguistics, Discourse Studies and Ecolinguistics.

Keywords: ecolinguistics; methodology; discourse analysis.

Recebido em 25 de setembro de 2014.

Aprovado em 08 de janeiro de 2015.

Introdução

No campo dos estudos dos discursos, observa-se que as teorias linguísticas e de discurso acabam por contemplar aspectos linguístico-discursivos específicos e não encaram o processo enunciativo como um todo. O objetivo deste artigo é apresentar a Análise do Discurso Ecológica (ADE) para auxiliar essas ciências a descrever e analisar esse processo.

Assim, discutiremos os aspectos teóricos e metodológicos da ADE, visando divulgar esta disciplina recente, que é uma aplicação da linguística ecossistêmica que, por sua vez, é parte da ecolinguística.

Dessa maneira, após a introdução, serão apresentados os pressupostos filosóficos e ecológicos da ADE, na seção (1); em (2), a teoria da linguística ecossistêmica; em (3), serão discutidos os aspectos teóricos da linguística e das diferentes teorias da análise do discurso em que a ADE se baseia; em (4), serão apontados alguns procedimentos de análise para a ADE; finalmente, em (5), serão feitas as considerações finais.

A análise do discurso ecológica (ADE) que apresentamos está no seio da linguística ecossistêmica, que é uma parte da ecolinguística praticada no Brasil, em torno do que passou a ser chamado de Escola Ecolinguística de Brasília, nascida na Universidade de Brasília, e ligada ao *Núcleo de estudos de imaginário e ecolinguística* – NELIM, da Universidade Federal de Goiás (Goiânia). Por esse motivo, um nome alternativo para ela é linguística ecossistêmica crítica. A ADE foi proposta pela primeira vez em Couto (2013) de maneira um tanto exploratória. Vale a pena citar Alexander e Stibbe (2014), que também falaram em ADE, aparentemente sem conhecer Couto (2013). Em Couto (2014), ela foi desenvolvida de modo mais elaborado.

1 Pressupostos filosóficos e ecológicos da ADE

Apresentaremos de forma sumária algumas das principais fontes de inspiração para a ADE. De maneira evidente, a primeira delas é a visão ecológica de mundo (VEM), que perpassa tanto a linguística ecossistêmica, como a ecolinguística em geral. Isso faz com que o praticante, ou qualquer simpatizante da ecolinguística, encare o mundo de modo diferente, do ponto de vista ecológico, *from an ecological point of view*, nas palavras do ecolinguista e filósofo da linguagem alemão Peter Finke. Com essa visão, Finke se opõe ao ponto de vista lógico do filósofo americano Willard Quine, que falava *from a logical point of view*. O simpatizante da VEM procura inclusive usar uma linguagem que não induza a depredação da natureza, como pode ser visto em diversas publicações ecolinguísticas. Assim, esse tipo de linguagem é chamado por Matos *et al.* (2014) de ‘ecolinguagem’, que não é propriamente uma linguagem ecologicamente correta, mas a linguagem que expressa a visão ecológica de mundo.

A base de tudo na VEM é a macroecologia, sobretudo via ecologia biológica e ecologia linguística, sendo esta última uma designação alternativa para linguística ecossistêmica. Os conceitos básicos da

ecologia são discutidos em diferentes publicações a respeito da linguística ecossistêmica, como em Couto (2007, 2013, 2014), e também serão apontados a seguir e na seção (3) deste artigo.

O primeiro desses conceitos é o de ecossistema, ao lado de todas as suas propriedades e características. As principais delas são: interação, diversidade, adaptação, abertura / porosidade, evolução (sucessão ecológica), reciclagem, sustentabilidade e visão de longo prazo. Há também as relações harmônicas, que levam à comunhão, consistindo em um conceito muito importante para a teoria da linguística ecossistêmica, junto a outros, como: relações desarmônicas, mutualismo, inquilinismo, parasitismo etc., sendo estes conceitos nada mais do que os tipos de interações que ocorrem entre as espécies no ecossistema.

É possível perceber que na ecologia geral, bem como em suas vertentes filosófica, sociológica etc., grande parte dos conceitos necessários para efetuarmos estudos críticos sobre textos / discursos sobre diversos assuntos (não apenas textos ambientais, antiambientais ou pseudoambientais) já se faz presente. Atualmente, não há necessidade para temer o biologismo, pois à medida que usamos a ecologia geral como base para os estudos culturais (e linguísticos), assumimos o ponto de vista da vida, estudado pela biologia, que, com a ecolinguística, faz parte da macroecologia.

Sobre a ecologia filosófica, restringir-nos-emos à ecologia profunda (EP), também conhecida como ecofilosofia, ou ecosofia, proposta pelo filósofo norueguês Arne Naess (1912-2009). Em Naess (1973), há uma espécie de manifesto do movimento, distinguindo a ‘ecologia profunda’, que vai à raiz dos problemas, sem subterfúgios e sem concessão à ganância econômica, da ‘ecologia rasa’, que defende o meio ambiente até o ponto que essa defesa não contraria interesses econômicos. Posteriormente, o autor propôs o que chamou de ‘Plataforma do Movimento da Ecologia Profunda’, reproduzida em Couto (2012, p. 55-56), em um capítulo inteiramente dedicado a esse tema. Entre as ideias apropriadas pela ADE está a de defender a vida, qualquer tipo de vida, de todos os seres, de qualquer maneira. Outro ponto central é que a EP deve ser não apenas descritiva mas também prescritiva. O termo ‘prescrição’ parece um tanto forte, por isso, podemos substituí-lo por algo como ‘recomendação’, ou ‘intervenção em defesa da vida’ (NAESS, 1989).

Outra influência sobre a ADE é o taoísmo, sobre o qual se pode começar lendo Couto (2012), em que são discutidos os principais aspectos

teóricos do tema. Ele mostra que nós somos seres vivos no mínimo tridimensionais, compostos de corpo (natural), mente (mental) e espírito. Este último aspecto compreende tudo que transcende o físico e, até certo ponto, o mental e social. Na prática de *tai chi chuan*, por exemplo, que segue essa filosofia, diz-se que, como as árvores, somos uma espécie de ligação entre o céu (*yang*) e a terra (*yin*), uma vez que nossos pés estão firmemente baseados na segunda e nossa cabeça se dirige para o primeiro. Como a ecologia profunda, o taoísmo recomenda, antes de tudo, a harmonia, que é seu conceito central, e, a partir desse conceito, vários outros são derivados, como: tolerância, humildade, prudência etc.

A ecologia social de Murray Bookchin também influenciou a ADE. Ela defende a ideia de que grande parte dos problemas ambientais e ecológicos é de base social, ou seja, criados por nossa sociedade (BOOKCHIN, 1993). Portanto, cabe à sociedade resolvê-los se quiser continuar sobrevivendo. Outra ideia interessante de Bookchin é que a cultura provém da natureza, e isso está em concordância com o que Finke (2001) apresenta em sua teoria ecolinguística.

2 A linguística ecossistêmica

A linguística ecossistêmica foi exposta inicialmente em Couto (2013), porém ela já se encontrava em fase embrionária na obra anterior do mesmo autor (COUTO, 2007), que é um amplo manual de ecolinguística. Em sua proposta teórica da ecolinguística, Couto (2007) enfatiza a importância de três elementos: a língua (L), o povo (P) e o território (T), chamados de Ecologia Fundamental da Língua (EFL), esses três elementos ligados aos três meio ambientes (MA): o MA social, o MA mental e o MA natural.

Assim, a EFL, que pode ser tanto a Ecologia Fundamental da Língua como o Ecossistema Fundamental da Língua, equivale ao conceito da comunidade falante da língua, ou comunidade de língua, enquanto a comunidade de fala é semelhante ao ecossistema linguístico local (COUTO, 2013).

A EFL é formada por (L) que é falada por um (P) e que reside em um território (T). A tríade P-L-T é análoga ao signo semiótico de Peirce e é mais bem representada graficamente de maneira triangular, de acordo com a Figura 1 abaixo, sendo que na posição do ápice do triângulo está localizado o P, indicando que a relação entre L e T é mediada por P. Vale

lembrar que o próprio autor, em Couto (2007, p.91), chama atenção de que seu modelo de certa forma tem outros ecolinguistas como precursores, destacando-se Trampe (1990), que aponta o uso das três categorias P, T e L, já sendo utilizada pela psicologia, e por Døør e Bang (2001), que falam a respeito das dimensões ideológico-lógica (mental), sócio-lógica (social) e bio-lógica (natural) da linguagem.



Figura 1 – Ecosistema Fundamental da Língua.

Fonte: COUTO, 2007, p. 91, adaptado.

A linguística ecossistêmica segue a proposta da EFL e da interação comunicativa de Couto (2007), desenvolvida apenas dando mais ênfase ao ecossistema, já que tem como base o EFL e também os ecossistemas integrantes e correlatos aos respectivos MAs citados, a saber: o ecossistema social da língua, o ecossistema mental da língua e o ecossistema natural da língua.

Os pressupostos teóricos da linguística ecossistêmica são os mesmos da ecologia biológica, por isso é que esse ramo da ecolinguística se destaca, ao trabalhar com os conceitos da ecologia de maneira não metafórica, sendo eles: meio ambiente, ecossistema, holismo, inter-relações, adaptação, evolução, porosidade, diversidade e visão de longo prazo.

O conceito de ‘meio ambiente’ é um dos pilares da ecolinguística. O ‘meio ambiente’ é entendido aqui como o local onde ocorrem as interações linguísticas, e como se dão essas interações será explicado mais adiante, depois de ser definidas o que são as ‘inter-relações’. Já o ‘ecossistema’ é o conjunto maior onde estão localizados os diferentes ‘meio ambientes’ e onde ocorrem as várias ‘inter-relações’. Assim, ecossistema pode ser definido como um composto de população de organismos e suas diversas interações entre si e com o respectivo *habitat*. O ‘holismo’ consiste no fato de o investigador delimitar um ecossistema

e observá-lo em sua totalidade, estudando uma espécie, ou um espécime, e as inter-relações que esse espécie, ou espécime, mantém no interior de todo o ecossistema (COUTO, 2013). As ‘inter-relações’ são definidas como a série de interações que ocorre dentro do ecossistema, sendo elas de três tipos principais: dos componentes bióticos entre si, entre os componentes bióticos e abióticos e dos componentes abióticos entre si. A ‘adaptação’ consiste basicamente nas modificações feitas para a sobrevivência das espécies em relação a mudanças no ecossistema, ora as espécies se adaptam ao meio ambiente se modificando, ora adaptam o meio ambiente modificando-o. A ‘evolução’ está intimamente ligada ao conceito de ‘adaptação’. Segundo a teoria linguística atual, a língua apresenta variação e mudança, no decorrer da história, caso não tivesse esse caráter dinâmico / evolutivo, seria um instrumento incapaz de saciar as necessidades do falante, já que rapidamente, ou seja, em uma geração ou duas, ela se tornaria obsoleta. O conceito de ‘porosidade’ está ligado ao difícil processo de delimitar o objeto de estudo, já que no mundo real não há fronteiras claras e bem definidas, na realidade se encontram regiões e / ou situações mais centrais e prototípicas, que podem ser usadas para ilustrar adequadamente os fenômenos estudados, e regiões e/ou situações que se tornam confusas, menos evidentes, para o processo investigativo. A ‘diversidade’ consiste no processo de estudar e valorizar a importância do grande número existente de espécies no mundo. O fato principal de se valorizar a ‘diversidade’ é que cada espécie possui seu respectivo papel dentro do ecossistema, ou até dentro da grande teia de relações do planeta, a hipótese de Gaia. A ‘visão de longo prazo’ é análoga à sustentabilidade, consistindo no mínimo, ou nenhuma, de intervenção na natureza para a solução de problemas, já que esses supostos problemas, além de muitas vezes ser problemas somente sob o ponto de vista humano, seriam solucionados naturalmente, seguindo o ritmo da própria natureza.

3 Bases linguístico-discursivas da ADE

A ADE também tem como base e faz uso de uma série de pressupostos teórico-metodológicos das diferentes correntes da análise do discurso (AD). Esse fato em nada desvaloriza essa disciplina, ao contrário, acaba por torná-la em consonância com as teorias científicas mais atuais, que trabalham com sistemas complexos e têm caráter multidisciplinar, buscando em uma fase posterior de seu desenvolvimento

alcançar uma abordagem transdisciplinar. As teorias que têm ligação com ADE são a análise do discurso tradicional, a análise do discurso crítica (ADC) e análise do discurso positiva.

A análise do discurso positiva (ADP) inspirou a ADE. Ela foi proposta no seio da ADC e baseia-se em certos pressupostos que também são válidos para a ADE. De acordo com Martin (2004), a ADC é “necessariamente negativa”. Por isso, ele sugere que se assuma uma atitude mais “positiva”, no sentido de fazer do mundo um lugar melhor. Segundo o mesmo autor, a ADC “está fortemente influenciada pela teoria social e está socialmente comprometida, de modo que seu objetivo é preferencialmente ‘problemas’, por exemplo, desigualdades de gênero, discriminação, racismo, hegemonias políticas, direitos das minorias etc.” (MARTIN, 2004, p. 182). Martin (2004) afirma que o lado negativo existe realmente, mas não custa procurar ver o mundo de outro modo, pelo lado positivo. Isso lembra um dos princípios da ADE, já apontado anteriormente, que é o da defesa da vida. Sobre a ADP, pode-se consultar também Martin (2006) e Vian Jr. (2010).

A ADE tem, pelo menos, simpatia pela linguística integracional, de Roy Harris, da qual também sofreu influências. Entre outras coisas, ele defende a tese de que a comunicação não é uma transmissão automática de sinais de um emissor a um receptor. Consiste, pois, da criação de condições que permitam aos interlocutores chegarem por si a possíveis interpretações, na dependência do contexto, que é de caráter aberto e dinâmico. Para Harris, essa abertura desafia e infringe possíveis regras e códigos impostos de fora para dentro. Assim, é possível perceber que Harris (1998) valoriza o que a linguística ecossistêmica chama de ecologia da interação comunicativa (EIC) e o cenário. Dessa maneira, o objetivo geral é ir contra o segregacionismo, exatamente como almeja a VEM (HARRIS, 1998).

A análise do discurso tradicional, bem como a ADC,¹ enfatiza sempre a ‘ideologia’ e as ‘relações de poder’. Isso é muito importante, no entanto, a ideologia no caso é a marxista. Ora, a ideologia marxista

¹Quando ocorre no texto o termo ‘análise do discurso tradicional’ estamos nos referindo à análise do discurso pecheutiana, principalmente por tratar de temáticas como a ideologia, o marxismo e várias outras relacionadas com as ciências sociais, humanas e políticas, conforme pode ser visto em Pêcheux (1995). Em relação à ADC, alguns

tem pelo menos três características que contrariam uma visão ecológica de mundo: o conflito, a ditadura do proletariado e o antropocentrismo. Digno de nota é que as duas primeiras características estão ligadas à luta de classe, ou seja, enfatizam a desarmonia e a luta entre os seres humanos, enquanto a terceira característica, o antropocentrismo, destaca o valor e a importância da espécie humana sobre as demais. Assim todas essas características estão em conflito com a visão ecológica de mundo, que é a favor da harmonia, da paz, do convívio e da manutenção da vida.

Repetindo, a ADE, ao contrário da análise do discurso tradicional, põe a ênfase na defesa da vida na face da terra e em uma luta contra tudo que possa trazer sofrimento. O sofrimento e a dor são, de certa forma, uma proteção que os seres vivos têm contra a morte: fisicamente, principalmente pela fisiologia do sistema nervoso, a dor serve como estímulo negativo que provoca a repulsa, o distanciamento, protegendo o corpo; mentalmente, o cérebro, ou centro nervoso, tem uma rede complexa que está associada ao balanceamento químico do organismo e com o restante do sistema nervoso, gerando sensações de desconforto, mal-estar, tensão etc., que servem como uma espécie de alarme sensorial que também protege o corpo. Porém, deve-se levar em consideração que a morte existe para dar continuidade à vida, para que a natureza recicle a matéria de um ser utilizando-a em outros seres e, simultaneamente, no processo de reciclagem de matéria novos elementos químicos são gerados. Assim, nas situações em que dor, sofrimento e morte podem ser evitados, ou seja, situações em que são causados artificialmente, devemos evitá-los. Vale lembrar que devemos interferir minimamente no curso da natureza, caso a dor, o sofrimento e a morte sejam naturais.² É o que sugere a ADE. É nesse sentido que deve ser entendido o prescritivismo, que a ADE herdou da ecologia profunda.

conceitos marxistas são retomados, porém de acordo com outra abordagem, bem como uma série de novos parâmetros para a análise são inseridos. Sobre a ADC, ver a obra de Fairclough (2001).

² Enfatizamos aqui que a interferência humana deve ser mínima e muito bem pensada, já que pregar a não interferência seria ingenuidade e até mesmo radicalismo de nossa parte, pois podemos nos beneficiar de algumas intervenções humanas na natureza, como: a vacina, os remédios e os tratamentos médicos em geral, que muitas vezes podem nos poupar de dor, sofrimento e morte, não deixando de ser uma intervenção humana

Em conformidade com as categorias da linguística ecossistêmica, e uma vez que somos seres não apenas animais mas também temos uma vida psíquica e vivemos em sociedade, devemos fazer distinção entre sofrimento físico (natural), mental e social. O sofrimento físico ocorre quando há ferimentos, mutilações ou outro tipo de agressão física. Todo sofrimento físico é um movimento na direção da morte, que é o sofrimento físico máximo. Procurar a autorrealização é evitá-los ou ir contra eles. É preciso, porém, esclarecer que há graus de sofrimento. Um beliscão (físico) pode ser muito menos intenso do que uma tortura mental, xingamentos, assédios etc. Ser difamado e desmoralizado perante a comunidade também é um sofrimento social bem mais forte do que um beliscão.

Se um estudioso de ADE for analisar um discurso que fale de uma mulher que apanha cotidianamente do marido que chega bêbado em casa (alguns desses maridos chegam a matar a mulher), ele a defenderá não por ser mulher, como faz a ideologia feminista, nem por se tratar de um ato de machismo em si. Ele a defenderá por ser um ser vivo (humano) que sofre. Assim, ela será defendida partindo de uma causa muito maior do que a justa luta das feministas contra os machistas, como reconhecido na bem-vinda Lei Maria da Penha. O feminismo e o ecofeminismo tratam da questão da mulher pelo ângulo do conflito e do confronto, e isso é apenas uma maneira de ver essa temática, a visão da ideologia e do marxismo. A ADE apresenta uma visão de conciliação e de harmonia entre as partes.

Assim procedendo, a ADE estará considerando a mulher igual do homem, não seu antagonista, ou seja, de acordo com a visão ecológica de mundo, a mulher e o homem fazem parte da mesma espécie biológica e ambos devem ser protegidos de qualquer tipo de violência exatamente por esse motivo, não pelo fato de a ‘mulher’ ser ‘mulher’, ou de o ‘homem’ ser ‘homem’. A visão marxista de defender a mulher pelo fato de a classe

no curso da natureza, caso pensemos que a pessoa tenha adquirido alguma doença de maneira natural. Este é apenas um exemplo de muitas situações da realidade em que deve ser refletida a intervenção humana ou não no curso da natureza. Não podemos esquecer que, mesmo quando ocorre a interferência humana de maneira benéfica, como foram os vários avanços da medicina no início do século 20, isso pode ter impactos negativos, como a superpopulação no planeta que vemos nos dias de hoje, podendo tal situação causar outros sérios problemas, como a fome, doenças, guerras etc.

‘mulher’ sofrer violência, e tal violência, em sua maioria, ser produzida pelo homem é uma visão puramente social que enfatiza a desarmonia dentro do grupo, bem como o conflito entre as classes. O mesmo princípio vale para o caso de manifestações de racismo, de homofobia, de etnocentrismo etc. No caso de algumas práticas tradicionais como o tratamento que a mulher recebe em alguns países muçulmanos (como a excisão do clitóris), do infanticídio entre alguns grupos ameríndios e assemelhados, temos o dilema de ficar do lado da vida ou de tradições culturais arraigadas. A posição da ADE é muito clara: ela se posiciona decididamente do lado da vida e contra o sofrimento. Com efeito, tradições culturais mudam, mas a morte é irreversível. No entanto, é preciso ter em mente que a ADE fornece apenas linhas gerais a partir das quais se pode julgar casos particulares. Na verdade, cada caso é um caso, portanto deve ser avaliado no contexto a que pertence, mas sempre tendo como pano de fundo essas diretrizes. O que fazer com o sofrimento da criança que será sacrificada frente ao sofrimento do grupo social se a tradição não se mantiver? A maioria dos antropólogos ficaria do lado da manutenção dos hábitos culturais. Mas, será que essa é realmente a atitude mais apropriada? Tradição muda, a morte não.

Vejam os sinoticamente algumas características da ADE, da AD e da ADC. A ecolinguística crítica é da mesma família da ADE, portanto, era para ser muito semelhante a ela. No entanto, não é bem assim. Em primeiro lugar, ela dá preferência a discursos ambientais, antiambientais e pseudoambientais, criticando-os, frequentemente usando o arcabouço teórico da ADC, o que em si não seria nenhum problema. O problema surge pelo fato de esse tipo de análise poder ser feito por sociólogos, antropólogos, filósofos, por especialistas em educação etc. Até o leigo pode dar palpite sobre o assunto.

Alguém poderia alegar que a ecolinguística crítica, diferentemente da AD e da ADC, usa conceitos ecológicos. É verdade, ela o faz. O problema é que ela os usa como metáforas. Ela faz análise de discursos pinçando conceitos ecológicos e os transportando para seu domínio. Os conceitos ecológicos vêm de fora para dentro. O especialista em ADE, ao contrário, usa esses conceitos porque está no meio deles, ou seja, ao considerar que vivemos em um ecossistema e que dentro dele ocorrem diferentes interações, o analista de discurso que segue a ADE considera os conceitos ecológicos como parte do ecossistema em que ele e os demais elementos habitam. Ele traz as questões linguísticas para estudá-las na

ecologia. Vale dizer, a ecolinguística crítica é ecológica pelo objeto e pela teoria; a ADE é ecológica pelas duas e pela metodologia, pelo modo de associá-las, ou seja, sem usar metáforas.

Passemos à comparação da ADE com a AD e a ADC. Em primeiro lugar, a AD(C) encara o objeto de estudo do ponto de vista ideológico-político, quando muito psicanalítico, como na AD francesa. A ADE põe em primeiro plano a questão da vida na face da terra, a ecologia, que é parte da biologia. Vale lembrar que não negamos questões ideológicas, políticas, psicanalíticas, entre outras, apenas não as consideramos fundamentais e fazemos usos de tais questões somente quando necessário para uma análise mais completa. Assim, se é para falar em ideologia, que seja a ideologia ecológica ou da vida. A AD(C) está em sintonia com a filosofia ocidental moderna, que enfatiza a política e o conflito,³ levando ao ódio, à violência e à guerra. A ADE tem mais afinidade com as filosofias orientais (hinduísmo, budismo, taoísmo) que enfatizam a cooperação, o que leva à harmonia, ao amor. A AD(C) parte do ponto de vista lógico; ela não refuta nem critica a visão de mundo ocidental, que é reducionista. A ADE parte do ponto de vista ecológico. Esse ponto de vista é abrangente, holístico. Combate a cosmovisão ocidental. A AD tende apenas a analisar e criticar os estados de coisas de que trata, com raríssimas exceções, como faz a ADC. A ADE analisa, critica e prescreve / recomenda comportamentos que favoreçam a vida e evitem o sofrimento. A AD(C) é humanista, logo, antropocêntrica como o marxismo, cuja filosofia assimila, como se pode ver em Ramos (2009). A ADE é biocêntrica, ecocêntrica, como a ecologia profunda. A AD(C) critica o estruturalismo, sobretudo a gramática gerativa. A ADE critica o estruturalismo, a gramática gerativa e a AD(C).

A ADE dá preferência ao próprio processo de produção de discursos (al. *das Fliessen selbst* ‘o próprio fluir’), como disse Fill (1993). A ecologia da interação comunicativa é o núcleo central da linguística ecossistêmica,

³Não confundir a questão do ‘conflito’ presente na filosofia ocidental, principalmente nas fases do Renascimento (Machiavel, Montaigne) e da Filosofia Moderna (Voltaire, Diderot, Marx, Hume, Hobbes, Locke), com a ‘competição’, que é um conceito biológico, empregado em várias outras disciplinas, presente na tradição darwinista e neodarwinista, que se refere às interações biológicas.

logo, também da ADE. A AD(C) dedica-se apenas ao ecossistema social, quando muito chegando até o ecossistema mental, como as tímidas influências da psicanálise em alguns trabalhos em AD francesa. A ADE leva em conta os três ecossistemas: o social, o mental e o natural.

A AD(C) observa seu objeto de estudo a partir da ideologia, pensando bastante nas relações de poder. De maneira distinta, a ADE observa o objeto a partir da ecologia, pensando na defesa da vida. Assim, o sofrimento, a dor e a morte serão vistos de maneira natural e tentar-se-á remediá-los ou até, quando possível, evitá-los.

Além das dimensões natural, mental e social, já apontadas da linguística ecossistêmica, a ADE admite a espiritualidade,⁴ como se vê em vários autores, entre eles os especialistas em educação ambiental (CARVALHO; STEIL, 2008). Assim, mesmo que o especialista em ADE seja ateu, deve levar em conta que a temática da religião e da espiritualidade faz parte da natureza humana, uma vez que ela ocorre no objeto de seu estudo. Por exemplo, muitos grupos étnicos praticam o animismo, fazendo com que para eles a natureza seja sagrada. Enfim, a espiritualidade seria uma quarta dimensão a ser levada em conta na análise de textos/discursos pelo prisma da ADE.

Relacionada à espiritualidade, está o que em filosofia tem sido chamado de ética, ou seja, a preocupação com os princípios do que seria “certo” ou “errado” na conduta humana. Trata-se de uma visão deontológica de nossa existência. Afinal, como Santos (1996), entre muitos outros, tem afirmado, não há uma distinção rígida entre cultura e natureza, entre ciência e conhecimento comum, sujeito e objeto. Assim, faz-se necessário reconhecer que não somos apenas seres naturais, como os demais animais, cujo comportamento é guiado única e exclusivamente pelos impulsos naturais, mas, ao contrário, vivemos há milhares de anos sujeitos a convenções sociais, das quais não podemos nos desvencilhar se quisermos viver em comunidade com outras pessoas.

Para a ADE, que segue a ecologia profunda, o feminismo é importante, mas, se for radicalizado, torna-se parcial, partidário, a ponto de ficar incondicionalmente contra o homem, atitude inteiramente

⁴O conceito de espiritualidade ainda necessita ser mais explorado em ecolinguística, porém é possível afirmar que ele está ligado tanto a questões de religião, como a um plano transcendente de existência.

equivocada. Em casos extremos, essa ideologia pode levar a considerar o homem em geral como um antagonista, um inimigo, não como um ser humano que existe para ser aliado e parceiro da mulher. A tendência nas escolas, hoje, é a integração de alunos superdotados, excepcionais etc. Por que não aplicar esse princípio universalmente?

Outros temas que se destacam nos estudos da ADE são as seguintes manifestações discursivas: antropocentrismo, etnocentrismo, androcentrismo, machismo, sexismo, classismo, desenvolvimentismo, hipercorreção, entre outros. Vale lembrar que AD, principalmente a ADC, já vem tratando de alguns dos temas mencionados, bem como de uma série de outros relacionados a eles, como o preconceito em geral, o racismo, a homofobia, discriminação dos pobres etc. Tudo isso é muito importante. No entanto, há algo maior que tudo isso, a que estão subordinados. Trata-se da defesa da vida na face da terra, em que entra a luta contra tudo que traz sofrimento físico, mental ou social, já que somos seres biopsicossociais. O feminismo, a luta dos movimentos negros e outras devem ser respeitados, não por se tratar de “mulheres” e “negros”, respectivamente, mas por se tratar de seres humanos que sofrem com alguns tratamentos discriminatórios. Destacá-los como devendo ser protegidos por serem mulheres e negros já é uma atitude separatista, que pode estimular o antagonismo. Devemos proteger todas as espécies vivas (animais e vegetais) não em detrimento dos chamados “animais racionais”. Do contrário, teríamos os antípodas dos machistas e dos racistas, um machismo e um racismo às avessas.

Para praticar ADE e, de modo geral, ecolinguística, é necessário mudar o modo de perceber o mundo, olhar para ele de outra perspectiva: da ênfase nas relações de poder para ênfase na defesa da vida na face da terra e na luta contra tudo que traz sofrimento. Infelizmente, mudar o modo de ver o mundo é extremamente difícil para nós. É muito mais cômodo continuarmos olhando para ele como sempre fizemos.

4 Procedimentos de análise para a ADE

Uma primeira ressalva que deve ser feita a respeito dos procedimentos de análise da ADE é que esta não se limita ao estudo do discurso ecológico ou ambientalista, mas pode ser aplicada a qualquer discurso. Outra ressalva importante é que a ADE, apesar de ter uma metodologia própria, faz uso também da ecometodologia, que é a

metodologia da linguística ecossistêmica. Em Couto (2013), há uma breve exposição a respeito disso, baseada na multimetodologia (GÜNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2004; GÜNTHER; ROZESTRATEN, 2005).

A multimetodologia se caracteriza pelo emprego de diferentes métodos das mais variadas ciências para se analisar o mesmo objeto de estudo. A linguística ecossistêmica faz uso da multimetodologia e a ADE também. De acordo com Günther, Elali e Pinheiro (2004, p. 7), na multimetodologia “é recomendável que os instrumentos empregados forneçam informações sobre aspectos complementares do fenômeno”, ou seja, conforme os próprios autores citados discutem, um ponto crítico na abordagem multimetodológica é a escolha dos métodos a serem utilizados para se investigar o objeto de estudo específico, pois eles não podem ser aleatórios, devendo existir uma relação, principalmente de complementação, entre os métodos utilizados. Isso requer que o investigador elabore um planejamento de quais métodos serão empregados, sendo recomendado que se realize uma listagem, seguida por uma hierarquização e / ou classificação dos métodos. Isso faz com que os resultados alcançados sejam mais profícuos do que uma investigação que empregou apenas um único método (GÜNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2004, p. 7). Assim, por meio dos diferentes métodos, o pesquisador alcançará o mesmo objeto e as mesmas conclusões, usando somente caminhos distintos. Dessa maneira, a ADE não descarta o emprego da metodologia da linguística, nem de diferentes correntes da AD.

Em relação ao discurso, a ADE pode ter como objeto tanto um discurso falado, como um discurso escrito. No discurso falado, podem ser aplicados parâmetros da AD (HYLAND; PALTRIDGE, 2011), como o estudo da prosódia, do emprego do léxico, da gramática emergente, de metáforas e da criatividade discursiva. Aqui também se aplica o rigor metodológico da coleta e da transcrição de dados da fala (diálogo, entrevista), bem como a importância de especificar o fundamento teórico utilizado pelo analista do discurso para realizar a transcrição, já que isso pode alterar todo o processo de coleta e transcrição de dados (JONES, 2011, p. 10).

Outro procedimento da AD que pode ser aplicado à ADE foi elaborado por Gee (2010) e enfatiza o estudo do discurso oral. Esse procedimento é chamado de ‘concordância’ (ing. *agreement*) (GEE, 2010, p. 123), que serve para tornar a análise mais acurada, já que, após conduzir sua análise inicial, o pesquisador em ADE iria a campo

novamente para coletar dados discursivos a respeito do tema pesquisado, porém com outros informantes, na tentativa de contemplar um número maior de indivíduos e verificar se a análise conduzida está em consonância com o discurso dos demais membros da comunidade. Caso o analista de discurso trabalhe com o discurso escrito, um procedimento análogo pode ser feito, com o pesquisador coletando outros dados discursivos a respeito do tema estudado, a única diferença é que a coleta de dados será feita com fontes escritas.

Já que foi mencionado tanto o discurso falado, como o processo de coleta de dados, vale enfatizar que a ecolinguística apresenta uma metodologia de coleta que pode ser empregada para a coleta de dados discursivos na ADE. Esta metodologia é chamada de trabalho de campo ecolinguístico e foi proposta inicialmente por Nash (2011a, 2011b, 2013). A preocupação maior desse ecolinguista durante sua pesquisa foi a de elaborar uma metodologia e um processo de coleta de dados que estivesse em conformidade com os pressupostos ecolinguísticos, principalmente com a visão de mundo ecológica, já comentada. A metodologia do trabalho de campo ecolinguístico leva em consideração a relação entre a comunidade, os informantes, o pesquisador e a pesquisa. Para Nash (2011a, p. 67) é fundamental a relação entre os elementos humanos, os informantes e o pesquisador, bem como a importância da inserção do pesquisador na comunidade para que ele possa interagir com ela, entendê-la e fazer parte dela, conhecendo melhor a ecologia social e física da comunidade estudada. É possível enfatizar que os conceitos de ecologia social e ecologia física equivalem ao ecossistema social e ecossistema natural da língua, proposto por Couto (2007). Outro fator a ser levado em conta é que a coleta de dados deve ocorrer de maneira informal e natural, isso vale também para a coleta de dados do discurso falado ou de diálogos. O pesquisador ao conviver com a comunidade e com os informantes, acaba fazendo parte dela e obtém esses dados nas atividades do cotidiano (NASH, 2013).

Digno de nota é que os linguistas Bang e Døør (2007) têm praticado a ecolinguística dialética, que se baseia em uma série de pressupostos teóricos e ideológicos do marxismo, com ligações com a ADC, porém alguns desses pressupostos podem ser reanalisados para serem usados na ADE. Para esses autores, a unidade mínima da linguística é o diálogo, podendo até ser estendida ao texto. No diálogo, existem três participantes: o falante, o ouvinte e o observador, bem como a língua, que

se caracteriza como diálogo, apresenta-se como uma atividade dialética, com três dimensões de referência e três eixos de contradições em sua práxis, que são as bases para sua análise. A metodologia proposta por Bang e Døør (2007) consiste na observação e análise no diálogo das três dimensões de referência e da práxis, mencionadas anteriormente. As três dimensões de referência são: a lexical, que diz respeito ao *co-texto social e individual*, ou seja, ao léxico e à gramática; a anafórica, que diz respeito ao *in-texto*, fazendo referência aos processos de catáfora e anáfora; a dêitica, a dimensão de tempo, pessoa e lugar, que equivale ao *con-texto*. As três contradições da práxis da linguagem são: a ideo-lógica (consiste nas dimensões mentais e espirituais da prática da linguagem), a bio-lógica (relacionada com os processos e as relações corporais do ser humano) e a sócio-lógica (os seres humanos são organizados em sociedade e todas as suas atividades, incluindo o diálogo, são influenciados pela vida social). Para esses autores, quando é empregado no diálogo um dêitico específico, e não outro, quando é omitido um sujeito, ou um pronome, tudo isso tem significados e funções dialógicas na práxis da linguagem. Dessa maneira, a ADE pode fazer uso também da metodologia da ecolinguística dialética.

As categorias principais da ADE a serem observadas pelo pesquisador, com o objetivo de conduzir sua investigação, são as seguintes: a endoecologia e exoecologia; a ecologia da interação comunicativa (EIC) e os atos de interação comunicativa (AIC); as regras interacionais e regras sistêmicas; os três ecossistemas da língua (mental, natural e social); os três elementos da EFL (P-L-T).

Couto (2007) apresenta a terminologia ‘linguística endoecológica’, que estuda aspectos estruturais da língua e os relacionam a questões ecológicas, e ‘linguística exoecológica’, que analisa as relações da língua e o meio ambiente externo a ela. Essa distinção terminológica foi proposta por Makkai (1993). Embora não muito usada, essa dicotomia é um procedimento metodológico importante que pode auxiliar o investigador em seus estudos. Calvet (1999) também faz essa mesma separação, porém chama de ‘macrolinguística’ e ‘microlinguística’. Assim, os procedimentos de análise de endoecologia discursiva enfatizam os aspectos das regras sistêmicas (regras gramaticais) da língua que são adaptados à interação discursiva, que já são estudados pela AD, principalmente para os discursos falados, conforme foi apontado anteriormente. Outro fator importante é que, segundo Gee (2010, p. 123), a análise de ‘detalhes linguísticos’ (ing. *linguistic details*) se

caracteriza como um dos quatro principais elementos que torna mais válida, mais científica, a análise feita pelo analista do discurso. Deve-se enfatizar também que a análise endoecológica discursiva possui ligações com outro procedimento, o do estudo das regras sistêmicas. Já a análise de exoecologia discursiva é semelhante ao conceito da ADC de macroestrutura, pois, além de estudar as informações e o conjunto de padrões para interligar as ideias existentes no discurso, o investigador relacionará aspectos do EFL e dos três ecossistemas (mental, natural e social) que podem se manifestar linguística e discursivamente.

Segundo Couto (2013, p. 307), a EIC consiste na fonte da qual emerge a língua, já que é com base nela que existe a comunidade de fala mínima, o par falante-ouvinte, e da qual ocorrem os atos de interação comunicativa (AIC). A EIC é formada por cenário, falante e ouvinte, regras interacionais e regras sistêmicas, e circunstâncias (qualquer elemento que esteja com o falante e / ou com o ouvinte). Já os AIC caracterizam-se pelas várias maneiras as quais a língua pode ser colocada em prática na interação.

Outro procedimento de análise importante da ADE é a diferenciação entre as regras de interação e as regras sistêmicas, que basicamente consiste nos seguintes fatores: as regras interacionais são traços comportamentais necessários para ocorrer e facilitar o processo de interação comunicativa, como: a necessidade de falante e ouvinte estarem próximos um do outro, de frente um para o outro, deve-se falar em um tom de voz mediano, em alguns casos o falante deve olhar nos olhos do ouvinte etc.; já as regras sistêmicas são consideradas como uma das regras interacionais e equivalem à gramática da língua. Aqui observam-se mais uma vez as relações entre os procedimentos de análise da ADE, já que as regras interacionais e sistêmicas, além de fazerem parte da EIC, podem ser investigadas de maneira interligada com exoecologia e endoecologia, respectivamente. As regras sistêmicas podem ser observadas no discurso da mesma maneira que já foi mencionada para a endoecologia, enquanto as regras interacionais são pesquisadas inter-relacionando os elementos extralinguísticos, sendo muitos deles partes da AD, como práticas e interações sociais, existentes em uma interação discursiva com suas manifestações no discurso e sua presença, ou influência, nos ecossistemas (mental, natural e social) em que vivem os indivíduos e onde o discurso foi produzido.

São levadas em consideração também as tríades do ecossistema e da EFL (P-L-T), já discutidas na seção (2) anterior, que se caracterizam como os elementos próprios e originais da ADE, substituindo, bem como sendo

análogos, grosso modo, aos elementos da AD, principalmente da ADC, como sujeito, contexto, ideologia, intertextualidade, interdiscursividade, entre outros. Dessa maneira, ao analisar ecologicamente um discurso, seja ele falado, seja ele escrito, o pesquisador ficará atento ao indivíduo que o produziu (P) e também às suas relações com outros indivíduos e com o seu grupo, ou seja, às interações entre elementos de (P) e o ecossistema social da língua. As questões de significação, interpretação e ideologia, além de terem relações com (P) e com o ecossistema social da língua, estão presentes no ecossistema mental da língua e se manifestam no discurso por meio das regras sistêmicas, relacionando-se, assim, com (L). Em alguns casos, o ecossistema mental da língua e o ecossistema social da língua podem influenciar nas regras interacionais também. Os aspectos históricos, culturais, políticos, entre outros, estão presentes no discurso e podem ser específicos de um (P), dessa forma, interagindo com os elementos do (T), já que o (P) vive e interage em (T) específico. Além disso, se o discurso apresentar traços específicos de um (P) e / ou de um (T), é possível relacioná-los com o ecossistema natural da língua.

Dessa maneira, a vantagem da visão ecolinguística é que, diferentemente de todas as demais teorias linguísticas, ela permite estudar a língua e os meios ambientes de modo integrado na EIC. Com base nos dados coletados, procura-se compreender não apenas o que o texto quer dizer, mas como o faz. Trata-se, assim, de um procedimento de análise descritiva e interpretativa, que pretende observar o escopo da pesquisa de forma abrangente para descrever a realidade de forma holística e depois direcionada na fase interpretativa aos conceitos da ecologia.

Num primeiro momento a preocupação se volta para a materialidade linguística, a fim de captar o significado que o texto, o discurso, os participantes atribuem às coisas. Tudo isso atrelado ao problema, às questões de pesquisa. Nessa parte, de acordo com que o texto sinaliza, ou seja, o que sobressai no texto, seu ponto luminoso como aspectos morfológicos e / ou sintáticos e/ou lexicais e / ou semântico e / ou fonológicos.

Após essa etapa, faz-se uma análise das informações para testar as hipóteses iniciais e até construir novas hipóteses. As interpretações se dão à luz da ecologia e da ecolinguística. Nesse próximo passo, organizam-se as informações e faz-se uma análise levando em conta o meio ambiente natural, ou território, a influência do meio natural, depois se faz uma análise dentro do ambiente mental e pode utilizar as ideias da linguística cognitiva e ou do imaginário. Ainda, faz-se a análise relacionada ao meio ambiente social: contexto de produção, ideologia e, acima de tudo, a vida.

Por motivos de limitações de espaço, bem como por não fazer parte do escopo do presente artigo (que discute a teoria e a metodologia da ADE), deixaremos para outra ocasião os exemplos de análise de textos de acordo com a abordagem da ADE. Porém, enfatiza-se aqui que tais análises vêm sendo realizadas pelos membros do *Núcleo de estudos de imaginário e ecolinguística*, da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, e que também é possível encontrar uma série de publicações recentes de aplicações da ADE a diferentes tipos de discurso: na religião, há análises do discurso sobre o Vale do Amanhecer (SCHMALTZ NETO, 2014) e sobre as ‘rezadeiras’ (AVELAR FILHO, 2013, 2014); de comunidades rurais, há estudos a respeito dos conhecimentos tradicionais, especificamente da etnobotânica dos Kalunga (ARAUJO, 2014a, 2014b) e de toponímia (SIQUEIRA, 2014); da propaganda, como a análise da publicidade da Friboi (BRANDÃO, 2014) e da publicidade que se utiliza da temática ecológica para formar mitos (COUTINHO, 2014); dos laboratórios e do uso de cobaias (BORGES, 2014); da capoeira, seus cantos e seus praticantes (DOURADO-PINHEIRO, 2014); dos índios Chiquitano e da escola indígena (DUNCK-CINTRA, 2014). Além das publicações citadas anteriormente (teses de doutorado, artigos, capítulos de livro e comunicações), há os livros de Couto, Dunck-Cintra e Borges (2014) e Couto, Couto e Borges (2015) dedicados à temática da ADE. Nesta última publicação, há exemplos de análise em sete capítulos.

5 Considerações finais

O presente artigo procurou apresentar os aspectos teóricos e metodológicos da ADE. Primeiramente, enfatizamos que a ADE é uma disciplina recente, relacionada com a Linguística Ecológica, que, por sua vez, é uma teoria da Ecolinguística. A ADE tem uma fundamentação filosófica da ecologia biológica e da ecologia social, bem como é influenciada pela ecologia profunda e pelo taoísmo. No campo da linguística, a ADE aproveitou alguns aspectos das diferentes disciplinas discursivas, como a AD tradicional, a ADP e a ADC, e da linguística integracional.

Aqui também foram apontados os procedimentos de análise da ADE, enfatizando a importância de que a ADE faz uso tanto de uma metodologia própria, que foi desenvolvida aqui, como da ecometodologia, que é baseada na multimetodologia.

As contribuições da ADE para os estudos linguísticos, ecolinguísticos e discursivos são as mais variadas, já que a ADE não se limita apenas a discursos ecológicos, podendo analisar qualquer tipo de discurso; faz uso de alguns aspectos notáveis de outras teorias linguísticas e discursivas quando necessário, bem como insere na análise conduzida uma série de traços de outras disciplinas que tenham alguma relação com a Linguística, como a História, a Sociologia, a Ecologia, a Biologia etc. Ainda, a ADE não se limita a estudar apenas alguns traços ou características discursivas de acordo com uma ou outra teoria, mas tem uma abordagem holística, analisando o discurso por diferentes pontos de vista, bem como fazendo uso das contribuições das mais variadas disciplinas quando necessário, conforme já foi apontado acima. Todos esses fatores acabam por tornar a análise feita no âmbito da ADE mais acurada, porque aborda seu objeto por diferentes perspectivas.

Finalmente, como uma disciplina recente e ainda em desenvolvimento, este trabalho se apresenta como uma proposta com subsídios teóricos e metodológicos para ADE que serve como apoio tanto para aqueles que desejam aprimorá-la quanto para aqueles que são analistas de discurso e objetivam praticá-la. Em relação à prática da ADE, apontamos neste trabalho uma série de análises que foram ou vem sendo feitas por vários pesquisadores em diferentes instituições. Isso mostra que a ADE é um campo profícuo e tanto o aprimoramento de seus aspectos teóricos quanto a aplicação de estudos de caso serão elaborados em trabalhos futuros.

Referências

ALEXANDER, Richard; STIBBE, Arran. From the analysis of ecological discourse to the ecological analysis of discourse. *Language sciences*, v. 41, p. 104-110, 2014.

ARAUJO, Gilberto P. *O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014a.

_____. As inter-relações entre língua e meio ambiente com base no conhecimento etnobotânico Kalunga. In: COUTO, Elza N. N. do; DUNCK-CINTRA, Ema M.; BORGES, Lorena A. O. (Org.). *Antropologia do Imaginário, Ecolinguística e Metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014b. p. 161-174.

AVELAR FILHO, João. *As Rezadeiras de Goiás: construção e reconstrução da memória*. ENCONTRO BRASILEIRO DE IMAGINÁRIO E ECOLINGUÍSTICA – EBIME, 1., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013.

_____. A memória nos rituais da reza: uma obrigação social das lembranças. ENCONTRO INTERNACIONAL, 1.; ENCONTRO NACIONAL DO GELCO (GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO CENTRO-OESTE), 7., 2014, Cidade de Goiás. *Anais...* Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2014.

BANG, Jørgen C.; DØØR, Jørgen. *Language, Ecology and Society. A Dialectical Approach*. Editado por Sune Vork Steffensen e Joshua Nash. Londres: Continuum, 2007.

BORGES, Lorena A. *Usar ou não usar cobaias animais? O discurso sob a perspectiva da análise do discurso ecológica*. ENCONTRO INTERNACIONAL, 1.; ENCONTRO NACIONAL DO GELCO (GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO CENTRO-OESTE), 7., 2014, Cidade de Goiás. *Anais...* Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2014.

BOOKCHIN, Murray. What is social ecology? In: ZIMMERMAN, M. E. (Org.). *Environmental philosophy: from animal rights to radical ecology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1993.

BRANDÃO, Heloanny. *Discursos ecológicos e ascensão econômico-social: a Friboi sob um olhar da análise do discurso ecológica*. ENCONTRO INTERNACIONAL, 1.; ENCONTRO NACIONAL DO GELCO (GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO CENTRO-OESTE), 7., 2014, Cidade de Goiás. *Anais...* Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2014.

CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

CARVALHO, Isabel C.; STEIL, Carlos Alberto. A sacralização da natureza e a ‘naturalização’ do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. *Ambiente & sociedade*, vol. 11, n. 2, p. 208-305, 2008.

COUTO, Hildo H do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

_____. *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. O que é ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 275-312, 2013.

_____. Linguística ecossistêmica crítica ou análise do discurso ecológica. In: COUTO, Elza N. N. do; DUNCK-CINTRA, Ema M.; BORGES, Lorena A. O. (Org.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 27-41.

COUTO, Hildo H. do; COUTO, Elza N. N. do; BORGES, Lorena A. O. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes Editores, 2015.

COUTO, Elza N. N. do; DUNCK-CINTRA, Ema M.; BORGES, Lorena A. O. (Org.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014.

COUTINHO, Ricardo S. O mito verde: um diálogo entre Barthes e a ecolinguística crítica. In: COUTO, Elza N. N. do; DUNCK-CINTRA, Ema M.; BORGES, Lorena A. O. (Org.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 205-214.

DOURADO-PINHEIRO, Zilda. A linguagem da capoeira: uma interpretação ecolinguística e mítica. ENCONTRO INTERNACIONAL, 1.; ENCONTRO NACIONAL DO GELCO (GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO CENTRO-OESTE), 7., 2014, Cidade de Goiás. *Anais...* Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2014.

DUNCK-CINTRA, Ema M. Bilinguismo de memória como gênese para ressignificação e fortalecimento do ecossistema básico do povo indígena chiquitano. In: COUTO, Elza N. N. do; DUNCK-CINTRA, Ema M.; BORGES, Lorena A. O. (Org.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 175-186.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FILL, Alwin. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.

FINKE, Peter. Identity and manifoldness: New perspectives in science, language and politics. In: FILL, Alwin; MÜHLHÄUSLER, Peter (Org.). *The Ecolinguistics Reader*. Language, Ecology and Environment. Londres: Continuum, 2001. p. 84-90.

GEE, James P. *Introduction to Discourse Analysis*. Theory and Method. Nova York: Routledge, 2010.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice A.; PINHEIRO, José Q. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. *Série Textos de Psicologia Ambiental*, n. 23, Laboratório de Psicologia Ambiental, UnB, 2004.

GÜNTHER, Hartmut; ROZESTRATEN, Reinier J. A. Psicologia ambiental: considerações sobre sua área de pesquisa. *Série Textos de Psicologia Ambiental*, n. 10, Laboratório de Psicologia Ambiental, UnB, 2005.

HARRIS, Roy. *Introduction to integrational linguistics*. Oxford: Pergamon, 1998.

HYLAND, Ken; PALTRIDGE, Brian. (Ed.). *Continuum Companion to Discourse Analysis*. Londres: Continuum, 2011.

JONES, Rodney H. Data Collection and Transcription in Discourse Analysis. In: HYLAND, Ken; PALTRIDGE, Brian. (Ed.). *Continuum Companion to Discourse Analysis*. Londres: Continuum, 2011. p. 9-21.

MAKKAI, Adam. 1993. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers.

MARTIN, James R. Positive discourse analysis: Solidarity and change. *Revista canaria de studios ingleses*, n. 49, p. 179-200, 2004.

_____. Vernacular deconstruction: undermining spin. *D.E.L.T.A*, v. 22, n. 1, p. 177-203, 2006.

MATOS, Francisco G. *et al.* Ecolinguagem. In: COUTO, Elza N. N. do; DUNCK-CINTRA, Ema M.; BORGES, Lorena A. O. (Org.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 215-224.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. *Inquiry*, v. 16, p. 95-100, 1973.

_____. *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NASH, Joshua. *Insular toponymies: pristine place-naming on Norfolk Island, South Pacific and Dudley Peninsula, Kangaroo Island, South Australia*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – School of Humanities, University of Adelaide, Adelaide, Austrália. 2011a.

_____. Norfolk Island, South Pacific: an empirical ecolinguistic case study. *AUMLA – Journal of the Australasian Universities Language and Literature Association*, v. 116, p.83-97, 2011b.

_____. *Insular Toponymies*. Pristine Place-naming on Norfolk Island, South Pacific and Dudley Peninsula, Kangaroo Island. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

RAMOS, Rui. *O discurso do ambiente na imprensa e na escola: uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

SANTOS, Boaventura S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SCHMALTZ NETO, Genis F. *Quando magos dispensam caldeirões: a questão da linguagem no vale do amanhecer*. ENCONTRO INTERNACIONAL, 1.; ENCONTRO NACIONAL DO GELCO (GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO CENTRO-OESTE), 7., 2014, Cidade de Goiás. *Anais...* Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2014.

SIQUEIRA, Kênia M. F. Toponímia: a nomeação dos lugares sob a ordem do imaginário. In: COUTO, Elza N. N. do; DUNCK-CINTRA, Ema M.; BORGES, Lorena A. O. (Org.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 151-160.

TRAMPE, Wilhelm. *Ökologische Linguistik. Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

VIAN JR., Orlando. *Gêneros do discurso, narrativas e avaliação nas mudanças sociais: A análise de discurso positiva*. Cadernos de linguagem e sociedade, v. 11, n. 2, p. 78-96, 2010.

**Problemas do consórcio Realismo Crítico / Análise do Discurso
Crítica para a análise social do discurso: sociopolitizando a
postura crítica**

*Some problems from consortium Critical Realism / Critical
Discourse Analysis for the social analysis of discourse: social-
politicizing the critical posture*

Claudiana Nogueira de Alencar

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil.
claunoc@gmail.com

Emanoel Pedro Martins Gomes

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil
emanoelpmg@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo destacar alguns problemas da postura de analistas do discurso que tomam a explanação teórica de um discurso como desmistificadora da impressão empírica que este nos oferece. Entendemos que tal postura se torna problemática, sobretudo quando decorre de uma ênfase exagerada de aspectos do Realismo Crítico de Roy Bhaskar, que fundamenta a Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough. Para explicá-la, desenhamos um panorama geral do Realismo Crítico, destacando os pressupostos compartilhados pela ADC e discutindo os problemas desse consórcio para a análise social. Com a discussão, entendemos que o que quer que venham a ser a compreensão e explanação que tenhamos acerca dos fenômenos discursivo-sociais, até mesmo de suas conexões causais, teremos sempre um ato discursivo,

com seus valores sociais, políticos e ideológicos; o critério causal se torna apenas uma forma científica de argumentar a possível eficácia das explicações dos eventos sociais.

Palavras-chave: Análise do Discurso Crítica; Realismo Crítico; Linguística Aplicada.

Abstract: This paper aims to highlight some problems from the posture of discourse analysts who take the theoretical explanation of a discourse as demystifying the empirical impression it offers us. We understand that this posture becomes problematic especially when it stems from an overemphasis of aspects of Critical Realism by Roy Bhaskar, which grounds the Critical Discourse Analysis by Norman Fairclough. In order to explain it, we draw an overview of Critical Realism by detaching the presuppositions shared by CDA and discussing the problems of this consortium for social analysis. With the discussion, we understand that whatever may be the understanding and explanation we have about social discursive phenomena, even their causal connections, we will always have a discursive act, with its social, political and ideological values; the causal criterion becomes just a scientific way of arguing the possible effectiveness of the explanations of social events.

Keywords: critical discourse analysis; critical realism; applied linguistics.

Recebido em 17 de julho de 2014.

Aprovado em 31 de outubro de 2014.

1 Situando o ponto de partida

A pedra de esteio teórica e epistemológica de nossa discussão vem das reflexões de dois principais pensadores da “virada pragmática”¹ na

¹A expressão “virada pragmática” deve ser entendida no quadro de discussões filosóficas que, desde o século 19, concedem um papel mais central à linguagem na formulação do conhecimento humano. De certa forma, essa mudança de paradigma na filosofia, que, na esteira do pensamento grego socrático, preocupava-se essencialmente com

filosofia da linguagem: Ludwig Wittgenstein e John Austin. Na obra de cada um, *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1999) e *Quando Dizer é Fazer* (AUSTIN, 1990, 1975), encontramos as ideias principais e basilares do que respectivamente se chama de antiessencialismo e performatividade em linguagem.

Wittgenstein, com suas investigações, desmantela um dos fundamentos mais notórios do pensamento ocidental acerca da linguagem, qual seja: o de que a linguagem tem como função representar, figurar a realidade, tal como, num primeiro momento de seus trabalhos, ele mesmo acreditava (cf. OLIVEIRA, 2006). A filosofia da linguagem, até então, baseava-se na assunção de que ela, a linguagem, tinha como função retratar ou representar o mundo. E a tarefa da filosofia era clarificar, depurar a linguagem para que ela viesse a realizar essa função satisfatoriamente. Essa concepção partia de pressupostos formulados pela “virada linguística”, para a qual qualquer conhecimento que pudéssemos ter acerca do mundo passava antes pelas estruturas da linguagem. Esse paradigma filosófico, utilizando-se de noções lógicas para empreender suas análises, partia sempre da investigação de proposições, centrando-se

questões de ordem ontológica, pode ainda ser remontada na modernidade às reflexões de Immanuel Kant, no século 18, quando a metodologia filosófica, em vez de lançar as perguntas sobre a ontologia (o real das coisas), decide se questionar sobre as condições de possibilidade de se conhecer verdadeiramente o mundo. Nesse caso, no quadro da filosofia, encontramos uma mudança da ordem da ontologia para a ordem da epistemologia, dentro da qual vai se inserir a preocupação com o papel da linguagem na constituição do conhecimento humano. A filosofia analítica, inaugurada por Gottlob Frege (1978) e continuada por outros representantes, como George Moore, Bertrand Russel, Rudolf Carnap e o jovem Ludwig Wittgenstein (com seu *Tractatus Logico-Philosophicus*), surge como um paradigma filosófico-metodológico que coloca a linguagem no centro das discussões, afastando-a de uma tendência psicologizante na filosofia de então. Com esse paradigma, assistimos à “virada linguística” no campo da filosofia. A virada pragmática se dará somente a partir da década de 1940, notadamente com a reviravolta na filosofia analítica iniciada pelo trabalho tardio de Wittgenstein (*Investigações Filosóficas*) e prosseguida por filósofos de Oxford (como John Langshaw Austin, Gilbert Ryle e Peter Strawson). Nela, a preocupação passa, em vez de uma consideração baseada na lógica e na matemática, para uma atenção com a linguagem em situações ordinárias de uso. Se a virada linguística está vinculada ao surgimento da filosofia analítica, a virada pragmática concerne às discussões tardias daquela em torno da linguagem ordinária. Para essa discussão, cf. Oliveira (2006) e Rorty (1992).

na correlação entre linguagem e mundo, para estabelecer critérios que permitissem dizer quando uma proposição realizava a contento sua tarefa de referir a estados de coisas no mundo.

Wittgenstein (1999) rechaça essa compreensão. A ideia de que a linguagem é uma afiguração, uma representação, uma “re-apresentação” de uma apresentação primeira – a do mundo à consciência – (de que as proposições se constituem de um modo pelo qual sua verdade ou falsidade é veritativa, depende da correspondência com um estado de coisas no mundo; e de que a estrutura da linguagem logicamente perfeita espelha a estrutura da realidade), recaí, nas reflexões de Wittgenstein, sobre a crença filosófica de que todos os usos possíveis da linguagem têm por única função reportar-se a objetos. Segundo ele: “[...] esse sistema [em que se acredita ser a essência da linguagem humana denominar coisas] não é tudo aquilo que chamamos de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1999, § 3, p. 28). Para o filósofo, esse sistema de referências é, na verdade, um tipo de jogo de linguagem, entre inúmeros outros.

A noção de “jogos de linguagem” como marca da linguagem humana nos faz questionar um dos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) – aparato teórico-metodológico sobre o qual iremos refletir: a afirmação de que a linguagem é apenas um elemento das práticas sociais e de que ela pode internalizar ou não outros elementos, “não linguísticos”. Com a noção de “jogos de linguagem”, contudo, Wittgenstein (1999) não deslinda a fronteira do que é linguístico e do que não é linguístico, como podemos ver em vários momentos de suas investigações:

o termo “*jogo* de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida (§ 23, p. 35);

Chamarei também de “jogos de linguagem” o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada (§ 7, p. 30); e

“Ligando a barra com a alavanca, faço funcionar o freio.”
– Sim, dado todo o mecanismo restante. Apenas com este, é alavanca de freio; e, separada do seu objeto, nunca é alavanca, mas pode ser qualquer coisa ou nada (§ 6, p. 29).

Dessa forma, o que é linguístico e o que não seria considerado linguístico, em muitas situações, comporiam uma mesma atividade, constituiriam uma mesma ação, devendo, portanto, ser considerados em conjunto, sobretudo se estiverem interligados.

Por seu turno, a performatividade, proveniente das reflexões de Austin (1990, 1975), pode ser considerada como uma ideia ainda mais radical para o trato com a linguagem. Radical porque Austin fornece a possibilidade de pensarmos a linguagem como uma ação. Ele concebe a linguagem como uma forma de ação, ao dizer (quase na esteira de Wittgenstein a respeito dos jogos de linguagem como forma de vida) que não há como dizermos quando um proferimento é constativo ou performativo, ou seja, uma constatação – um referir-se a estado de coisas no mundo – ou uma performance, uma ação – um ato de fala, que age sobre o mundo. Austin, assim como Wittgenstein, parte do entendimento de que o problema da filosofia analítica estava em acreditar na existência de enunciados que pudessem somente descrever estados de coisas no mundo, o que permitiria, assim, conceder-lhes valores como verdadeiro ou falso, ao ser verificada a correspondência entre o que declarava o enunciado e as coisas que ele designaria.

Assim, Austin nos fornece uma visão de que a linguagem não descreve coisas do mundo, mas, antes, *age* sobre o mundo e sobre as pessoas. O ato perlocucionário (aquilo que poderia ser considerado como uma das dimensões dessa ação que é o linguajar) deixa entrever uma importante contribuição. Ele afirma que é preciso distinguir três consequências suas: a primeira seria que todo ato perlocucionário envolve “assegurar a apreensão” (no original, ‘*securing uptake*’, cf. AUSTIN, 1975, p. 138) de significado de um ato de fala; a segunda é que ele tem resultados; e, por fim, ele leva a uma resposta ou sequela. Com a noção de *uptake*, resgatada por Paulo Ottoni (1998), percebemos que todo uso da linguagem se dá numa relação entre interlocutores, e, o que é mais relevante, que não há regras ou critérios formalistas *definitivos* que venham a definir a significação. O *uptake*, portanto, é uma condição necessária do próprio ato (de fala) para que ele venha a ter um sentido; ou, como argumenta Ottoni (1998, p. 85), “na proposta austiniana, a intenção [e, por conseguinte, a significação] não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via *uptake*, pelo sujeito ouvinte para *assegurar sua apreensão*”. Assim, temos o fato de que as consequências de um ato de linguagem, ou melhor, seus significados não

são *previamente* determinados, adquirindo sentido, apenas, no contexto da enunciação, na interação; é somente quando nosso interlocutor reage ao nosso ato de fala que podemos verificar que sentido, que significado, esse ato adquiriu.

Essas reflexões são importantes, visto que nos colocam no centro do processo de constituição de uma realidade que pesquisamos. Wittgenstein e Austin nos lançam a responsabilidade de que o que fazemos com a linguagem, em qualquer um de seus tratamentos, nos jogos que jogamos com a linguagem, é uma ação sobre o mundo, uma ação de construção do mundo, despojando-nos de um possível uso instrumental, representacionista, essencialista da linguagem, como se depreenderá, nas seções seguintes, da crença de a pesquisa social ser uma “ciência profunda”, que vasculha conexões causais que nos levariam a uma dimensão intransitiva dos fenômenos investigados. Essa crença encontra-se, por exemplo, em uma teoria frequentemente utilizada na área da Linguística Aplicada, a ADC. Seu problema reside justamente na postura crítica do pesquisador que dela faz uso e se reflete quando se toma a explanação teórica de um discurso como desmistificadora da sua impressão empírica. Com base nos dois filósofos acima, entretanto, percebemos que a linguagem é compulsória e inescapável, e, sendo assim, é uma construção social que promovemos ao linguajarmos e de que jamais conseguimos nos furtar, o que reforça a necessidade de um trato mais crítico no que concerne à pesquisa social e linguística sobre o discurso.

2 Problemas do consórcio análise do discurso crítica/realismo crítico

A Teoria Social do Discurso ou Análise do Discurso Crítica (ADC) ou ainda Abordagem Dialético-Relacional, desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough, é uma referência importante na seara acadêmica, e disso não se tem dúvidas, pois encontramos cada vez mais pesquisadores que por ela se interessam em pesquisas que não se restringem à área de Letras e Linguística, mas que brotam também em toda a dimensão das ciências humanas e sociais. Tal teoria oferece uma abordagem inovadora para a análise social dos discursos e confere ao discurso um papel relevante nas práticas sociais ao reunir uma análise linguisticamente orientada e o pensamento social crítico (útil para a compreensão da linguagem nessa nova conjuntura) num quadro analítico adequado à pesquisa científica social. Por conta disso, é comum

escutarmos sobre a capacidade de “empoderamento” (*empowerment*) que, frequentemente, atribuem à ADC (CAMERON *et al.*, 1992; BLOMMAERT, 2005).

Mas, até que ponto tal capacidade não residiria em que a ADC opere com um vocabulário explanatório *realista* que permite as afirmações feitas com base nele serem respaldadas por um valor de verdade, científico, tão à altura de uma verdadeira ciência (no sentido que tradicionalmente se deu a esse termo)? Tal inquietação está presente, por exemplo, quando nas análises sócio-discursivas que tomam como referencial teórico-metodológico o quadro elaborado por Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) e retomado por Norman Fairclough (2003), no qual a ADC concede uma postura desmistificadora dos textos, já que o valor epistêmico dado ao seu modo de explanação a põe num lugar sobrepujante em relação a qualquer outra explicação que possa tratar de um evento discursivo. O quadro analítico da ADC² fornece, por isso, um novo prisma (o da análise *crítica e científica* do pesquisador), com a *explicação* do que, *de fato, ocorreria* ou do que *é o caso*.

Contudo, tal posicionamento analítico frente aos eventos pesquisados parece incorrer em deslizos que a Linguística Aplicada hoje (cf. PENNYCOOK, 2001; MOITA LOPES, 2006) vem tendo o cuidado de não cometer: a construção de certezas ao formular explicações definitivas que pareçam acenar com o privilégio de uma visão mais clara e profunda dos fenômenos sociais (cf. também as ressalvas de FABRÍCIO, 2006). A postura frequente (porém implicitamente) assumida em análises do discurso críticas – a de que a explanação científico-teórica do objeto pesquisado em questão deve ser tomada como desmistificadora da sua impressão empírica comum que ele nos oferece – carrega certos problemas sociais e políticos que afetariam diretamente a pesquisa e a relevância social do analista, uma vez que a forma como o resultado da pesquisa é apresentado implica a ideia de que o conhecimento atingido

²Aqui, ao citarmos o quadro analítico da ADC, iremos nos referir especificamente à proposta teórico-metodológica desenvolvida por Fairclough em conjunto com Lilie Chouliaraki na obra *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999), que se estende ao seu livro individual *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, de 2003. Tal delimitação é imprescindível, pois, além de considerarmos tais obras outro rumo que o autor imprimiu à sua teoria, ela não permitirá estender nossos questionamentos a etapas promissoras de sua proposta teórica, como a de *Discourse and Social Change*, de 1992 (FAIRCLOUGH, 2001).

tem *status* privilegiado, por ter calcado um caminho mais “profundo” e inabitual no assunto sobre o qual a pesquisa versa(va). Em outras palavras, a pesquisa em ADC teria conseguido, assim, ir mais longe do que comumente se pensa(va) em relação a um tema, o que lhe concede um *status científico, autorizado*, ao fornecer uma compreensão inovadora, como se vê a seguir:

Seguindo Bhaskar (COLLIER, 1994), vemos que a ciência social crítica tem tanto um objeto ‘transitivo’ quanto ‘intransitivo’. Seu objeto intransitivo são as práticas reais que ela está analisando. Seu objeto transitivo são as prototeorias que são produzidas como parte dessas práticas – o elemento reflexivo dessas práticas. Em termos de seu objeto transitivo, *a teoria crítica se propõe a transformar prototeorias em teorias científicas* por meio de uma aplicação da lógica dialética [...]. Na medida em que prototeorias funcionam ideologicamente, como mostradas através da análise crítica – por auxiliarem práticas a sustentarem relações de dominação –, a ciência social crítica deve subverter as práticas que ela analisa, mostrando *prototeorias como sendo más percepções e produzindo teorias científicas que podem ser tomadas (e encetar lutas) dentro das práticas* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 32-33, grifos nossos).³

Não obstante, Fairclough (2003) é muito consciente do papel que o pesquisador em ADC tem de ter diante dos fenômenos sobre os quais se debruça e de como se deve comportar frente a eles. Sabe

³No original: “Following Bhaskar (Collier, 1994), we see critical social science as having a ‘transitive’ as well as an ‘intransitive’ object. Its intransitive object is the actual practices it is analyzing. Its transitive object is the proto-theories which are produced as a part of those practices – the reflexive element of practices. In terms of its transitive object, critical theory sets out to transform proto-theories into scientific theories through applying the dialectical logic [...]. In so far as proto-theories are shown through critical analysis to be working ideologically – to be helping the practices sustain relations of domination – critical social science may subvert the practices it analyses, by showing proto-theories to be miscognition, and producing scientific theories which may be taken up within (and enter struggles within) the practices” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 32-33).

que os sentidos de um texto decorrem, especialmente, do processo de construção de sentido do qual faz parte a interpretação do pesquisador. Daí ele alertar que o que somos capazes de ver da realidade de um texto depende da perspectiva que nós o abordamos, incluindo as questões sociais particulares em foco na análise e a teoria social e discursiva que se assume nessa tarefa (FAIRCLOUGH, 2003, p. 16). Assim, tal postura analítica em ADC, desmistificadora dos eventos sociais, vem do consórcio com a filosofia das ciências de Roy Bhaskar, conhecida como Realismo Crítico (doravante RC) ou Realismo Transcendental. Que problemas a filiação da ADC ao RC traria para a conduta em pesquisa social crítica, ao operar, ao mesmo tempo, com uma explanação que objetiva “alcançar níveis mais profundos da realidade em pesquisas sobre problemas sociais” (RAMALHO, 2009, p. 1), e ao defender que os sentidos de um texto provêm de um processo interpretativo em que são construídos, circunstanciados pela posição social do pesquisador? Vejamos a observação de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 30, grifo nosso):

Usando criativamente tanto [a forma de produção do conhecimento como a de] a fenomenologia quanto o objetivismo, a prática teórica crítica reconhece que a ciência social tem uma base hermenêutica (ela precisa fundamentar-se nas práticas simbólicas do mundo), mas não deve se limitar a isso (*ela também precisa ser uma 'ciência profunda' dos mecanismos gerativos que tornam essas práticas possíveis [...]*)⁴.

Boa parte dos problemas que tal filiação fornece aos pesquisadores em ADC (como a crença de que a análise crítica do discurso nos leva a ver o que *realmente* acontece ou que está em jogo numa prática discursiva; o compromisso de fornecer uma explicação mais *científica* do que outras; a ideia de que é possível chegarmos aos *mecanismos gerativos* de práticas e eventos sociais, ou seja, à realidade primeira dos eventos e discursos,

⁴No original: “Drawing creatively on both phenomenology and objectivism, critical theoretical practice recognizes that social science has a hermeneutic basis (it needs to ground itself in the symbolic practices of the world) but cannot be limited to that (it also needs to be a ‘depth science’ of the generative mechanisms that make these practices possible [...])” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 30).

entre outros) vem de um comprometimento que, se não exagera, compactua com aspectos do *realismo crítico* ou *transcendental* de Roy Bhaskar. Na seção a seguir, veremos rapidamente como se caracteriza o realismo bhaskariano.

3 O realismo crítico ou transcendental de Roy Bhaskar

Sabe-se que, por *realismo*, quer-se dizer, em filosofia, a ideia de que há algo no mundo que existe *independentemente* de nós ou do que pensemos sobre ele, ideia essa que se contrapõe à visão idealista de subordinação da realidade externa à mente (a nossa mente – como num idealismo cru – ou a de Deus – como na filosofia de Berkeley) ou ao pensamento (conceitual, objetivo e racional – como na filosofia de Hegel). A despeito de suas inúmeras facetas (seja um realismo ingênuo, perceptivo, predicativo, ou científico, cf. BHASKAR, 1996), de acordo com Andrew Collier (1994, p. 6), há elementos que podem ser considerados como caracterizadores do realismo e que, de alguma forma, estão presentes na concepção realista transcendental de Bhaskar, a saber:

a) *objetividade*, pelo que se diz que há algo que é real, mesmo que não venhamos a conhecê-lo;

b) *falibilidade* ou *falsibilidade* (*'falibility'*), pelo que se diz que aquilo que se apresenta aparentemente como dado pode ser refutado por informações que ultrapassam o limite do dado;

c) *transfenomenalidade* (*'transfactuality'*), um “além das aparências”, pelo que se admite que o conhecimento pode se referir não só ao fenômeno, mas também a estruturas mais profundas que podem gerá-lo ou torná-lo possível (donde podemos tirar a questão da causação ou causalidade em Bhaskar, como veremos mais adiante);

d) *contrafenomenalidade*, pelo que o conhecimento, ao atingir por meio da transfenomenalidade as estruturas subjacentes, pode contradizer o conhecimento das aparências.

São dessas premissas que podemos retirar, por exemplo, o caráter *crítico* fundamental para a argumentação da ADC em relação às práticas sociais que analisa e pesquisa quando seu quadro teórico-metodológico é usado. São nessas premissas – que caracterizam o fazer pesquisa com o RC como pano de fundo ontoepistemológico – que a ADC retira a ideia

de uma ciência social “profunda”, que procura deslindar a interseção cada vez mais complexa e profunda dos mecanismos gerativos provenientes dos estratos envolvidos em um evento social.

Em todas essas características, o que perdura é a questão fundamental da *existência* de uma realidade exterior e independente do *ser* das coisas, ou seja, é a ratificação da dimensão ontológica e transcendente do real, cujo conhecimento Bhaskar vai chamar de *dimensão intransitiva do conhecimento*. Contudo, como assegurar essa dimensão intransitiva do conhecimento frente às revoluções ou desenvolvimentos científicos, que foram a pedra angular de discussões de, por exemplo, Karl Popper, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend? Para sustentar essa dimensão intransitiva face a relatividade ou falibilidade de nosso conhecimento, Bhaskar (2008) a relaciona a outra, à *dimensão transitiva* (ou epistemológica, imanente), que é mutável, contingente, falível, afirmando que, se há explicações alternativas do mesmo mundo e se uma teoria pode explicar mais significativamente fenômenos em termos de suas descrições do que das de outra, então existe um critério *racional* para se escolher entre elas. Dessa forma, Bhaskar, ao evitar um relativismo excessivo ou uma falácia epistemológica (que, a seu ver, reside em acreditar tão somente que a dimensão transitiva é a única que podemos alcançar), combina e concilia realismo ontológico, relativismo epistemológico e “racionalismo de julgamento” (no original, ‘*judgemental rationalism*’, critério graças ao qual racionalmente se fazem as escolhas epistemológicas mais adequadas, cf. BHASKAR, 2008, p. xix).

Central, portanto, para se compreender essa filosofia bhaskariana, é a distinção entre três domínios da realidade (o real, o realizado – ‘*actual*’, em inglês – e o empírico), além da assunção de uma ontologia estratificada do mundo, segundo a qual este seria um sistema aberto, formado por diferentes estratos (físico, químico, biológico, semiótico etc.) que funcionam de forma simultânea e que possuem estruturas gerativas e poderes causais, acarretando (tanto por o mundo ser um sistema aberto quanto por esses estratos operarem concomitantemente) efeitos imprevisíveis em forma de eventos (BHASKAR, 2005, 2008, 2009; ARCHER, 2004; COLLIER, 1994). O “real” inclui os mecanismos, processos e estruturas subjacentes que têm poderes causais e que podem ou não tanto horizontalmente ser percebidos, realizados, ativados como verticalmente ser descobertos pelo processo de desenvolvimento científico. O “realizado” (‘*actual*’), por sua vez, refere-se ao que acontece

se e quando esses mecanismos e estruturas têm seus poderes ativados, incluindo eventos que podem ser observados ou não. Isso implica que o que acontece *não é* necessariamente da forma como se percebe. Por fim, o “empírico” é o domínio acessado por nossas experiências, sendo aquilo que se sabe ter acontecido a partir de nossas observações diretas.

O que se depreende disso é que o elemento *transcendental* de sua filosofia vai se encaixar justamente na ideia ontológica fundamental de algo *a priori*, a despeito da experiência ou das conceptualizações supostamente infalíveis (ou simplesmente transitivas) sobre o real. Então, para eliminar a tese idealista, mas consequentemente relativista, de que *esse est percipi* (“o ser é ser percebido”, usando as palavras de Berkeley, 2010, p. 59), Bhaskar (2004, p. xi) invoca o critério *causal* para se atribuir à realidade ou se atingir a dimensão intransitiva e reafirmar a ontologia do real, sugerindo fortemente um realismo *vertical*, em que a ciência poderia ser vista como sendo “um processo contínuo e reiterado de movimentos que vão dos fenômenos manifestos [...] à identificação de suas causas gerativas”.

4 Questões ao realismo crítico transcendental em ADC

Esse critério causal que esboçamos acima nos permite fazer outra observação. A causação bhaskariana não é do tipo mecânico ou de “conjunções constantes entre causas e efeitos”, tal como é alegado por Bhaskar em referência a David Hume. Bhaskar se opõe a essa visão de Hume, já que este não seria capaz de diferenciar uma correlação causal de uma acidental entre dois eventos (cf. BHASKAR, 2008; HAMLIN, 2000, p. 4). Por isso, Bhaskar entende a dimensão ontológica da realidade como um sistema aberto, e não fechado, em que as estruturas, mecanismos ou poderes gerativos de outros sistemas (semiótico, biológico, físico etc.) influenciam em um evento. A conexão entre uma causa e um efeito não necessariamente provirá de conjunções constantes entre ambas, pois que há outros estratos que codeterminariam e alterariam a realização (*‘actuality’*) de um evento, ou seja, os efeitos.⁵

⁵Ressaltamos que tal pressuposto de um mundo aberto, composto por vários estratos, ou de que a linguagem, semiose, é apenas um entre outros elementos que participam de um evento e que poderiam ser analisados, encontra-se também na ADC de Fairclough (cf. capítulo 2 de CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 20), principalmente em

Contudo, o que parece escapar da própria crítica de Bhaskar à discussão da causalidade humeana é a ideia de que, em Hume (2004, 2009), a causa é, antes, o resultado de uma projeção humana sobre a experiência, e não algo natural, como se participasse aprioristicamente da formação de eventos e fatos da experiência. Como argumenta Cesar Kiraly (2012), em Hume, a causalidade é um artifício da natureza humana que compõe a experiência em termos tais que possibilitam “nos sentir em casa” na experiência, além do que nos faz imaginar ter uma chance de prever o futuro, pela conjunção, atribuída constantemente, de fatores (causas) que o sujeito cognoscente lança sobre a experiência. Embora Hume seja ainda adepto de uma discussão acerca da natureza humana, o que lhe faz pensar em algo que constitui a natureza do sujeito (discussão essa digna de seu tempo), o que ele nos fornece como possibilidade de se pensar o conhecimento na sua relação com o sujeito é a compreensão de que o sujeito se habitua à experiência por meio do estabelecimento de mecanismos causais sobre o mundo que lhe fazem inventar a experiência que lhe constitui (KIRALY, 2012).⁶

Dessa forma, Hume, ao lançar com sua filosofia a constituição da experiência nas projeções que o sujeito faz em sua cotidianidade, fornece, antes, uma compreensão negada por Bhaskar,⁷ mas retomada, em alguma medida, pela “virada pragmática” no campo da filosofia

sua afirmação de que uma prática social possui outros elementos que não apenas a linguagem, que poderia internalizá-los ou não: “[...] we recognise that words can be ‘mere’ or ‘empty’ words (as we think they can), we can see this in terms of *an absence of internalization* – a divorce for instance between the ways in which people act and the ways in which they discursively construct their actions, the former not internalizing the latter” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 28, grifo nosso).

⁶Cf. também um dos primeiros estudos monográficos de Gilles Deleuze (2012), *Empirismo e Subjetividade*, sobre David Hume, em que trata os princípios de causalidade, associação e contiguidade como estabelecendo relações entre dados da experiência as quais, embora exteriores aos dados relacionados, dão a impressão de ultrapassar a própria experiência do dado.

⁷Como Bhaskar defende (2008), assim como Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), a vida social não é composta exclusivamente pelo estrato semiótico – no qual se encontra a linguagem –, já que com este outros estratos interagem na geração de eventos e efeitos que complexificam a vida social, mas não lhe impossibilitam o conhecimento, cabendo, assim, às ciências a tarefa de progredir em investigações que acenem com uma compreensão cada vez mais profunda do real.

analítica: a ideia de que a linguagem é uma forma de vida pela qual nos é dada a possibilidade de constituir, de performativizar a experiência (cf. WITTGENSTEIN, 1999; AUSTIN, 1990, 1975; OTTONI, 1998). Essa compreensão pragmática da linguagem e da experiência, portanto, nos impede, em certa medida, de compactuar com a ideia de um “progresso científico” que se valida pelo estabelecimento e reconhecimento cada vez mais complexo, amplo e eficaz de conexões causais geradoras de eventos sociais, já que a forma como projetamos explicações sobre o mundo passa necessariamente pela linguagem. Bhaskar (2004, 2005, 2008), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) manifestam, com tal postura epistemológica, um “medo da morte” (ALENCAR, 2009) no trabalho com a linguagem, por desalojarem dela o caráter compulsório que possui para conosco no trato com um mundo social que ela mesma nos faz constituir.

Dessa forma, surge outra questão: em que sentido é possível separar uma prática social em que o discurso, a linguagem, participa, internalizando outros elementos, e uma prática social em que a linguagem não estaria a eles articulada? Em outras palavras, até que ponto é metodológica e epistemologicamente adequado acreditar, mesmo que analiticamente, numa ação que pode ser linguística, discursiva, e numa ação não linguística? Tais questões surgem em contraposição a uma compreensão de linguagem como elemento não apenas indissociável da vida social, mas principalmente compulsório, como vemos em Wittgenstein (1999) e Austin (1990; 1975), sem a qual não é possível pensar qualquer relação entre elementos alegadamente não linguísticos. Eis uma compreensão que se faz útil e indispensável na prática analítica da Linguística Aplicada.

Além disso, como ainda acima argumentamos, escapa desse entendimento sobre a causação bhaskariana uma ideia bem humeana, como a vemos em Jürgen Habermas, de que “*supomos* [um] mundo objetivo como sistema para referências possíveis – como o conjunto de objetos, não de fatos” (HABERMAS, 2004, p. 35, ênfase nossa). Contudo, Bhaskar (2005, 2008, 2009; ARCHER, 2004; COLLIER, 1994) prefere partir da ideia de que a realidade é estratificada, e cada estrato pode *causar* efeitos em outros, deixando de lado a possibilidade de pensar a realidade como um mundo suposto de referências possíveis. Graças a esse poder *causal* ou poder gerativo, poderíamos, na perspectiva realista crítica, chegar a uma dimensão intransitiva dos eventos, em que

os mecanismos causais teriam sido desvendados e descritos. Assim, a tarefa explanatória desse tipo de filosofia e da ADC reside em explicar, da forma mais adequada possível, eventos com base na identificação dos mecanismos causais que a eles mais profundamente subjazem e geram, o que reforça a crença em um mundo real, objetivo com referências, objetos fixos que podemos revelar cientificamente.

5 Quo vadis?

Creemos que o grande desafio de qualquer trabalho analítico é não conciliar seus resultados com o estabelecimento de uma nova verdade (não quero dizer que devemos, contudo, aceitar alguma possivelmente existente), embora seja, em certa medida, essa conciliação (mas com devidas considerações no que concerne ao termo “verdade”) que torna academicamente digno de ser executado um trabalho analítico; e nisso está presente a perspectiva emancipatória, tanto reivindicada para a ADC (cf., CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO, 2009; RESENDE, 2009; SAYER, 2000). De fato, a pesquisa social tem de ser emancipatória, ou melhor dizendo, *interventora*; mas *interventora* não como um juiz, árbitro, ou como se fosse um desbravar de selvas e matas em busca do real (dos mecanismos causais). *Interventora*, mas sempre política, cujo discurso resultante de uma pesquisa seja uma *proposta* para o domínio analisado e para novas relações sociais nele presentes.

O problema da falibilidade do RC, no estabelecimento de uma explicação da realidade, parece resgatar uma crença de que os poderes causais podem ser esgotados cumulativamente pelo acréscimo de novas informações ou descobertas de abordagens que denunciem mais clara e profundamente possível a natureza das coisas. O uso de critérios causais para a explicação dos fenômenos realizados (*‘actualized’*) estabelece a compreensão de que os poderes causais da realidade, embora nem sempre se manifestem, definem sua própria natureza, pelo que se afirma que haverá uma relação real entre os acontecimentos de causa e efeito, ligando-os *naturalmente*, mesmo que tal ligação esteja acima de nossa experiência (Cf. BHASKAR, 2008, p. 29-30; HALFPENNY, 1996). Desse modo, a atividade científica ou tarefa explanatória da pesquisa social orientada pelos princípios do RC é um movimento do empírico (que vai se purificando, na investigação, dos valores, da história, da falibilidade de um momento social) ao real – ontologia purificada das

contingências (cf. o texto de RAMALHO, 2009, para a confirmação desse tipo de atitude científica na tarefa da pesquisa social baseada no RC).

A defesa da afirmação de uma dimensão intransitiva do conhecimento, fundamentada na crença de um, digamos assim, grau zero do mundo social – o “real”, em termos do RC – pode desembocar, quando de sua operacionalização na ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), numa reificação (sistemática) dos usos sociais da linguagem. Esse é um ponto muito delicado, sobretudo para pesquisas em Linguística Aplicada que usam a ADC como ponto de partida teórico, analítico e metodológico, pois tal pressuposição pode levar a um posicionamento em relação ao texto, discurso, de desvelamento, como se a linguagem participasse de um evento sócio-discursivo para esconder uma possível realidade “por trás” ou “além” da “aparência textual”. Além disso, o pressuposto que subjaz essa crença comporta uma visão essencialista de mundo e de linguagem, muito diferente daquela que procuramos advogar neste artigo, baseada em Wittgenstein (1999) e Austin (1990, 1975). Essa visão essencialista do mundo e da linguagem nos faz partilhar da posição, problemática, de que há uma realidade por trás dos fenômenos discursivos que engendra nosso uso da linguagem, realidade essa a que podemos chegar por meio de uma análise que não seja só linguística mas também social.

Além disso, tal visão acena com a possibilidade de um acesso privilegiado ao que se crê ser uma realidade, desalojando-nos da responsabilidade de sermos nós, antes, atores sociais que encenam e performatizam, em vez de simplesmente representarem como os seus tradutores fieis e literais, uma realidade. Uma visão antiessencialista e performativa da linguagem, pelo contrário, coloca em nosso colo (sejamos nós um dito “leigo” ou um dito “cientista”) a responsabilidade e consciência de que o que fazemos quando dizemos algo é parte indissociável de uma construção inescapavelmente social da realidade.

Não obstante, não afirmamos, em relação ao RC e à ADC, que o sistema semiótico é fechado, que ele tenha mecanismos causais que estejam desvinculados de conexões com os de outros estratos, nem que ele independa do processo de construção dos sentidos em que se envolvem posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do interlocutor, o que resulta sempre em compreensões, interpretações, construções particulares. A questão principal está em reconsiderar se – mesmo a análise textual não concedendo uma análise definitiva de um

texto ou evento social textualmente mediado – é possível chegar, por meio das construções dos agentes, criticamente às causas subjacentes de um evento (que podem ser uma confluência de poderes causais de vários estratos, que não só o semiótico), ou seja, é reavaliar o fato de que o discurso, enquanto semiose, tem seus poderes causais, que seriam o “real”, na perspectiva realista crítica.

É essa, por exemplo, a defesa de Fairclough, Jessop e Sayer (2002, p. 3), pois, segundo eles, se alguém pergunta o caminho para se chegar a um lugar e as respostas podem ser “dobrando a esquina”, “Desculpe-me, mas não sei” ou “Por que você quer saber?”, a relação pergunta / resposta depende do contexto, mas a resposta é ao menos coproduzida pela pergunta em si. O problema disso pode estar na crença de que a compreensão e explanação do funcionamento dos mecanismos gerativos vão se constituir em um nível mais profundo da realidade dos eventos ou dos problemas que, na prática, sustentam relações de poder assimétricas (como é um dos focos na pesquisa social feita na ADC). É daí que vem a visão de que a ADC é desmistificadora e emancipatória. Contudo, o que se perde de vista é a confusão (rechaçada pela compreensão de que seria uma “falácia epistêmica”) que fazem os pesquisadores em geral que tomam por base os pressupostos do RC, ao acreditarem que a percepção causal dos eventos discursivos (seus mecanismos gerativos e poderes causais) é a *realidade intransitiva* (o fato de que as coisas existem independentemente da concepção que tenhamos sobre elas, a qual é sempre contingente e que é o único meio que dispomos para conhecer o mundo) ou que a ontologia do *real* não seria uma epistemologia ‘*actual*’, para usarmos aqui os termos do RC.

Ao assumir um ponto de vista performativo e antiessencialista da linguagem em análises do discurso, acreditamos que nos aproximaríamos daquilo que hoje a Linguística Aplicada nos faz compreender: aquilo que o analista faz também é linguagem, portanto performatização do real. Assim, o que quer que seja a compreensão e explanação que tenhamos acerca dos fenômenos sociais, até mesmo das conexões causais, ainda que se ressalte o entendimento da natureza aberta dos sistemas que compõem o mundo da vida (o que se complexaria ainda mais chegarmos aos poderes gerativos dos eventos), teremos sempre um discurso, com seus valores sociais, políticos e ideológicos. Isso nos leva à compreensão de Horkheimer acerca da ciência tradicional:

As regras da experiência [...] não são outra coisa que formulações do nosso saber a respeito dos [possíveis] nexos econômicos, sociais e psicológicos. [...] *Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém-descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais* (HORKHEIMER, 1989, p. 35, grifo nosso).

Uma vez assumindo que sua abordagem se enquadra na tradição da ciência social crítica, que é motivada pelo objetivo de fornecer base científica para o questionamento crítico da vida social, ao adotarem os princípios do realismo transcendental da filosofia de Roy Bhaskar, as análises críticas do discurso amenizam a compreensão do papel mundano e politicamente enraizado do pesquisador social crítico, como tentativa de escapar da ideia de um “infinito jogo de diferença” (DERRIDA, 1995), de um imperialismo discursivo ou um socioconstrutivismo extremo. O que o enquadre ontológico e epistemológico do realismo crítico de Bhaskar fornece à ADC, mas que parece ignorar, assim, ao defender as dimensões transitiva e intransitiva do conhecimento, é que, qualquer que seja a compreensão dos “poderes causais”, ela será sempre discursiva, isto é, uma pretensão de verdade, que necessita de validação e justificação (HABERMAS, 2004) via linguagem, discurso e argumentação.

Não queremos dizer com isso que “tudo é discurso”, mas, sim, que o entendimento de tais poderes não coincidiria com camadas profundas de *uma realidade*, pois, se esta existe independentemente do nosso conhecimento acerca dela, sua compreensão passa a se configurar como uma construção social e contingente dos próprios eventos no mundo por se dar via linguagem. Portanto, as análises críticas do discurso, por estarem respaldadas por princípios do RC de Roy Bhaskar, parecem escapar do problema da justificação das pretensões de verdade, ignorando uma compreensão, como a de Habermas (2004, p. 35), de que:

[...] não faz sentido orientar a validade de juízos pela diferença entre ser e parecer, entre o dado ‘em si’ e o dado ‘para nós’ – como se o conhecimento do pretensamente imediato devesse ser purificado de ingredientes subjetivos e mediações intersubjetivas. [...] Do ponto de vista

pragmático, a realidade não é algo a ser retratado; ela não se faz notar senão performativamente, pelas limitações a que estão submetidas nossas soluções de problemas e nossos processos de aprendizado – ou seja, como a totalidade das resistências processadas e das previstas.

Isso não significa que descartamos terminantemente a ADC como alternativa viável e eficaz para análises de discurso. Conforme falamos, os problemas que identificamos em seu enquadre se relacionam ao seu consórcio com princípios realistas críticos, sobretudo a partir da obra de Chouliaraki e Fairclough (1999), retomada em Fairclough (2003). A adoção das premissas do RC via ADC é que reduz qualquer perspectiva que acene com certa simpatia para um antiessencialismo ou socioconstrutivismo em linguagem. Chouliaraki e Fairclough até mesmo se defendem contra teorias pós-estruturalistas com receio de uma “tirania” do discurso e de uma abertura sem precedentes do social a qualquer análise exclusivamente linguístico-semiótica (cf. capítulo 7, de CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 120).

Portanto, nossa defesa aqui é percorrer outra trilha, menos comprometida com o viés ontológico e epistemológico tal qual o do RC, operacionalizado na perspectiva cientista de pesquisa social da ADC, de modo a estimular que pesquisadores e pesquisas em Linguística Aplicada (que usam a ADC como enquadre teórico, analítico e metodológico) estejam mais empenhados em assumir responsabilidades éticas e políticas provenientes da prática analítica a que submetem seus objetos de estudo e a que se submetem eles próprios. Esta trilha pode ser encontrada em trabalhos na filosofia da linguagem que, em vez de se comprometer com proposições ontológicas a respeito do que é ou pode ser o mundo (inclusive determinando o que é linguístico e o que não é), parte para uma consideração dos efeitos que socialmente constituem realidades possíveis.

6 Considerações finais

Acreditamos que essa postura aqui advogada em favor de um compromisso, em análises do discurso, com uma concepção de linguagem enquanto ação compulsória de constituição do mundo e mundos possíveis – já acenada no quadro de discussões da Linguística Aplicada atual, concebida como crítica, indisciplinar e transdisciplinar (PENNYCOOK, 2001; MOITA LOPES, 2006) – possibilita pensarmos cada vez mais em

uma perspectiva crítica nos estudos da linguagem que não desassocia nossa prática reflexiva e analítica de nossa própria participação no mundo social, o que nos leva a ver a pesquisa não como uma tarefa de especialistas que têm acesso privilegiado a um corpo de conhecimento e que, portanto, podem ser considerados como atores sociais unicamente autorizados a propor alternativas ao mundo social. Pelo contrário, adotar esta postura aqui defendida seria lançar o pesquisador no cotidiano, fazê-lo participar cada vez mais de esferas públicas de debate em que tanto o dito leigo quanto o dito cientista partiriam do mesmo ponto comum para validar seus discursos – a argumentação–, e não da crença assimétrica de que um tem mais conhecimento científico, verdadeiro e, portanto, mais real do que outro.

Referências

ALENCAR. *Linguagem e medo da morte: uma introdução à linguística integracionista*. Fortaleza: EDUECE, 2009.

ARCHER, Margaret *et al.* (Ed.). *Critical Realism: Essential Readings*. London; New York: Routledge, 2004.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

_____. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BERKELEY, George. *Obras filosóficas*. Tradução de Jaimir Conte. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

BHASKAR, Roy. Realismo. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. (Ed.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Tradução de Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 647-649.

_____. General Introduction. In: ARCHER, Margaret *et al.* (Ed.). *Critical Realism: Essential Readings*. London; New York: Routledge, 2004, p. ix-xxiv.

_____. *The possibility of naturalism*. London; New York: Routledge, 2005.

_____. *A realist theory of science*. London: Verso, 2008.

_____. *Scientific Realism and Human Emancipation*. London; New York: Routledge, 2009.

BLOMMAERT, Jan. *Discourse*. A critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CAMERON, Deborah *et al.* *Researching Language: issues of power and method*. London: Routledge, 1992.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COLLIER, Andrew. *Critical Realism: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy*. London: Verso, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade*. Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2012.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. *A escritura e a diferença*. 2. ed. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 229-249.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-65.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução coordenada por Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. *Critical Realism and Semiosis*. Department of Sociology, Lancaster University, 2002, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/fairclough-jessop-sayer-critical-realism-and-semiosis.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e Justificação*. Ensaios Filosóficos. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HALFPENNY, Peter. Explicação. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. (Ed.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Tradução de Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996, p. 294-295.

HAMLIN, Cynthia Lins. Realismo Crítico: Um Programa de Pesquisa para as Ciências Sociais. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Ano/vol. 43, número 2. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21843206.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Textos Escolhidos*. Tradução de Edgard Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 31-68.

HUME, David. *Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução de Déborah Danowski. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KIRALY, Cesar. A Outra Modernidade de Hume. In: *Breviário de Filosofia Pública*, L(E)H – Laboratório Estudos Hum(e)anos, UFF, nº 66, 06/2012, p. 198-200, 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PENNYCOOK, Alastair. *Critical Applied Linguistics: a critical introduction*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

RAMALHO, Viviane. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. In: CONFERÊNCIA ANUAL DA IACR - INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR

CRITICAL REALISM, 12., 2009, Niterói. *Anais da XII Conferência Anual da IACR - International Association for Critical Realism*. Realismo e emancipação humana. Um outro mundo é possível?. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*: implicações interdisciplinares. Campinas: Pontes Editores, 2009.

RORTY, Richard (Ed.). *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method* (with two retrospective essays). Chicago: University Of Chicago Press, 1992.

SAYER, Andrew. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo, *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v.6, n. 2, p. 7-32, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

Sentidos da voz em discursos da imprensa brasileira: uma análise de textos midiáticos sobre o câncer de laringe de Lula^{1*}

Meanings of voice in the discourses of the Brazilian press: an analysis of the texts of media on Lula's throat cancer

Carlos Piovezani

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.
cpiovezani@uol.com.br

Resumo: O presente artigo analisa discursos produzidos pela mídia brasileira sobre o câncer de laringe sofrido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2011. O anúncio da doença de Lula produziu um amplo conjunto de textos acerca da enfermidade e dos riscos que ela poderia acarretar à sua voz. Tal conjunto comporta enunciados que vão de eventuais imprecações até os predominantes votos de restabelecimento. Com vistas a identificar algumas unidades e regularidades discursivas na dispersão dos textos midiáticos gerados pelo episódio mencionado, fundamentamo-nos na Análise do Discurso, derivada de Michel Pêcheux e seu grupo, e analisamos enunciados extraídos de um *corpus* constituído por textos que foram veiculados nos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* e na revista *Veja*.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Lula, mídia, voz.

^{1*} O presente artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “Discursos sobre a voz na mídia brasileira contemporânea”, que é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo FAPESP 2014/09947-3.)

Abstract: This article aims to analyze the discourses produced by the Brazilian media concerning the throat cancer former President Luiz Inácio Lula da Silva suffered from in the year of 2011. The announcement of Lula's disease produced a large set of texts about the malady and the possible damages it could have done to his voice. This set includes a wide range of statements that go from eventual hostile curses to predominant best wishes for a full recovery. We propose to identify some discursive units and regularities in the dispersion of the media texts generated by the mentioned episode. To do so, based on the Discourse Analysis derived from Michel Pêcheux and his group, we intend to analyze statements extracted from a *corpus* consisted of texts which circulated in the Brazilian newspapers *Folha de São Paulo* and *Estado de São Paulo*, and in the weekly Brazilian magazine *Veja*.

Keywords: Discourse Analysis, Lula, media, voice.

Recebido em 11 de junho de 2014.

Aprovado em 18 de novembro de 2014.

Introdução

Diante da pergunta “Teve medo de morrer?”, que lhe foi dirigida pela jornalista Mônica Bergamo, durante a entrevista exibida no programa *TV Folha*, veiculado pela *TV Cultura*, na noite do dia 1º de abril de 2012, eis a resposta bastante significativa formulada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Eu, eu, eu sinceramente, eu diferentemente de muita gente, eu tinha mais preocupação de perder a voz do que de morrer. Ou seja, porque eu, se eu perdesse esta voz, eu já tava morto; entende?”. Lula, então, reitera dramaticamente o que tantos já haviam dito sobre os riscos que ele corria, caso ocorresse a perda de sua voz ou uma sua significativa alteração, motivada pelo câncer na laringe de que ele sofrera e do qual acabara de curar-se. Essa entrevista, por seu turno, foi ao ar quatro dias depois de Lula ter divulgado um vídeo pela internet no qual anunciava o restabelecimento de sua saúde, apresentava seus agradecimentos a todos que o apoiaram e proclamava sua volta às atividades políticas.

Após a divulgação de sua cura, Lula, então, revelava ter a exata medida da importância de sua voz. Com efeito, já desde o anúncio de

sua doença, começaram a pulular os enunciados sobre os riscos que ela apresentava para sua voz. Em vários domínios e segmentos sociais, surgiram dizeres acerca da enfermidade do ex-presidente e de suas possíveis e nefastas sequelas: as ameaças à voz de Lula foram tema de conversas cotidianas, de mensagens em redes sociais na internet, de debates entre profissionais da saúde, de comentários da classe política, de notícias, crônicas e reportagens da mídia.

Muito provavelmente por essa razão, deu-se também a emergência de algumas análises desses textos que tematizaram o episódio e cuja circulação ocorreu em vários veículos da mídia. Por meio de um breve recenseamento, pudemos encontrar os trabalhos de Fausto Neto e Weschenfelder (2012), de Fortuna, Araújo e Oliveira (2012) e de Falcão (2012), que respectivamente se dedicaram: i) à interpretação da passagem do anúncio do câncer do ex-presidente, nele inclusa a antecipação dos efeitos da quimioterapia pela qual Lula passaria, realizados numa instância não midiática, a saber, o Instituto Lula, para os tradicionais veículos da mídia, destacando certos dissensos nos pontos de vista da cobertura midiática; ii) à demonstração de que os semanários *Veja*, *Época*, *Isto é* e *Carta Capital* construíram distintos “Lulas”, em conformidade com aquela que já era sua linha editorial, e foram, ora mais, ora menos apoiados ou refutados pelos leitores de diferentes comunidades em seus portais *on-line*; e iii) à sustentação da hipótese, segundo a qual a cobertura da mídia, a despeito dos diversos pontos de vista de seus veículos, procedeu pela reiteração da estrutura mítica, qual seja, a “partida”, com um alto índice de produção textual e intensa repercussão, a “iniciação”, fase menos agitada da cobertura do relativamente longo processo de tratamento da doença, e o “retorno”, em que se dá o anúncio da cura da enfermidade. Os três estudos caracterizam-se por sua inscrição no campo da comunicação. Além de especificidades de nosso *corpus* e de nossos objetivos, o trabalho que realizamos distingue-se daqueles por descrever formas linguísticas empregadas nos textos da mídia, dando-lhes uma interpretação discursiva.²

²Esta nossa análise toma como ponto de partida e desenvolve os resultados apresentados pelo projeto de Iniciação Científica “Poderes e perigos da voz: uma análise dos discursos da mídia sobre o câncer de laringe de Lula e suas sequelas”, desenvolvido por Giovana Moretti, sob nossa orientação. O desenvolvimento de sua pesquisa contou com o apoio da FAPESP (Processo 12/08546-0), que lhe concedeu uma bolsa de IC entre setembro de 2012 e agosto de 2013.

Com base no princípio postulado pela Análise do discurso, derivada de Michel Pêcheux e seu grupo, de que há uma interdependência entre a constituição histórica, a formulação linguística e a produção dos sentidos na sociedade (PÊCHEUX, 2011, p. 73), nossa proposta consiste em interpretar alguns enunciados produzidos pela mídia brasileira acerca desse acontecimento discursivo. Por conta desse objetivo geral e refletindo sobre as constantes atribuições de poderes e perigos à voz de Lula, tentaremos identificar as posições assumidas pelos enunciadores, apreender os já ditos reiterados no bojo da constituição dos enunciados midiáticos e interpretar certas especificidades linguístico-históricas de cada um dos veículos da imprensa aqui considerados, focalizando particularmente o tratamento que dispensaram na construção desse acontecimento, entendido aqui como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, como identificação a “filiações sócio-históricas” e “agitação” e “deslocamento em seu espaço” (PÊCHEUX, 1997a, p. 17, 56).³

Visando a esses objetivos, analisaremos uma série de enunciados provenientes de um *corpus* constituído de textos de vários gêneros discursivos (artigos, crônicas, reportagens e comentários de leitores), veiculados em edições diárias dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* e em edições semanais da revista *Veja*, cuja circulação deu-se entre os dias 29 de outubro de 2011, data de anúncio do diagnóstico do câncer de laringe de que Lula foi acometido, e 29 de março de 2012, dia seguinte à divulgação do referido vídeo no qual o ex-presidente anunciou a cura de sua doença.

A posição e as estratégias discursivas da *Folha*

Tomemos inicialmente a coluna de Eliane Cantanhêde, publicada na edição de 30 de outubro de 2011 do jornal *Folha de São Paulo*, logo no dia seguinte à difusão da notícia da doença de Lula. Eis precisamente algumas das passagens do texto da colunista da *Folha*: “Uma das forças de Lula é a voz, a imensa, a impressionante capacidade de comunicação desse político inato que saiu de um casebre no interior do Nordeste e cativou o mundo. A voracidade política e as eleições municipais de 2012

³Trata-se aqui do próprio conceito de “discurso”, ou seja, a presença e o funcionamento das relações de força da sociedade determinando a constituição e a formulação do que é dito por seus sujeitos, o que equivale ao que Orlandi (1998, p. 25, 31, 54) chama de “exterioridade constitutiva”, de “forma material” e de “historicidade”.

serão decisivas para salvá-lo. Lula virou o que virou pela inteligência, o carisma e a voz. Ela não irá lhe faltar.”

Um rápido exercício analítico do enunciado “Uma das forças de Lula é a voz”, relacionando-o aos demais dessa sequência discursiva, às suas condições de produção e à posição de seu enunciador atesta que eles são produto de um discurso no qual se afirmam, ao mesmo tempo, a aptidão comunicativa de Lula, que, por sua vez, parece relacionar-se com dizeres sobre a suposta prática de boa parte políticos de falar muito bem e nada efetivamente fazer para transformação da sociedade, e seu gosto pelo poder, no pré-construído “A voracidade política”, que produz na nominalização definida o efeito de que a avidez de Lula pelo poder é uma evidência incontestável. Além da voz, as outras “forças de Lula” são a “inteligência” e o “carisma”: a primeira pode ser interpretada como senso de circunstância ou “esperteza” e a segunda, como ascendência que se exerce sobre outrem, mediante as imagens que o enunciador faz de si nas práticas discursivas e não discursivas. Ademais, há ainda a produção de um efeito de empatia, sob a forma de algo que é concomitantemente um voto de restabelecimento e uma fala peremptória e profética, que em tese se quer performativa, no último enunciado da sequência, passíveis de serem observados particularmente na expressão taxativa da negação e no tempo verbal, no futuro do presente.

Os sentidos produzidos aqui se alinham bastante bem àqueles produzidos em outros textos do mesmo jornal, porque provêm de um mesmo discurso: Lula é espontâneo e calculista. Depois de já ter sido anunciada a cura de seu câncer, o editorial da *Folha* do dia 31 de março de 2012 diz o seguinte, ao comentar a entrevista concedida às repórteres Cláudia Collucci e Mônica Bergamo pelo ex-presidente e exibida, conforme dissemos, no dia 1 de abril daquele ano:

Lula não é dos que optam pela sensaboria e pelo convencionalismo. Sua decantada capacidade de comunicar-se talvez tenha, no fundo, uma chave bastante simples para ser entendida. Quanto mais idiossincrático, individualizado e inconfundível o político, mais amplo, provavelmente, é o alcance de sua mensagem ao eleitorado. (...) Espontaneidade, de resto, nunca foi sinônimo de ausência de cálculo. (...) Político dos pés à cabeça, Lula é messiânico, demagógico, inconveniente, humano, simpático, calculista, esquivo, mas sobretudo real; Lula raras vezes pecou por esse aspecto.

A voz como uma das forças do ex-presidente equivale uma vez mais nessa posição à sua “decantada capacidade de comunicar-se”, que, por seu turno, remete à ideia de tratar-se de um “político dos pés à cabeça”, cujas características são: “messiânico, demagógico, inconveniente, humano, simpático, calculista, esquivo, mas sobretudo real”. A polissemia dos adjetivos dotados em princípio de valor eufórico (“humano”, “simpático” e “real”) é ressignificada nas combinações e substituições com as predominantes qualificações disfóricas, tornando possível uma sua interpretação como falível, contraditório e dissimulado. Assim, a importância de sua voz está relacionada à sua habilidade comunicativa, que está a serviço de sua “voracidade política”, cujo exercício prevê cálculo, demagogia e dissimulação.

Ainda em outros textos do jornal, mais precisamente na reportagem intitulada “Internautas usam doença para atacar Lula” publicada na edição do dia 1º de novembro de 2011, encontram-se enunciados como os seguintes: “Os críticos usam o anonimato para debochar do estado de saúde do petista em redes sociais e em comentários em *sites* de notícias.” e “Diante do tom agressivo de alguns leitores, a *Folha.com* chegou a suspender temporariamente os comentários em reportagens publicadas no fim de semana”. Três dias antes, o jornalista Gilberto Dimenstein já afirmara que havia ocorrido “uma enxurrada de ataques desrespeitosos, desumanos, raivosos, mostrando prazer com a tragédia de um ser humano”, quando da publicação de textos na *Folha*, que anunciavam a doença de Lula e discorriam sobre ela. Assim, a postura do jornal constrói certa empatia com o sofrimento humano alheio e condena a desmesura desumana dos exaltados, o que lhe permite endossar alhures suas críticas à dimensão política do ex-presidente. Nesses textos, não há enunciados disfóricos em relação a Lula, uma vez que a dimensão do sujeito de quem se falava era exclusivamente a humana, desvinculada do âmbito que projetou nacionalmente o líder do PT, a saber, o campo político-partidário.

Prova disso é o texto de Daniel Roncaglia, publicado na *Folha* no dia 19 de fevereiro de 2012, no qual se expõe o acelerado ritmo de trabalho político de Lula, mesmo depois de ter sido diagnosticado com câncer e estar em pleno tratamento da doença. Segundo Roncaglia, Lula teve cerca de 51 encontros em três meses e meio, “a maioria deles (34) no hospital Sírio-Libanês, transformado temporariamente no seu ‘escritório político’”. Seu texto apresenta alguns detalhes sobre esses encontros, mas o enunciado que é ali destacado consiste justamente numa citação do

presidente do Instituto Lula e sócio do ex-presidente, Paulo Okamoto, que teria afirmado a seu respeito “É um animal político”. O sentido produzido aqui nada tem de positivo, pois sua equivalência semântica na formação discursiva à qual se filia a *Folha* corresponde à “voracidade política” e a outros de seus correlatos, tais como “messiânico”, “demagógico”, “calculista” e “esquivo”. Logo, o que poderia ser interpretado como dedicação ao trabalho e, com alguma condescendência, como luta pelo bem-estar do povo brasileiro produz o sentido de ambição desenfreada pela manutenção no poder.

Em suma, na *Folha* é possível observar a ênfase na crítica negativa que é dirigida a Lula, ao considerarmos o destaque dado pelo jornal à suposta forma pela qual o ex-presidente teria se valido de sua doença para auferir ganhos em sua vida política, sem descurar de apresentar a sensibilidade humana de seus enunciadores, indispensável no tratamento a ser dispensado a assuntos e situações delicados como o câncer de laringe do qual Lula, então, sofria. A condenação dos excessos “raivosos” e “desumanos” de internautas e mesmo de alguns leitores da *Folha* funciona como escusa para a crítica que parece ser ainda mais isenta e legítima, construindo uma ótima imagem de si de seus enunciadores, que pretensamente dizem o que precisa ser dito, ou seja, a pretensa verdade, de forma civilizada, honesta e madura.

A posição e as estratégias discursivas do *Estado*

O jornal *O Estado de São Paulo* foi a publicação que mais se esmerou para produzir um efeito de imparcialidade, na medida em que supostamente anunciou e abordou a doença de Lula de maneira referencial, técnica e neutra. A primeira ocorrência da notícia deu-se na edição do dia 30 de outubro de 2011, sob a forma de uma chamada de primeira página do jornal, em que se lê: “O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi diagnosticado ontem com um tumor na laringe, após exames realizados no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.” As formas remissivas que retomam o referente são aparentemente destituídas de juízo de valor: “Ele”, “o ex-presidente” e “Lula”, bem como as demais informações a seu respeito: “(...) iniciará amanhã o tratamento quimioterápico, mas não precisará ficar internado.”, “deixou o hospital pouco depois das 20 horas, sem fazer declarações”. Merece, porém, menção o último período desse texto: “O câncer na laringe está associado ao tabagismo e ao consumo de álcool.”.

Em seu destacado texto de capa, o enunciador do *Estadão* não afirma de modo explícito, mas sugere que a enfermidade de Lula pode ser resultante de seu consumo de drogas lícitas. Já na reportagem que se encontra na página 10 do caderno “Política”, outra causa da doença é aventada por Guido Mantega, filiado ao PT, ministro de seu governo e amigo de Lula: “Mantega contou que Lula vinha sentindo desconforto na fala, mas acreditava que isso se devia ao ritmo intenso de viagens e palestras dentro e fora do país.” Ademais, a declaração do ministro é apresentada sob a forma de discurso indireto, marcado ainda pela modalização epistêmica não-asseverativa do verbo “acreditar” no imperfeito. Em suma, há uma flagrante distinção no modo de apresentação das duas posições discursivas: uma na qual se expressa a provável causa de uma enfermidade que deriva de um fato devidamente sabido e outra que é mostrada como uma conjectura favorável e comprometida, porque aventada por um amigo, a respeito daquela que é por ele entendida como a nobre e intensa dinâmica de trabalho da figura mais proeminente de seu grupo.

Também a referência manifesta à voz de Lula ali contida indica discretamente uma sua vaidade e ambição política, que seria bastante descabida naquele contexto, segundo a sugestão do enunciador do *Estadão*. O excerto em que se lê essa insinuação é o seguinte: “Hoff disse que, para preservar a voz dos pacientes, geralmente opta-se pela quimioterapia à cirurgia. ‘Trata-se de uma conduta-padrão internacional nesses casos’, explicou o oncologista. ‘Foi uma decisão da equipe médica, e não do paciente, a fim de se preservar a laringe.’”. Em conjunto, a afirmação de que a preservação da voz responde a uma conduta padrão adotada no tratamento da doença e a negação de que se tratasse de um pedido ou exigência de Lula a opção por essa conduta para ter não sua voz alterada ou perdida soam como denegação, ou seja, o procedimento foi escolhido justamente porque a voz de Lula é uma condição fundamental para sua atuação política.

Na edição do dia seguinte, isto é, de 31 de outubro de 2011, foi publicado um texto do jornalista Fernando Gallo, no qual se fala do início do tratamento de Lula e da suspensão das viagens que o ex-presidente faria nos próximos meses, afirmando-se ainda que a “necessidade de quimioterapia para combater o câncer de laringe o fez cancelar deslocamentos até o fim de janeiro”. Tal como ocorre em outros textos do *Estadão*, aqui também identificamos vários enunciados que buscavam reproduzir o discurso médico, sob a forma de citações do

clínico pessoal de Lula e diretor de cardiologia do hospital Sírio-Libanês, Roberto Kalil. Foram ali reproduzidas algumas passagens em que Kalil faz comentários sobre a quimioterapia e o estado de espírito de seu ilustre paciente: “tranquilíssimo”, “bem-humorado” e “confiante” em relação ao tratamento. Além disso, de passagem, o médico afirmou que, na avaliação de sua equipe de oncologistas, “o ex-presidente não corre o risco de perder a voz”. As falas de Kalil são ao mesmo tempo investidas de crédito, quando da menção a suas credenciais, e descreditadas em alguma medida, quando se acrescenta ao texto de Gallo a seguinte declaração do médico: seu encontro com Lula foi “uma visita de amigo”. Há ainda nesse texto a reiteração de que “Lula não participou da decisão por um tratamento de quimioterapia” e que “descartou uma intervenção cirúrgica”.

A “transparência de Lula” também volta a ser mencionada. Kalil afirmou que o ex-presidente “pediu aos médicos transparência com a sociedade”, e sustentou que “foi o próprio Lula quem solicitou que descesse para falar com os jornalistas”. No texto de Gallo, essa transparência não foi objeto de crítica explícita nem associada a usos políticos oportunistas por parte de Lula ou de seu partido. Por outro lado, imediatamente abaixo, na mesma página 7 do primeiro caderno do *Estadão*, ou seja, no caderno de Política, foi publicado o texto assinado pela jornalista Karina Toledo, cujo tema era também a previsão de recuperação de Lula. No texto de Toledo, é possível identificar outras informações médicas, mas o que lhe dá especificidade e tom mordaz é o pequeno trecho reproduzido a seguir, que foi destacado pelo próprio jornal e sobre o qual nos deteremos:

Desigualdades: Lula começa o tratamento dois dias depois de receber o diagnóstico de câncer. Pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) têm de esperar até seis meses para ter acesso à radioterapia. Mais de 80 mil morrem por ano antes de conseguir.

A partir de enunciados como esse são produzidos efeitos de que o jornal mostra à sociedade civil a disparidade entre o tratamento cheio de prerrogativas usufruído pela classe política brasileira e as frequentemente ruins condições oferecidas aos cidadãos comuns. Trata-se do que chamamos de “politização da mídia” (PIOVEZANI, 2003). O *Estado de S. Paulo* não apenas seria partidário dos que criticam o Governo do PT

por conta das más condições do sistema de saúde do Brasil mas também seria uma das fontes com as quais esses críticos podem informar-se sobre as “desigualdades” do país. A versão dos fatos assim apresentada ressalta a alegada contradição entre o que dizem os petistas, em geral, e Lula, em particular, sobre a necessidade de diminuição das diferenças sociais no Brasil e os privilégios de que eles usufruem, diante da “mera informação” de que o ex-presidente teve um atendimento rápido e de qualidade num dos melhores hospitais do país: boa parte dos brasileiros certamente deveria ficar indignada com o abismo de tratamento dispensado ao cidadão comum e ao político poderoso cheio de vantagens, denunciado pelo *Estadão*. O destaque para o termo “desigualdades” ocorre, portanto, por conta da diferença de cuidados entre o ex-presidente e a maioria dos cidadãos comuns. Conforme o jornal, Lula é prova de que os brasileiros não recebem a mesma atenção médica, independentemente de seus cargos e posses, isto é, não são tratados de maneira igualitária. O efeito é ainda pior, uma vez que entre as principais palavras de ordem do PT é a busca da redução das desigualdades brasileiras. Assim, insinua-se que Lula diz algo e procede efetivamente em sentido contrário.

Na página seguinte da mesma edição, encontra-se a coluna de José Roberto de Toledo, intitulada “Lula, Dilma e o câncer”. Nela ressalta-se que “a transparência” de Lula já destacada pelo jornal é ressignificada como estratégia política; o mesmo ocorrerá na “Carta ao leitor” da revista *Veja*, conforme mostraremos. Ecoa aqui, dada a condição patente do fenômeno, um dos postulados fundamentais da Análise do Discurso: “as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva para outra” (PÊCHEUX, 2011, p. 73). A carga semântica eufórica de “transparência” é apagada e invertida, na medida em que passa a produzir no discurso midiático um efeito de maquiavelismo político: aproveitar a ocasião oferecida pela fortuna sem nenhuma restrição ética. Eis aqui o fragmento do texto no qual se constrói esse efeito: “Do ponto de vista da opinião pública, a doença tende a reforçar o mito (...). Nunca é bom subestimar a empatia do brasileiro por quem está perdendo, mas demonstra garra para virar o jogo. Lula intuiu isso ao dar transparência total à doença desde o diagnóstico.” Desse modo, o colunista praticamente interdita o leitor de identificar-se com o sofrimento de Lula e conder-se com a difícil situação pelo qual ele passava e ainda produz um protocolo de interpretação mediante o qual se deve conceber a empatia alheia que lhe for endereçada.

Também em sua coluna da edição do dia 2 de janeiro de 2012, Toledo volta a discorrer sobre um uso político da enfermidade de Lula. O colunista apresenta, com o efeito de objetividade que deles decorrem, dados estatísticos e gráfico sobre as falas de Dilma desde o início de seu mandato, focalizando em particular aquelas nas quais a presidenta mencionou o nome do ex-presidente. A certa altura de seu texto, Toledo afirma que “depois de outubro, quando tornou-se público que o ex-presidente havia sido diagnosticado com um câncer na laringe, o nome de Lula voltou a aparecer com assiduidade nos discursos presidenciais”. Não são aludidas manifestamente as razões pelas quais isso ocorreu; contudo, as relações entre esse e os demais enunciados dos textos do *Estadão* nos conduzem à seguinte e reiterada crítica: a doença de Lula estava, novamente, sendo usada como um apelo político, e dessa vez também pela presidenta que o sucedeu.

A posição e as estratégias discursivas da *Veja*

A revista *Veja* manifestou-se sobre o diagnóstico da doença de Lula pouco mais de uma semana depois de seu anúncio em outros veículos; o que se atribui evidentemente à sua periodicidade semanal. Já na própria capa da edição 2242, publicada no dia 9 de novembro de 2012, a revista apresenta a imagem de Lula e lhe consagra uma matéria completa sobre sua enfermidade. Ademais, novamente é possível que observemos a reiteração da estratégia discursiva que designamos como “politização da mídia” e que constatamos ser frequentemente empregada pela mídia brasileira em geral, qual seja, a autoproclamação do exclusivo poder de revelar o que supostamente estaria inacessível ao cidadão comum, em particular quando se trata de assuntos políticos: “Os bastidores da luta de Lula contra o câncer”.

Formulada pela jornalista Adriana Dias Lopes, a matéria de capa da revista dá destaque ao diagnóstico da doença de Lula, a todos os procedimentos pelos quais o ex-presidente passou e também àqueles pelos quais ele ainda passaria para tratá-la. O texto, que começa descrevendo as comemorações do ex-presidente no dia de seu aniversário, explica detalhadamente a trajetória de Lula desde que começou a reclamar dos sintomas da moléstia, passando pela realização dos exames, até o diagnóstico e início de tratamento. Em consonância com esses expedientes, no intuito de produzir um efeito de neutralidade, uma vez

que pretensamente aborda o fenômeno sob um prisma objetivo, técnico e informativo, o enunciador do texto precisa até mesmo as dimensões do tumor na laringe do político: “Com 3 centímetros de comprimento, 2 de largura e 2 de espessura, o tumor do ex-presidente ocupa quase metade da laringe”.

Também é ali salientado o risco que o tumor e, principalmente, sua extração implicavam à voz de Lula. Tal risco é qualificado como a pior seqüela que a enfermidade poderia lhe causar: “Nesses casos, a cirurgia costuma ser a primeira opção de tratamento: é rápida, e em um mês, em média, o paciente retoma suas atividades cotidianas. Em quadros como o de Lula, no entanto, a extração cirúrgica do tumor pode deixar seqüelas graves. A pior delas é a perda da potência da voz – o que, para um político (e, em especial, um político como Lula), representaria uma tragédia”. Aqui, identificamos a reafirmação de que a voz é uma das forças de Lula tanto na expressão da personalidade pública e privada quanto na atuação em sua vida política. A abertura dos parênteses e a formulação linguística ali contida não correspondem, como talvez se pudesse supor, a um fortuito acréscimo, mas são, antes, responsáveis por uma reorientação da interpretação. Neles, ainda que mais discretamente, ouvimos os ecos de outros dizeres sobre Lula e sua voz então produzidos pela mídia brasileira de grande circulação:

O presidente que cometeu mais gafes na história do Brasil conseguia quase sempre roubar a cena ao abrir a boca. (...) Sua voz rouca, com erros de português, metáforas de futebol e piados do povão, era o elo com a massa, na versão sindicalista exaltado ou do lulinha paz e amor. O Brasil teve outros oradores inflamados (...) que se expressavam com vigor também na escrita. Lula não. Exerce uma liderança oral. A maioria da população brasileira não domina a palavra escrita. (...) Num país assim, a voz é hipervalorizada como capital simbólico. Lula sempre falou demais.⁴

⁴Ruth de Aquino. *A voz de Lula*. Revista *Época*. Edição de 30 de março de 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Mente-aberta/ruth-de-aquino/noticia/2012/03/voz-de-lula.html>>.

A todas essas informações e opiniões em nada abonadoras agrega-se uma outra, que, por seu turno, produz a reinterpretação das primeiras contidas no texto de *Veja*: a causa da doença. Num *box* preto bastante destacado no canto superior esquerdo da página 81 dessa edição da revista, encontra-se o seguinte enunciado: “As principais causas do câncer de laringe. Em relação a uma pessoa saudável, o risco da doença aumenta... 10 vezes com o tabagismo... 4 vezes com o consumo abusivo de bebida alcoólica.” Depois de serem mencionados mais dois fatores de risco, acrescenta-se o comentário: “Os dois primeiros riscos são multiplicados. Assim, uma pessoa que fuma e bebe tem uma probabilidade quarenta vezes maior em relação a quem não tem os mesmos fatores de risco.” Numa palavra, a insinuação de *Veja* é a de que Lula teve câncer porque bebe e fuma...

Na posição discursiva do enunciador da revista, facilmente constatamos o estabelecimento de relações de substituição e / ou de combinação entre “Lula” e “uma pessoa que fuma e bebe”, construindo equivalências semânticas e encaixamentos sintáticos cujos sentidos são absolutamente desfavoráveis ao ex-presidente. À direita desse *box*, na mesma página, há uma foto da esposa de Lula, flagrada com um cigarro à boca, acompanhada da seguinte legenda: “DA JANELA FECHADA. Lula diz que largou o cigarro em 2010, mas sua mulher, Marisa, mantém-se fiel ao vício, como se vê na foto de 1º. de novembro, dia em que o ex-presidente voltou para casa depois do início da primeira sessão de quimioterapia.” Foto e legenda contrastam com a referida “transparência” apresentada por Lula, familiares e equipe médica quanto à doença e a seu tratamento. Eis o contraste produzido por *Veja*: enquanto a esposa tenta ocultar-se sorratamente sob a cortina da janela de seu apartamento, fiel antes ao vício que ao cônjuge, e o marido alega ter deixado de fumar, cujo pressuposto é o hábito vicioso e cuja veracidade é posta em xeque pelas estatísticas, a revista mostra o que de fato acontece. “*Veja*” o que realmente ocorre: “como se vê na foto”...

O último parágrafo do texto de *Veja* começa com os dois seguintes períodos: “A transparência com a qual o ex-presidente enfrenta a doença é admirável. Desde o momento em que soube do câncer, ele pediu aos médicos que não escondessem nada sobre seu estado clínico.” Relaciona-se e contrasta com esses períodos e os ressignifica consideravelmente a sequência final do texto:

No vídeo feito ainda no quarto 1125 do Sírio-Libanês, ao lado de Marisa, o ex-presidente disse estar preparado para enfrentar mais uma batalha e conta com a solidariedade de todos. Não perdeu também a oportunidade de resvalar no uso político da doença. Em tom messiânico, defendeu: “Precisamos continuar acreditando em nosso país. Temos de acreditar na nossa presidente. Sem perseverança, a gente não consegue nada. Afinal de contas, eu vim para a Terra para lutar e melhorar a vida de todo mundo. Estou doído para falar ‘meus companheiros e companheiras’ mais forte, mas não estou podendo...” Os brasileiros querem vê-lo restabelecido, mas não porque ele seja o fiador da estabilidade política ou do desenvolvimento do país. Lula é simplesmente um ser humano. Deveria bastar.

De modo análogo ao que demonstramos mediante análise de textos do *Estadão*, aqui também se dá uma grande reconfiguração semântica da “admirável transparência de Lula”. No texto da revista, a franqueza de Lula desliza para “uso político da doença”, para “tom messiânico”, para “defesa” e, finalmente, para “é simplesmente um ser humano”; ser humano este, que, como os demais, precisa de compaixão e solidariedade em horas de grande sofrimento, mas que também erra e mente, principalmente ao afirmar que veio à Terra para, não humana, mas divinamente, “lutar e melhorar a vida de todo mundo”. Se há, pois, alguma transparência, esta é sobredeterminada nesses textos pelo atribuído oportunismo político, pela dissimulação e pela desmesura generosa com que Lula constrói e veicula sua autoimagem.

De fato, os efeitos pretendidos no principal texto da revista encontram-se já em sua seção “Carta ao Leitor”, da mesma edição 2242, intitulada “A transparência de Lula”, na qual são erigidos alguns comentários positivos a respeito da atitude do ex-presidente ao informar francamente os cidadãos brasileiros a respeito de sua saúde, mediante comparações que depreciam outros líderes políticos, como Fidel Castro e Hugo Chávez, por terem se valido de mentiras em suas “malfadadas experiências de totalitarismo tropical”. O texto também relembra os casos da presidenta Dilma Rousseff e o câncer linfático de que sofreu em 2009, e do vice-presidente José Alencar, que lutou contra um câncer na região abdominal por mais de dez anos. Entre o relativo elogio e tais comparações, uma crítica sobressai ao final do texto:

Nesses casos, porém, as notas nefastas costumam vir das tentativas de aproveitamento político da doença. Esse papel feio foi desempenhado por Marco Aurélio Garcia, o mesmo flagrado tripudiando sobre as vítimas do acidente da TAM em São Paulo, que reagiu à notícia da doença de Dilma com a hoje tristemente famosa afirmação: “Isso vai render votos.” (...) Lula quase escorregou em um vídeo feito por seu instituto na semana passada. O ex-presidente agradeceu adequadamente as manifestações de carinho recebidas e em seguida enveredou para a política partidária. Como se fiador fosse do atual governo, pediu ‘apoio’ à presidente Dilma – cujos índices de popularidade, é bom lembrar, dispensam ajuda.

Podemos observar que a “voracidade política” de Lula está novamente mencionada e destacada no referido enunciado, uma vez que, segundo o texto, há um nefasto “aproveitamento político da doença”, em meio ao qual o adequado agradecimento se “enveredou para a política partidária” e instaurou o ex-presidente na condição de “fiador” de Dilma Rousseff. Ainda que talvez não estivesse reivindicando diretamente para si o poder, Lula estaria usufruindo de sua enfermidade para dar continuidade aos planos políticos que ele próprio havia começado. De certa forma, o poder estaria (in)diretamente em suas mãos, e, como seria pressuposto pelo leitor ideal de *Veja* e explicitamente dito pelo autor do texto, Lula deu a entender – com ou sem intenção –, que estava fazendo uso de sua condição enferma como um apelo político para conseguir mais votos para Dilma; notamos aí a presença não só da voracidade política mas também de sua inteligência, ou “esperteza”, perante uma situação desfavorável, que supostamente foi transformada de modo astuto em proveito político.

Na formação discursiva em que se produziu esse dizer, há um sensível desequilíbrio entre o “agradeceu adequadamente”, por um lado, e as “notas nefastas”, o “aproveitamento político da doença” e o “enveredou para a política partidária”. O valor eufórico, em princípio, presente na “adequação” do agradecimento esvai-se ante o caráter nocivo contido no fato de tirar proveito político-partidário que pretensa e indevidamente sobressai daquela que é considerada uma inescrupulosa conduta de Lula. Assim, conforme a posição aqui assumida, “as [sinceras] manifestações

de carinho recebidas” pelo ex-presidente foram “recompensadas” com a ingratidão de quem só pretende manter-se dissimuladamente de um modo ou de outro no poder. Constatamos, portanto, que a polissemia contida num primeiro momento no título do “Carta ao leitor” da revista, a saber, “A transparência de Lula”, vai-se dissolvendo à medida que equivale nas paráfrases estabelecidas no texto a “notas nefastas”, “aproveitamento político” etc.

O recurso de supostamente reproduzir enunciação e enunciado alheios, que se alinham perfeitamente à posição do enunciador, com o proveito ainda de aí construir um efeito interativo, visto que pretensamente abre-se espaço para a espontânea manifestação do outro, é empregado por vários veículos midiáticos em suas sessões de carta dos leitores. *Veja* também se valeu desse mecanismo tanto para consolidar sua posição sobre Lula quanto para produzir os efeitos de interatividade e do livre direito de fala em uma mídia de grande repercussão nacional. Com mais forte razão, tais efeitos se produzem, em circunstâncias nas quais, em tese, o enunciador dá voz a posicionamentos antagônicos, entre os quais se encontra aquele que consiste no de seu adversário. Em sua edição 2243, publicada no dia 16 de novembro de 2011, a sessão “Carta dos Leitores” apresenta dois depoimentos que reverberam a matéria de capa da edição anterior sobre a doença do ex-presidente.

Eis abaixo a primeira dessas duas cartas:

Depois da divulgação da doença de Lula, algumas pessoas louvaram o seu suposto talento para o marketing, chegando a sugerir que o ex-presidente poderia ter ‘inventado’ um câncer para ganhar espaço na imprensa. A bizarrice de alguns comentários revelou uma faceta cruel do ser humano; às vezes somos rudes e monstruosos. Parabéns a VEJA pela abordagem correta dessa tragédia.

Mara Narciso
Montes Claros, MG

Identificamos ali, de imediato, uma leitora “real”, porque dotada de nome, sobrenome e procedência geográfica, cujo posicionamento parece ser exclusivamente favorável a Lula. Mediante a crítica endereçada à crueldade daqueles que o haviam acusado de beneficiar-

se do diagnóstico da enfermidade para angariar maior visibilidade midiática ou até mesmo de ter “inventado” a doença com tal propósito, a leitora refere-se à rudeza e à monstruosidade que podem caracterizar eventualmente a condição humana. Inicialmente, Mara Narciso utiliza uma modalidade enunciativa que, em princípio, a inclui no rol dos que por vezes são “rudes e monstruosos”. Contudo, de fato, estamos diante de um uso da primeira pessoa do plural, que não é, nem inteiramente inclusivo, nem completamente exclusivo (cf. BENVENISTE [1946] 2005, p. 256-8), uma vez que há no enunciado tanto uma inclusão do “eu”, do “tu” e do “ele” no “nós” da condição humana, quanto a relativamente sutil exclusão do enunciador do conjunto daqueles que não apenas não se compadecem com o provável sofrimento de Lula, mas criticam-no virulentamente, a despeito de seu frágil estado de saúde, da “tragédia” que então o acometeu. A bizarrice, a rudeza, a crueldade e a monstruosidade são atribuições bastante disfóricas impingidas a um outro com o qual a enunciadora não se identifica e a quem ela reprova o comportamento.

Na carta da leitora, sua posição pró-Lula compreende, no entanto, certa nuance, porque seu enunciado é finalizado com seus votos de felicitação à revista, que, segundo a enunciadora, abordou de forma “correta” a doença do ex-presidente. Conforme demonstramos acima, na construção discursiva do acontecimento empreendida por *Veja* em sua edição anterior, são reiteradas as acusações a Lula pelo uso político que ele teria feito do câncer. Há, portanto, um aparente descompasso entre o que seriam duas vozes da enunciadora: uma que condena a crueldade contida nas acusações endereçadas ao aproveitamento político da doença por parte de Lula; e a outra que parabeniza o veículo midiático que as efetuou à sua maneira, ou seja, de modo manifesto, mas não demasiadamente agressivo. Cremos tratar-se, antes, de uma mesma voz que denuncia o que se lhe apresenta como a inconveniência e atrocidade dos insultos (em circunstâncias em que os sentimentos esperados são a empatia e a compaixão), feitos, aliás, em outras esferas de produção e circulação de discursos, e que ao mesmo tempo felicita o responsável por aquilo que lhe parece ser um tratamento correto do episódio, provavelmente porque desprovido de excessos nas acusações, dessa vez formuladas com a relativa sutileza exigida pela condição pública de seu enunciador. Por fim, não nos parece ser aleatório o fato de as felicitações encerrarem o enunciado. Os estudos retóricos e textuais já nos ensinaram que as orientações argumentativas de uma formulação linguística não

passam incólumes pela ordem e disposição das coisas ditas: ao cabo da leitura da carta, os ecos de sua afirmação da “abordagem correta” de *Veja* sobre o caso continuarão reverberando.

Observemos a seguir a outra carta de leitor publicada nas mesmas sessão e edição da revista:

Não sou eleitora do senhor Lula, mas o respeito como ser humano, principalmente neste momento em que ele está enfrentando um câncer. Mas fiquei impressionada com o fato de sua esposa, dona Marisa Leticia, ter aparecido fumando na janela de seu apartamento, como mostra a foto publicada na página 81 da edição 2242. Cuidado, dona Marisa, pela senhora e pelo seu marido.

Martha M. X. Silva
Sorocaba, SP

Alguns pontos que se ressaltam inicialmente no enunciado são a articulação entre a oração negativa e aquela que principia com a primeira ocorrência da conjunção adversativa e a ênfase na circunstância desfavorável em que se encontrava o ex-presidente. Com efeito, numa abordagem discursiva, a primeira forma linguística não corresponde somente a um advérbio de negação, mas trata-se de uma marca polifônica, cujo funcionamento consiste na simultaneidade e sobreposição de vozes, que justapõe a afirmação e a negação da condição de eleitora de Lula, realizadas por dois enunciadores distintos e que subsume a primeira à segunda. Ademais, o enunciado é a materialização de um processo de contra-identificação (PÊCHEUX, 1997b, p. 215-6) do sujeito do discurso com aqueles que produzem outro enunciado cujas produção e circulação seriam facilmente atestáveis e cuja presença encontra-se no interdiscurso: “Sou eleitor(a) de Lula”; sua contra-identificação é ainda reforçada pela forma de tratamento “senhor” anteposta a Lula, a quem muito frequentemente referimo-nos com a familiaridade do apoio ou da oposição a um nosso próximo, a alguém íntimo ou ao menos a uma pessoa que nos é muito conhecida. Essa contra-identificação orienta a articulação tal como foi ali empreendida entre não ser eleitor de alguém e respeitá-lo. Em princípio, de acordo com certa moral e algumas legislações, que comportam variantes, o respeito deve ser estendido a todos, inclusive, aos

adversários e mesmo aos inimigos. Não é isso que parece ser afirmado no enunciado sob análise. Um simples e rápido exercício parafrástico é aqui esclarecedor:

“Sou eleitora de Lula, por isso o respeito.”

“Eu o respeito, por isso sou eleitora de Lula.”

“Não sou eleitora de Lula, logo não lhe devo nenhum respeito.”

“Não lhe tenho nenhum respeito, por isso não sou eleitora de Lula.”

“Não sou eleitora de Lula, mas o respeito (...).”

A relação adversativa que, distintamente das quatro primeiras formulações, articula as duas posições “Não sou eleitora de Lula” e “o respeito” deve ser relacionada com a sequência linguística que produz outro sentido: a locução adverbial de modo “como ser humano” e a oração subordinada adverbial temporal “principalmente neste momento em que ele está enfrentando um câncer”. Uma vez mais, não se trata de formas gramaticais, mas de “forma material” (ORLANDI, 1998, p. 31-2); a primeira delas restringe o respeito à condição humana de Lula e pode-se inferir que tal respeito não se estende à sua atuação na vida política (esta, concebida exclusivamente, com base nessa posição, não merece respeito...), ao passo que a segunda funciona como uma especificação do sentimento mencionado: só a condição humana de Lula merece respeito e isso, em particular, em ocasião na qual se nutriria essa sensibilidade moral por qualquer membro de nossa espécie que estivesse passando por tão doloroso processo.

Já a segunda adversativa marca o contraste entre os dois sentimentos pretensamente experimentados e expressos pela enunciadora: a empatia e a indignação. Em princípio, a identificação afetiva com a dor alheia e a indisposição com o mau comportamento de outrem parecem dirigidas distinta e respectivamente a Lula, em sua condição de enfermo, e à sua esposa, que fuma quando, onde e próxima de quem não deveria. Se há relativamente tal contraposição, há também uma extensão de atributos negativos da segunda ao primeiro ou talvez uma indistinção entre seus vícios físicos e éticos, visto que a referência ao fumo remete à causa da doença de Lula, segundo a revista, e o fato de fazê-lo contínua e dissimuladamente é também alastrado de Marisa ao ex-presidente ou simplesmente compartilhado entre ambos. A alegada

dissimulação não passa incólume, pois *Veja* “mostra” o que realmente se faz nos bastidores; a leitora, atenta e grata, o reconhece: a revista revelou com a foto publicada em edição e página precisas a impostura do casal. Enfim, a carta da leitora encerra-se com o que poderia ser interpretado como um amigável, respeitoso e preocupado conselho, mas, posto em relação com os demais enunciados da revista publicados nessas suas duas edições, cujo mote era o câncer de Lula, e com todos os demais que frequentemente dispensou ao ex-presidente, o último período consiste, antes, numa dupla e corrosiva advertência: não fume para não contrair a senhora também um câncer e para não agravar o de seu marido e não esconda seus vícios da sociedade brasileira, porque *Veja* os revelará. Ao longo da breve carta, ocorre a variação de predominância das modalidades enunciativas empregadas: a “elocutiva” e a “delocutiva”, nos dois primeiros períodos; e a “alocutiva”,⁵ no terceiro. Nesse último, a implicação e a interpelação do interlocutor explícito e aparente produzem tanto o efeito de certa hierarquia – um sujeito que não possui vícios e não mente pode / quer / deve repreender diretamente um outro que os possui e os dissimula–, quanto o endereçamento indireto, mas efetivo a seus interlocutores, ou seja, a outros leitores da revista, que podem aderir à e / ou intensificar sua identificação com a posição da enunciadora que faz o conselho-reprimenda-denúncia.

Em suma, as cartas das leitoras que *Veja* escolheu reproduzir, além dos efeitos de liberdade de expressão e interatividade auto-atribuídos, constroem a imagem de enunciadores que são generosos, humanos, sensíveis, etc., mas que, nem por isso, antes, ao contrário, deixam de lado seu senso crítico – criticidade, que, por seu turno, é sinônimo de adesão e identificação ao posicionamento da própria instituição midiática; aliás, exercem-na frequente e corrosivamente. Tudo se passa como se a revista dissesse o seguinte: Lula está doente, precisa de tratamento e merece se curar – uma vez que nem mesmo um ferrenho opositor de Lula, como é o caso de *Veja*, poderia afirmar publicamente outra coisa ante o sofrimento promovido por tão grave enfermidade. A revista expressa, assim, seu generoso compadecimento. Contudo, reitera que Lula, a despeito de

⁵“Os procedimentos enunciativos permitem àquele que fala colocar-se em cena (enunciação ‘elocutiva’), implicar seu interlocutor em seu ato de fala (enunciação ‘alocutiva’) e apresentar o que é dito como se nenhum dos dois estivessem aí implicados (enunciação ‘delocutiva’) (CHARAUDEAU, 2005, p. 134).

fazê-lo diferentemente de outros líderes políticos sul-americanos, está valendo-se de sua doença para se promover politicamente e para manter seu partido ou para manter-se ele próprio no Governo de municípios, estados e do próprio país. Eis aí, portanto, o que *Veja* estaria uma vez mais revelando a seus leitores: uma estratégia política oportunista.

Considerações finais

Ao tratar da voz de Lula por ocasião do anúncio de seu câncer de laringe, a letra impressa da grande mídia brasileira não falou da familiaridade com que ela é recebida pelos ouvidos brasileiros, sejam eles prosélitos ou opositores da atuação pública do ex-presidente, nem da potência política nela congregada, que permitiu talvez como “nunca antes na história deste país” ao pobre e ao trabalhador brasileiro falar e ser ouvido, ainda que muitíssimo aquém do que é preciso e do que lhe é de direito, tampouco da particularidade de seu timbre grave e áspero e de sua eloquência popular, em cujo encontro expressaram-se a concretude das dores da pobreza e o excelso de seus sonhos em suas ainda tímidas reivindicações. Antes, nesses textos da mídia nacional, verificamos a reiteração, em geral, de uma mesma orientação conservadora e das mesmas estratégias e recursos discursivos que visam a produzir o efeito de revelação das verdades e dos bastidores que, sendo supostamente inacessíveis aos membros comuns da sociedade, apenas nossos grandes jornais, revistas ou emissoras de tevê poderiam conhecer e nos transmitir, fazendo-o de modo neutro e imparcial. Além da repetição geral dessa posição, dessas estratégias e desses efeitos, constatamos algumas especificidades na construção midiática desse acontecimento decorrentes de aspectos singulares envolvidos nas condições de produção de seus textos.

Com efeito, não anunciamos uma doença tal como informamos um item de lista de compras de supermercado; não anunciamos um câncer tal como informamos um resfriado; e não anunciamos um câncer de um familiar, de um amigo ou da maior personalidade pública de nosso país (evidentemente consideradas maiores ou menores similaridades e diferenças nesses anúncios) tal como informamos essa doença, quando sofrida por um ente em relação ao qual, em função das distâncias espacial, cronológica e / ou afetiva, somos indiferentes. Não há identidade de sentimentos entre a angústia ante um relativo e até mínimo sofrimento

de um próximo querido e o desinteresse pela morte de um “mandarim chinês”.⁶ Um câncer de Lula, cujos riscos eram sua morte, a perda ou uma significativa alteração de sua voz, não poderia ser anunciado de qualquer maneira. Nossa análise dos textos da mídia que trataram dessa temática permitiu-nos depreender o que é dito em seus enunciados, o modo como são construídas suas enunciações e os efeitos que lhe são derivados. A empírica degeneração celular em parte da laringe de Lula consistiu principalmente num mote para a abordagem midiática de algumas pretensas facetas não virtuosas do ex-presidente, com as quais foi construído discursivamente um acontecimento, com base em retomadas, reformulações e silêncios da memória, fundamentados pelas filiações ideológicas de seus enunciadores.

O discurso da grande mídia brasileira materializado nos textos que trataram do câncer de Lula comporta identidades e diferenças em seus enunciados. Enquanto a *Folha* produziu: i) o deslocamento da “força da voz de Lula” para sua capacidade de comunicação e desta para voracidade política, que se vale do carisma, da demagogia e da dissimulação com vistas a manter-se no poder; ii) passagens textuais nas quais não há críticas disfóricas a Lula, uma vez que ali se tratava de focalizar a condição humana, e não política do sujeito que sofre gravemente; e iii) o efeito de empatia para com o sofrimento do enfermo, que compreendeu inclusive a explícita reprovação das manifestações acintosas de seus leitores no site do jornal; o *Estadão*: i) buscou empregar com frequência linguagem referencial e técnica, no intuito de construir um efeito de objetividade na divulgação das notícias em torno da doença do ex-presidente; ii) insinuou, ora mais, ora menos, explicitamente que o câncer era resultado do consumo de bebida alcóolica e de cigarro; iii) mencionou a pretensa vaidade de Lula, que estaria mais preocupado em não sofrer alterações em sua voz do que em salvar a própria vida; e iv) ressignificou a “transparência” de Lula, por não ter omitido seu câncer, ao cotejá-la com o tratamento médico privilegiado que o político usufruiu e ao derivá-la para o aproveitamento estratégico da doença para promover-se politicamente. Por seu turno, *Veja*: i) também se empenhou

⁶Trata-se aqui de uma alusão ao texto de Carlo Ginzburg (2001), no qual o historiador italiano discorre sobre “as implicações morais da distância”, com base em referências como a alegoria da provável indiferença de um europeu das Luzes diante de morte de um mandarim chinês, tal como essa alegoria fora construída por Diderot.

em produzir um efeito de neutralidade em sua cobertura do episódio, mediante certa constância na descrição de procedimentos médicos e de detalhes da enfermidade e do tumor; ii) aludiu ao grande risco que representaria para Lula a perda ou alteração de sua voz, uma vez que a estima pública gozada por ele dependeria de sua retórica popular, oral e vocal; iii) sugeriu igualmente que o câncer teria sido causado pelo consumo de álcool e tabaco; e iv) a franqueza com que o ex-presidente divulgou sua condição esteve a serviço do proveito político oriundo de sua grande e piedosa exposição midiática.

Em suma, eis aí aparentemente duas vozes: aquela da sensibilidade e da empatia humana e aquela da necessária crítica social. Contudo, essas vozes não estão equitativamente distribuídas, de modo a formar uma equilibrada polifonia. Aprendemos com Pêcheux (2011) que as formações discursivas determinam o dizer dos sujeitos de uma sociedade e com Foucault (1996) que não é qualquer sujeito que pode falar de qualquer coisa em qualquer circunstância. A força e o alcance do discurso são tamanhos que sua ação não se limita a determinar o que pode e deve ser dito, mas incide também e decisivamente sobre a formulação do dizer. Ao serem impelidos a falar do câncer de Lula, os veículos da grande mídia brasileira viram-se forçados a expressar certos respeito e compaixão, ou seja, foram compelidos a manifestar uma sensibilidade específica ante ao sofrimento humano. Isso, porém, não os impediu, antes, ao contrário, de lhe dirigir predominantemente uma série ampla de críticas que diziam respeito ao homem de vícios e ao político velhaco. Não se trata, pois, aí de polifonia, mas de uma compulsória e mínima presença de um sentimento benevolente, cuja função é a abertura do espaço para uma condenação política; trata-se, sim, conforme postula Orlandi (1989, p. 44), da tentativa de “produção da monofonia”, dessa orquestração que visa à obtenção de “uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos”.

Referências

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. *Problemas de linguística geral*. vol. 1. Campinas: Pontes, 2005, p. 247-259.

CHARAUDEAU, P. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005. 256p.

FALCÃO, C. C. Lula e o câncer: entre mitologias e midiatizações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012, Fortaleza. *Anais...* 2012, p. 1-12. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012>.

FAUSTO NETO, A.; WESCHENFELDER, A. Contendas de sentidos: estratégias de midiatização da doença do ex-presidente Lula. *Animus* (Revista Interamericana de Comunicação Midiática), vol. 11, n. 22, p. 246-271, 2012.

FORTUNA, B. S.; ARAÚJO, A. C. C.; OLIVEIRA, V. C. Análise da cobertura jornalística das revistas *Veja*, *Carta Capital*, *Isto é* e *Época* sobre a doença do ex-presidente Lula. In: *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, p. 1-25, 2012. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/fortuna-araujo-oliveira-analise-da-cobertura-jornalistica.pdf>.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. 79p.

GINZBURG, C. Matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância. In: _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 199-218.

ORLANDI, E. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia), In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 39-46.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 150p.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997a. 68p.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. 317p.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso, In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Org.). *Legados de Michel Pécheux*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 63-75.

PIOVEZANI, C. Política midiatizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

Mapeamentos metafóricos em artigo esportivo

Metaphorical mappings in sports article

Languisner Gomes

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil.

languisnergomes@hotmail.com

Resumo: O presente artigo discute o uso de algumas metáforas utilizadas para definir a atuação do jogador de futebol Hulk. Os dados foram retirados de um artigo esportivo selecionado do jornal *O Povo*, de Fortaleza - Ceará. A identificação das metáforas conceituais, bem como dos respectivos mapeamentos que projetam as realizações metafóricas, visam determinar as possíveis gerações de sentido. Nosso objetivo principal na pesquisa é tentar responder ao seguinte questionamento: quais são os mecanismos de mapeamento envolvidos na geração do sentido metafórico? Para tanto, tivemos como objetivo subjacente descrever a estrutura da rede de mapeamentos conceituais dos mecanismos responsáveis pela geração do sentido metafórico, motivo pelo qual escolhemos a Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff (1987) para dar suporte às nossas análises.

Palavras-chave: mapeamentos metafóricos; metáforas conceituais; geração sentido

Abstract: This article discusses some metaphors used to define the performance of the soccer player Hulk. The data were taken from an sport's article of the newspaper *O Povo*, in Fortaleza – Ceará. The

identification of conceptual metaphors, as well as their respective mappings to design the metaphorical realizations, aimed at determining the possible production of meanings. Our main goal with this research is answering the following question: what are the mapping mechanisms involved in generating metaphorical sense? To this end, we had as underlying goal to describe the structure of the network of conceptual mappings of the mechanisms responsible for generating the metaphorical sense, which is why we chose the Theory of Conceptual Metaphor of Lakoff and Johnson (1980) and Lakoff (1987) to support our analysis.

Keywords: metaphorical mappings; conceptual metaphor; meaning production

Recebido em 15 de setembro de 2014.

Aprovado em 20 de janeiro de 2015.

Introdução

A mente humana e as emoções são territórios de constante exploração. Muitas abordagens são alvos de investigação. A metáfora conceptual, apresentada por Lakoff e Johnson (1980), é um dos paradigmas que visa a apontar o que governa o pensamento humano. A rede de conceptualizações formadas na mente humana a capacita a dar sentido a diferentes expressões metafóricas.

Kövecses (2000) demonstrou que expressões verbais usadas para descrever emoções podem ser rastreadas por meio de um número limitado de metáforas conceptuais. A metáfora define-se como uma forma de processamento que, operando por mapeamento ou correspondência entre domínios da experiência, é capaz de licenciar em uma única e mesma expressão duas ou mais ideias ou representações diferentes. O objetivo de Kövecses (2000) é mostrar como as pessoas conceptualizam metaforicamente as emoções. O autor sugere que a conceptualização das emoções é, em certa extensão, universalmente compartilhada.

Compreendendo, pois, a relevância das conceptualizações realizadas pela mente humana, pretendemos, à luz dos princípios

postulados por Lakoff e Johnson (1980) na Teoria da Metáfora Conceptual e Lakoff (1987), identificar as metáforas conceptuais, bem como os respectivos mapeamentos que projetam as realizações metafóricas, determinando as possíveis gerações de sentido, que constituem a base dos diferentes mapeamentos conducentes a diferentes realizações metafóricas.

Uma tendência na Linguística Cognitiva que inclui a metaforicidade como um dos casos especiais de mecanismos mais gerais dos mapeamentos mentais é a Teoria da Metáfora Conceptual, que procura explicar como os indivíduos constroem correspondências conceptuais e novas inferências. Entender como se processa a rede de mapeamentos é fundamental quando o que se pretende é demonstrar como se dá o processo de significação pela (re)construção dos domínios conceptuais segundo os quais o processamento resulta de operações mentais que se indiciam nas representações verbais e, portanto, são ativados por expressões linguísticas.

Lakoff e Johnson (1980) centraram seus estudos na busca da compreensão dessa natureza mais abstrata da linguagem quando afirmaram que o pensamento e a linguagem são, em grande medida, figurativos. Para fins de recorte de pesquisa, nos concentramos apenas na geração do sentido metafórico por meio dos mapeamentos e, conseqüentemente, das metáforas e suas respectivas expressões linguísticas metafóricas, apontando caminhos para a identificação dos mecanismos que levam à compreensão da metaforicidade. Muitos são os autores que contribuíram e ainda desenvolvem pesquisas com o objetivo de aproximar linguagem, pensamento e processamento cognitivo. Entre eles, destacamos os trabalhos sobre metáfora de Lakoff e Johnson (1980), que se debruçaram sobre as implicações de uma metaforicidade que eles caracterizam como “corporificada”. Os¹ autores defendem que

¹A Linguística Cognitiva postula que é impossível dissociar o mundo do significado do mundo da experiência, ou seja, conceber a linguagem à margem de todos os outros sistemas cognitivos. Assim, a Linguística Cognitiva rejeita que a linguagem seja um sistema autônomo ou uma faculdade humana autônoma em relação aos processos mentais, ao contrário das teorias linguísticas anteriores. Assume que a linguagem decorre das diferentes vertentes da experiência do homem no mundo, ou seja, das experiências corporais, físicas, apreendidas pelos sentidos, fruto do movimento relativo do corpo no espaço (daí a ênfase dos cognitivistas no carácter corpóreo da língua) em que se incluem também as experiências de interação social.

o pensamento e a linguagem não são fenômenos “descorporificados”, nem é a metáfora um caso especial de atividade verbal, unicamente característica da arte poética. Ao contrário, a metáfora é fundamental para o pensamento e muitos outros processos da cognição. Nesse sentido, a mente ganha relevância, ocorrendo uma mudança da base cognitiva e descorporificada para uma base cognitiva experiencial, com a mente corporificada. Nosso estudo leva em conta: (a) a linguagem como produto de uma experiência corporificada, ou seja, o corpo e a experiência herdada e construída determinam a estrutura conceptual; (b) a estrutura sintática e semântica derivam da e refletem a estrutura conceptual; e (c) a linguagem é dependente das restantes capacidades cognitivas, como a percepção, a memória e atenção. Leva-se em conta ainda o poder criativo / imaginativo da mente humana.

Nosso interesse na pesquisa consiste em tentar responder ao seguinte questionamento: quais são os mecanismos de mapeamento envolvidos na geração do sentido metafórico? Portanto, tivemos como objetivo principal descrever a estrutura da rede de mapeamentos conceptuais dos mecanismos responsáveis pela geração do sentido metafórico, motivo pelo qual escolhemos a Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (1980).

Nosso interesse pelo texto de jornal envolvendo o jogador Hulk (que tem o mesmo nome do personagem dos quadrinhos da Marvel) se justifica em função do número de metáforas associadas a esse personagem, o que permite uma análise da utilização das metáforas conceptuais. Portanto, tomamos como ponto de partida para as nossas inferências a notícia apresentada pelo jornal *O Povo*, de 6 de junho de 2014. Por necessidade de personificar o jogador, certas comparações são feitas.

A metáfora

A partir da publicação, em 1980, do livro *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson, ocorre uma ruptura com a visão que tinha a metáfora como apenas um ornamento poético, uma ilustração. A Teoria da Metáfora Conceptual assume que o sistema conceptual humano está alicerçado sobre um conjunto de conceitos oriundos da experiência, compreendidos via mapeamentos. Sendo assim, as expressões linguísticas metafóricas fazem sentido uma vez que elas são motivadas pelos mapeamentos conceptuais. Em outras palavras, elas são conceptualmente

motivadas no sentido que há mecanismos cognitivos que desencadeiam a geração do significado metafórico. Entende-se que as metáforas estão presentes ativamente tanto na interpretação quanto na acessibilidade das expressões do cotidiano. As metáforas ajudam a compreender o mundo que nos cerca e, conseqüentemente, as novas formas de conceptualizar esse mundo.

Não é possível ignorar que falar de uma expressão conceptualmente motivada envolve aspectos ligados à sua figuratividade e literalidade. Além da metaforicidade que assumimos estar presente na geração do significado, há questões voltadas para sua interpretação que podem ser direcionadas tanto para o literal quanto para o figurado. Dependendo de uma ou outra interpretação se dará um ou outro sentido. Se a escolha for mais literal, a metaforicidade fica à margem da interpretação; enquanto que, se figurativa, a metaforicidade é amplamente utilizada para seu entendimento. Desse modo, “digerir uma ideia”, por exemplo, parte de outras expressões em que ideias são faladas em termos de *comida* (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 46).

Para que o leitor dê sentido ao que ouve, lê, escreve, a metáfora é auxiliada pelos domínios compreensíveis da experiência. Os conceitos são, assim, mapeados entre domínios (de domínios fontes para domínios alvo). Há quem afirme que o sentido literal é observado primeiro para só depois o indivíduo chegar ao sentido metafórico, ou seja, o indivíduo interpreta o significado metafórico somente depois de ter tentado, sem sucesso, encontrar um sentido literal. Isso levaria a um desgaste cognitivo, pois o indivíduo despenderia um maior esforço na busca do sentido apropriado. Esse é o motivo pelo qual afirmo que o sentido pode ser literal se assim o contexto indicar como, por exemplo, “pisar na jaca”. É possível que o indivíduo pise, de fato, na fruta denominada de jaca, mas se estivermos falando de um deslize de alguém, ou o fato de se cometer exageros, estaríamos no terreno da metáfora e, portanto, a composicionalidade da expressão idiomática indica a necessidade de uma interpretação metafórica. Com a ajuda do contexto, identificamos, imediatamente, o sentido metafórico e não passamos por uma leitura literal no processo de compreensão.

Em cada expressão metafórica, há pelo menos um, mas, frequentemente, mais de um traço em que o domínio fonte é mapeado em um traço correspondente no domínio alvo. Isso posto, podemos afirmar que o que constitui uma metáfora é parcialmente afetado pelo meio no qual

ela ocorre – uma questão sócio-histórico-cultural. Nas palavras de Geeraerts (2006, p. 3), a língua envolve sempre o significado (*language is all about meaning*), pelo que a linguagem constitui um instrumento para organizar, processar e veicular informação. Com base nisso, pode-se afirmar que o significado faz uma articulação com a experiência física (concreta), e, com certeza, com a nossa experiência sócio-histórico-cultural.

Segundo Geeraerts (2006, p. 5, tradução nossa),

(...) nós também temos uma identidade cultural e social, e nossa língua pode revelar essa identidade, ou seja, as linguagens podem revelar essa identidade, ou seja, as linguagens / línguas podem corporificar a experiência histórica e cultural de grupos de falantes (e indivíduos).²

Para Gibbs (1999, p. 4, tradução nossa), “muitos aspectos de como nós entendemos a língua falada, interpretamos textos escritos e produzimos sentido de obras de arte são de certa forma influenciados pela procura por intenções comunicativas.”³

Outro aspecto a ser discutido quando da análise de metáforas é acerca da distinção entre mapeamentos metafóricos e metáfora. Temos de estabelecer uma desambiguação do próprio termo ‘metáfora’, por um lado; e evidenciar a sua natureza conceptual, por outro. Em outras palavras, o termo “metáfora” utiliza-se para designar os mapeamentos conceptuais entre domínios, enquanto o termo “expressão metafórica” se emprega para designar uma representação linguística individualizada destes últimos. Dessa forma, as expressões metafóricas constituem realizações linguísticas subjacentes das metáforas conceptuais.

Para facilitar a memorização dos diversos mapeamentos existentes no nosso sistema conceptual, Lakoff e Johnson (1980) adotaram uma estratégia de nomear cada mapeamento, utilizando mnemónicos, escritos com maiúsculas pequenas, por exemplo, LOVE IS A JOURNEY (O AMOR É UMA VIAGEM).

²(...) we also have a cultural and social identity, and our language may reveal that identity, i.e. languages may reveal that identity, i.e. languages may embody the historical and cultural experience of groups of speakers (and individuals).

³Many aspects of how we understand spoken language, interpret written texts, and make sense of artworks, is to a significant extent influenced by the search for communicative intentions.

Nós adotamos esta terminologia pela seguinte razão: Metáfora, como um fenômeno, envolve tanto mapeamentos conceptuais quanto expressões linguísticas individuais. É importante manter os termos distintos. Uma vez que os mapeamentos é que são primários e que isso se refere às generalizações que são nosso principal interesse, temos reservado o termo “metáfora” para os mapeamentos, mais do que para as expressões linguísticas. (...) Na literatura sobre esse campo, letras maiúsculas menores como O AMOR É UMA VIAGEM são usados como mnemônicos para nomear os mapeamentos. Assim, quando nos referimos à metáfora O AMOR É UMA VIAGEM, estamos nos referindo ao conjunto de correspondências discutidas acima. A sentença o amor é uma viagem, por outro lado, é uma expressão metafórica que é entendida via aquele conjunto de correspondências (LAKOFF *apud* GEERAERTS, 2006, p. 192-193, tradução nossa.)⁴

É relevante ressaltar que é justamente essa diferenciação entre metáfora e expressões metafóricas, ou seja, o fato de uma metáfora conceptual poder tomar diversas formas por meio de expressões linguísticas metafóricas, que torna a metáfora um fenômeno conceptual. Se, por outro lado, as metáforas fossem apenas expressões linguísticas, haveria possibilidade de ocorrer diferentes metáforas para diferentes expressões linguísticas.

No entanto, segundo Lakoff (2006), é fácil de comprovar que isso não acontece.

⁴We have adopted this terminology for the following reason: Metaphor, as a phenomenon, involves both conceptual mappings and individual linguistic expressions. It is important to keep them distinct. Since it is the mappings that are primary and that state the generalizations that are our principal concern, we have reserved the term “metaphor” for the mappings, rather than for the linguistic expressions. (...) In the literature of the field, small capitals like LOVE IS A JOURNEY are used as mnemonics to name mappings. Thus, when we refer to the LOVE IS A JOURNEY metaphor, we are referring to the set of the correspondences discussed above. The English sentence *love is a journey*, on the other hand, is a metaphorical expression that is understood via that set of correspondences. (LAKOFF *apud* GEERAERTS, 2006, p. 192-193).

Se as metáforas fossem apenas expressões linguísticas, nós poderíamos esperar que diferentes expressões linguísticas fossem metáforas diferentes. Assim, *Chegamos ao final da estrada* constituiria uma metáfora. *Não podemos voltar atrás agora* uma outra, inteiramente diferente da anterior. *Seu casamento está esfriando* ainda uma metáfora diferente. E assim por diante, dezenas de exemplos. Parece-nos que não há dezenas de metáforas aqui. Temos apenas uma metáfora, na qual o amor é conceptualizado como uma viagem. Os mapeamentos nos dizem precisamente como o amor está sendo conceptualizado como uma viagem. E essa forma unificada de conceptualizar o amor metaforicamente é realizada em muitas diferentes expressões linguísticas (LAKOFF apud GEERAERTS, 2006, p. 192-193, tradução nossa).⁵

Podemos encontrar expressões linguísticas metafóricas em textos de diferentes áreas (esportivo, literatura, revistas em quadrinhos e assim por diante). Entre eles podemos citar a Bíblia, na qual o apóstolo São Paulo, em I Coríntios 9:24, usa os esportes em relação à vida cristã. Cristãos são comparados a corredores que pretendem alcançar o prêmio máximo: “Não sabeis vós que os que correm no estádio, todos, na verdade, correm, mas um só leva o prêmio? Correi de tal maneira que o alcanceis”.

Mapeamentos metafóricos

O seriado “Hulk” é focado exclusivamente na figura do Dr. David Banner e seu *alter ego*. Em “Hulk”, o motivo central que movimenta a narrativa e a ação do personagem é a busca do Dr. Banner da cura e o

⁵If metaphors were linguistic expressions, we would expect different linguistic expressions to be different metaphors. Thus, *We've hit a dead-end street* would constitute one metaphor. *We can't turn back now* would constitute another, entirely different metaphor. *Their marriage is on the rocks* would have still a different metaphor. And so on for dozens of examples. Yet we don't seem to have dozens of different metaphors here. We have one metaphor, in which love is conceptualized as a journey. The mapping tells us precisely how love is being conceptualized as a journey. And this unified way of *conceptualizing* love metaphorically is realized in many different *linguistic* expressions (LAKOFF apud GEERAERTS, 2006, p. 192-193).

dilema entre o seu lado homem / monstro. Sendo assim, como se dariam esses mapeamentos metafóricos no caso de um jogador de futebol ter como codinome o mesmo do personagem Hulk? Inicialmente é interessante delinear o nosso entendimento do que seja mapeamento metafórico. Para tanto, nos valem do que é dito por Kövecses (2006, p. 118-125). Inicialmente o autor afirma (p. 118) que na visão tradicional da metáfora a similaridade é a motivação principal para juntar dois conceitos em uma relação metafórica, mas ele dá igual importância para as correlações na experiência do corpo. Kövecses (*Op. cit.*, p. 119) afirma que certos gatilhos acionam uma analogia em particular, compartilhando elementos dos domínios fonte e alvo. Ou seja, um determinado traço que é compartilhado por um elemento do alvo e um elemento da fonte ajuda o leitor a chegar a um extensivo conjunto de relações analógicas entre a fonte e o alvo da metáfora. Para o autor, em muitos casos, o elemento compartilhado não é um traço tão óbvio. Em geral, o alvo e a fonte são caracterizados por relações estruturais similares – sem nenhum traço compartilhado da situação comunicativa que deve engatilhar a reconhecimento das relações compartilhadas. O que é reconhecido entre os dois domínios não precisa ser algo tão abstrato quanto à estrutura de nível genérico. Pode haver similaridades de todos os tipos – reais ou percebidas.

A partir dessas colocações, Kövecses (2006, p. 119-120) passa a se posicionar quanto às conexões na mente humana. Ele afirma que é o cérebro que faz funcionar o corpo, e se a metáfora está no corpo, então, ela deve também estar no cérebro. As experiências corporificadas, por esse ponto de vista, resultam em certas conexões neurais entre áreas do cérebro (estas áreas correspondem aos domínios fonte e alvo). Ele dá como exemplo o fato de quando a área do cérebro que corresponde a afeição é ativada, a área que corresponde ao calor também é ativada. Pensa-se que quando o indivíduo entende conceitos abstratos metaforicamente, dois grupos de neurônios no cérebro são ativados ao mesmo tempo; quando um grupo de neurônios que corresponde ao domínio fonte é ativado, outro grupo de neurônios do domínio alvo também é.

Resumindo, Kövecses (2006, p. 120, tradução nossa) afirma que

as metáforas conceptuais são conjuntos de neurônios em diferentes partes do cérebro conectados pelo circuito neuronal. Os conjuntos de neurônios localizados em diferentes partes do cérebro são os domínios fonte e alvo, e os circuitos neurais físicos que os conectam são os

mapeamentos. Isso permite que a metáfora seja vista como física (neuronal) e estruturas do cérebro. Para dar sentido a metáfora é necessário que conexões apropriadas neuronais sejam “recrutadas” entre diferentes partes do cérebro.⁶

Para Kövecses (2006, p. 122), há correspondências conceituais essenciais e básicas, denominadas de mapeamentos entre os domínios fonte e alvo. Ele dá como exemplo (QUADRO 1) o conjunto de mapeamentos para a metáfora O AMOR É UMA VIAGEM (LOVE IS A JOURNEY):

Quadro 1 – Mapeamentos para a metáfora O AMOR É UMA VIAGEM.

Fonte: VIAGEM		Alvo: AMOR
Viajantes	→	amantes
Veículo	→	relacionamento amoroso
Destino	→	propósito para a relação
Distância coberta	→	progresso feito na relação
Obstáculos ao longo do caminho	→	dificuldades encontradas na relação

Fonte: Kövecses (2006, p. 122).

Os mapeamentos devem ser colocados de tal forma que expliquem expressões linguísticas metafóricas em particular. Portanto, uma metáfora conceptual é um conjunto de correspondências que ocorrem entre os domínios fonte e alvo, que se manifestam em expressões linguísticas metafóricas, de tal maneira que a metáfora possa ser expressa. Sendo assim, o conhecimento do indivíduo a respeito dos conceitos são necessários para se entender os relacionamentos entre os domínios.

⁶Conceptual metaphors are ensembles of neurons in different parts of the brain connected by neuronal circuitry. The ensembles of neurons located in different parts of the brain are the source and target domains, and the physical neural circuitry that connects them is the mappings. This allows us to see metaphor as physical (i.e., neural) structures of the brain.

Para Kövecses (2006, p. 123), os domínios fonte frequentemente mapeiam ideias no alvo, além das correspondências básicas. Esses mapeamentos adicionais são denominados de inferências ou acarretamentos (*entailments*). Se AMOR é conceptualizado como VIAGEM e o veículo corresponde ao relacionamento, então o conhecimento sobre o veículo pode ser usado para entender os relacionamentos amorosos. Portanto, o autor conclui que, quando se sugere que uma metáfora conceptual pode ser vista com uma estrutura como A é B, isso não significa que o conceito por inteiro A ou B esteja envolvido – apenas aspectos seletivos deles. Sendo assim, nem todos os conceitos do domínio fonte são projetados no domínio alvo. Porém, podem, eventualmente, duas contrapartes serem projetadas e amalgamadas no alvo e, outras vezes, apenas uma. Se houver falta de compreensão por parte do indivíduo, é provável que nenhum conceito tenha sido projetado e, portanto, ou não se tem significação, ou um sentido literal, não metafórico. Trata-se de um trabalho inconsciente na construção do significado. Os estudiosos buscam identificar, em geral, como se compõe esse significado e como se dão essas projeções.

Conforme se dão as projeções e são realizados os mapeamentos, podemos estar diante de uma rede ampla de sentidos, recrutando novas estruturas para o domínio alvo, tornando-as disponíveis para possíveis projeções.

Sendo assim, como seria possível estabelecer alguns mapeamentos metafóricos entre o personagem Hulk e o jogador de futebol Hulk? Tentamos abaixo evidenciar alguns possíveis aspectos envolvidos nesse processo (QUADRO 2):

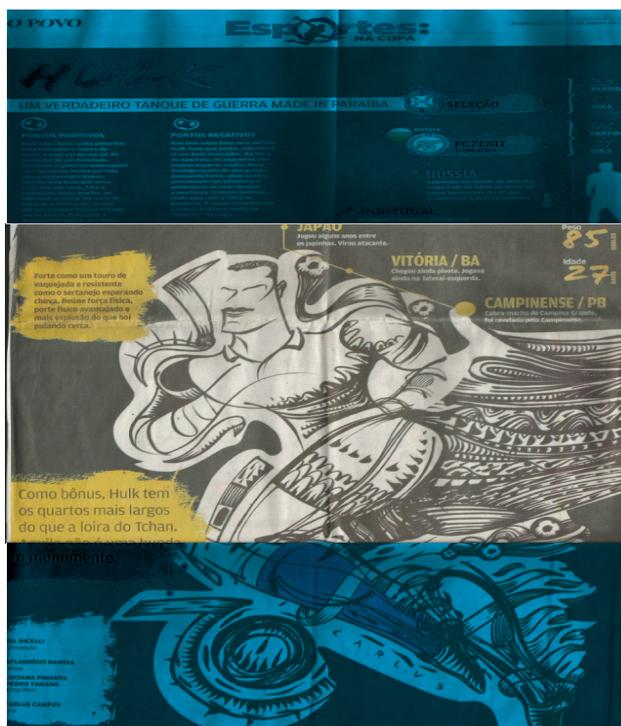
Quadro 2 – Possíveis mapeamentos metafóricos Hulk – personagem de filmes e quadrinhos e jogador de futebol

Fonte: HULK (personagem)	Mapeamentos	Alvo: HULK (jogador)
CIENTISTA	→	JOGADOR
FORÇA	→	FORÇA
VENERADO POR CRIANÇAS	→	VENERADO POR TORCEDORES
VELOZ	→	VELOZ
DESTRUIDOR	→	GOLEADOR
VERDE DO CORPO	→	VERDE DO CORPO
RESISTÊNCIA AOS ATAQUES DOS INIMIGOS	→	RESISTÊNCIA AO ADVERSÁRIO

O texto

A escolha do texto para a análise teve por objetivo observar as variedades de possibilidades metafóricas em um texto jornalístico referente ao esporte futebol e, mais especificamente, ao jogador da seleção brasileira chamado de Hulk. O texto está repleto de metáforas, o que exige do leitor poder criativo, imaginativo. Retiramos os dados do jornal *O Povo*, de 06/06/2014, p. 3. O autor do texto é Aflaudísio Dantas.

No texto (FIGURA 1) vemos que o jogador é representado pictoricamente e metaforicamente como um herói *Marvel*. Há, portanto, duas modalidades envolvidas no artigo, motivo pelo qual podemos denomina-lo de verbo-pictórico. Há um grande interesse em discutirmos a imagem e seu potencial na geração do sentido, mas, no momento, voltaremos nossa atenção apenas para a linguagem verbal do texto e sua metaforicidade.



Fonte: Jornal *O Povo*, de 06/06/2014, p. 3.

Figura 1 – Texto do jornal *O Povo* sobre o jogador de futebol Hulk.

Não podemos ignorar que a imagem, nesse caso, tem uma implicação na interpretação do texto, mas, no momento, nos dedicaremos apenas à linguagem verbal do texto. Sendo assim, passamos a transcrever o texto verbal para facilitar sua leitura e análise.

Transcrição do texto da Figura 1:

Hulk; um verdadeiro tanque de guerra *made in* Paraíba

Pontos positivos

Hulk não chuta, solta petardos assemelhados a coices de mula. A bola sai do seu pé do tamanho de um bombom, deixando o goleiro conversando com as almas. Numa partida pelo Campeonato Russo, chutou uma bola que voou a 125 km por hora. Tira a cabeça do meio, macho, se não você se lasca! Na hora de encarar a marcação, se não der para passar na habilidade, vai na marra. O homem é desassombrado! Ir pro mano a mano com o Hulk é pedir pra dar uma passada no IJF.

Pontos Negativos

Não tem nada de bom sem defeito. Hulk bem que tenta, mas não é lá um bom marcador. Na hora do aperreio, os zagueiros não podem esperar muito. Mais desengonçado do que gringo dançando forró, pode acabar arrumando um pênalti pro adversário ou usar demais a sua força. O chute potente contrasta com a falta de pontaria. É capaz de (4) embarcar a bola e acabar o racha da “negada” da Copa.

Forte como um touro de vaquejada e resistente como o sertanejo esperando chuva. Reúne força física, porte físico avantajado e mais explosão do que boi pulando cerca.

Como bônus, Hulk tem os quartos mais largos do que a loira do Tchan. Aquilo não é uma bunda, é um monumento.

Com base nesse texto, podemos considerar as seguintes metáforas (M) e respectivas expressões metafóricas (EM):

(1) M – JOGADOR É UMA ARMA BÉLICA

EM – “Hulk; um verdadeiro tanque de guerra *made in* Paraíba”

(2) M – JOGADOR É UM ANIMAL

EM – “Hulk não chuta, solta petardos assemelhados a coices de mula”

EM – “Forte como um touro de vaquejada”

EM – “Reúne força física, porte físico avantajado e mais explosão do que boi pulando cerca”

(3) M – JOGADOR É UM DANÇARINO

EM – “Mais desengonçado do que gringo dançando forró”

EM – “Como bônus, Hulk tem os quartos mais largos do que a loira do Tchan”

(4) M – JOGADOR É UM EMBARCADOR DE BOLA

EM – “É capaz de (4) embarcar a bola e acabar o racha da “negada” da Copa”

(5) M – JOGADOR É UM SERTANEJO RESISTENTE

EM – “Resistente como o sertanejo esperando chuva”

(6) M – JOGADOR É UM MONUMENTO

EM – “Aquilo não é uma bunda, é um monumento”

(7) M – JOGADOR É UM LUTADOR

EM – “Na hora de encarar a marcação, se não der para passar na habilidade, vai na marra”

EM – “Ir pro mano a mano com o Hulk é pedir pra dar uma passada no IJF”

(8) M – A BOLA É UM DARDO CERTEIRO

EM – “Numa partida pelo Campeonato Russo, chutou uma bola que voou a 125 km por hora”

EM – “O chute potente contrasta com a falta de pontaria”

(9) M – A BOLA É UMA BALA/PROJÉTIL/ARMA

EM – “A bola sai do seu pé do tamanho de um bombom⁷ deixando o goleiro conversando com as almas”

⁷Essa expressão linguística regional “do tamanho de um bombom” é também muito usada nas periferias de Fortaleza. Tem como significado a alta velocidade com que algo se desloca, pois quando tentamos visualizá-la, é difícil definir suas formas, daí se dizer, por exemplo, que “Fulano passou por aqui do tamanho de um bombom”. Nesse caso, então, a metáfora seria a de que a bola é pura velocidade, ou algo nesse sentido.

Mapeamentos diversos dão origem a diferentes realizações metafóricas, por exemplo: JOGADOR É UM ANIMAL que dá origem a: Hulk não chuta, *solta petardos* assemelhados a *coices de mula* e Forte como um *touro* de vaquejada. Soltar petardos poderia também ser incluso na metáfora: JOGADOR É UMA ARMA BÉLICA, pois petardo se refere a bomba. Portanto, as metáforas e seus mapeamentos envolvem um objetivo final do jogador, que é marcar o gol. Para isso, o autor se vale de expressões que metaforizam o jogador em diferentes aspectos. Vejamos como, possivelmente, se constituem algumas das metáforas e suas correspondentes expressões linguísticas metafóricas:

(1) JOGADOR É UMA ARMA BÉLICA – dá origem a realizações metafóricas cujo domínio fonte incide sobre o domínio alvo, levando em conta as projeções relativas aos atributos de armas de guerra, no caso, *tanque de guerra* próprio desse cenário. As propriedades que são atribuídas ao tanque de guerra: FORTE, RESISTENTE, QUASE INDESTRUTÍVEL, são projetadas seletivamente no jogador. Dessa maneira, vemos o jogador por outro ponto de vista. Uma abstração do potencial do tanque de guerra transferido para o jogador, em vez de simplesmente dizer que o jogador é forte.

(2) JOGADOR É UM ANIMAL – leva a realizações metafóricas cujo domínio-fonte incide sobre o domínio-alvo, levando em conta as projeções relativas aos atributos de animais, no caso, *coices de mula* e *forte como um touro*, próprios desse cenário. Nesse caso, a escolha do animal define o tipo de característica que se deseja transferir para o jogador. Na escolha da *mula*, temos a persistência, a potência do coice que, quando colocada na bola, indica a força do chute do jogador. Já quando se quis atribuir força ao jogador, o touro é usado como metáfora (comparação). O animal no domínio fonte da metáfora facilita a criação de imagens mentais que propiciam uma melhor avaliação do domínio alvo.

(3) JOGADOR É UM DANÇARINO – é concretizada em imagens metafóricas construídas em torno do domínio fonte das danças, no caso, o forró dançado por um gringo, ou seja, que se supõe desengonçado, fora do ritmo. Das danças, poderia ter sido escolhido qualquer ritmo e, dependendo dessa escolha, definiria quem é esse dançarino. O fato de ser um “gringo” também influencia na composição do sentido.

(4) JOGADOR É UM EMBARCADOR DE BOLA⁸ – a conceptualização exige um maior esforço cognitivo, pois é concretizada pela imagem de um embarcador de malas metaforizado por um embarcador de bolas. Um embarcador de malas tem um destino para enviá-las. O jogador também tem um destino para a bola. Aqui há uma conceptualização entre MALA e BOLA, EMBARCADOR e JOGADOR.

(5) JOGADOR É UM SERTANEJO RESISTENTE – realiza-se em imagens metafóricas que tomam como domínio fonte a problemática do sertanejo que espera chuva para que a terra produza. Sua agricultura e sobrevivência dependem das águas das chuvas. O jogador, ao ser conceptualmente metaforizado como um sertanejo “resistente”, indica que ele é persistente e não desiste de seus objetivos. No caso do sertanejo, temos a plantação e a esperança pela chuva; para o jogador, sua insistência é pelo gol que define o vencedor da partida.

(6) JOGADOR É UM MONUMENTO – dá origem a imagens metafóricas que apresentam como domínio fonte uma parte do corpo do jogador que é comparada a um monumento, ou seja, uma obra de arquitetura ou escultura destinada a perpetuar para a posteridade a lembrança de um grande personagem ou acontecimento. Nesse caso, não são as qualidades como jogador de futebol que estão em jogo, mas uma parte do corpo em particular que se destaca. Quando o autor do texto diz que “aquilo não é uma bunda, é um monumento”, ele está analisando o jogador por outros aspectos que não sua habilidade com a bola.

(7) JOGADOR É UM LUTADOR – Dá origem a realizações metafóricas cujo domínio fonte incide sobre adversários, táticas e meios técnicos próprios dos cenários de luta. Nesse cenário, imagina-se que o lutador pretende derrubar o adversário, maneira que demonstra que é um vencedor. No caso da expressão “Ir pro mano a mano com o Hulk é pedir pra dar uma passada no IJF”, indica que, se o adversário se colocar

⁸A expressão “embarcar a bola” é utilizada nas periferias de Fortaleza quando pessoas estão jogando futebol. Embarcar a bola significa chutar a bola tão forte que ela chega a sair do campo de jogo (ou da rua), e a cair em quintais de casas ou outros locais privados. Percebe-se que o autor desse texto procurou empregar essa expressão linguística usada quando se joga futebol em Fortaleza, visto que muitos dos leitores da seção de esportes do jornal O Povo, já a utilizou ou ainda a usam, provocando uma identificação com o texto e reforçando as metáforas empregadas nele.

na frente do jogador o impedindo de realizar seu intento de marcar o gol, ele será capaz de enfrentá-lo e a sua força poderá levar o adversário ao IJF⁹, ou seja, ao hospital.

Vale ressaltar que o autor do texto quis empregar expressões metafóricas utilizadas por pessoas da periferia de Fortaleza, principalmente quando estão jogando futebol. Uma interpretação aproximada do leitor sobre o que o autor pretendeu comunicar depende, logicamente, da experiencição sócio-histórica de quem lê o artigo. As metáforas contextualmente não se tornam difíceis de serem interpretadas. No caso

(8) A BOLA É UM DARDO CERTEIRO – a concretização se dá por meio de um domínio fonte visto como um dardo que tem como alvo um único destino – no caso do jogo e da bola, é o gol. Nesse caso, há um elogio e uma crítica ao jogador. Quando afirma que “Numa partida pelo Campeonato Russo, chutou uma bola que voou a 125 km por hora”, o texto ressalta a força do chute do jogador, o que é um ponto positivo, mas, quando afirma que “O chute potente contrasta com a falta de pontaria”, é uma observação negativa. O jogador acerta a bola com muita força, mas não acerta o ALVO, o gol.

(9) A BOLA É UMA BALA / ARMA / (UM) PROJÉTIL – origina a construção de imagens metafóricas cujo domínio fonte é relativo a um doce, no caso, um bombom (que no Ceará é o mesmo que a bala de São Paulo); elementos gerais ligados à esse doce: pequeno, por exemplo. Ao afirmar que “A bola sai do seu pé do tamanho de um bombom”, o autor quis reforçar a agilidade do jogador no trato com a bola e destacar a velocidade com que a ela sai dos seus pés, resultante de sua força. Portanto, por ser pequeno, pode ser comparada a um doce, ou a um projétil de arma de fogo. Em função da expressão “conversando com as almas”, que pode significar algo como conversando com algo invisível ou com “mortos”, podemos entender a metáfora como se referindo a algo que passa imperceptível. A expressão chama atenção para a bola, mas é o jogador que a domina.

⁹IJF – Instituto Dr. José Frota - é o hospital de Fortaleza mais conhecido para tratar urgências traumatológicas. Aqui também se utilizou da figura do IJF para reforçar uma metáfora e atrair o leitor-alvo.

desse estudo, vimos que são usadas diferentes metáforas para caracterizar o jogador de futebol. As metáforas aqui apresentadas fazem uso da fórmula A é B, que é típica das metáforas, mas as expressões linguísticas metafóricas não seguem necessariamente essa fórmula. Uma primeira constatação é de que essas expressões são claramente não literais: um jogador não *solta petardos*, ou é uma *mula* ou um *touro*.

Disso decorre o fato de que a linguagem metafórica está relacionada a um sistema metafórico subjacente, um “sistema do pensamento”. De certa forma, é possível notar que não se pode escolher qualquer domínio conceptual aleatoriamente com a finalidade de descrever um jogador como uma mula, por exemplo. Isso leva à hipótese de que há um elo convencional no nível conceptual entre o domínio ANIMAL e o domínio JOGADOR. Segundo esse ponto de vista, o JOGADOR, que é o domínio alvo (o domínio a ser descrito), é convencionalmente estruturado em termos de ANIMAL, que é o domínio fonte (o domínio em termos do qual o alvo é descrito). Pelas leituras em revistas em quadrinhos, nas histórias do Hulk, há nele uma metáfora que envolve domínio fonte ANIMAL para um domínio alvo – o Dr. Bruce Banner, um CIENTISTA. O personagem Hulk é um homem fortíssimo e animalizado, que raciocina muito pouco e é altamente destrutivo. Sendo assim, é possível que o autor da matéria jornalística tenha feito uma ligação entre um animal (mula e touro – persistente, resistente e forte) e a personalidade e força do jogador. Essa associação convencional de um domínio com outro é que caracteriza a metáfora. O que a torna conceptual (mais que puramente linguística) é a ideia de que a motivação para a metáfora reside no nível de domínios conceptuais. Isso é o que levou Lakoff e Johnson (1980) à conclusão de que não apenas falamos em termos metafóricos mas também pensamos em termos metafóricos. Dessa perspectiva, as expressões linguísticas que são por natureza metafóricas são simplesmente reflexos de uma associação conceptual subjacente (EVANS; GREEN, 2007, p. 295).

Há um certo número de papéis distintos que estão envolvidos nos domínios fonte e alvo. Por exemplo, na metáfora JOGADOR É UM ANIMAL, o domínio alvo JOGADOR inclui BOLA, CAMPO DE FUTEBOL, JUIZ, REGRAS, UNIFORME, TÉCNICO, ADVERSÁRIO, enquanto o domínio fonte envolve FORÇA, BRAVEZA, ASTÚCIA, etc. A metáfora trabalha mapeando os papéis da fonte no alvo. Isso implica que um elo metafórico entre dois domínios consiste de um número de correspondências distintas ou mapeamentos (QUADRO 3).

Quadro 3 – Mapeamentos metafóricos

Fonte: ANIMAL	Mapeamentos	Alvo: JOGADOR
JOGADOR	→	ANIMAL
FORÇA	→	FORÇA
PREDADORES	→	ADVERSÁRIOS
DECISÃO DE QUANDO ATACAR	→	DRIBLES / ATAQUE
PRESA CAPTURADA	→	GOL

Fonte: autor do texto.

O que se pode afirmar com base nesses mapeamentos é que a metáfora conceptual JOGADOR É UM ANIMAL tem uma forte base experiencial. As correlações entre os domínios conceptuais tem uma íntima ligação com as experiências do cotidiano. Segundo Lakoff e Johnson (1980), esse tipo de correlação, experienciada no dia a dia, aumenta a possibilidade da formação de uma associação no nível conceptual, que é refletido nos exemplos linguísticos. Segundo essa visão, as metáforas conceptuais são sempre, pelo menos parcialmente, motivadas pela base experiencial. Isso potencializa os mapeamentos entre os domínios fonte e alvo.

Segundo Fauconnier (1997), há três tipos de operações de mapeamento: (1) as projeções de mapeamento – que projetam estruturas de um domínio (fonte) para outro (alvo), típicos da metáfora conceptual; no caso da metáfora JOGADOR É UM ANIMAL, o JOGADOR é conceptualizado em termos de ANIMAL; (2) mapeamentos com função pragmática – são estabelecidas entre duas entidades compartilhando os frames de experiência; e (3) esquemas de mapeamento – em que as operações estão relacionadas à projeção de esquemas (outro termo para *frame*) em uma expressão particular. É interessante lembrar que um *frame* é uma estrutura de conhecimento derivada do cotidiano das interações sociais.

Muito se diz que os mapeamentos são unidirecionais. Evans e Green (2007, p. 297) se perguntam se há um modelo em termos do qual os domínios conceptuais tipicamente funcionam como domínios fonte, e quais como domínio alvo. Outra questão envolve o que motiva tal modelo. Kövecses (2002) depois de muita pesquisa chegou à conclusão

de que os domínios fonte mais comuns para mapeamentos incluem domínios relacionados ao CORPO HUMANO (O coração do problema), ANIMAIS (Ele é uma tartaruga), PLANTAS (Esse resultado é fruto de nosso esforço), ALIMENTO (Ele ficou cozinhando as ideias) e FORÇAS (Não me empurre). Os mais comuns domínios alvo incluem categorias conceptuais, tais como EMOÇÃO (Ele estava profundamente mudado), MORALIDADE (Resistir à tentação), RELACIONAMENTO HUMANO (Ele construiu um casamento forte) e TEMPO (O tempo voa).

Segundo Kövecses (2002, p. 20, tradução nossa), “os domínios são abstratos, difusos e falta uma definição clara; como resultado eles ‘clamam’ por uma conceptualização metafórica”¹⁰. Embora firmados em experiências corporificadas mais básicas, esses conceitos se relacionam a estruturas de conhecimento experienciais mais complexas e abstratas.

Considerações finais

Como vimos, uma linha importante de investigação na Linguística Cognitiva tem seu foco sobre como a língua reflete a estrutura conceptual, ou seja, como se dão os mecanismos que estruturam a conceptualização. Os mapeamentos, nesse caso, oferecem uma estrutura conceptual, revelando os elementos do significado apresentados nas expressões linguísticas metafóricas.

Levando-se em conta que o pensamento é em grande parte metafórico, entendermos como se dá o processamento para geração do sentido nos capacita a entender as comunicações entre os indivíduos. As metáforas que regem as expressões metafóricas facilitam a categorização e, conseqüentemente, a recuperação de informações. Supõe-se que, por ser algo inconsciente, o processamento não seja percebido pelo indivíduo, isto é, não se reflete no momento da geração do sentido acerca de qual expressão metafórica está sendo regida por qual metáfora; no entanto, para pesquisadores, é importante saber como se dá esse processo.

No âmbito deste estudo, observamos a importância das metáforas conceptuais e respectivas realizações metafóricas na esfera da imprensa desportiva. Pode, assim, comprovar-se o postulado basilar da

¹⁰Target domains are abstract, diffuse and lack clear delineation; as a result they “cry out” for metaphorical conceptualization.

semântica cognitiva de que o significado é indissociável da experiência física, social e cultural, pelo que experiências diferentes dão origem a metáforas conceituais e imagens metafóricas diferentes. Dessa maneira, constatamos que a metáfora não apenas compõe a linguagem cotidiana mas demonstra uma visão de mundo conforme a sociedade em que está inserida.

Há muito o esporte está em consonância com a metáfora no dia-a-dia dos indivíduos. Há uma busca da razão e da sensibilidade, um novo uso da linguagem esportiva. Por fim, isso estimula nossas consciências, nossa capacidade reflexiva e imaginativa quanto às suas possibilidades.

Por meio das metáforas, a mensagem é enviada de maneira direta, emotiva e criativa, facilitando a compreensão de um possível conceito que precisaria de muito esforço cognitivo para ser explicado. Os recursos metafóricos transportam para situações análogas a que estamos vivenciando em determinado momento.

Referências

DANTAS, Aflaudísio. Hulk; um verdadeiro tanque de guerra made in Paraíba. *O Povo*, Fortaleza, 06/06/2014, Esportes, p. 3.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics An Introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GEERAERTS, Dirk. Introduction. *A rough guide to Cognitive Linguistics*. In: *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Ed. Dirk Geeraerts. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1-28.

GIBBS, R. W. Taking metaphor out of our heads and putting it in the cultural world. In: GIBBS, R. W.; STEEN, G. J. (Ed.). *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, , 1999. p. 145-167.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor – A Practical Introduction*, Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. *Metaphor and emotion: language, culture, and body in human feeling*. New York: Cambridge University Press, 2000.

_____. *Language, Mind and Culture: a practical introduction*. Oxford: Oxford University Press. 2006.

LAKOFF, George. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: Chicago University Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980.